



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

REBECA LOPES SILVA

**TERRITORIALIDADES DO FEMININO NOS JORNAIS IMPRESSOS DE
RORAIMA: UMA CARTOGRAFIA DA (IN)VISIBILIDADE DAS JORNALISTAS NOS
TERRITÓRIOS FEDERAIS (1943-1988)**

BOA VISTA, RR
2023

REBECA LOPES SILVA

**TERRITORIALIDADES DO FEMININO NOS JORNAIS IMPRESSOS DE
RORAIMA: UMA CARTOGRAFIA DA (IN)VISIBILIDADE DAS JORNALISTAS NOS
TERRITÓRIOS FEDERAIS (1943-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Prof.^a Dra. Lisiane Machado Aguiar

Linha 2: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos.

Boa Vista, RR

2023

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S586t Silva, Rebeca Lopes.
Territorialidades do feminino nos jornais impressos de Roraima :
uma cartografia da (in)visibilidade das jornalistas nos territórios federais
(1943-1988) / Rebeca Lopes Silva. – Boa Vista, 2023.
264 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Lisiane Machado Aguiar.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

1 – Mulheres. 2 – Jornais impressos. 3 – Cartografia. 4 –
Territorialidades. 5 – Roraima. I – Título. II – Aguiar, Lisiane Machado
(orientadora).

CDU – 070(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Mariede Pimentel e Couto Diogo - CRB-11-354 - AM

REBECA LOPES SILVA

**TERRITORIALIDADES DO FEMININO NOS JORNAIS IMPRESSOS DE
RORAIMA: UMA CARTOGRAFIA DA (IN)VISIBILIDADE DAS JORNALISTAS NOS
TERRITÓRIOS FEDERAIS (1943-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da
Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Prof.^a. Dra. Lisiane Machado Aguiar
Orientadora

Prof.^a. Dra. Vângela Maria Isidoro de Moraes - UFRR
Membro Interno

Prof.^a. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues – UFRR
Membro Externo

Boa Vista, RR
2023

A Deus, por ter me sustentado e trazido até aqui! Aos meus pais, em especial minha mãe, Izabeth, por ser a minha maior e melhor inspiração de vida, de força, de amor e de cuidado, e por sempre estar ao meu lado. Não foi fácil estar “ausente” do seio familiar, mas chegamos, e com a senhora, a trajetória ficou mais leve. E aos meus irmãos, cunhadas, sobrinhos, sobrinhos-netos, amigas e colegas de trabalho do Instituto Federal de Roraima, que de alguma forma contribuíram; e a todas às pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho. Até os nãos foram importantes. Por todos vocês, concluo o sonhado mestrado.

AGRADECIMENTOS

Assim como foi o trabalho, meu desejo era começar fugindo das tradicionais formas de agradecimentos. Mas falar do coração exige dar espaço para os sentimentos. Desse modo, sendo, não poderia começar esse momento se não agradecendo ao Deus Altíssimo por sua infinita misericórdia, bondade e benevolência para comigo. As aflições, os choros e a vontade de desistir foram constantes diante de mim, mas o Seu amor foi bem maior do que eu poderia imaginar. Gratidão, Pai.

Ah, como é bom ter chegado até aqui depois de testemunhar a pandemia do Coronavírus, ter sido contaminada três vezes, ter sobrevivido, mesmo, ainda, vivendo a dor do luto da perda pela Covid-19 do meu amado irmão José Lira, o Novo, e de grandes colegas e conhecidos levados por esse vírus que ceifou quase 700 mil vidas no Brasil. Muitas delas por pura inoperância de um governo que zombou da dor dos enlutados e doentes. Mas acabou!

Quero agradecer imensamente à minha mãe, Izabeth, que é meu alicerce, meu exemplo de vida, meu tudo. Posso garantir que sua garra, força e determinação me inspiram, ainda mais depois dessa árdua caminhada. Sua ajuda foi fundamental para que o fardo se tornasse mais leve. Ao meu pai, Antônio, que a sua maneira, intercede e torce por mim. Amo o senhor, apesar da minha impaciência. Gratidão pela vida de vocês!

Aos meus amados irmãos Adriano, Robson, Leivas Lopes (*in memoriam*) e José Lira (*in memoriam*), aos amados sobrinhos Gabriele, Laniele, Jamille, Letícia, Mateus, Wendel e sobrinhos-netos Kauã, Joana e Aila, bem como as minhas queridas cunhadas Elisângela e Iraci.

À minha orientadora Lisiane Aguiar, que como disse no começo dessa caminhada de dois anos, não era nem gente, era um anjo sem asas. Quando pensei em desistir, quando a crise de ansiedade veio forte e tomou conta do meu ser, lá estava você, com todo acolhimento e paciência que só um ser de luz pode ter. Choramos juntas ao telefone, numa ligação de um sábado quente, lembra? E em nenhuma vez você usou de pressão para eu continuar. Como foi importante aquele telefonema. Cá estamos, não é? Obrigada por todos os ensinamentos, toda paciência e dedicação. Obrigada por tudo.

A todos aos meus amigos e amigas, pelo apoio e paciência quando necessário, em especial nas tantas ausências registradas. Assim como as fases da vida mudam rápido, quero aqui nominar, para lembrar de vocês com todo amor de hoje e sempre: Cyneida Correia, Angelita Rodrigues, Josilene Ferreira, Adriana Cruz, Eliene Barros. Um registro especial à Cyneida, uma amiga de caminhada, que foi peça fundamental na concretização desse sonho, desde a inscrição do mestrado, no último dia, à crise de ansiedade no início dessa caminhada, às trocas e buscas de material e de fontes encontradas para a pesquisa até a leitura e troca de ideias para esse texto final. A batalha foi grande.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, que enfrentaram o desafio de iniciar e manter a primeira turma com aulas 100% *on-line* devido à Covid-19. Vocês são merecedores de todo reconhecimento possível, ainda mais no Brasil, onde a docência, a pesquisa e a ciência são tratadas com prioridade zero. E o fato de encararem esse desafio, incentivando novos pesquisadores, compartilhando conteúdos, experiências, orientando, nos fazem acreditar em dias melhores. Isso já faz cumprir o que já dizia de Paulo Freire, de que a Educação não muda o mundo, mas às pessoas que vão mudar o mundo. A vocês, todo meu respeito!

Ao Instituto Federal de Roraima pela oportunidade de me licenciar para fazer a pós-graduação e pela concessão da bolsa Auxílio à Qualificação, por meio do Proquali-IFRR (semestre 2021.2). Meus sinceros agradecimentos, também, aos meus colegas da Assessoria de Comunicação e Marketing da Reitoria, que seguraram as pontas e torceram por mim. Estou voltando!

Agradeço também aos meus entrevistados. Obrigada por terem cedido seu valioso tempo para conversar comigo, mas principalmente por compartilhar vivências e experiências de um período que pouco sabemos. Foi maravilhoso e engrandecedor estar com vocês. Obrigada também, às instituições que abriram às portas e aos seus servidores.

Às pessoas que também não puderam conceder entrevista por algum motivo ou por não entenderem a importância de suas respostas. Tudo ajudou.

Por fim, obrigada àqueles que eventualmente eu tenha esquecido de agradecer e que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, que foi desafiador.

Muito obrigada!

***“na hora de triunfar, as mulheres estão ausentes,
e, na hora de lutar, são as primeiras”.***
(CUSICANQUI, 2018, p.139).

RESUMO

Este trabalho procura analisar a presença de jornalistas mulheres nos jornais de Roraima no recorte que vai da época dos ex-territórios (1943) até a transformação de Roraima em Estado, em 1988. Para isso, cartografou-se como os periódicos impressos *Boa Vista*, *O Átomo*, *Gazeta Feminina/A Gazeta/A Gazeta de Roraima* e a *Folha de Boa Vista* construíram as territorialidades das jornalistas no extremo Norte da Amazônia. Entende-se que as territorialidades abarcam dinâmicas que implicam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que trazem em seu cerne a questão das formas de organização da vida em comum, atravessadas pelo poder, pelo controle, pelas ritualizações e pela linguagem. Desse modo, focamos no exercício de montar as paisagens psicossociais dessas territorialidades nos seguintes agenciamentos: a) Século XX: as conquistas das mulheres no território Brasil; b) Territorialidades e especificidades da mulher; c) Contextualizando o jornalismo feminino; d) O jornalismo nos territórios do Rio Branco e de Roraima; e) Pseudônimo: uma estratégia para não silenciar. Esses movimentos foram possíveis ao articular a cartografia como perspectiva epistemológica em conexão com a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a pesquisa de campo, mapeamento dos jornais impressos e entrevistas na perspectiva do manejo cartográfico. Logo, ao final do trabalho, se alcançou o objetivo de analisar as diferentes territorialidades da Imprensa sobre a presença feminina nos jornais impressos dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima (1943-1988), chegando à conclusão que a mulher jornalista e o território são parte de uma relação ambivalente, e que elas influenciaram de forma direta a vivência e a construção do Território.

Palavras-chave: Mulheres. Jornais Impressos. Cartografia. Territorialidades. Roraima.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the presence of female journalists in Roraima newspapers from the time of the ex-territories (1943) until the transformation of Roraima into a State, in 1988. To understand the panorama, the contents published in the newspapers *O Átomo* were analyzed, *Jornal Boa Vista*, *Folha de Vista* and *A Gazeta de Roraima*, evaluating the role of female journalists based on the cartography of newspapers of the period and oral reports of characters who worked in these periodicals, which leads us to reflect on these events in terms of Amazonian territorialities. It is understood that, at the end of the work, the objective of analyzing the different territorialities of the Press on the female presence in the printed newspapers of the Federal Territories of Rio Branco and Roraima (1943-1988) was reached, reaching the conclusion that the woman journalist and the territory are part of an ambivalent relationship, and that they directly influenced the experience and construction of the territory. Responding to the research problem, it is understood that talking about territory will always be linked to the notion of power and that territoriality goes beyond the physical space, since the performance of women journalists in the territory of Roraima, even with the identified silencing, helped to improve the quality of life of the territory where they lived. Finally, we believe that the strength of the result of this research, collaborates in understandings regarding research on topics such as memory of journalism, and journalism made by women, making a contribution to academia and society.

Keywords: Women. Printed Newspapers. Cartography. Territorialities. Roraima

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Metodologia da pesquisa	28
FIGURA 2 - Expediente do jornal <i>O Debate</i> , edição 32, do dia 02/5/1957	91
FIGURA 3 - Capas do jornal <i>A Época</i> : 1ª edição (1957) e 11ª edição (1958)	92
FIGURA 4 - Cabeçalho do jornal <i>Tribuna do Norte</i> , edição nº 145, de 05/11/1969	94
FIGURA 5 - Expediente do jornal <i>Tribuna do Norte</i> , edição nº 145, de 05/11/1969	95
FIGURA 6 - Cabeçalho da 1ª edição do jornal <i>O Roraima</i> , de 19/05/1976	97
FIGURA 7 - Decisão judicial proibindo de circular o jornal <i>O Roraima</i>	99
FIGURA 8 - Capa do <i>Folha de Roraima</i> , Edição 30, de 10/05/1982	101
FIGURA 9 - Capa do jornal <i>O Roraima</i> , Edição 283, de 04/12/1982	102
FIGURA 10 - Equipe da <i>Tribuna de Roraima</i> no primeiro aniversário, 1987	104
FIGURA 11 – Cabeçalho da publicação sobre o pasquim no Órgão Oficial, Ed. 13, de 05 de abril de 1947	109
FIGURA 12 - Parte da decisão sobre o pasquim pertencente a mulheres, Ed. 13, de 05 de abril de 1947	109
FIGURA 13 – Jornal <i>O BEMTIVI</i> , Ed. 1, de 19 de maio de 1910	111
FIGURA 14 - Balancete da Imprensa Oficial, referente ao mês de janeiro de 1948	112
FIGURA 15 - Capa do <i>Jornal Boa Vista</i> , edição no 1 de setembro de 1973	115
FIGURA 16 - Expediente da 4ª edição do <i>Jornal Boa Vista</i>	116
FIGURA 17 - Foto da matéria “ <i>Jornal Boa Vista</i> na era do computador”, ed 203, 1978	118
FIGURA 18 - Nota “Ao público – O testamento do diretor de O ÁTOMO”. Ed nº 178, 1955	125
FIGURA 19 - Artigo de Nenê Macaggi, publicado no <i>O Átomo</i> , nº 154, de 10/04/1954	126
FIGURA 20 - Nota do jornal <i>O Átomo</i> , nº 205, de 07 de maio de 1955	127
FIGURA 21 - Crônica de Macaggi publicada no jornal <i>O Átomo</i> , edição 160 de 1954	128
FIGURA 22 - Capas Edições 1 e 2, da <i>Gazeta Feminina</i> , anos 1981 e 1982	131
FIGURA 23 - Capa do jornal <i>A Gazeta</i> , Edição 3, de 1982	131
FIGURA 24 - Editorial sobre mudança de nome do jornal <i>Gazeta Feminina</i> , 1982	132
FIGURA 25 - Capas com a matéria vencedora e a comemoração do prêmio Esso	140
FIGURA 26 - Expediente do <i>Jornal Boa Vista</i> , edição 403, de 15/7/1983	145
FIGURA 27 - Foto da primeira coluna social de Shirley Rodrigues, no jornal <i>Folha</i>	148
FIGURA 28 - Foto da primeira coluna social de Mabel, no jornal <i>Tribuna de Roraima</i>	149
FIGURA 29 - Foto de Nenê Macaggi na edição 16, 1938/1939, revista <i>Aspectos</i> (RJ)	157
FIGURA 30 - Jornalista Nenê Macaggi entrevistando o chefe da estrada, Granjeiro, no quilometro 29 da estrada em construção entre Boa Vista e Mucajaí	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Corpo Docente de 1970 a 1973 - 1º Grau	64
TABELA 2 - População Residente em Roraima de 1940 a 1991	74
TABELA 3 - Pessoas ocupadas no setor terciário de 1970	74
TABELA 4 - Jornalistas formados pela UFRR até 2021	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Etapas do gesto atencional e os procedimentos metodológicos	38
QUADRO 2 - Datas Importantes da Vila Boa Vista	56
QUADRO 3 - Datas Importantes do Território Federal	62
QUADRO 4 - Ingresso no curso de Comunicação Social 1991.1	76
QUADRO 5 - Jornais que passaram pelos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima	106
QUADRO 6 - Ano e o nome de mulheres no expediente <i>Jornal Boa Vista</i>	121
QUADRO 7 - Colunistas sociais da <i>Folha</i> , nome da coluna com seu início e final	150
QUADRO 8 - Cronologia dos fatos marcantes na biografia de Maria Macaggi	167

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS	22
2.1	AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	22
2.2	MICROPOLÍTICA COMO TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	28
2.3	CARTOGRAFIA COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA: O RASTREIO, O TOQUE, O POUSO E O RECONHECIMENTO	32
2.4	MANEJO CARTOGRÁFICO DA ENTREVISTA	39
3	O AMBIENTE PESQUISADO	54
3.1	UMA VOLTA AOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO RIO BRANCO E DE RORAIMA	54
3.2	O JORNALISMO NOS TERRITÓRIOS DO RIO BRANCO E DE RORAIMA	66
3.3	TERRITORIALIDADES DO FEMININO	67
3.4	TERRITORIALIDADE DO FEMININO EM RORAIMA	73
3.5	CONTEXTUALIZANDO O JORNALISMO FEMININO	77
3.6	SÉCULO XX: AS CONQUISTAS DAS MULHERES NO TERRITÓRIO BRASIL	80
3.7	PSEUDÔNIMO: ESTRATÉGIA PARA NÃO SILENCIAR	85
4	ESTUDO DOS JORNAIS DO TERRITÓRIO	90
4.1	JORNAIS QUE CIRCULARAM NA IMPRENSA RORAIMESE DE 1943 A 1988	90
4.2	O PASQUIM: OS JORNAIS E A EXPERIÊNCIA FEMININA NO TFRB	106
4.3	BOA VISTA: O PRIMEIRO NA INSERÇÃO DE MULHERES (1948-1963)	111
4.3.1	<i>Jornal Boa Vista</i> retorna com a força do trabalho feminino (1973-1983)	115
4.4	O ÁTOMO – A PRIMEIRA INICIATIVA PRIVADA NO JORNALISMO DO TFRB	124
4.5	GAZETA FEMININA/A GAZETA DE RORAIMA (1981-1994) – INICIATIVA PRECURSORA VOLTADA AO PÚBLICO FEMININO	128
4.5.1	Prêmio Regional Esso para Roraima: mais uma vez a mulher no protagonismo	138
4.6	FOLHA DE BOA VISTA (1983-2020): O MAIS ANTIGO EM FUNCIONAMENTO	143
4.7	PIONEIRA DAS LETRAS: UM POUCO DA PRIMEIRA MULHER JORNALISTA EM RORAIMA	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS	175
	APÊNDICES	185
	ANEXOS	249

PREFÁCIO

Filha, tia, amiga, parceira, sonhadora, cuidadora, pesquisadora, curiosa, jornalista no Instituto Federal de Roraima (IFRR) e mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Dos cinco filhos da dona Beth e do seu Cordeiro (meus pais) sou a única mulher, a primeira a se formar, a primeira a conquistar um diploma de nível superior e a primeira a cursar um mestrado.

Ingressar no mestrado, além da realização do sonho da juventude, foi me desafiar a cada nova semana, a cada nova aula, a cada nova leitura. Tá certo, nem sempre compreendidas, mas com enormes significados. Para muitos, era difícil imaginar a filha única de cinco irmãos (hoje apenas três), nascida na periferia da capital do ex-território Federal de Roraima, em plena ditadura militar, e filha da mãe largada do pai, um ex-garimpeiro, prestar para algo além da procriação. O Banco de uma universidade pública, que também não havia em Roraima até o final da década de 1980, era utopia.

No entanto, sonhos são para serem sonhados. Lutando contra todas as adversidades, todas as apostas contrárias, eu, ainda pequenina, sabia onde queria chegar. Nem o casamento nem os filhos biológicos vieram, mas o canudo suado e sonhado, e a profissão que amo e que me daria as condições de vida que tenho hoje, que é ser concursada, e ainda, na minha área de Jornalismo, são realidades.

Bem, caro (a) leitor (a), como você percebeu nos primeiros parágrafos, aqui vou fazer um exercício de cartografar minha produção de subjetividade, das coisas que me tocaram, das paisagens psicossociais encontradas durante o caminho que me trouxe até esse momento. É sobre falar da minha experiência como pesquisadora, que como bem disse Jorge Larrosa (2002), a experiência é algo que nos toca, que nos passa, que nos acontece, modificando aquilo que somos e a forma como percebemos o mundo ao nosso redor, naquele momento. Por isso, se você não quiser ler essa parte, que é da produção de subjetividade e de compartilhamento de experiência no encontro do tema, você pode ir direto para a Introdução.

O interesse em cartografar a participação das mulheres jornalistas na construção da história da imprensa de Roraima, surgiu numa viagem de férias, acompanhando uma amiga na sua pesquisa de mestrado na cidade de Manaus, em janeiro de 2020, e se intensificou após se constatar as poucas informações locais oficiais sobre o tema.

Na oportunidade, tive meu primeiro contato com jornais do início do século XX, conhecendo preciosidades e estando em locais recheados de fragmentos, que contam um pouco da nossa história como município de Boa Vista do Rio Branco, quando foi desmembrado do município de Moura, no Amazonas (FREITAS, 2001). Daí penso que o universo estava conspirando a meu favor, pois sempre almejei cursar mestrado na UFRR, onde fiz minha graduação, e naquele momento encontrei uma pista para um escrever um projeto que pudesse pleitear uma vaga.

Então, na saga da minha amiga em busca de material para sua qualificação, aconteceu de acompanhá-la para tomar um capuccino no shopping daquela cidade, para um encontro com os professores da Universidade Federal do Amazonas: Maria Luiza Ugarte Pinheiro e do Luís Balkar Sá Pinheiro, ambos do Programa de Pós-Graduação em História e coordenadores do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas. Para resumir a história, a professora Maria Luiza me sugeriu estudar sobre as mulheres na imprensa, e que seria interessante, visto os poucos estudos, em especial na Amazônia, a respeito do tema. Aquilo ficou martelando na minha cabeça.

A união dessas duas oportunidades, a de ter acesso a documentos antigos e a de poder reverberar vozes apagadas e silenciadas na história, me fez abraçar a ideia de contar sobre esse ato micropolítico histórico das mulheres jornalistas em Roraima, durante o período do Território.

Resultado? Chegamos até aqui, nessa trajetória desafiadora e cheia de aprendizados. Embora muitos se expressem melhor falando, encontro na escrita a forma de desabafo. Não à toa que o trabalho tem mais de 200 páginas. Mas quando se começa uma pós-graduação em nível *Stricto Sensu* na casa do 'enta', como eu, que nos próximos dois anos estarei completando meio século de vida, muitas vezes, essa facilidade com as palavras dá uma pausa.

Um dos meus desafios na pós-graduação foi a escrita dos trabalhos, mesmo com a cabeça fervilhando de ideias após leituras de capítulos, de livros, de artigos, de dissertações e de teses. Organizar o pensamento e sistematizá-los de forma a atender a tal normativa vigente de uma senhora chamada ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) é o mesmo que aprender a escrever, a ser alfabetizada. Mas fui apresentada a novilha chamada cartografia, que me permitiu pensar no rigor da pesquisa, mas sem rigidez, valorizando a experiência e a subjetividade.

Esse caminhar também teve o desafio da pandemia, obrigando à academia a repensar os mecanismos tradicionais do ensino e da pesquisa, e permitiu que nossas

aulas e eventos fossem remotos. A minha turma do PPGCOM/UFRR foi a primeira 100% *on-line*. Fora a falta de contato olhos nos olhos, do calor humano, confesso que gostei! Aliás, os programas de pós-graduação (leia-se, às Instituições) deveriam pensar nessa possibilidade.

Por outro lado, em especial, para mim, a pandemia foi desafiadora pela dor do luto, ainda no primeiro semestre do mestrado. Meu irmão, o Novo, perdeu a luta para a Covid-19, no dia 27 de maio de 2021, menos de uma semana depois de dar entrada na emergência do Hospital Geral de Roraima. Quase dois anos depois, ainda procuro acalmar meu coração.

Fácil não foi, fácil não está sendo, mas o que é fácil nessa vida, não é? Aliás, meu irmão, quer saber? Esse momento dedicado especialmente a você. Sei o quanto você torcia e se orgulhava das minhas conquistas. Sigamos acreditando em dias melhores e que em breve nos encontraremos!

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as diferentes territorialidades da Imprensa, especificando a presença feminina na produção dos jornais impressos dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima (1943-1988). Neste período, com uma ditadura de mais 20 anos (1964-1985), na qual cassou, restringiu e retirou direitos políticos, estabelecendo-se censura à imprensa, busca-se analisar de que forma a mulher se inseriu no mercado de trabalho da imprensa roraimense, nos 45 anos de Roraima como Território Federal.

No percurso da pesquisa, exemplares de jornais disponíveis nos acervos do Museu Integrado de Roraima e em coleções particulares, além da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram lidos e escaneados, favorecendo uma pesquisa mais abrangente. Por outro lado, torna-se necessário ressaltar que alguns exemplares dentro do período pesquisado estão indisponíveis para consulta.

Destaca-se também o acesso às fontes orais que trabalhavam e viveram naquele período do Território, incluindo a única jornalista mulher de Roraima a vencer um Prêmio Esso Regional de Jornalismo, que foi a principal premiação do jornalismo do país (CASTILHO, 2008), que em 2015 mudou o nome para Prêmio ExxonMobil de Jornalismo¹, favorecendo assim, uma cartografia² mais abrangente.

Essa jornalista premiada com o “Oscar” da imprensa brasileira, Kátia Brasil, continua atuando no campo jornalístico, mas agora de forma independente, com a agência de notícias Amazônia Real, criada em 2013, no Estado do Amazonas. A agência tem a missão de “fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo”³. A linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos.

¹ Em 1956 é lançada a primeira edição do Prêmio Esso de Jornalismo como forma de valorizar o trabalho dos jornalistas fora do eixo Rio-São Paulo. No ano de 2015, ao completar 60 anos no Brasil, mudou de nome. Segundo nota da Gerência de Assuntos Internacionais da ExxonMobil no Brasil, a alteração ocorreu em virtude de a marca Esso não ser comercializada no país desde 2009, e não refletir, portanto, o nome da empresa. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/premio-esso-muda-nome-premio-exxonmobil-jornalismo/>> Acesso em: 03 outubro 2021.

² Sou macuxi (nascida em Roraima) e filha de ex-garimpeiro, mas sou contra o garimpo. No entanto, nesse processo de busca da informação, muitas vezes pensei utilizar o termo “garimpar”, mas buscando descolonizar as práticas, opto por cartografar os processos de produção. Epistemologicamente detalharei os usos teórico-metodológicos da cartografia no primeiro capítulo dessa dissertação.

³ Disponível no site Agência Real acessado no endereço <https://amazoniareal.com.br/>

Neste trabalho, pretende-se ainda tratar a respeito das conquistas das mulheres no século XX, chamado por Carla Pinsky e Joana Maria Pedro (2018) como “século das mulheres” em virtude das transformações aceleradas propiciadas à experiência feminina. Também se fará o mapeamento em quatro jornais impressos que circularam no Território de Roraima, abordando o trabalho das mulheres e de que forma eram (in)visibilizadas nas redações. Desse modo, ligando o tema ao recorte escolhido, se analisa a atuação da mulher jornalista, nesse período, em Roraima que, conseqüentemente, nos introduz à contextualização histórica da mídia impressa local.

A partir disso, se mostra o problema norteador deste trabalho: como os periódicos impressos *Boa Vista*, *O Átomo*, *Gazeta Feminina/A Gazeta/A Gazeta de Roraima* e *a Folha de Boa Vista* construíram as territorialidades das jornalistas no extremo Norte da Amazônia?

A escolha do tema desta pesquisa ocorreu, principalmente, pelo fato de Roraima estar pouco inserido na História da Imprensa brasileira, sendo esse resgate imprescindível para o saber jornalístico da época. Como essa temática não dispõe de muitos estudos sistematizados, ressalta-se a importância da pesquisa no sentido de fazer esse resgate histórico e contribuir para os estudos da mídia e os processos comunicacionais envolvendo a mulher no âmbito da imprensa na Amazônia e em Roraima.

Foi pesquisada a atuação das mulheres para entender os pretextos e as justificativas de uma invisibilidade dos seus trabalhos nas redações e por conseguinte, na sociedade. Para isso, se analisou o papel da mulher jornalista a partir da cartografia dos jornais do período e de relatos orais de personagens que atuaram nesses periódicos, incluindo homens e mulheres, o que nos leva a refletir sobre esses acontecimentos em termos de territorialidades.

E quando se fala em territorialidade é preciso entender que na dimensão dos “nanoterritórios” existentes no cotidiano dos indivíduos, é possível verificar a existência de um “campo de forças” em ação, na forma de experiências espaço-temporais fluidas e passageiras. É possível perceber também a mobilidade dos territórios, que são operados numa escala de micropoderes (ZANETTI, REIS, 2017).

Entende-se que falar de território está ligado à noção de poder e que a territorialidade vai além do espaço físico, pois a atuação das mulheres jornalistas do território de Roraima, mesmo com o silenciamento identificado, ajudou a melhorar a qualidade de vida do local onde viviam.

A pesquisa, apesar de se deter na discussão da participação feminina no jornalismo roraimense da época de Território Federal, também pretende contribuir para a compreensão do próprio fazer jornalístico feminino e sobre os processos comunicacionais envolvendo o feminino. A proposta é que este estudo seja construído de forma a contemplar o principal objetivo da pesquisa: analisar as diferentes territorialidades da Imprensa sobre a presença feminina nos jornais impressos dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima (1943-1988).

Entre os objetivos específicos estão:

- a) pesquisar qual era a participação dessas mulheres nesses periódicos e quais editoriais elas estavam inseridas;
- b) analisar quais posicionamentos os jornais tinham na hora de contratação das mulheres nesse período, identificando quais os desafios encontrados para exercer a profissão;
- c) identificar como ocorriam as relações entre as mulheres, a sociedade e os jornais roraimenses no período em que saiu da condição de município do Amazonas e transformou-se em Território Federal.

Tem-se como justificativa que a discussão desses jornais será útil para a construção de um conhecimento mais sólido sobre comunicação no âmbito roraimense, uma vez que por meio dos jornais locais, são construídas as visões de mundo do leitor, bem como a visão política e sua concepção em torno da realidade. Além disso, a análise cartográfica do trabalho das mulheres nesses veículos vai nos permitir compreender os caminhos que as jornalistas percorriam para reproduzir a realidade da sociedade roraimense e os vínculos entre os jornais e as jornalistas, bem como compreender sobre os processos comunicacionais no contexto de Amazônia (PEREIRA, ALMEIDA, 2016).

Entende-se que este trabalho seja uma forma de resgate da memória jornalística de Roraima, fundamental para pesquisas na área da comunicação, da história e áreas correlatas, colaborando com os estudos da mídia e os processos comunicacionais midiáticos, considerados guias de problematização das reconfigurações culturais amazônicas. Para isso, o texto da dissertação foi dividido em quatro capítulos mais as considerações.

O capítulo dois é dedicado à metodologia da pesquisa, utilizando a cartografia, o mapeamento e análise dos jornais. Será abordado a micropolítica como transformação do espaço social e a cartografia como perspectiva metodológica,

ressaltando os aspectos do rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento. Fala-se das paisagens psicossociais⁴, abordando o território e territorialidades cartográficas, e por fim, da entrevista na perspectiva do manejo cartográfico, apresentando nossos entrevistados, os motivos da escolha de cada um e como cada uma ocorreu.

No capítulo três nos dedicamos a abordar o ambiente pesquisado, dando uma volta aos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima e explicando como era feito o jornalismo no período pesquisado. Abordamos as territorialidades do feminino, enfocando essas territorialidades no estado de Roraima. Também se contextualiza o jornalismo feminino e as conquistas das mulheres no Brasil no século XX. O uso do pseudônimo como estratégia de não silenciamento é explicado nesse capítulo.

O capítulo quatro resgata a história da mulher na imprensa em Roraima, contextualizando o surgimento dos jornais, dos objetos empíricos do estudo, a partir do período de circulação e a importância na vida econômica, política e social do Estado. Nesse capítulo, analisamos os jornais do Território de Roraima, apresentamos a primeira experiência jornalística feita por mulheres, chamado à época de pasquim, bem como resgatamos o nome e o trabalho da primeira mulher jornalística por esses rincões.

Ainda no quarto capítulo, apresentamos e discutimos os dados mapeados nos quatro jornais cartógrafos, além de contextualizar os atores e narrativas orais dos personagens encontrados. Entre os atores, os editores-chefes dos periódicos, incluindo a primeira mulher a ocupar esse cargo no Território de Roraima, colunistas sociais e decanos da imprensa roraimense.

Na última parte, apresentamos as considerações finais, tecendo a discussão sobre a mulher jornalista, em especial as percepções das mulheres entrevistadas para esse trabalho, bem como suas relações com os jornais estudados.

⁴ “As paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” (ROLNIK, 1989, p. 15).

2. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

2.1 AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada será a cartografia, a partir do objetivo geral de analisar a participação das mulheres nas redações dos jornais impressos roraimense, tendo como *corpus* da pesquisa edições do *Boa Vista*, de *O Átomo*, da *Gazeta Feminina/A Gazeta/A Gazeta de Roraima* e da *Folha de Boa Vista*. Entre os motivos que ensejaram a escolha dos quatro jornais estão, o tempo de circulação no período de 45 anos de Roraima como Território Federal (1943-1988).

A *Gazeta* pertence ao acervo particular do jornalista e proprietário do jornal, Fernando Quintella, que em 1981 lançou o primeiro jornal do Território voltado ao público feminino: *Gazeta Feminina*, que na terceira edição mudou de nome, conforme veremos mais adiante; e a *Folha de Boa Vista*, o mais antigo em circulação, e que rodou de forma impressa até março de 2020⁵, mas continua *on-line*, está disponível no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional.

Sobre os outros dois jornais, a escolha ocorreu quando, mesmo com o *corpus* definido pelos motivos acima descritos, uma inquietação tomou conta de mim durante o movimento da pesquisa em campo e no mapeamento dos jornais, inicialmente, selecionados. Como a pesquisa envolvia o período de 45 anos de Roraima como Território Federal e os dois jornais selecionados abrangiam apenas a década de 1980, algumas pistas ainda mereciam ser investigada. Então, decidi mapear as edições desses dois jornais que circularam na criação do Território Federal do Rio Branco, para certificar-me como foi a participação da mulher na produção/colaboração.

Com isso, foram mapeados *O Átomo* e o *Boa Vista*, encontrados na Biblioteca Pública de Roraima, na Hemeroteca Digital e na Imprensa Oficial. O primeiro, de iniciativa privada e classificado como independente, circulou entre os anos de 1951 a 1958; e o segundo, de propriedade do governo territorial, com informações variadas nos períodos de circulação.

Segundo Shirley Rodrigues (1996), o tabloide semanário “*O Boa Vista*” surge em 1947 e circula até 1958 e em 1973, quando o governador Hélio Campos compra

⁵ Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Folha-interrompe-edicao-impressa-por-combate-ao-Covid-19/64103>>. Acesso em: 9 dez 2021.

um parque gráfico moderno com sistema de impressão offset, nasce o então *Jornal Boa Vista*, que circulou até 1983. Na pesquisa de Jaci Cruz Soares (1998), o tabloide semanal “*O Boa Vista*” surge em 1948, depois do governador Clóvis Nova da Costa instalar na Imprensa Oficial um parque gráfico composto de uma tipografia mais um prelo (impressora manual).

Até 1954, o jornal teria circulado com regularidade e esporadicamente até a sua extinção, entre os anos de 1957/1958. Teria ressurgido em 1962/1963 com o nome de “*Boa Vista*”, pertencente a outros proprietários. Não há menção até quando continuou a circulação depois desse ressurgimento na década de 1960. Soares (1998) resgata que em 1973, Hélio Campos resolveu renascer o *Boa Vista* com o que há de mais moderno de impressão gráfica, a *offset*, agora como *Jornal Boa Vista*.

Desse modo, ocorreu a decisão de complementação do material pesquisado e isso nos levou, também, a escolha da cartografia como perspectiva metodológica. A cartografia apareceu para mim nos primeiros encontros com minha orientadora Lisiane Aguiar, que de maneira leve e paciente, introduziu o tema. Depois veio o contato mais direto, numa disciplina compartilhada entre programas de pós-graduação de todas as regiões do país, quando a professora Lisi ministrou o tema “Cartografias e epistemologias das territorialidades”⁶ na comunicação.

A docente abordou temas como o de pensar a metodologia da pesquisa por vertentes diferentes, ou seja, o repensar maneiras tradicionais de pesquisar; e não menos importante, a utilização da cartografia como perspectiva metodológica, colocando em prática um conhecimento que não seja apenas o ensinado na academia, mas o que valoriza a experiência e as produções da subjetividade do indivíduo.

Definida a cartografia como perspectiva epistemológica para o desenvolvimento do trabalho, as demais etapas envolveram a pesquisa bibliográfica, análise documental, a pesquisa da pesquisa, a entrevista na perspectiva do manejo cartográfico, o mapeamento dos jornais impressos e a posterior análise do material coletado a partir da cartografia, procurando identificar a forma como as mulheres

⁶ Durante essa e outras aulas sobre a temática, nas orientações e na sua dissertação sobre as “Processualidades da cartografia nos usos teórico-metodológicos de pesquisas em comunicação social”, Lisiane Aguiar explica que o conceito de cartografia de Deleuze e Guattari aparece na obra *Mil Platôs* (1997) como o quinto de seis princípios do rizoma. No entanto, foi encontrada uma atualização desse conceito como método de pesquisa a partir do referencial teórico, principalmente, nas áreas de psicologia e de educação. A docente observa que nas pesquisas de comunicação ainda é pouco utilizado como um método e/ou procedimento de pesquisa, mas que vem se atualizando (AGUIAR, 2011).

atuavam nesses jornais, e essa atuação associada ao conceito de micropolítica de Silvia Rivera Cusicanqui (2018).

A pesquisa bibliográfica vai consistir na primeira fase dos procedimentos metodológicos para levantar dados e informações, sobre a participação das mulheres no jornalismo, articulando temáticas sobre teorias da notícia, imprensa, territorialidades e Amazônia. Essa metodologia consiste no:

Planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda literatura examinada, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões” (STUMPF, 2015, p. 51).

Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador busca obras já publicadas para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada, na intenção de identificar a existência de trabalho científico publicado sobre o que está propondo pesquisar. Entre os instrumentos utilizados estão: livros, teses, dissertações, artigos científicos, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. Fonseca (2002, p. 32) explica que a pesquisa bibliográfica é realizada “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Parecida com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, mas sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Esses diferentes documentos são definidos por não terem sofrido um tratamento. Nessa modalidade, para utilizar esses documentos, cabe ao pesquisador analisá-los e definir se será ou não interessante para o estudo, tendo o objetivo como fundamento da análise documental como percurso metodológico numa pesquisa qualitativa (FONSECA, 2002).

Desse modo, o fato de poder extrair e resgatar uma riqueza de informações dos documentos, por si só justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Nessa etapa metodológica envolvendo a análise documental, visitamos as bibliotecas do Palácio da Cultura e do Sesc, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Universidade Estadual de Roraima, a Universidade Federal de Roraima, a Prelazia de Roraima, o Museu Integrado de Roraima, o Centro de Documentação do Instituto Religioso Missionário da Consolata e a Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

No trajeto de amadurecimento do projeto, Bonin (2012) afirma que a pesquisa da pesquisa, também chamada de Estado da Arte, é uma das estratégias metodológicas inerentes à construção de padrões de reflexividade úteis no diálogo com o objeto de estudos publicados. Isto implica considerar a produção em pesquisa do campo da comunicação e do gênero feminino.

Segundo Silva e Carvalho (2014), a finalidade da pesquisa do tipo Estado da Arte é fazer a revisão bibliográfica da produção acadêmica e/ou científica de certa temática. Essa busca permite avaliar a evolução e os movimentos da pesquisa em uma dada área do conhecimento, podendo manifestar a necessidade de prosseguir ou modificar o rumo das pesquisas, das temáticas e metodologias.

Os resultados identificados pelo pesquisador possibilitam o preenchimento das lacunas que ficaram abertas e, ainda, das áreas que não foram exploradas, a fim de identificar os espaços da produção, para poder sugerir, ou não, novas direções à investigação (SOARES, 2006), a fim de aprimorar a produção acadêmica e científica.

Fazendo o movimento da pesquisa da pesquisa no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando as palavras-chaves “Mulheres jornalistas em Roraima”, “feminização do jornalismo em Roraima”, “*Gazeta Feminina*” e “*Gazeta de Roraima*” não foram encontrados trabalhos com a temática proposta nesta pesquisa.

Pesquisando no site da biblioteca da UFRR e no *Google* acadêmico, encontramos artigos e dissertações, mas relacionando jornais circulantes em Roraima no período pesquisado. Em nenhum deles ocorre a aproximação do jornal com o estudo feminino e da feminização das redações em Roraima. Logo, esse trabalho se justifica por ser inovador, no sentido de que, ainda não teve nenhum estudo relacionado ao tema proposto.

Seguindo o caminho da pesquisa, vamos utilizar a entrevista⁷ e associá-la à metodologia principal desse trabalho, a cartografia. É importante registrar que a coleta de dados sobre participação das mulheres na produção dos jornais impressos no período dos ex-territórios federais em Roraima, vinha ocorrendo mesmo antes do ingresso no mestrado.

Por conta da quase ausência de estudos e de material bibliográfico sobre a presença da mulher em jornais impressos roraimenses, nossa proposta foi entrevistar mulheres que passaram pela redação nesse período, na intenção de construir esse fazer jornalístico nesta territorialidade amazônica do extremo Norte do país. Mais adiante vamos nominar e explicar os motivos da escolha dos nossos entrevistados, que contribuíram para compreensão da inserção das mulheres nas redações dos impressos roraimense.

Como destacado na pesquisa de doutoramento de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015), o jornal por muito tempo foi considerado altamente masculino e voltado a esse público. Por isso, não seria possível deixar de lado esses outros atores no recorte escolhido, como editores, chefes de redação. Neste sentido, quando iniciamos o processo de pesquisa, pensamos em nomes como Galvão Soares (jornalista e radialista), Fernando Estrela (um dos fundadores da *Folha*), Plínio Vicente (editor em vários jornais), Fernando Quintella (fundador da *Gazeta Feminina*), Ruy Figueiredo (editor de vários veículos) e Sydmar Mendes (filho de Sidney Mendes e neto de Inácio Mendes da Silva, que implantaram o jornal *O Roraima* na década de 1970). Esses nomes ajudaram a implantar ou participaram ativamente do funcionamento de veículos de comunicação da época, e todos ainda estão entre nós.

Ao tratar da entrevista, Silvia Tedesco, Cristian Sade e Luciana Caliman, afirmam não existir entrevista cartográfica, “mas manejo cartográfico de entrevista” (2014, p. 93). Os pesquisadores destacam que a cartografia tem interesse em pesquisar a experiência, as dinâmicas dos encontros e atravessamentos, bem como os processos, e para capturar a essência desses acontecimentos, a entrevista é um dos instrumentos mais adequados.

Ao assumir um aspecto qualitativo, em forma de conversa com um roteiro de perguntas que podem ser alteradas e adaptadas a cada situação, a entrevista de manejo cartográfico valoriza a experiência dos entrevistados. A aplicação dela não se

⁷ Pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer, tornando fundamental pensar sobre que direção queremos seguir, que realidades queremos criar e potencializar em nossas pesquisas e como fazê-lo.

restringe a perguntas e respostas, mas extrapola o campo da percepção e da apreensão de todas as forças coletivas envolvidas. “A entrevista visa não a fala sobre a experiência, e sim a experiência na fala” (TEDESCO, SADE, CALIMAN; 2014, p.100).

Ainda segundo Tedesco, Sade e Caliman (2014), o manejo cartográfico não tem a intenção de representar a informação proveniente da fala das entrevistas, mas sim descrever a experiência compartilhada de entrevistador e entrevistado somado as forças coletivas atuantes. Na entrevista, há dois tipos de experiência, a “experiência vivida” (no qual o entrevistado expressa suas emoções contando suas histórias de vida) e a experiência “pré-refletida” ou “ontológica” (que postula o que já é conhecido, referente a processualidade e ao coletivo de forças representacionais).

Ao associar a entrevista com a perspectiva do manejo cartográfico, a intenção é que ela aconteça em forma de diálogo e não inquisição, ou de maneira fria. Com isso, foi proposto aos entrevistados, a construção de um questionário em conjunto, visando aproximá-los e envolvê-los como parte integrante da pesquisa, e não apenas como objeto.

Conforme Austin (1990), a entrevista na cartografia não visa exclusivamente a informação, o conteúdo dito pelo entrevistado, mas o acesso à experiência nas dimensões de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação. Esta iniciativa se torna possível, se lançamos mão da perspectiva pragmática da linguagem que mantém a distinção, mas sublinha a inseparabilidade, entre expressão e conteúdo.

Tanto as entrevistas como o mapeamento dos jornais buscaram identificar quais editorias as mulheres ocupavam, sobre o que escreviam (já que 99% das matérias não eram assinadas), como era o ambiente de trabalho e se a mulher jornalista de Roraima sofria preconceito por ser mulher e estar em um ambiente predominantemente masculino. A construção da história das mulheres jornalistas nos jornais impressos deverá seguir o mesmo processo utilizado para a escrita da história, competindo à pesquisadora, perguntar pelos silêncios e identificar o que não foi dito, bem como as razões deste não-dito.

Seguindo o percurso da pesquisa que envolveu o manuseio e mapeamento dos quatro jornais, foi identificada a participação de mulheres como editoras, colaboradoras, diretoras, repórteres, etc. Em todas as edições que tivemos acesso, mapeamos todas as páginas, em especial as sociais e as notas avulsas ou de colunas

(como “Pode ser que seja, pode ser não...”, de *O Átomo*), no intuito de identificar mulheres atuantes na imprensa da época.

No último percurso da metodologia, que envolve a aplicação das quatro etapas do gesto atencional do cartógrafo, proposto por Kastrup (2007) e a análise das entrevistas a partir da cartografia associada ao conceito de micropolítica da socióloga e ativista bolivariana de origem aimará Silvia Rivera Cusicanqui (2018) e de Suely Rolnik e Félix Guattari (2006), explicaremos no próximo tópico. Abaixo, apresentamos um esboço da metodologia.

FIGURA 1 - Metodologia da pesquisa



Fonte: Autoral

2.2 MICROPOLÍTICA COMO TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

A discussão sobre “política” está presente no cotidiano das rodas de conversa da população em vários ambientes, e quase todos arriscam-se em falar sobre ela, ainda mais em um ano eleitoral, como o de 2022. Mesmo carregada de sentidos, valores e percepções por parte de quem a usa (que traz na bagagem sua cultura e experiências de vida), a aproximação com o tema normalmente é negativa e ojerizada.

Mas a filósofa Hannah Arendt (2002) já dizia que os preconceitos sobre a política não podem ser ignorados, pois como representam algo de político, uma vez que fazem parte das nossas vidas, são comuns a todos nós e refletem realidades controversas. Como os preconceitos não são definitivos, a filósofa propõe a necessidade de recuperar o sentido da palavra e da própria experiência, os quais foram sendo soterrados ao longo dos problemas e crises que a perpassaram ao longo dos séculos e nas diversas formas de sociedade. A compreensão da política está vinculada com as ideias da liberdade e da espontaneidade humanas.

Para Arendt (2004), a política surge entre os homens e permite que eles apresentem suas ideias e opiniões, através da fala, e essa capacidade de se comunicar, além de distinguir os homens dos animais, coloca os seres humanos em condições de igualdade em poder se manifestar. O ato de falar e de se abrir à fala dos demais é o fundamento da política, que se baseia, portanto, na pluralidade de perspectivas que levará à construção de uma perspectiva comum, coletiva, pública. A política diz respeito a esse mundo comum, compartilhado pelos homens.

Pelo dicionário de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco (1998) traduzido e publicado pela Editora da Universidade de Brasília, a palavra política deriva do adjetivo originado de pólis (*politikós*) e significa tudo o que se refere à cidade (urbano, civil, público, sociável e social). É a ciência de governar as coisas da cidade (uma associação de homens livres); diz respeito ao exercício da soberania num determinado território (a cidade, Estado); ao ato de legislar e à gerência dos recursos comuns. “Pertence à esfera da política ações como conquistar, manter, defender, ampliar, reforçar, abater, derrubar o poder estatal etc.” (1998, p. 954).

Para explicar sobre o conceito de micropolítica, vamos utilizar Silvia Cusicanqui, socióloga boliviana e referência no campo do pensamento decolonial, autora de *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis* (2018), no qual traz o capítulo ‘Micropolítica Andina: Formas elementales de insurgência cotidiana’. Utilizaremos também o pensamento de Suely Rolnik e Félix Guattari (2006), de que a micropolítica está muito ligada aos processos de subjetivação.

No capítulo *Micropolítica Andina*, Cusicanqui (2018) narra seu encontro com Suely Rolnik na cidade de Bogotá, em 2006, numa espécie de deslumbramento mútuo, e a leitura do seu trabalho com Félix Guattari: *Micropolítica. Cartografias do Desejo* (2006). O texto traça paralelos entre discussões realizadas por Rolnik e Guattari, em torno da ideia de micropolítica e a política praticada pelos aymara

kataristas, nos anos 80, bem como as mobilizações populares bolivianas, chamadas pela socióloga como ação micropolítica, “uma iniciativa intelectual e comunicativa, que pôde incitar a emergência de novas subjetividades, novas concepções do mundo e epistemes” (CUSICANQUI, 2018, p. 136).

Como a história oficial tinha apagado os indígenas e mestiços da Bolívia, e os incluídos no discurso de cidadania colonizada, havia a urgência de reconstruir a história aimará do início do século XX. Descobriu-se nos arquivos da prefeitura uma rede de comunidades originárias (*ayllus*), que se comportavam como uma “nação dentro de uma nação”. A necessidade de resgate da história e a existência organizada dessas comunidades se configuravam numa ação micropolítica (CUSICANQUI, 2018).

Outro movimento com a forte participação de mulheres e jovens na sustentação material e moral da insurgência popular dos anos 2000 a 2005, na Bolívia, chamado por Cusicanqui de “uma constelação de atos micropolíticos”, não garantia a eles, espaço na mesa para discutir os rumos das decisões, o que confirma esse apagamento histórico e secular de minorias nos vários campos sociais e da ciência, que como bem lembrou a socióloga: “na hora de triunfar, as mulheres estão ausentes, e, na hora de lutar, são as primeiras” (CUSICANQUI, 2018, p.139).

Se, durante o levantamento, eram majoritariamente mulheres e jovens que sustentavam a ética do levantamento e lhe conferiam um sentido de dignidade e soberania coletiva, na hora de repensar a democracia e projetar para o futuro as lições destas jornadas, estes protagonistas brilham pela sua ausência nos plenários sindicais ou nas antessalas do Parlamento. Se, na hora da revolta, a multidão consegue interpelar o país inteiro em torno do tema do gás, articulando com isso outros problemas centrais como a desigualdade, a corrupção e a não-transparência na gestão da coisa pública, na hora de discutir política, voltam a ouvir-se apenas vozes masculinas, ocidentais e ilustradas, como se só eles se pudessem ocupar das coisas sérias ou dos momentos construtivos (CUSICANQUI, 2018, p. 141).

Esse apagamento e valorização apenas das vozes dominantes, Silvia Cusicanqui chama de macropolítica, que é justamente um movimento permanente para fugir dos mecanismos da política.

Macropolítica e micropolítica entrecruzam-se e bloqueiam-se mutuamente, num pêndulo que vai de uma para a outra, neutralizando a insurgência e tentando impor a política férrea do Estado, a identidade única da nação e a linguagem da lei. A micropolítica é escapar permanentemente aos mecanismos da política. É constituir espaços fora do Estado, manter neles um modo de vida alternativo, em ação, sem projeções teleológicas nem aspirações à transformação do conjunto da sociedade. Neste sentido, é nada

mais nada menos do que uma política de subsistência (CUSICANQUI, 2018, p. 142)

Para Guattari e Rolnik (2006, p. 133), “a questão da micropolítica é de como reproduzimos (ou não), os modos de subjetivação dominante (...)”. Ao invés de ideologia, já que estamos falando em subjetividade, Rolnik prefere falar sempre em subjetivação, em produção de subjetividade, que é a “matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (os setores de “ponta” da indústria)” (ROLNIK, 2006, p. 25). Para ela, as forças sociais que administram o capitalismo compreenderam melhor a questão da subjetividade do que marxistas e progressistas, que se perderam na teoria.

Os gestores capitalistas entenderam que a produção da subjetividade, talvez, seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, como o petróleo e as energias. O Japão é um exemplo, mesmo não tendo petróleo, mas em compensação tem de sobra uma produção de subjetividade, que permite à sua economia se “afirmar no mercado mundial, a ponto de receber a visita de centenas de delegações patronais que pretendem “japonizar” as classes operárias de seus países de origem” (ROLNIK, 2006, p. 26).

Entre os profissionais que atuam de alguma maneira na produção de subjetividade e que Rolnik diz que se convencionou chamá-los de “trabalhadores sociais” (p.29) e nos quais a profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro, estão jornalistas, assistentes sociais, psicólogos e outros. Segundo Rolnik (2006), esses profissionais se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental.

Mas para Guattari (1996) existe a necessidade de incluir a micropolítica em toda parte, nas relações de vida pessoal, na vida conjugal, vida amorosa e na vida profissional, pois nessas relações tudo é guiado por códigos. Ao estar em todas as áreas, cria-se um “novo tipo de análise pragmática” que corresponda, de fato, a um novo tipo de política. O autor lembra que qualquer problema importante está vinculado às mutações da subjetividade nos diferentes níveis micropolíticos, pois a subjetivação dos indivíduos é responsável por novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas (GUATTARI, 1996).

E é nesse contexto de mulheres ocupando espaço nas redações jornalísticas que vamos analisar como as jornalistas mulheres, que viveram entre a resistência-negociação com as macroestruturas do Poder, da nação e de uma fronteira no

extremo Norte da Amazônia, utilizaram as ações micropolíticas nesse território para o processo de conquista. Para isso, vamos utilizar as quatro “etapas do gesto atencional do cartógrafo” propostas de Virgínia Kastrup (2007): o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento.

2.3 CARTOGRAFIA COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA: O RASTREIO, O TOQUE, O POUSO E O RECONHECIMENTO

A proposta de cartografia como perspectiva metodológica envolve pensar a metodologia da pesquisa por vertentes diferentes, ou seja, o repensar as maneiras tradicionais de fazer pesquisa e colocar em prática um conhecimento que não seja apenas o ensinado na academia, mas valorizando a experiência do indivíduo. Como destaca Pozzana e Kastrup (2009), cartografar é acompanhar processos.

Deleuze e Guattari (1997) apontam que a cartografia faz com que a pesquisa possa ser ligada em qualquer ponto, sem uma hierarquia (com início, meio e fim). O pesquisador sintoniza as conexões encontradas de acordo com a sua bagagem e o modo como organiza sua investigação. A meta é construir conhecimento a partir de um panorama comunicacional, que considera movimentos e territórios peculiares, fazendo um trajeto de pesquisa com quatro “etapas do gesto atencional do cartógrafo”, conforme propostas de Kastrup (2007): o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento.

Deleuze e Guattari (1997) pensaram a liberdade e multiplicidade de criação de conceitos por parte do leitor/pesquisador. Assim, “a cartografia deixa de ser apenas uma arte ou ciência de compor cartas geográficas, para ser vista pelo prisma do que se convencionou a chamar de filosofia da diferença”, buscando, em diferentes territórios, as especificidades para compor uma área, que é sempre dinâmica e está sempre em movimento (AGUIAR, 2011, p. 22-23).

Na 2ª edição da obra *Cartografia Sentimental – Transformações contemporâneas do desejo* -, baseado na tese de doutorado, escrita na volta dela ao Brasil, depois de dez anos de exílio em Paris, Suely Rolnik reforça que como tarefa, o cartógrafo deve dar voz para afetos que pedem passagem e que ele é antes de qualquer coisa, um antropófago.

[...] dele [cartógrafo] se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias

que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago. (ROLNIK, 2011, p. 23).

A autora explica que a cartografia acompanha e se faz ao mesmo tempo que certos mundos se desmancham, se faz ao mesmo tempo que certos mundos perdem o sentido. É a partir daí que ocorre a formação de outros mundos, que “se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” e como toda cartografia, “ela foi se fazendo ao mesmo tempo que certos afetos foram sendo revisitados (ou visitados pela primeira vez) e que um território foi se compondo para eles” (ROLNIK, 2011, p. 23 e 26).

Diferente do mapa que é estático, para os geógrafos, a cartografia é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Para Rolnik (2011), paisagens psicossociais também são passíveis de cartografar. Nesse caso, a cartografia acompanha e se constrói ao mesmo tempo do desmanchar de certos mundos e da formação de outros. São mundos que se criam para “expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”.

Rolnik (2011) explica que diferente de um mapa, o ato de cartografar é compreender as paisagens nos seus acidentes, nas mutações, pois ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos do desejo —, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente. Espera-se que ele esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e atento às linguagens que encontra no caminho, devorando elementos que lhe parecem possíveis para compor as cartografias que se fazem necessárias. Para ela, o que importa na prática de um cartógrafo é que:

[...] ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência [...] (ROLNIK, 2011, p. 65).

Uma passagem nessa leitura de Suely Rolnik (2011) que me chamou atenção foi de que “pouco importam as referências teóricas do cartógrafo”, uma vez que para ele o que importa é que a teoria “é sempre a cartografia”. Ele acaba absorvendo matérias de qualquer procedência, não podendo ter o menor preconceito de linguagem ou estilo.

Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as

entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quando de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias (ROLNIK, 2011, p. 65).

A cartografia foi ativada por Deleuze e Guattari como um dos princípios do rizoma, mas ela vem se atualizando como um método e/ou procedimento de pesquisa no Brasil (p. 24) e como destacou Nísia Rosário (2016), seu uso ainda é embrionário na comunicação. Duas das principais expoentes da área, Suely Rolnik e Virgínia Kastrup, pensam a cartografia como método.

Rolnik considera a cartografia um método com duas funções: a primeira, de “detectar a paisagem, seus acidentes, suas mutações”; e a segunda, “ao mesmo tempo, criar vias de paisagens através deles” (1987, p. 6). Já Virgínia Kastrup (2009), a partir do encontro com Rolnik, que foi sua orientadora durante o doutoramento nos meados dos anos 1990, começa a trabalhar com a cartografia buscando pistas sobre esse método, “que vem sendo utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade” e que visa acompanhar processo e não representar objeto.

Vale ressaltar que há quem defenda a cartografia como procedimento metodológico aplicável aos seus objetos empíricos, e não como método (ROSÁRIO, 2016). Aguiar traz no seu trabalho de dissertação o nome do professor Roberto Machado como exemplo dessa última vertente.

O autor que fez seu pós-doutoramento na Universidade de Paris VIII, com Gilles Deleuze, em 1985-86, assegurou que “Deleuze jamais criaria um método com regras ou fórmulas para ser seguido”. A afirmação foi feita dia 09 de junho, de 2010, na Unisinos, quando ministrou a palestra intitulada: *A geografia deleuziana do pensamento*. Nessa palestra perguntei-lhe sobre sua posição em relação à cartografia e ele foi claro ao afirmar que a cartografia seria um procedimento (AGUIAR, 2011, p. 25-6).

Como o pesquisador sintoniza as conexões encontradas de acordo com a sua bagagem e o modo como organiza sua investigação, faremos um trajeto de pesquisa utilizando as quatro “variedades do funcionamento atencional que fazem parte do trabalho do cartógrafo”, propostas por Kastrup (2009, p. 40): o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

Na primeira fase, nesse gesto atencional do cartógrafo, a do rastreio, ocorre uma varredura de campo, com o olhar mais panorâmico, sem conhecer de fato o que

se procurava, mas com a intenção de localizar pistas. Para Kastrup (2009, p. 40). “rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo”, e assim o alvo surgirá de modo imprevisível, sem que saibamos de onde.

Após o rastreio, vem o toque, no qual acontece a seleção do que nos interessa, do que nos fisga dentro do cenário investigado. É quando algo acontece e exige atenção, pois o “toque é percebido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção” e o “que se destaca não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo” (KASTRUP, 2009, p. 42).

Como essa rugosidade é de origem externa, uma vez que o que nos causa inquietação provém do ambiente, Rolnik (2006) afirma que a subjetividade do cartógrafo é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força e não na dimensão de matéria-forma. Isso representa que a nossa atenção é acionada no nível das sensações e não no nível das percepções ou representações de objetos. Primeiro eu sinto e depois eu percebo.

[...] a tensão do cartógrafo é capturada de modo involuntário, quase reflexo, mas não se sabe ainda do que se trata. tem lugar uma reação de orientação. [...] O toque pode levar tempo para acontecer e poder ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação ad hoc. (KASTRUP, 2009, p.43)

Agora, o cartógrafo estará pronto para fazer o pouso, focando sua atenção sobre um ponto, que foi estimulado pela sua percepção, seja ela “visual, auditiva ou outra, realizando uma parada e o campo se fecha numa espécie de zoom. Essa janela atencional representa que um novo território se forma e o campo de observação se reconfigura, criando referência espacial, mas não se limita a isso” (KASTRUP, 2009, p.43).

Na quarta etapa, a do reconhecimento atento, é quando o campo de observação se reconfigura e o território começa a tomar forma, pois é nessa variedade atencional que o cartógrafo destaca os contornos singulares do objeto, ou seja, será o movimento de análise dos dados encontrados, de forma a fornecer resposta ao problema proposto.

Kastrup (2009) faz a diferença entre reconhecimento automático e reconhecimento atento. Ele afirma que o reconhecimento atento tem como traço marcante, nos reconduzir ao objeto para destacar seus contornos singulares. Nossa percepção nos leva às imagens do passado conservadas na memória, ao contrário do reconhecimento automático, em que ela é lançada para a ação futura, tendo como base e como alvo a ação. De maneira geral o reconhecimento é entendido como uma espécie de ponto de interseção entre a percepção e a memória. O presente vira passado, o conhecimento, reconhecimento.

Como exemplo do reconhecimento atento, Kastrup (2009) fala sobre o caminhar por um local conhecido, e que por isso, é natural o deslocamento rápido e sem dar atenção ao caminho percorrido.

(...) Ora, no caso do cartógrafo, é nítido que não pode se tratar de reconhecimento automático, pois o objetivo é justamente cartografar um território que, em princípio, não se habitava. Não se trata de se deslocar numa cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação.

A partir dos apontamentos dos teóricos acima mencionados sobre a cartografia e utilizando das quatro etapas do gesto atencional do cartógrafo, proposto por Virgínia Kastrup (2009), construímos um percurso para definirmos as técnicas de coleta de dados que utilizaríamos em cada momento de nossa pesquisa. Apresentamos agora quais são as etapas propostas por Kastrup e sua respectiva técnica, selecionadas para a pesquisa, e como cada uma foi aplicada a nosso campo e objeto empírico.

Na primeira fase, a do rastreio, sem conhecer de fato o que se procurava, mas com a intenção de encontrar pistas, varrer o campo de opções para responder à pergunta de pesquisa, ocorreu a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa da pesquisa e a identificação dos jornais circulantes. Tudo isso ajudou a identificar o alvo que queríamos atingir.

Após o rastreio, veio a segunda etapa, a do toque, aquilo que nos chamou atenção no cenário investigado. O toque ocorreu em dois momentos: primeiro, a definição dos jornais *Folha de Boa Vista* e *A Gazeta*, compondo nosso *corpus* da pesquisa. No entanto, a inquietação no meio do caminho nos fez incluir os jornais *O Átomo* e o *Jornal Boa Vista*. E no segundo momento, com o mapeamento dos expedientes, notas e matérias publicadas.

Na terceira etapa do gesto atencional construído, o pouso, depois de identificarmos parte do cenário e seus atores envolvidos (mulheres e outros profissionais), focamos nossa atenção naquilo que estimulou nossa percepção e que nos ajudou a entender como ocorria a inserção dessas mulheres nas redações dos jornais impressos. Para isso, foi aplicada a entrevista com manejo cartográfico em busca das respostas.

Quando o campo de observação se reconfigura e o território começa a tomar forma, acontece a quarta e última variedade do gesto atencional, a do reconhecimento atento. Nessa variedade atencional do movimento de análise dos dados encontrados, de forma a fornecer resposta ao problema proposto, associamos o conceito de micropolítica para entendermos à prática da inserção do sexo feminino em um ambiente costumeiramente masculinizado. Mas lembrando que o ato de cartografar não tem um movimento ou caminho único, uma forma pronta e definida, ou seja, é um método no qual o pesquisador pode ao longo do caminho ir traçando e encontrando o tom de sua pesquisa sem esquecer o rigor científico.

Para dar uma melhor visibilidade à proposta de cartografar como se deu a participação das mulheres jornalistas nas redações em quase cinquenta anos do século XX, incluindo os 21 anos da ditadura militar, criamos o Quadro 1, na qual explicamos os caminhos adotados e facilitamos para quem está lendo, a compreensão das informações e a nossa proposta metodológica.

QUADRO 1 – Etapas do gesto atencional e os procedimentos metodológicos

QUATRO ETAPAS DO GESTO ATENCIONAL (KASTRUP, 2009)		PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (PESQUISADORA)
1ª – Rastreio	Na primeira fase nesse gesto atencional do cartógrafo, a do rastreio, ocorre uma varredura de campo, com o olhar mais panorâmico, sem conhecer de fato o que se procurava, mas com a intenção de localizar pistas. Para Kastrup (2009, p. 40), “rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo”, e assim o alvo surgirá de modo imprevisível, sem que saibamos de onde.	A primeira etapa envolve a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa da pesquisa e a identificação dos jornais circulantes.
2ª - Toque	Após o rastreio, vem o toque, no qual acontece a seleção do que nos interessa, do que nos fisga dentro do cenário investigado. É quando algo acontece e exige atenção, pois o “toque é percebido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção” e o “que se destaca não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo” (KASTRUP, 2009, p. 42). Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação ad hoc. (KASTRUP, 2009, p.43)	A segunda etapa ocorre em dois momentos: 1 - Definição do <i>corpus</i> da pesquisa: <i>Folha de Boa Vista; A Gazeta; O Átomo e o Jornal Boa Vista</i> . 2 - Mapeamento dos expedientes, notas, matérias publicadas, artigos, comunicados e outras publicações que auxiliem a busca de informações pesquisadas.
3ª – Pouso	Agora, o cartógrafo estará pronto para fazer o pouso, focando sua atenção sobre um ponto, que foi estimulado pela sua percepção, seja ela “visual, auditiva ou outra, realizando uma parada e o campo se fecha numa espécie de zoom” (KASTRUP, 2009, p.43). Essa janela atencional representa que um novo território se forma e o campo de observação se reconfigura, criando referência espacial, mas não se limita a isso.	Aplicação de entrevistas na perspectiva do manejo cartográfico com mulheres e outros atores identificados no percurso da pesquisa formou a terceira etapa.
4ª - Reconhecimento Atento	Na quarta etapa, a do reconhecimento atento, é quando o campo de observação se reconfigura e o território começa a tomar forma, pois é nessa variedade atencional que o cartógrafo destaca os contornos singulares do objeto, ou seja, será o movimento de análise dos dados encontrados, de forma a fornecer resposta ao problema proposto.	Na quarta e última etapa estava a análise dos dados aplicando o conceito de micropolítica de Silvia Cusicanqui (2018)

Fonte: elaboração própria

Esses pontos formam as paisagens, seus acidentes e suas mutações, que criamos ao traçar o nosso mapa de pesquisa. Como destacou Suely Rolnik (1987), para o cartógrafo o que importa mesmo é que a teoria seja sempre a cartografia, uma vez que ele acaba absorvendo matérias de qualquer procedência, não podendo ter o menor preconceito de linguagem ou estilo.

Os fios dessa trama começaram a ser traçados ao longo de 2021, no exercício do estado da arte, durante os eventos que participamos e dos quais pegamos dicas de leitura e de autoras sobre o nosso tema, bem como das dicas da nossa orientadora, em especial, sobre a metodologia. Confesso que inicialmente a ideia de eu criar meu próprio caminho na pesquisa me assustou, mas aceitei o desafio.

A construção desse mapa foi desafiadora, pois seguindo os princípios do rizoma, a cartografia pode ser realizada seguindo direções e percursos que se organizam à medida que a pesquisa vai evoluindo (COCA, ROSÁRIO, 2018). Desse modo, buscamos cartografar as conquistas do século XX, uma época de ampliação de direitos, de oportunidades e de mudanças, tanto na qualidade de vida quanto no imaginário coletivo.

Nos próximos capítulos desenvolvemos o referencial teórico como exercício cartográfico, ou seja, apresentamos o mapa que construímos ao longo do caminho, para formar uma discussão a respeito do tema, como debater sobre a importância das mulheres nos jornais e seu papel social, das conquistas e ampliação de direitos ao longo dos últimos séculos e da criação dos jornais que circularam na imprensa de Roraima.

2.4 MANEJO CARTOGRÁFICO DA ENTREVISTA

Ao fazer o manejo cartográfico da entrevista, a intenção foi pesquisar a experiência relatada por cada entrevistado e capturar acontecimentos narrados em cada fala (TEDESCO, SADE, CALIMAN, 2014). Pela quase ausência de estudos e de material bibliográfico sobre a presença da mulher nos jornais impressos roraimense, a entrevista foi o instrumento aplicado em busca de respostas.

Os personagens escolhidos, além de mulheres que atuaram em alguns dos periódicos estudados, também inclui homens e outros personagens necessários na construção desse fazer jornalístico, como os editores-chefes, profissionais da área.

Conversamos com várias pessoas⁸ em busca de pistas, e isso nos permitiu identificar 16 entrevistados, com 10 aplicações de questionário mais amplo e profundo, sendo sete respondentes, conforme veremos mais adiante.

Vamos falar de cada um e os motivos da escolha, já que para construir o fazer jornalístico nesta territorialidade amazônica do extremo norte do país passava por tais compartilhamentos de experiência do dizer, o que foi fundamental para pensar na direção que seguimos.

Entende-se que o procedimento metodológico da entrevista de manejo cartográfico assume um aspecto qualitativo e se aproxima de uma conversa, na qual há um roteiro de perguntas flexíveis e adaptáveis a cada situação. O processo da entrevista não se restringe a perguntas e respostas, mas extrapola o campo da percepção, do ambiente inserido, e da apreensão de todas as forças coletivas envolvidas. “A entrevista visa não à fala sobre a experiência, e sim à experiência na fala” (TEDESCO, SADE, CALIMAN; 2014, p.100).

Para cada um dos sete respondentes, escolhidos para contribuir com os depoimentos, foi construído um questionário preliminar, com perguntas comuns para todos na intenção de encontrar respostas ao problema e objetivos da pesquisa, mas também para compreender o fazer jornalístico daquele período, que atravessou a mais longa Ditadura Militar do país e a história do veículo pesquisado.

Ao utilizar a técnica de pesquisa qualitativa, as perguntas foram encaminhadas com antecedência, por *e-mail* e/ou por *WhatsApp*, para análise dos dez entrevistados. A intenção foi envolver cada um, bem como deixá-los mais à vontade para alterar, modificar ou até excluir alguma pergunta, e torná-los partes ativas da pesquisa. No entanto, não houve recomendação de alteração por nenhum deles e eu prossegui o caminho.

Para tanto, as entrevistas ocorreram de forma presencial, prioritariamente em Boa Vista, ou virtual, em ambas com gravação do áudio, de acordo a escolha dos entrevistados. Nos casos de pessoas que estavam fora de Roraima, como Sandra Tarcitano, Fátima Oliveira, José Reis Gomes e Goretti Leite, e de quem estava em

⁸ Como familiares de Ana Cecília Pereira Mota, que tinha o nome publicado na capa do *Jornal Tribuna do Norte*; servidores da Imprensa Oficial e dos órgãos visitados como MIRR, Palácio da Cultura, Divisão de Arquivo Central e Divisão de Patrimônio Histórico; mulheres jornalistas com mais de 30 anos de profissão, como Consuelo Oliveira, Sandra Lima, Conceição Silva; jornalistas homens, como Galvão Soares, Francisco Cândido e José Maria Carneiro; fora donos de possíveis acervos, como médico Mozart Pinheiro, da Fares; e o radialista Aureomar Mesquita da Silva; e pessoas que atuaram na política do período.

Roraima, como Shirley Rodrigues, ocorreram por meio de ligação ou mensagem de áudio pelo *WhatsApp*.

Diferente da entrevista convencional, ou mesmo questionário, a entrevista de manejo cartográfico deseja observar o desenrolar do diálogo e permitir a fluidez em que outras perguntas podem saltar. Para isso as perguntas são mais abrangentes, indo na contramão de palavras de ordem ou que limitam muito o campo das respostas. Evitando perguntas muito diretas e simplistas, como “o que é?”, “concorda, ou não?”, e dar preferência as perguntas abertas a complexidade e aos desdobramentos possíveis, que vão em busca da experiência para formular como resposta, “como?” (TEDESCO, SADE, CALIMAN; 2014, p.100).

Entre as perguntas comuns para os sete entrevistados/respondentes, estão:

- Os jornais tinham alguma política de contratação dos seus profissionais, como exigir formação ou experiência profissional, tinha seleção ou apenas saber escrever bem era um requisito? Como ocorria a contratação dos jornalistas?

- Nos jornais que tivemos acesso, não me recorde de ter encontrado mulheres jornalistas cobrindo esporte ou polícia nos jornais impressos no período de 1943 a 1987/8. Como foi essa participação feminina na produção dos jornais, quais as editorias e cargos elas ocupavam? Ao que você atribui essa pouca participação delas?

- Quais as dificuldades enfrentadas por elas para exercer a profissão de jornalista?

Os sete questionários que obtivemos respostas podem ser encontrados nos *Apêndices* desse trabalho. Optamos por disponibilizar apenas os respondentes. Encontram-se, também, os dois questionários compilados (antes de enviar aos nossos entrevistados) submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRR, por meio da Plataforma Brasil. Foram quase dois meses entre a submissão e a aprovação.

O pedido de autorização ao CEP para aplicação das entrevistas ocorreu dia 29 de março de 2022, e dia 27 de maio teve parecer favorável do CEP/UFRR (Anexo A). Nesse ínterim, um dos requisitos para submissão à plataforma Brasil foi adaptar o projeto de pesquisa com informações diferenciadas, como os riscos e os benefícios da pesquisa, incômodos gerados durante a entrevista, o público-alvo, o público excluído e a possibilidade de o entrevistado desistir da entrevista.

Conheça cada um dos sete personagens que responderam ao questionário ampliado, bem como ocorreu cada entrevista.

- 1 - Fernando Antônio Quintella Ribeiro - Jornalista e economista, dono da *Gazeta Feminina/A Gazeta/ A Gazeta de Roraima*
- 2 - Maria Lionete Madeira da Silva de Souza Cruz - ex-colunista social do *Jornal Boa Vista* e da *Folha de Boa Vista*
- 3 - Manoel Fernando Soares Estrella – Jornalista e um dos fundadores da *Folha de Boa Vista*
- 4 - Murilo Bezerra de Menezes - Um dos símbolos da Imprensa Oficial em Roraima
- 5 - Pérciles Verçosa Perruci – Jornalista, ex-editor-chefe do *Jornal Boa Vista* e um dos donos do jornal *Tribuna de Roraima*
- 6 - Sandra Regina Tarcitano – Jornalista, primeira editora-chefe no Território Federal de Roraima e uma das fundadoras do jornal *Folha de Boa Vista*
- 7 - Shyrlayne de Fátima Rodrigues Santos “Shirley Rodrigues” – Jornalista e colunista social, oficialmente, do jornal *Folha de Boa Vista* desde 1988

1 - FERNANDO ANTÔNIO QUINTELLA RIBEIRO

Um dos decanos da comunicação, o jornalista e economista é carioca, com 54 anos de profissão no jornalismo e mais de 41 deles vividos em Roraima. Foi fundador do primeiro e único jornal voltado ao público feminino: a *Gazeta Feminina*, que circulou pela 1ª vez em dezembro de 1981 e, na terceira edição precisou mudar o nome para *A Gazeta*. Novamente, em abril de 1988, outra mudança, agora para *A Gazeta de Roraima*. Aposentou-se em setembro de 2009 como servidor público federal.

Veio para Roraima por oportunidade. A esposa Daysy Quintella era recém-formada em Direito, trabalhava em um escritório de advocacia, e ele trabalhava na Companhia de Transportes Coletivo do Rio de Janeiro. Surgiu a proposta de vir para Roraima, em termos financeiros, extremamente interessante, com uma possibilidade de uma vida mais tranquila. Inicialmente, ele veio conhecer.

Desembarcou dia 1º de dezembro de 1980, para ver o que tinha, qual era a proposta, qual era a possibilidade. Gostou. Três dias depois, voltou ao Rio e no dia 19 de janeiro de 1981, ele e Daysy chegaram em definitivo no então Território Federal de Roraima. Os filhos vieram depois devido às férias e escola.

Quintella foi direto para a Secretaria de Planejamento como economista, e a Daysy foi trabalhar como advogada, coordenadora de recursos humanos, treinamento no Sebrae, que era o Ceag, que tinha acabado de ser implantado. No mesmo ano que piso em solo macuxi, fundou seu jornal.

Motivo da escolha: por ser fundador do primeiro e único jornal voltado ao público feminino: a *Gazeta Feminina*.

Nossa conversa de 1h38 minutos, ocorreu na tarde do dia 21 de outubro de 2022, no local escolhido por Quintella: na biblioteca da sua casa, bairro Caçari, que logo na porta de entrada encontramos a primeira edição do jornal *Gazeta Feminina* emoldurada. Apaixonado por esporte, foi o jornalista que lembrou do nome Fatinha da Galera, a primeira jornalista a cobrir esporte no Território de Roraima.

2 - MARIA LIONETE MADEIRA DA SILVA DE SOUZA CRUZ

A contadora é ex-colunista social do *Jornal Boa Vista* (nov/1981 a jul/1983) e *Folha de Boa Vista* (fev/1984 a mar/1985), natural de Boa Vista/RR, com família da região de Surumu. Atualmente vive na tranquilidade da zona rural de Boa Vista.

Seu primeiro contato com impresso ocorreu no final de 1979, quando foi contratada como Artífices de Artes Gráficas da Imprensa Oficial do Governo do Território. Começou a trabalhar como secretária do diretor do jornal e depois exerceu outras funções.

Atuou na parte de encadernação do jornal, na área de fotocomposição e até chegou a revelar fotografia. Depois, com o incentivo do ex-editor-chefe do jornal, Péricles Perruci, começou a escrever. Assinava a coluna social, mas também tinha uma página de moda, vendeu publicidade para o jornal e foi promotora de eventos. Tudo isso sem abandonar o colunismo social.

Depois de sair da *Folha*, parou de atuar, casou, teve filhos. Começou a trabalhar em Assessorias de Comunicação, tendo passado pelas assessorias do Palácio, da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na gestão de Aniceto Campanha Wanderley. Atuou até 2005 na área.

Motivo da escolha: colunista social em dois dos quatro jornais que compõem o *corpus* da pesquisa.

A nossa conversa gravada de 25min48segundos, ocorreu dia 03 de novembro de 2022, por volta de meio dia, no apartamento que ela mantém na capital Boa Vista. Lionete foi nossa penúltima entrevistada com questionário longo.

3 - MANOEL FERNANDO SOARES ESTRELLA

Com mais de 44 ano de jornalismo, o carioca Fernando Estrella iniciou as atividades no ano de 1977, no Rio de Janeiro, como assistente e iluminador em um estúdio privado. Estrella esteve em Roraima pela primeira vez em novembro de 1979. No mês seguinte resolveu mudar de domicílio.

Para isso, trocou todo seu equipamento fotográfico por uma passagem aérea. Chegando aqui, foi fotógrafo, repórter-fotográfico, trabalhou na Codesaima e depois de dois meses de Codesaima foi requisitado à Assessoria de Comunicação do Palácio. Desenvolveu suas atividades no *Jornal Boa Vista*.

Nas mais de quatro décadas em solo roraimense, atuou como fotógrafo, câmera, produtor de programas, repórter e empresário do ramo de turismo. Estrella é um dos fundadores da *Folha de Boa Vista*, em outubro de 1983, juntamente com Sandra Tarcitano, Cosette Espíndola e Cícero Cruz Pessoa.

Também fundou *O Jornal*, em agosto de 1988, em sociedade com os então deputados federais pelo Território de Roraima, Ottomar Pinto e Marluce Pinto. Na eleição de 1990, Ottomar foi eleito governador, cargo que ocupou por três vez, e Marluce, senadora, sendo reeleita na eleição seguinte.

Juntamente com outros profissionais, Estrella ajudou na fundação do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Roraima (Sinjoper), e faz parte da atual gestão. Trabalhou com comunicação em gabinete parlamentar do Senado Federal, no Ministério da Educação e Ministério da Agricultura. Continua escrevendo, fazendo *freelas* para agências de notícias e produzindo documentários.

Jornalista premiado, ganhou em dezembro de 2021, o 1º lugar, na categoria cinema, o prêmio da Assembleia Legislativa de Roraima dos 30 anos, com o vídeo que tratou a relação da imprensa no período de Território Federal à transformação em Estado. O vídeo analisou o papel da imprensa junto à Assembleia Legislativa nesse período de implantação.

Quando da entrevista, Estrella adiantou que estava na produção de um documentário institucional, de 1h20minutos, falando sobre direitos humanos,

contando a história da família de líderes indígenas venezuelanos, que foram obrigados a fugir para o Brasil e que estão aqui como refugiados e são fugitivos do governo socialista de Maduro. A ideia era finalizar para inscrever em alguns festivais.

Motivo da escolha: fundador do jornal *Folha* e ainda estar atuando na área.

A entrevista ocorreu na tarde do dia 27 de outubro de 2022, por *WhatsApp*, e pessoalmente, na manhã do feriado de 28 de outubro, numa sala comercial na avenida Major Williams. O encontro presencial durou 1h19minutos de conversa gravada.

4 - MURILO BEZERRA DE MENEZES

Um dos símbolos da Imprensa Oficial em Roraima, nasceu em Manaus no dia 06 de junho de 1935. Veio para Roraima em março de 1945, com a mãe, Helena Bezerra de Menezes e os irmãos. O pai, José Bezerra de Menezes, era falecido. Casou-se com Severina Silva de Menezes, a dona Silvia, em 1960, e o casal teve cinco filhos, 12 netos e 4 bisnetos.

Seu Murilo trabalhou com a jornalista Maria Macaggi na Imprensa Oficial. O primeiro contato dele com impressos aconteceu no jornal *O Átomo*, do Tenente Estevam Guimarães, atuando na divulgação e redação. Na entrevista, afirmou que o dono do jornal era seu padrinho, e chegou a fazer de tudo um pouco.

O seu irmão Adalberto Bezerra de Menezes, que também foi um dos primeiros funcionários da Imprensa Oficial na área gráfica e que décadas depois montou sua própria empresa gráfica, teria convidado Murilo Bezerra entre 1963 e 1964, para trabalhar com ele na Imprensa Oficial.

Chegou a ser nomeado prefeito de Caracaraí (1974) e prefeito de Normandia (1976), indicação de Hélio Campos. No primeiro governo de Ottomar Pinto (1979-1983), Murilo voltou ao município de Caracaraí. Ele compartilhou que em Caracaraí teria produzido seu primeiro e único jornal, *A Gazeta de Caracaraí*, mas não se recordou em qual das passagens isso ocorreu.

Motivo da escolha: uma fonte oral riquíssima em informações do período de Território do Rio Branco, e por ter conhecido e trabalhado com Maria Macaggi.

Articulamos a entrevista com a filha caçula Cybele Menezes, dia 23 de agosto de 2022, por mensagem de *WhatsApp*. Devido a idade de 87 anos, enviar o questionário com antecedência ajudou a organizar os pensamentos e procurar lembranças na memória. Seu Murilo foi o responsável pela pista do pasquim liderado

por jornalistas mulheres em 1947, no território do Rio Branco. A entrevista ocorreu na tarde de 25 de agosto e durou 59 minutos e 54 segundos.

5 - PÉRICLES VERÇOSA PERRUCI

O jornalista foi redator e editor-chefe do *Jornal Boa Vista* e um dos proprietários do jornal *Tribuna de Roraima*, lançado em abril de 1986. Dividiu com o jornalista João Alencar, assassinado na avenida Ene Garcez, dia 02 dezembro de 1982, a apresentação do polêmico programa radiofônico *Tribuna Livre*, na Rádio Equatorial.

Natural de Recife (PE), chegou ao Território Federal de Roraima em junho de 1972, vindo da cidade de Manaus, onde exercia atividades bancárias. Paralelamente, trabalhou na Rádio Tropical de Manaus, a primeira FM do Brasil e da América do Sul. O convite recebido para Roraima era chefiar um escritório de construção civil, mas o emprego não durou muito.

Como não queria ir embora, aproveitou a oportunidade que surgiu e fez um concurso público para o cargo de redator, da Secretaria de Educação, justamente para atuar no setor da Rádio Roraima, que era ligado à pasta. Aprovado, foi trabalhar na rádio, na década de 1970, quando Laucides Oliveira era diretor, e se destacava por aproveitar o potencial de cada profissional. Perruci ficou no jornalismo da rádio. Depois foi para o jornal governamental.

Antes de vir para Roraima, trabalhou com um tio na Casa Publicadora Batista, uma entidade evangélica. O contato permitiu-lhe o primeiro contato com uma atividade editorial, e aprender mais sobre comunicação escrita. Também foi estagiário na Rádio Copacabana, e na Rádio Tamoio, as duas no Rio de Janeiro. Então, a vida de jornalista começou no final da década de 1960.

Motivo da escolha: editor-chefe e redator tanto no *Jornal Boa Vista*, um dos *corpus* da pesquisa, como de outros veículos.

Depois de anos sem encontrar pessoalmente o entrevistado na cidade, consegui seu contato em outubro de 2021. Mandeí mensagem de texto falando da minha pesquisa e pedindo ajuda com sua memória. De pronto, aceitou o convite. A ideia inicial da entrevista era fazê-la por videochamada, visto que Perruci estar residindo em João Pessoa (PB).

Na fase de aplicação das entrevistas, veio a boa notícia de que o entrevistado estaria em outubro de 2022, em Boa Vista. Marcamos nosso bate-papo para o dia 29

de outubro, um sábado, a partir das 8h30 da manhã. Fui pegá-lo na casa da filha Perla, no bairro Cidade Satélite. A entrevista aconteceu na praça de alimentação do shopping do bairro Cauamé e a gravação teve 2h e 3 minutos, mas foram cinco horas de conversas sobre causos jornalísticos e políticos daquele período. Uma aula.

6 - SANDRA REGINA TARCITANO

Nasceu na cidade de Santo André (SP), cursou a Faculdade de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, no Instituto Metodista de Ensino Superior, de São Paulo, no período de 1977 a 1980. A escolha pelo jornalismo sempre recebeu apoio da família. Como queria sair de São Paulo, depois de formada veio para Roraima em 1981, a convite de um casal de amigos que tinha vindo um ano antes. Aqui permaneceu até 1991.

Seu primeiro contato com jornais impressos foi em Assessoria de Imprensa de uma cooperativa de jornalistas, de São Bernardo do Campo, fundada por profissionais da região do ABC e estudantes de jornalismo. O trabalho era fazer assessoria de imprensa para alguns sindicatos. Seu ingresso profissional foi em Roraima.

Tarcitano foi a primeira editora-chefe na imprensa de Roraima, no jornal do Governo do Território (*Jornal Boa Vista*, Edição 313, de 09 de outubro de 1981) e depois também exerceu funções de chefia do jornal na *Folha de Boa Vista*, no qual ela ajudou a fundar. Atuou na área de jornalismo até 1992, com assessoria de imprensa do Ibama, em Goiás.

Motivo da escolha: primeira mulher a ocupar o cargo de editora-chefe no Território; umas das fundadoras do *Folha de Boa Vista*.

Meu primeiro contato com a Sandra ocorreu em outubro de 2021, por meio de mensagem de texto, e desde o primeiro momento, ela se mostrou receptiva à ideia de contribuir com a pesquisa. Como estava na fase do rastreio (KASTRUP, 2009), ela foi a primeira jornalista atuante no período pesquisado que consegui falar, o que me deixou muito feliz. Todas as jornalistas decanas da imprensa local com as quais eu conversava, nenhuma se recordava de ter atuado antes de 1988.

Conversamos em outra oportunidade e no dia 04 de outubro de 2022, enviei o questionário. Deixei a seu critério como ela gostaria de responder, visto que eram muitas perguntas. No dia 10 de outubro ela mandou as respostas por mensagem de voz, individualizadas para cada pergunta. Foram pouco mais de 20 minutos de áudios.

7 – SHYRLAYNE DE FÁTIMA RODRIGUES SANTOS “Shirley Rodrigues”

Roraimense, formada nas primeiras turmas de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo - da Universidade Federal de Roraima -, Shirley Rodrigues assina a coluna social da *Folha* há mais de 34 anos. Mas antes de assumir oficialmente, em dezembro de 1988, já contribuía com a colunista Mabel Trajano.

Pelos jornais disponíveis para consulta na Hemeroteca Nacional, assinou a primeira página social na *Folha*, a “By special Shirley”, na edição 506, de 26 de março de 1989, um domingo. Shirley substituiu Mabel, que assinou a última coluna na *Folha*, na Edição 482, dia 30 de outubro de 1988. Mabel assumiu a coluna do jornal *Tribuna de Roraima*.

Do seu trabalho de conclusão de curso de jornalismo, Shirley publicou o livro *A Imprensa Escrita em Roraima: uma questão de ética*, em 1996. No seu currículo consta a atuação na Rádio Tropical 94.1, como apresentadora do programa “Chá das Cinco”. Atuou como repórter, apresentadora e âncora na extinta TV Caburaí, afiliada à Rede Bandeirantes de Televisão.

Também foi assessora de Imprensa do extinto Banco do Estado de Roraima S/A (Baner), assessora da OAB/RR, Conselheira Estadual de Cultura eleita pela comunidade (dois mandatos). Atualmente é membro da Academia Roraimense de Letras. Foi empossada em agosto de 2022 como membro vitalício da Academia de Literatura, Artes da Amazônia. Teve seu nome aprovado para Cátedra Indígena de Roraima, com previsão de posse para janeiro de 2023.

Motivo da escolha: ter atuado no período pesquisado e ainda estar ativa na mesma função que iniciou no jornalismo, o colunismo social. A entrevista ocorreu por ligação telefônica, dia 14 de dezembro de 2022, às vésperas de uma viagem dela para fora de Roraima.

ENTREVISTAS AVULSAS - Também vamos disponibilizar os nomes das seis pessoas que conversamos para compor esse trabalho. Essas entrevistas não tiveram perguntas elaboradas, conforme explicado anteriormente:

1 - Elena Campo Fioretti – Conselheira de Cultura e idealizadora do documentário “*Nenê Macaggi – Roraima entre linhas*”

- 2 - José Reis Gomes, neto de Ana Cecília Mota - Jornal *Tribunal do Norte*
- 3 - Luiza Carmem Brasil “Petita Brasil” - conselheira de cultura
- 4 - Maria Aurilena Fagundes - integrante da primeira turma da UFRR e uma das primeiras a colar grau
- 5 - Maria de Fátima Oliveira – primeira repórter esportiva no radiojornalismo local
- 6 - Maria Goretti Leite de Lima – professora aposentada da UFRR e a primeira docente e coordenadora do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

1 – ELENA CAMPO FIORETTI

Conselheira de Cultura, dividiu reuniões no Conselho com a jornalista e escritora Maria Macaggi, entre 1996 e 1997, é autora da proposta vencedora do DOC TV II, *Nenê Macaggi - Roraima entre linhas*, produzido em 2005, que teve como pano de fundo o livro mais conhecido de Macaggi, *A Mulher do Garimpo*.

Com 54 minutos divididos em três blocos, para concorrer à seleção de propostas da Fundação Padre Anchieta, o documentário precisava cumprir alguns requisitos, entre eles, ter o tema regional e mostrar a trajetória de personalidades ou situações naquele ambiente regional. A *avant-première* aconteceu dia 30 de abril de 2006, na frente do Palácio da Cultura, que também tem o nome da jornalista-escritora.

Nesse mesmo dia de pré-estreia, ocorreram outros dois eventos. O ato solene na frente do Palácio da Cultura, quando o governador Ottomar Pinto assinou os decretos renominando o Palácio da Cultura e criando o Dia do Escritor Roraimense, 13 de abril, data de nascimento de Macaggi. Foi uma forma de homenageá-la passados mais de três anos da sua morte, em março de 2003.

Motivo da escolha: por ser autora do documentário e possibilidade de encontrar pistas para confirmar o pioneirismo da Macaggi como jornalista no Território Federal do Rio Branco.

A entrevista ocorreu na sala do Conselho de Cultura, quando eu fui em busca do videodocumentário e de encontrar documentos e objetos pessoais da jornalista-escritora, visto que na fase do rastreo (KASTRUP, 2009), soubemos de uma sala de referência em nome dela com seus pertences, fotos, livros e recortes de jornal. No entanto, só encontramos o nome da sala, alguns livros e nenhum dos objetos.

Na visita ao Conselho, Elena estava lá, sentada numa mesa, manuseando algum documento, e ao falar do objetivo da visita, ela foi receptiva e gentilmente passou uma cópia do videodocumentário em *pen drive*. Aproveitei a oportunidade para saber mais sobre Macaggi, incluindo família, filhos, trabalho e legado no jornalismo. Foram 33 minutos de conversa gravada, na manhã do dia 05 de agosto de 2022.

2 - JOSÉ REIS GOMES

Como a maioria dos jornais circulantes do período pesquisado, tivemos dificuldades de encontrar exemplares do *Tribuna do Norte*. Encontramos apenas a edição 145, de 05/11/1969, no Museu Integrado de Roraima. Como veremos mais detalhadamente na parte dos jornais, era produzido pelo roraimense Antônio Rodrigues Pereira, diretor-responsável. Além do expediente, vinha na capa o nome de Ana Cecília Mota Pereira, diretora responsável.

Em busca dessa pista com nome de mulher, e devido ao sobrenome Pereira, acreditávamos ser membro da família do médico Rodolfo Pereira, ex-deputado federal por Roraima. Ao fazermos contato com ele, no segundo semestre de 2022, confirmamos a suspeita. Ana Cecília era mãe de Antônio Rodrigues e avó de Rodolfo. O médico nos indicou alguns nomes para possíveis contribuições, entre eles, José Reis Gomes.

Motivo da escolha: neto de Ana Cecília e sobrinho de Antônio Rodrigues, que ainda menino, morou com o tio e chegou a vender o jornal nas ruas de Boa Vista.

A conversa ocorreu numa ligação de aproximadamente 5 minutos, na qual ele nos deu a pista de que o tio tinha alguns jogos encadernados do *Tribuna do Norte*, e que a leitura dos mesmos, era um dos seus passatempos favoritos. No entanto, depois da sua morte, não se sabe quem ficou com os jornais encadernados. Até fizemos contato com familiares, mas infelizmente não conseguimos localizar o material.

3 - LUIZA CARMEM BRASIL “Petita Brasil”

Na fase do rastreio, e por integrar o núcleo familiar da elite política roraimense, procuramos a conselheira de cultura Petita Brasil para uma conversa sobre a imprensa do Território Federal. Por um acaso, nós a encontramos na sala de pesquisa

da Imprensa Oficial, no segundo semestre de 2022, quando estava mapeando o *Jornal Boa Vista*.

Motivo da escolha: por ser mulher, ser da elite política roraimense e ser da área de cultura.

Gravamos no dia 06 de setembro de 2022, véspera de feriado de 7 de setembro, áudio de 14 minutos de conversa sobre pistas de mulheres empoderadas no Território e sobre Maria Macaggi. Petita era candidata a deputada federal nas eleições de 2022, e em meio a correria da campanha, ela tirou mais de 1h30 do seu tempo para conversamos, em um final de tarde. Ela fez várias ligações para amigos pessoais dela no sentido de encontrar exemplares de jornais do período que engloba esse trabalho, em especial o *Bem-ti-vi*, mas não tivemos sucesso.

4 - MARIA AURILENA FAGUNDES

Em março de 1991, o curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo (UFRR) -, teve sua aula inaugural. As duas primeiras mulheres formadas como jornalistas foram Margareth Maria dos R. Miranda e Maria Aurilena de L. Fagundes.

Conversamos com a jornalista e secretária-executiva Aurilena Fagundes, conhecida como Lena Fagundes, que relembrou as dificuldades do início, pois não tinha estrutura física adequada, como laboratórios e professores para ministrarem as aulas. A conversa ocorreu dia 13 de outubro de 2022, e o áudio dela foi enviado por mensagem de áudio.

Motivo da escolha - integrante da primeira turma da UFRR e uma das primeiras a formar. A conversa foi bem rápida por mensagem de texto e voz pelo aplicativo *WhatsApp*.

5 - MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

Formada em Jornalismo em 1980, pela Faculdade Integrada Alcântara Machado, pertencente a FMU (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas), de São Paulo, Fatinha Oliveira chegou a Roraima dia 23 de junho de 1986 e foi direto trabalhar no jornal *O Roraima*. No final desse mesmo ano recebeu a notícia que o periódico fecharia as portas.

Naquela época era uma das poucas jornalistas formadas. Em 1987 começou a trabalhar no jornalismo do Governo do Território, que tinha como governador Getúlio Cruz e como chefe da comunicação, Laucides Oliveira. A rede de contatos dela se ampliou e ela começou a trabalhar em rádio FM. Foi a primeira repórter esportiva no radiojornalismo e recebeu o codinome de Fatinha da Galera.

O nome da Fatinha surgiu no percurso da pesquisa, durante a entrevista com Fernando Quintella. Um dos benefícios de enviar as perguntas antecipadamente foi, justamente para ajudar a relembrar possíveis personagens e histórias. Embora não seja do impresso, fiz questão de deixar esse registro, visto o vanguardismo de Fatinha na cobertura de futebol, uma área dominada pelo sexo masculino até os dias atuais.

Motivo da escolha: primeira mulher no Território Federal de Roraima na cobertura do jornalismo esportivo.

Como o nome de Fatinha surgiu durante as entrevistas, optamos apenas por complementar a história vanguardista dela com sua própria percepção, e por isso, não elaboramos questionário. A intenção foi saber como e quando surgiu essa passagem pelo esporte, visto que ela é muito conhecida por chefiar o Setor de Cerimonial dos Governos de Ottomar Pinto e José de Anchieta. Fizemos às perguntas por *WhatsApp*, que foram prontamente respondidas pela entrevistada e com muita nostalgia.

6 - MARIA GORETTI LEITE DE LIMA

Uma defensora incansável do diploma de jornalista, Maria Goretti foi a primeira professora e primeira coordenadora do curso de Jornalismo na UFRR, em 1991. É doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP/2011), mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/2001) e graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará (UFC/1985).

Goretti está aposentada do curso de Comunicação Social desde 2017, depois de 26 anos de serviços prestados à UFRR, contribuindo com a consolidação do curso e com a formação de profissionais da imprensa roraimense. Participou da fundação do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Roraima (Sinjoper) e da fundação da Seção Sindical dos Docentes da UFRR (Sesduf), oportunidade na qual foi diretora de Comunicação por duas vezes.

Não poderia deixar de abordar no meu trabalho sobre a criação do curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, e sua primeira docente, que enfrentou enormes desafios para consolidação do curso em uma universidade pública.

Motivo da escolha: primeira professora e coordenadora do curso de Jornalismo da UFRR.

A ideia de incluir as primeiras acadêmicas e a primeira professora do curso de Jornalismo surgiu durante a escrita após a qualificação, uma vez que estávamos falando em descobertas de mulheres que abriram caminhos na área de comunicação, e optamos por acrescentar a formação profissional. Conversamos com Goretti, que mora em Fortaleza, por mensagens de *WhatsApp*, no período de 11 a 31 de outubro de 2022.

Enumerar cada um dos nossos entrevistados e os respectivos motivos foi uma forma de reforçar as paisagens psicossociais cartográficas construídas nesse caminhar. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista. A entrevista na cartografia não visa exclusivamente a informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência (AUSTIN, 1990; DUCROT, 1987).

No próximo capítulo, falaremos sobre o ambiente pesquisado, conhecendo um pouco sobre a geopolítica e o jornalismo nos territórios do Rio Branco e de Roraima, com a contextualização do jornalismo feminino e o uso do pseudônimo como estratégia das mulheres para não serem silenciadas. Abordaremos também sobre conceitos de territorialidades e as conquistas das mulheres no Brasil do século XX.

3. O AMBIENTE PESQUISADO

3.1 UMA VOLTA AOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO RIO BRANCO E DE RORAIMA

Mesmo com uma posição geopolítica estratégica, fronteira com a Venezuela e Guiana, e uma área territorial de 223.645 km² (IBGE, 2022), a história de Boa Vista do Rio Branco, hoje Roraima, está repleta de descaso e esquecimento por parte daqueles que deveriam promover o crescimento e o desenvolvimento social e econômico. Somente entre os anos de 1930 e 1939, Roraima teve suas fronteiras internacionais demarcadas pela Primeira Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, dos Serviços de Fronteiras do então Ministério do Interior, chefiada por Braz Dias de Aguiar (A.S. JUNIOR, 1993).

Devido a cobiça dos estrangeiros, principalmente ingleses, espanhóis e holandeses à região do Rio Branco, atraídos pela lenda "Manoa do El Dorado", segundo a qual a região era rica em ouro, metais e pedras preciosas" (HACKMANN, 1989), o rei de Portugal determinou a construção de uma fortaleza para defender o Vale do Rio Branco.

Uma das estratégias de proteção, ainda o século XVIII, foi o levantamento do Forte São Joaquim do Rio Branco, na bacia do rio Branco, em um ponto estratégico, que foi a confluência dos rios Uraricoera e Tacutu. A construção ocorreu no período de 1775 a 1778 (HACKMANN, 1989). Segundo o professor Ferreirinha (SOUZA, 1979, p. 141), no início, a guarnição do Forte São Joaquim era de 30 soldados regulares e de muitos indígenas. Com a implantação do Forte, Lobo D'Almada, em 1787, quando no Vale do Rio Branco, iniciou as fazendas São Bento, São José e São Marco, "a prover carne com abundância para os açougues da Capitania", atingindo a quantidade de 200 mil rezes.

Lobo D'Almada foi responsável por trazer as primeiras cabeças de gado, e com o gado adaptado nos lavrados, chegaram pessoas vindas de outros estados brasileiros, tornando-se pioneiros dessa terra (FREITAS, 2001). E que mesmo com o Forte, o gado e com os pioneiros, o Estado do Amazonas só criou município de Boa Vista em 1890, depois de 390 anos da descoberta do Brasil. E criou nos embalos do Ciclo da Borracha, entre 1879 e 1912.

Durante o Governo Provisório, o governador do Amazonas, Augusto Ximeno Villeroy, editou o Decreto nº 49, de 09 de julho de 1890, elevando a freguesia de Nossa

Senhora do Carmo em vila, com e denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco. A elevação surgia em consequência dos bois de corte do vale do Rio Branco, e nessa época, 1890, pensar em vida de abundantes e fartos gêneros de primeira necessidade como encontramos com facilidade atualmente, era uma utopia, segundo João Mendonça de Souza (1977, p. 175).

DECRETO Nº 49, de 09 de JULHO DE 1890 Eleva à categoria de Vila a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco.

O Governador do Estado do Amazonas decreta:

Art. 1º - É elevado à categoria de Vila a Freguesia de N.S. do Carmo do Rio Branco, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco.

Art. 2º - O novo município conservará os mesmos limites da antiga freguesia.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO FEDERAL DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de julho de 1890, 2.º da República

AUGUSTO XIMENO DE VILLEROY (Fonte: SOUZA, 1977, p. 177)

Segundo Amazonas Brasil (2010), Fábio Barreto Leite instalou no dia 25 de julho de 1890, a Vila de Boa Vista do Rio Branco, ocasião que foram nomeados o primeiro prefeito, o coronel João Capistrano da Silva Mota e dois primeiros intendentess (vereadores), respectivamente os senhores José Francisco Coelho e José Joaquim de Souza Junior.

Encontramos uma cópia da ata de instalação da Intendência Municipal da Villa de Boa Vista do Rio Branco, publicada na edição *Roraima – Brasil do Hemisfério Norte*, de 1993, da Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima, a Fundação Ambitec, livro projetado e coordenador por Tércio A. S. Júnior, (A.S. JUNIOR, 1993, p. 478-481). A ata pode ser conferida no ANEXO B.

Sobre o movimento comercial e a população, na Série Monográfica – Boa Vista, do Governo do Território Federal de Roraima, publicada pela Secretaria de Educação e Cultura (sem ano), encontramos o relato datado de 1922, de Joaquim Gondim, transcrito no Boletim nº 6, da Diocese de Roraima, de 1986, e daí podemos ter uma ideia da organização comercial e número de habitantes:

“Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta com quatorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento “Canto da Fortuna”, do Sr. João Secundino Lopes, que explora conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se no preparo de seus produtos, de maquinismos especiaes. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento d’água, acha-se provido de instalação elétrica”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, 1987, p. 28)

No quadro Sinóptico da Evolução Histórica de Roraima, encontrado no primeiro número da Série Monográfica do Território Federal de Roraima, que trata do Município de Boa Vista, destacamos algumas datas e fatos considerados importantes até 1943, quando passa a condição de Território Federal:

QUADRO 2 - Datas Importantes da Vila Boa Vista

DATA	EVENTO
1892	Fundação da Paróquia de N. S. do Carmo de Boa Vista
1907	Fundação da Prelazia do Rio Branco;
1893	Tentativa de ligação entre Manaus-Boa Vista por Sebastião Diniz;
1922	Construção da Igreja de São Sebastião
1924	Instalação da Escola Prelazia dos padres beneditinos, hoje Escola de 1º Grau São José.
1925	Criação de uma escola pública noturna para o ensino primário.
1926	Criação do mercado público de Boa Vista e fixação de preço de gêneros alimentícios;
1926	Criação de uma escola de música;
1926	Construção de um curral e de um matadouro municipal;
1927/1931	Expedição Rondon;
1927	Tentativa de abrir uma estrada de Boa Vista a Manaus;
1929/1943	Instalação da Guarda Territorial da República
1931	Criação da Guarda Municipal
1936	Implantação da primeira usina termoeletrica, na gestão do prefeito Adolfo Brasil;
1936	Início da primeira indústria de garimpagem

Fonte: Série Monográfica-1 do Território Federal de Roraima

Um parêntese para falar que a Série Monográfica foi publicada pela Secretaria de Educação e Cultura, numa iniciativa do Departamento de Assuntos Culturais e Divisão de Ensino Superior, este último tendo à frente Maria Antônia de Melo Cabral. Mais uma vez a falta ou ausência de material publicado sobre a nossa realidade, sobre a história e geografia de Roraima, motivou a organização da série. A proposta era pesquisar e divulgar a realidade sócio-político-econômica e cultural local, dentro dos dados coletados em cada um dos oito municípios do Território Federal de Roraima.

Por 53 anos (1890 a 1943) Roraima permaneceu como município do Amazonas, tendo sido governado por 27 pessoas diferentes (FREITAS, 2001), o que daria menos de dois anos de gestão para cada governante. Nesse pouco mais de meio século como município pertencente ao Amazonas, os momentos foram extremamente difíceis para quem estava no governo, uma vez que ter o poder não representava muito, já que não tinham poder de modificar nada. Por outro lado, a população rio-branquense podia contar com uma autoridade mais próxima.

Segundo João Mendonça de Souza (1977, p. 103, 104), durante todo o tempo que a área de Roraima era pertencente ao Amazonas, “erradamente o Amazonas

reservava Roraima para criação de bois, retardando em séculos, o desenvolvimento industrial”, fazendo dos seus municípios interioranos verdadeiros infernos dantescos, reduzindo Roraima a um “feudo de criação e abate de boi embarcado para Manaus”.

Sem avançar e incentivado por motivos geopolíticos como forma de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento da região amazônica, o presidente da República, Getúlio Vargas, em 1943, durante a 2ª guerra mundial, criou os Territórios Federais de Ponta Porã, Iguaçu, Guaporé (hoje Rondônia), Amapá e Rio Branco. Segundo Dorval de Magalhães (1997), devido à enorme pressão política oriunda dos estados politicamente fortes onde as terras eram desmembradas (Mato Grosso e Paraná), Ponta Porã e Iguaçu não saíram do papel (MAGALHÃES, 1997).

Criado por meio do Decreto-Lei nº. 5.812/43, no dia 13 de setembro de 1943, o município de Boa Vista foi transformado em Território Federal do Rio Branco, ao qual foi anexado parte dos municípios de Moura e Barcelos, e criado o município de Catrimani, sem divisão distrital. O Catrimani não chegou a ser implantado. Somente nove meses depois, em 1944, o Decreto-Lei nº 6.550, estabeleceu a Divisão Política e Administrativa do novo Território Federal, e dividiu o município de Boa Vista em três distritos: Boa Vista (sede), Caracará e Murupu (LUCKMANN, 1989).

O primeiro governador nomeado do Território Federal do Rio Branco foi o capitão Ene Garcez dos Reis, ajudante de ordem do presidente da República (FREITAS, 2004). Garcez governou durante 18 meses e teve a difícil tarefa de instalar as repartições públicas indispensáveis ao andamento da máquina administrativa e a iniciativa das primeiras realizações para fazer surgir o desenvolvimento da região, que deixava de ser município do Amazonas para se tornar Unidade da Federação vinculada diretamente ao poder supremo da República (SOUZA, s/a, p. 29).

Segundo Aimberê Freitas (2004), a equipe de Ene Garcez era formada por 2 médicos, 1 engenheiro, 1 técnico do Ministério da Agricultura, 1 técnico do DASP e pessoal para a polícia. O governo se instalou na Prelazia do Rio Branco e nas precárias pensões de Boa Vista.

A sede do município contava, nos anos quarenta, com cinco bairros: Porto da Olaria (antigo Francisco Caetano Filho, onde parte está instalado o Parque do rio Branco), Rói-couro (São Pedro), Caxangá (parte de área do centro, à margem de igarapé com o mesmo nome), Praça da Bandeira (denominação genérica dada à área que se estendia desde a praça com o mesmo nome até o bairro Rói-couro) e o Centro.

No centro de Boa Vista se concentraram as atividades comerciais, administrativas, bancárias e de diversas instituições. A área compreendia entre as atuais avenidas Castelo Branco, Silvio Lofêgo Botelho, Bento Brasil e Coronel Mota, todas na confluência da avenida Getúlio Vargas e delimitadas a sudeste com o rio Branco (GTFRR/SEC, s/a).

Como a população rio-branquense e a dos territórios Guaporé e Amapá, criados em 1943, só começou a ser recenseada somente no Censo de 1950, o Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística calculou, com base nas apurações do Censo Demográfico de 1940, a população presente, nas referidas Unidades, em 1º de setembro de 1940 (Estudos Demográficos, nº 17), e atribuiu ao Guaporé, 21.251 habitantes; ao Rio Branco, 12.130; e ao Amapá, 21.558. (IBGE, 1956).

Nas obras *Roraima em Revista* (s/a) e *Roraima fatos e lendas* (1979), o professor Antônio Ferreira de Souza, o Ferreirinha, também autor do livro *Noções da Geografia e História de Roraima*, publicado em 1969, objetivando ajudar o magistério territorial a sair da dificuldade enfrentada pela falta de referências sobre História e Geografia, explica que o nome do rio Branco dado ao nosso principal rio, deve-se ao desbravador português Pedro Teixeira.

Assim o chamou em razão da diferença de cor de suas águas com as do rio Negro. Facilmente, a denominação dada ao rio estendeu-se à região e foi escolhida para o Território na data de sua criação, dia 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812 (SOUZA, 1969, p. 13).

E assim, a denominação dada ao rio estendeu-se à região por ele banhada, culminando com o nome do território em 1943. Formado pela confluência do Uraricoera e 'Itacutu', o professor Ferreirinha escreve que nos era chamado de Quequene ou Paraviana (SOUZA, 1969, p. 33).

Na realidade, vários autores (FREITAS, 2001; SOUZA, 1979) e outros que tratam sobre o território e suas territorialidades no extremo norte do país, afirmam que o rio Branco foi, na verdade, o nosso mais confiável meio de comunicação interna e externa, quando não existiam estradas ou voos comerciais. Os barcos transportavam mercadorias e pessoas subindo ou descendo o Branco. "Com os barcos também

andavam as notícias, pelo menos até a chegada do programa radiofônico “Mensageiro do ar⁹” (FREITAS, 2004, p. 60).

Apesar da criação em 1943, somente em 1951 o Governo Territorial voltou sua atenção para o setor de agricultura, criando as duas primeiras colônias agrícolas: Fernando Costa, no rio Mucajaí, e a Braz de Aguiar, na região do Cantá. Pelo Diagnóstico Preliminar Socioeconômico do Território Federal de Roraima, da Associação de Crédito e Assistência Rural do TFRR – ACAR (s/a, p. 41), as colônias foram ocupadas por 100 famílias nordestinas, e no ano de 1954, o governo do Território iniciou outro projeto de colonização, agora na região do Taiano, trazendo 10 famílias japonesas.

Devido aos projetos de colonização, os nordestinos, principalmente do Maranhão e Ceará, muitos dos quais, seguidos de parentes próximos e famílias em busca do sonho de uma vida melhor, representavam 8,1% de brasileiros de outras unidades da federação na população roraimense, conforme Censo Demográfico 1970. O mesmo percentual de 8,1% era de imigrantes amazonenses, devido à proximidade e levando em conta que o Território já fez parte do Estado do Amazonas (ACAR, s/a, p.46).

Já no Diagnóstico Educacional do TFRR 1975/76, elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura/Assessoria de Planejamento (s/d), inexistiam dados concretos e oficiais, que registrassem movimentos populacionais, no entanto, verificou-se que o TFRR, nos últimos anos, recebeu ajuda de brasileiros de todas as Unidades da Federação. E nas pesquisas realizadas nas colônias agrícolas de Taiano, Mucajaí e Cantá, havia um índice elevado de “paraibanos, maranhenses e cearenses” (SEC/ASSESSORIA, s/d, p. 17).

Mesmo com as iniciativas para povoamento da região, o Território continuava sendo a Unidade da Federação com menor densidade demográfica (0,18 hab/km²). As causas desse sub povoamento elencadas no Diagnóstico Preliminar socioeconômico da ACAR foram:

(...) parecem residir nas distâncias dos centros de decisão do país, na falta de uma rede de comunicação eficiente, nas dificuldades de transporte fluvial, inexistindo uma infraestrutura satisfatória e, sobretudo, na existência de uma

⁹ Com a inauguração da Rádio Difusora, em janeiro de 1957, no território Federal do Rio Branco, criou-se o “Mensageiro do Interior”, programa de recados transmitido às 19h, que alterou o modo de vida dos moradores, em especial, do interior. No ano de 1962, o radialista Valdemiro Barbosa de Araújo passou uma temporada como diretor da Rádio Roraima. Logo depois, no mesmo ano, Áureo Cruz assume a direção da rádio e altera o nome do programa para “Mensageiro do ar”. (FREITAS, 2023)

economia rudimentar baseada na pecuária de baixo nível tecnológico, no cultivo itinerante de subsistência e na mineração do diamante, atividade de franco declínio nos últimos anos (ACAR, s/a, p. 41)

Quanto ao aumento da população no intervalo intercensitário 1940/1950, o número de habitantes estimados no Rio Branco passou de 12.130, para 18.116, respectivamente, um aumento de 49,34%. Dos 18.116 moradores, 9.644 eram homens e 8.472, mulheres (IBGE, 1956). No Censo de 1960, o Território Federal de Roraima registrou 28.871 habitantes, sendo 15.018 homens e 13.853 mulheres, um aumento 59,36% em relação ao censo anterior.

Segundo o relatório da ACAR (s/a, p. 44), no ano de 1960, a participação de jovens na população acarretava uma relação desfavorável de dependentes por pessoa economicamente ativa. A faixa etária de 0-14 anos cresceu consideravelmente, e em 1960, mais da metade da população (50,3%), do Território era composta de crianças e adolescentes.

No dia 27 de maio de 1955, o Território Federal teve uma nova Divisão Política Administrativa, com a criação do Município de Caracaraí em substituição do Município de Catrimani, estabelecendo a seguinte divisão distrital do Município de Boa Vista: Boa Vista (sede), Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera. Segundo Luckmann (1989), com essa nova divisão, Boa Vista sofreu considerável redução em sua área, cedendo grande parte do seu território para a formação do município de Caracaraí, aproximadamente 40 mil/km².

Mas o Território do Rio Branco precisou mudar sua denominação. No dia 13 de setembro de 1962 teve o nome modificado para Território Federal de Roraima, por meio de projeto de lei de autoria do deputado federal Valério Caldas de Magalhães, após enquetes entre as associações de classe boa-vistenses. A consulta foi motivada pelo fato do nome ser igual ao da capital do Acre, o que causava frequentes problemas no destino de correspondências e processos entregues pelos Correios para moradores dos dois territórios. O que deveria parar na capital Boa Vista terminava chegando ao Rio Branco, capital do Acre, e vice-versa (SOUZA, 1979, p.45).

(...) apresentou um projeto de substituição do antigo topônimo e, levando em consideração o nome do acidente geográfico mais expressivo da região, o Monte Roraima, que nas lides fronteiriças é o ponto de trijunção entre o Brasil, Venezuela e Guyana – foi aprovada e sancionada a Lei n.º 4.182, de 13 de dezembro de 1962, mudando para TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA o antigo nome do Rio Branco. (SOUZA, 1979, p.45)

Dorval de Magalhaes (1997, p. 98) lembra que além de extravio de correspondência, muitas vezes para sempre, ocorreram muitos casos de pessoas que pretendiam ir para o Rio Branco, no Acre, mas acabaram em Boa Vista do Rio Branco. O inverso também foi registrado. “A mudança do nome era, portanto, uma reivindicação absolutamente justa e procedente”.

Dois anos após ser transformado em Território de Roraima, ocorre o golpe militar de 1964, que se estende até 1985. O país passou de democrático para um regime autoritário e Roraima passou para um poder local, centrado em figuras que exerceram seus governos de maneira autoritária, com disputa por nomeações de governadores e pelo poder político da época (SOUZA, 2008).

Com a implantação do Regime Militar, Roraima passou a apresentar mudanças significativas em vários níveis da vida local e por conta disso os governadores militares passam a desempenhar suas administrações nesta região. Mendonça Neto (2011) destaca que a repressão política e a força de coação do poder, que se instalou a nível nacional, logo se fez sentir no Território de Roraima.

Em relação aos governadores no período militar, o primeiro governo militar no Território Federal de Roraima, o Tenente-Coronel Dilermando Cunha da Rocha (1964-1967) não estabeleceu uma boa relação com a sociedade, de modo que é destacado na história política local como um governo não satisfatório.

Entre 1967 e 1969, foi a vez do primeiro governo do Tenente-Coronel Hélio da Costa Campos, que teve sob sua responsabilidade a realização de uma série de obras de infraestrutura no Território durante sua primeira gestão e na segunda, que iniciou em março de 1970, chegou a construir a Ponte sobre o rio Branco – A Ponte dos Macuxi, concluída somente no governo de Fernando Ramos Pereira (SOUZA; VIEIRA, 2009).

Entre os dois mandatos de Hélio Campos, assume o governo o major-aviador Walmor Leal Dalcin (1969-1970), ficando apenas por nove meses no comando do Território Federal, tendo nomeado seu genro prefeito da capital e sua filha diretora do Serviço de Informações no Palácio 31 de março (SOUZA; VIEIRA, 2009).

Quanto a estrutura criada, na segunda parte do quadro Sinóptico da Evolução Histórica de Roraima, encontrado no primeiro número da Série Monográfica do Território Federal de Roraima, que trata do Município de Boa Vista, destacamos algumas datas e fatos considerados importantes depois de 1943 até o início dos anos 1980, no período de Território Federal:

QUADRO 3 – Datas Importantes do Território Federal

DATA	EVENTO
1943	Criação do Território Federal do Rio Branco.
1944	Instalação do Governo do Território, que passa a funcionar no antigo prédio da Prelazia;
1944	Instalação do Diretório Municipal de Geografia;
1944	Inauguração da agência local do Banco do Brasil;
1944	Chega o capitão Ene Garcez, 1º governador do Território;
1944	Fundação da Igreja Batista de Boa Vista;
1944	Implantação da colônia Fernando Costa às margens do rio Mucajaí (hoje município com o homônimo do rio); caracteriza-se o bairro Rói Couro
1945	Elaboração do Plano de Urbanização de Boa Vista, traçado por Darcy A. Derenusson;
1945	Criação das Escolas Prof. Diomedes Souto Maior e Escola Mista Diurna Lobo D'Almada;
1945	Publicação do relatório "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco", por Araújo Cavalcante.
1949	Criação do curso Normal Regional Monteiro Lobato e da Escola Oswaldo Cruz.
1950	Criação da Escola Euclides da Cunha;
1950	São comercializados internamente no Território 13.719 quilates de diamantes
1954	Criação da Colônia Cel. Mota, na região do Taiano.
1955	Nova divisão administrativa com a criação do município de Caracaraí e Distritos.
1956	O primeiro avião pisa no aeroporto Araújo Neto;
1956	Chegada de migrantes japoneses para a colônia Cel. Mota.
1957	Inauguração da Rádio Difusora de Roraima.
1958	Inauguração oficial do aeroporto Araújo Neto.
1958/59	A sede do governo passa a funcionar no prédio da Secretaria de Educação e Cultura.
1962	Alteração do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima.
1954	Criação da Cia. Telefônica Roraimense S/A, de serviços de Telefonia no Território.
1966/67	Instalação da sede do governo no Palácio 31 de Março.
1968	Criação do Banco de Roraima.
1969	Criação das Centrais Elétricas de Roraima (CER);
1969	Criação do 6º Batalhão de Engenharia de Construção;
1969	Criação da Câmara de Vereadores;
1969	Criação das Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER).
1972	Inauguração da Catedral Cristo Redentor e do aeroporto Internacional de Boa Vista.
1975	Abertura da Manaus/Boa Vista/BV8, denominada BR174; criação da TV Roraima.
1977	A Rádio Difusora de Roraima se torna Rádio Nacional, integrando o Sistema Radiobrás.
1978/79	Instalação do Palácio da Justiça.
1979	Criação da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – Codesaima.
1982	Redivisão administrativa do Território com a criação de seis municípios: São João da Baliza, S. Luiz, Normandia, Bonfim, Alto Alegre e Mucajaí.

Fonte: Série Monográfica-1 do Território Federal de Roraima

Na intenção de melhorar a eficiência político-administrativa e promover a descentralização governamental, foram criados em 1982, mais seis municípios no TFRR, por meio da Lei nº 7.009, de 1º de julho de 1982. São eles: Alto Alegre, Bonfim, Normandia, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Mucajaí. Segundo o professor Pedro de Jesus Cerino (2016, p. 27), as áreas desmembradas para a formação desses novos municípios foram dos já existentes Boa Vista e Caracaraí.

Em relação à Educação, no ano de 1944, um ano após o Território ser instalado, a situação em que se encontrava a instrução da população era “verdadeiramente

impressionante”, conforme esboçado na coleção monográfica nº 4, do Território do Rio Branco, do Conselho Nacional de Estatística do IBGE. Em toda a região contava-se apenas com cinco unidades escolares e 415 alunos matriculados. Para atacar esse problema, o primeiro governador, Capitão Ene Garcez dos Reis, em 20 de junho de 1945, anunciava que a Divisão de Educação colocava em funcionamento um grupo escolar formado por sete escolas, sendo uma noturna e seis no interior.

Segundo a coleção monográfica sobre o “Território do Rio Branco”, do Conselho Nacional de Estatística do IBGE, o Recenseamento de 1950 apontava que 61% da população de 5 anos e mais, eram constituídos de analfabetos: 8.903 (Território) e 8.419 pessoas (Boa Vista).

O Território em 1950 contava com 3.404 pessoas em idade escolar (pessoas presentes de 7 a 14 anos). Caso todas essas pessoas frequentassem a escola, o número médio de alunos por unidade escolar seria de 170. No entanto, apenas 1.391 pessoas cursavam uma das 20 unidades escolares de ensino fundamental existentes, o que dá uma média de frequência por unidade escolar de 70 pessoas.

Já em 1952, a situação estava bem alterada. Pelos dados da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, existiam 26 unidades escolares de ensino primário (23 do Governo e 3 particulares). Desse total, 7 unidades estavam localizadas na capital. A matrícula geral no ensino primário alcançou um índice animador de 2.048 alunos.

Em relação ao ensino não primário, os alunos contavam com dois estabelecimentos de ensino: o Curso Normal Regional Monteiro Lobato, fundado pelo Governo Federal em 1949, para ofertar o ensino pedagógico; e o Ginásio Euclides da Cunha, de propriedade da Prelazia do Rio Branco. Os dois estabelecimentos estão situados na Capital.

Da população recenseada em 1970, de 40.885 pessoas, 45,1% sabiam ler e escrever e 36,3% eram analfabetas. Do total de pessoas analfabetas, 75,4% se encontravam na zona rural. As altas taxas de não escolaridade no Território foram explicadas por cinco fatores elencados em estudos da Fundação João Pinheiro, disponível no diagnóstico da ACAR/RR (s/d, p.71):

1. a concentração de matrícula na 1ª série (41% em todo Território e 56% só no interior), impedindo o acesso de novas crianças à escola;
2. as elevadas taxas de abandono do curso antes de completado os níveis de escolaridade;

3. consideráveis taxas de evasão escolar, principalmente no interior, devido à necessidade de utilização da força do trabalho;
4. baixas taxas de conclusão do ensino de 1º grau; e
5. limitação do número de vagas para alunos que entram em idade escolar.

As limitações acima associadas às condições das Unidades Escolares (apenas 23,2% são de alvenaria) e a escassez de qualificação do corpo docente e do pequeno número de vagas para os alunos e de sala de aula, levavam à caracterização de uma situação de semianalfabetíssimo no meio rural do Território Federal.

Sobre o corpo docente e o seu nível qualificação, o relatório da ACAR (s/d, p. 69/70) consta que o ensino de 1º grau contava, em 1973, com 568 professores, sendo 57% deles na capital (324) e 43% na zona rural (244). Se comparado com o ano de 1970, que na área urbana era de 190 docentes e na rural, 166, houve um aumento de 70% e 40,9%, respectivamente.

No entanto, a zona rural teve seu corpo docente diminuído no período de 1972/1973, acarretando dificuldades, tendo em vista que 89,3% das unidades escolares se concentravam no interior, conforme tabela abaixo:

TABELA 1 – Corpo Docente de 1970 a 1973 - 1º Grau

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	190	32,5	166	64,8	356	100
1971	225	53,8	212	46,2	437	100
1972	310	54	262	46	572	100
1973	324	57	244	43	568	100

Fonte: Pesquisas - Estatística Educacional - Divisão de Educação - TFR, disponível ACAR

Somente na década de 1970, o ensino superior foi iniciado em Roraima. A ausência de instituições de nível superior em Roraima fez com que o setor educacional utilizasse diferentes estratégias para a implantação de cursos de graduação no Território. Uma delas, a instalação do *Campus Avançado* da Universidade Federal de Santa Maria (RS), em Boa Vista, oportunizou ao Governo do Território, em 1972, firmar convênio com a referida universidade para oferta de cursos parcelados e de curta duração. Os cursos superiores ofertados pela UFSM foram Letras e Estudos

Sociais e visavam a habilitação de docentes para o ensino de 1º grau (SEC/ASSESSORIA, s/d).

Para conquistar um diploma de outros cursos de graduação, os filhos das famílias com situação econômica razoável, que terminavam o 2º grau (atual ensino médio), tinham que se deslocar para outras Capitais. Neste sentido, o Governo do Território auxiliava os alunos em duas capitais da região Norte, com as "casas de estudantes" em Manaus e em Belém. Somente com a implantação da Universidade Federal em Roraima, por meio do Decreto-Lei nº 98.127, de 08 de setembro de 1989, quatro anos depois de autorizada pela Lei n.º 7.364/85, os moradores de Roraima passaram a contar efetivamente com a primeira instituição federal de ensino superior no Estado (A.S. JUNIOR, 1993, p. 172).

As atividades acadêmicas e administrativas da UFRR foram iniciadas em março de 1990, numa área cedida pelo Governo do Estado, onde hoje constitui o *Campus* Paricarana, no bairro Aeroporto. A estrutura era composta por um prédio semiacabado, um prédio em construção e uma terceira edificação em estágio inicial de construção, os quais foram denominados hoje de Bloco I, Bloco II e Bloco III, respectivamente.

O quadro de pessoal da UFRR contava com 51 professores, 59 técnicos e 14 colaboradores, para atender 240 discentes divididos em seis cursos de graduação: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Economia e Bacharelado em Contabilidade (PDI 2021-2025).

Para atender a demanda do mercado em capacitar a mão de obra, uma vez que muitos atuavam na área, mas não tinham graduação, o curso em Comunicação Social foi criado em 1º de março de 1991. Somente no dia 26 de novembro de 1991, o Conselho Universitário publicou a Resolução nº 25/91-Cuni, criando 12 cursos de licenciatura e bacharelado, entre eles o de Comunicação Social.

Em relação ao número de alunos que entraram e quantos formaram na primeira turma do curso de jornalismo, o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (Derca/UFRR) informou que as entradas de estudantes sempre foram feitas em grupos de 30 em cada seleção. Assim, em 1991, ingressaram 30 estudantes para compor a primeira turma do curso, dos quais, 2 (duas) concluíram o curso no segundo semestre de 1994.

As duas primeiras mulheres formadas pela UFRR como jornalistas foram: Margareth Maria dos R. Miranda e Maria Aurilena de L. Fagundes. Até o ano de 2021, o curso de jornalismo da UFRR tinha formado 425 profissionais, a maioria do sexo feminino: 283 mulheres e 142 homens (DERCA, 2022).

Passados mais de 30 anos de atividades, em 2021, a UFRR possui cerca de 720 professores (incluindo substitutos) e 381 técnicos, oferece 48 cursos de graduação, além de mestrados, doutorados, cursos técnicos e tecnológicos e do ensino médio. Atualmente, tem em seus registros, aproximadamente, mais de 8 mil discentes ativos. Nos seus 32 anos de existência, a UFRR formou mais de 12 mil discentes nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado (PDI/UFRR, 2021-2025).

3.2 O JORNALISMO NOS TERRITÓRIOS DO RIO BRANCO E DE RORAIMA

Com a implantação da Ditadura Militar, ficou bastante limitada a possibilidade de circulação de jornais impressos em um território diretamente administrado pelo governo federal. Existem poucos registros oficiais sobre a existência ou não de jornais nesse período de transformação do Território Federal no período de 1943 a 1988. Podemos destacar a relevante pesquisa de conclusão de curso, em 1998, sobre esse resgate histórico dos jornais impressos, e muito utilizado na academia, que é da jornalista Jacy de Souza Cruz Soares sobre os *Jornais Impressos de Roraima – 1905-1997*.

Nesses 45 anos na condição de território federal, governado por indicados pelo poder central, com apadrinhamentos políticos (1943-1988), a mestre da primeira turma do PPGCOM/UFRR Cyneida Correia (2021) mapeou 18 jornais circulantes nesse ínterim, e na maioria deles não existia mulheres nas redações.

Ao utilizar o jornal como fonte, o historiador estadunidense Robert Darton (1990) traz a reflexão sobre a necessidade de pensar os jornais como força histórica e como função ativa que pode desempenhar nos costumes, nos rumos e nas decisões das sociedades.

Durante o período em que Roraima foi Território Federal (1943-1988), nota-se a pouca visibilidade da mulher na história, com pouco ou quase nada sobre as vivências das jornalistas, daquelas que, imersas na vastidão da floresta, lidaram com referenciais e valores distintos, tocando a vida quotidiana em meio as opressões que

sofrem em um ambiente muitas vezes hostil. A situação das mulheres jornalistas se constitui ainda em uma incógnita, tal a precariedade dos estudos.

Entende-se que houve muita resistência da sociedade em todos os passos da trajetória da mulher nas páginas do jornal, tendo como exemplo a falta de aceitação do jornal *Gazeta Feminina*, que circulou com esse nome em apenas duas edições, demonstrando o machismo dominante de uma sociedade.

Como bem analisou Marcia Veiga da Silva (2014), o jornalismo tem gênero – o masculino – não apenas pela reprodução das normas e valores que circulam na cultura, mas pelas próprias práticas do campo, que valorizam os atributos ligados ao masculino, e nas relações entre os próprios jornalistas.

A característica androcêntrica do conhecimento validado levantou diversos questionamentos sobre como, mesmo conseguindo inserção nos jornais, as mulheres obteriam validade no conhecimento produzido ou como aconteceu no caso da *Gazeta Feminina*, elas seriam (in)visibilizadas. Em diversos momentos, me deixei afetar pelos relatos que estava lendo, sem compreender o que exatamente estava observando ali e se o que estava lendo resultaria em boas informações para a pesquisa.

Embora estes dilemas nunca sejam superados completamente, pois como destaca Sandra Harding (1993), a empreitada se refere mais ao questionamento e reflexão constante do que a busca por respostas cabais, ficou nítida a necessidade de construção de novas práticas e conceitos.

Novas possibilidades práticas e reflexivas foram demonstradas, indicando a potencialidade do campo para a produção de outros sentidos sobre a sociedade em direção à transformação social. Esse pensar sobre o fazer jornalismo feminino no passado, é essencial refletir sobre o lugar de fala na questão histórica, principalmente para comparar se essa resistência ainda se perpetua ou se modifica com o tempo. Uma estratégia como ato de resistência para escreverem nos jornais foi a utilização de pseudônimos como detalharemos na próxima parte.

3.3 TERRITORIALIDADES DO FEMININO

Quando se fala em Roraima é preciso lembrar que as vozes dominantes consideravam esse território um espaço a ser conquistado e ocupado, ignorando a presença indígena na região. E que essas vozes, na maioria das vezes de políticos e militares, eram as ouvidas e repercutidas pela imprensa. Barbosa (1993) cita que a

primeira etapa do processo de ocupação humana no atual território de Roraima se encerrou no início da década de 1960.

Neste mesmo período, teria iniciado uma segunda etapa, com articulação pelo governo central de diversas medidas que influenciavam diferentemente cada unidade da federação, mas “todas na tentativa de retirar a Região Amazônica do declínio econômico e suplantando conflitos de terras de outras regiões”. Roraima, segundo Barbosa (1993, p. 142), acabaria sendo um dos últimos espaços vazios a serem ocupados na Amazônia devido ao isolamento ocasionado pelo difícil acesso à região.

Marques (2007) explica que o desenvolvimento capitalista da Amazônia sempre esteve associado ao desenvolvimento da economia brasileira, porém, essa relação não ocorreu de forma homogênea, de modo que a segunda puxasse a primeira. Analisando a ocupação de Roraima dentro dessa perspectiva, entende-se que mesmo que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais tenham vivido por séculos na Amazônia brasileira e em Roraima, a região continuou sendo entendida como um espaço “vazio” esperando para ser explorada.

Para melhor compreender essa relação, trazemos a noção de território de Santos (2006), que engloba um leque enorme de elementos, tais como poder, Estado, economia, política, comunicação, cultura, mediações, significações, representações, paisagem, espaço, lugares, redes, etc. “Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13).

Dentro desses arranjos de interesses territorializados e tentando entender essa imbricação de múltiplas relações de poder no território, tem-se a variável da territorialidade, que é trabalhada com a ideia de pertencimento a um território em termos de exclusividade e limite e, além disso, como a “preocupação com o destino e construção de futuro” atrelado a determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Então, podemos considerar o território como acontecimentos que resistem por um tempo e um espaço. Já as territorialidades se referem aos processos e valores que sustentam esses valores e esses espaços. O livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, de Guattari e Ronilk (2010), dá a noção de territorialidade/desterritorialização/reterritorialização:

[...] é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que se delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; RONILK, 2010, p.388).

Guattari e Rolnik (2010) explicam nesse contexto que o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir.

A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante (GUATTARI E ROLNIK, 2010, p. 338).

Em relação à situação da mulher nessa territorialidade amazônica, os dados do Atlas da Violência apontam o crescimento da violência contra a mulher no país, com Roraima liderando esse ranking. Entre os anos 2017 e 2018, Roraima foi a unidade da federação com maior aumento na taxa de homicídio de mulheres. Passou de 10,6 para 20,5 casos por 100 mil habitantes, ou seja, um aumento de 93%. No país, a taxa é de 4,3 por 100 mil habitantes, e teve variação negativa entre 2017 e 2018: -9,3% (IPEA, 2020, p.35).

No âmbito trabalhista, a Amazônia Legal apresenta os mais precários indicadores em relação ao trabalho e renda em comparação ao restante do país, conforme diagnóstico do funcionamento do mercado de trabalho na Amazônia Legal entre 2012 e 2020, elaborado por Gonzaga et al (2020). A região apresenta, por exemplo, "uma enorme taxa de informalidade, com uma baixíssima proporção de trabalhadores com carteira assinada", "tem uma parcela bem maior de pessoas vivendo na pobreza e na extrema pobreza" e "domicílios mais pobres dependem mais da informalidade e de auxílios governamentais" (GONZAGA, 2020, p. 73).

E quando se refere à ocupação de postos de trabalho, a renda das mulheres ainda é inferior a dos homens. Conforme pesquisa do IBGE, em 2019, “as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens. Enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.555, o das mulheres era de R\$1.985”. Se em pleno século XXI, a situação de quem habita a região mais cobiçada do mundo ainda sustenta indicadores tão precários em relação ao trabalho de seu povo, os amazônidas, pode-se imaginar como era no século passado, em especial para mulheres.

Percebe-se que se no vigésimo primeiro ano do século XXI, com avanço da ciência, avanço da tecnologia, a mulher continua sendo preterida em relação aos homens quanto a rendimento e considerada objeto por uma sociedade com fortes resquícios patriarcais. Muitas foram as conquistas e avanços ao longo de anos de lutas, como o voto feminino, direito à educação, pílula anticoncepcional, cotas políticas e a Lei Maria da Penha, mas ainda há muito em que avançar.

E quando se pensa sobre as muitas dificuldades e conquistas, o pensamento é remetido ao questionamento de como era, há mais de meio século, em plena região Amazônica, em um território governado por apadrinhados do Governo Federal, ser mulher, ser jornalista mulher? E mais, com tantos ataques nos tempos atuais aos profissionais da imprensa, como era para uma mulher trabalhar em jornais impressos, com forte presença masculina nas redações e no mercado de trabalho?

No que se refere ao público feminino, temos no Brasil, exemplos de mulheres que protagonizaram conquistas nas áreas da política, educação, medicina, comunicação, e outras, mas que nem sempre são plenamente reconhecidas pelo feito alcançado ou se o são, os créditos vêm acompanhados de indagação, de pormenorização da conquista, em total consonância com as atitudes típicas de uma sociedade patriarcal.

Um exemplo bem próximo e recente de uma imprensa do século XXI, que ainda carrega nas suas entranhas características de um patriarcado disfarçado por trás de matérias tidas como “inocentes”, envolve a primeira brasileira eleita em 2014 como presidente do Brasil, a economista Dilma Vana Rousseff, após 125 anos da Proclamação da República (em 15 de novembro de 1889).

Sem entrar na discussão do mérito da crise política que o país vive há tempos, talvez resquícios da falta de investimentos pesados em educação e do recrudescimento contínuo de atos de corrupção, Dilma sofreu *impeachment* por

supostamente ter praticado crime de responsabilidade como presidente, mas que sucessores continuam usando do mesmo expediente que teria “motivado” sua saída.

No dia seguinte e às vésperas da votação do *impeachment* (17 de abril de 2016) pelo Congresso Nacional, Cláudia Maia e Bárbara Souto (2016) escrevem um artigo sobre a publicação de duas matérias em dois dos principais veículos impressos do país, as revistas *Veja* e *IstoÉ*, que provocaram muitos debates em torno “dos ‘papeis’ femininos e do lugar das mulheres enquanto sujeitos políticos e de direitos” (MAIA, SOUTO, 2016).

A *IstoÉ* publicava dia 1º de abril de 2016, a matéria com o título “*Uma presidente fora de si*”, que segundo análise de Maia e Souto (2016), criava uma imagem de uma mulher desequilibrada, nervosa, histérica e desconectada com a realidade. A afirmativa estava apoiada numa “especialista” em psiquiatria para consolidar o diagnóstico dado pela reportagem. “Os surtos, os seguintes destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o país [...]” (2016, p. 143).

[...] Dessa forma, a revista atestava a incapacidade e inaptidão de mulheres para a vida pública, para o exercício de cargos de alto comando e de grandes responsabilidades, a exemplo do que estabelecera, um século antes, o código civil brasileiro, aprovado em 1916. (MAIA, SOUTO, 2016, p.143)

No dia 18 de abril de 2016, dia seguinte à votação do impeachment, Maia e Souto (2016) relembra da matéria “*Bela, recatada e do lar*”, agora traçando um perfil da nova primeira-dama, Marcela Temer, apresentando-a como uma modelo de mulher ideal: “mãe abnegada, esposa obediente e dona de casa zelosa” (p. 144).

A revista utilizou sentidos que constituíram, no passado – e continuam a constituir – a imagem de uma ‘verdadeira mulher’, forjada por uma essência identitária e domesticada e que estabelece aos contornos do feminino pela maternidade, pelo casamento e por um corpo belo, magro, jovem e de pele clara. Mas, principalmente, por oposição à imagem de mulher louca e desequilibrada, em decorrência de grandes responsabilidades e por invadir um espaço que não é próprio do seu gênero, a revista apresenta o lugar legítimo das mulheres na República Democrática Brasileira: o lar, ou seja, os bastidores, às sombras da política e dos espaços decisórios – em consonância com o modelo positivista de mulher, construído nos primórdios da república (MAIA e SOUTO, 2016, p. 144).

Com grande influência na sociedade em que está veiculada, Maia e Souto (2016) explicam que a imprensa é um meio de comunicação que não tem nada de

neutro, mas exerce a função de expor posicionamento e lançar mão de palavras para construir imagens e convencer a opinião pública.

Como bem afirmou Capelato (1988, p. 13), a força política da imprensa é imposta desde os primórdios, e aqueles que a manejam “têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta”. A imprensa também participa ativamente da construção de visão de mundo de uma sociedade (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Construir uma visão de mundo na qual homens e mulheres precisam ocupar espaços distintos e antagônicos de acordo com o sexo, – aos homens o espaço público/político/racional e à mulher o privado/doméstico/emocional - era um conjunto de prática discursiva muito presente nos jornais voltados ao público feminino dos séculos XIX e início do século XX, que se afastavam de práticas de política ou assuntos mais sérios. Segundo Maia e Souto (2017), nesse movimento, os jornais excluíram e apagaram as mulheres dos espaços de decisão e do debate público.

No contexto da política brasileira, as mulheres continuaram sendo tratadas como meras coadjuvantes. Por questões estratégicas e de segurança nacional para o Governo Brasileiro, a mulher foi considerada importante pelo Estado para os projetos de “povoamento do interior do país do incremento da densidade demográfica”, este último item tido como de segurança nacional, segundo Fischolowitz (1942).

Estudiosos e políticos acreditavam existir um déficit populacional no Brasil, podendo colocar em risco a soberania brasileira pelo baixo índice de ocupação do imenso território nacional, bem como, em um futuro próximo, haver problemas relacionados à oferta de mão de obra. Portanto, era preciso “aumentar a natalidade, reduzir a mortalidade, especialmente a infantil, amparar a maternidade” (FISCHLOWITZ, 1942, p. 40).

Nesse contexto de territorialidades femininas, percebemos que mesmo com as conquistas das mulheres ao longo dos séculos, a sociedade, em especial a do século XXI, ainda carrega com muita força os resquícios do patriarcado disfarçado de pretextos criados por discursos de inocência que sufocam e procuram deslegitimar às mulheres. No próximo tópico, vamos contextualizar o lugar de luta encontrado para ecoar o movimento de resistência, que foi a imprensa feminina.

3.4 TERRITORIALIDADES DO FEMININO EM RORAIMA

São várias as referências contidas em livros, relatórios ou diagnósticos produzidos sobre a situação socioeconômica do período de Território Federal que retratam a dificuldade de encontrar registros, pesquisas e referências para construir essa história. Muitos trabalhos, como os do professor Ferreirinha, foram produzidos para suprir essa lacuna. Como se não bastasse a carência de referências, encontramos a história do prefeito que tocou fogo nos arquivos, mandou demolir o prédio da Intendência, bem como mandou cortar a árvore, conhecida por marimarizeiro, plantada por Inácio Lopes de Magalhães (BRASIL, 2010).

Trata-se do prefeito Cândido Pena da Rocha, que segundo Amazonas Brasil (2010), determinou uma ação criminosa de atear fogo nos arquivos, e com isso, pouca coisa ficou registrada de 1890 a 1943. No entanto, um dos fatos marcados na memória de todos daquele período foi o da primeira mulher que dirigiu os destinos de Boa Vista do Rio Branco. Foi Martinha Thury Vieira, então secretária da prefeitura, na gestão de Adolpho Brasil (BRASIL, 2010).

Por motivos de saúde, o prefeito teria sido obrigado a afastar-se do cargo por mais de seis meses, no ano de 1939, em busca de tratamento de saúde em Salvador, capital da Bahia, que naquela época era um dos melhores centros médicos do país.

Vivíamos o período ditatorial, chamado de Estado Novo. O prefeito, nomeado, na verdade era interventor. Não havia Câmara Municipal e, na ausência do titular, a secretária da prefeitura assumiu, ainda que interinamente, os destinos do município, em 1939. Como justa homenagem, a escola municipal do bairro Cauamé tem o nome de Martinha Thury Vieira. Decreto assinado por outra mulher, a primeira prefeita eleita de Boa Vista, Teresa Jucá" (após a separação de Romero Jucá, Teresa passou a assinar Surita). (BRASIL, 2010, p. 23)

Em relação à população após a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, no primeiro censo aplicado junto à população rio-branquense, o Censo de 1950, o número de moradores era de 18.116, sendo 9.644 eram homens e 8.472, mulheres (IBGE, 1956). No Censo de 1960, eram 28.871 habitantes, sendo 15.018 homens e 13.853 mulheres, um aumento 56,23%.

Da população de 40.885 habitantes no Censo de 1970, 21.006 eram homens e 19.819 mulheres. Na década seguinte, o número de habitantes quase dobrou, passando para 79.078 no Censo de 1980. Eram 41.070 homens e 38.008 mulheres.

TABELA 2 - População Residente em Roraima de 1940 a 1991

ANO	POPULAÇÃO	HOMENS	MULHERES
1940*	12.130	-	-
1950*	18.116	9.644	8.472
1960	28.871	15.018	13.853
1970	40.885	21.006	19.819
1980**	79.078	41.070	38.008
1991	217.583	120.197	97.386

FONTE: *IBGE Censo Demográfico de 1950-60-70-91; **Anuário Estatístico do Brasil/IBGE Vol. 41, 1980

A participação feminina na estrutura ocupacional do Território era classificada como razoável no Diagnóstico Preliminar Socioeconômico do Território Federal de Roraima, elaborado pela ACAR/RR (s/a, p. 49). No ano de 1970, somente 3,7% das pessoas ocupadas no setor primário eram mulheres, para 31,7% no setor terciário e 0% no secundário. No setor terciário, os maiores índices femininos se encontravam nas atividades sociais e prestação de serviços.

O Poder público era o maior empregador e em Boa Vista, a grande maioria da mão de obra especializada (técnicos de nível superior e médio) era absorvido por esse subsetor (SEC/ASSESSORIA, s/d, p. 20). O fato de 41,4% das pessoas ocupadas no setor terciário se encontrarem na administração pública decorria da criação do Território.

No entanto, passados mais de 79 anos de criação do Território Federal (1943-2022), a chamada economia do contracheque continua uma realidade nos dias atuais, pois segundo o IBGE, a administração pública de Roraima continua sendo o setor que mais emprega, na frente do setor de comércio e serviços.

TABELA 3 - Pessoas ocupadas no setor terciário de 1970

SETOR	Pessoas ocupadas	Participação relativa
Comércio De Mercadorias	517	10,8
Prestação De Serviços	604	12,6
Transp. Comunicação, Armazenagem	336	7
Atividades Sociais	988	20,6
Administração Pública	1985	41,4
Outros	362	7,6
TOTAL	4792	100

Fonte: Acar - Censo Demográfico Dos Territórios - Fibge – 1970

Ainda sobre a participação feminina, a escritora Petita Brasil, em entrevista à pesquisadora, em setembro de 2022, comentou sobre a existência de um movimento iniciado e apoiado por mulheres da sociedade em apoio às varredoras de rua. Quem levantou a bandeira foi a matriarca da família Brasil, Teresa Magalhães Brasil, mãe de Petita.

A minha mãe, Teresa Magalhães Brasil, era uma mulher com visão muito pra frente. Quando o governo era Dilermano Cunha da Rocha, isso na Revolução, e ela levantou a bandeira para as varredouras de rua. Chegou para a dona Vani e disse: Vani, nós poderíamos colocar senhoras que são lavadeiras, pessoas de pequena renda, mas que tivessem ligação com a LBA. Daí ela falou para minha mãe: dona Teresinha, a senhora acha que essas mulheres vão varrer rua? Ela respondeu que, se nós da sociedade, pegarmos na vassoura e formos para rua, elas com certeza vão nos acompanhar. Então, a mamãe levantou essa bandeira e estavam as senhoras como dona Nancy Fraxe, Nair Brito, todas do Sagrado Coração de Jesus. Todas as mulheres naquela época, a própria mamãe, levantaram essa bandeira e foram para rua. Então, nós temos hoje as mulheres varredouras de rua" (PETITA BRASIL, 2022).

No Diagnóstico Preliminar Socioeconômico do TFRR, da ACAR, consta que a limpeza pública na década de 1970 era mantida pela Prefeitura local, com serviço de recolhimento público do lixo somente na capital Boa Vista e que o “trabalho feminino é empregado na limpeza das ruas no centro da cidade” (ACAR, s/a, p. 60). O lixo não era tratado apenas, mas recolhido e jogado a 12 km do perímetro urbano, ficando exposto próximo aos rios.

Na área de jornalismo, as duas primeiras mulheres formadas pelo curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, foram Margareth Maria dos R. Miranda e Maria Aurilena de L. Fagundes (DERCA, 2022). Dos 425 profissionais formados até 2021, as mulheres representavam quase dois terços deles, conforme dados na tabela 4.

TABELA 4 - Jornalistas formados pela UFRR até 2021

GÊNERO	Nº	%
Feminino	283	66,59
Masculino	142	33,41
TOTAL	425	100

Fonte: Derca/Ufrr

A jornalista e secretária-executiva Maria Aurilena Fagundes, conhecida como Lena Fagundes, lembrou as dificuldades do início, pois não tinha estrutura física

adequada, como laboratórios e professores para ministrarem as aulas. A primeira dupla formada teve como padrinho o jornalista Laucides Oliveira e como paraninfo Hamilton Gondim, então reitor da UFRR à época.

A gente só tinha de professora, a guerreira Goretti. Tudo era escrito a mão. Depois que chegou o Iônio, o Ademir, que foi secretário do Ottomar. A gente aprendeu fotografia na lousa, não tinha laboratório. Quer dizer, aprendeu não, o Iônio desenhava lá. A gente só teve um laboratório, que a gente fez até um jornalzinho. De prática tivemos pouquíssimas aulas, pouquíssimas mesmo. Depois chegou rádio (disciplina) com Alexandre Borges, o professor Nougain (Pereira), aí foi quando deu uma melhorada. E depois foram chegando, a Laurísia, outros professores que foram incentivando o curso. Toda a minha gratidão à Goretti, que era a única, corria de um lado para outro (LENA FAGUNDES, 2022).

Outro resgate da história do curso de Jornalismo da UFRR, criado em 01 de março de 1991, que se confunde com a história de vida e carreira é da professora aposentada Goretti Leite, que saiu de Fortaleza em busca de oportunidade no Norte do país, e começou a dar aula no dia 13 de março de 1991. Goretti foi a primeira diretora do Departamento de Comunicação e ao longo dos 26 anos de trabalhos dedicados ao curso, vivenciou cada mudança.

O curso (Comunicação Social) começou a funcionar dia 13 de março de 1991. Esse foi o primeiro dia de aula. A história do curso se confunde e entrelaça com a história da UFRR, com a chegada do *campus*. Acho que o curso foi o 5º ou 6º dos cursos que iniciaram a graduação na Universidade. Então, foi uma história meio sofrida, sem infraestrutura, como a Universidade também não tinha quando foi implantada. Eu cheguei para ministrar a disciplina “Redação e Expressão Oral I” e coordenar os trabalhos de implantação do curso. Na realidade eu era professora, coordenadora e faxineira, porque não tínhamos serviço de limpeza. Não tinha nem cadeira e mesa para eu sentar. Não tinha nada. Só tinha um giz, um apagador e cartolinas para preparar as aulas, preparar o material para ficar mais fácil para os alunos. A primeira turma, se não me engano, foi de 30 alunos. (LEITE, 2022).

Sobre a primeira turma, a jornalista Lena Fagundes (2022) lembra que tiveram dois meios de ingresso, um por prova do vestibular e outro por seleção feita através de análise curricular. Conforme o Derca, todas as turmas ofertaram 30 vagas. Para a primeira turma, de 1991.1, eram 18 mulheres e 12 homens, conforme quadro abaixo.

QUADRO 4 - Ingresso no curso de Comunicação Social 1991.1

	ANÁLISE CURRICULAR	VESTIBULAR
01	Telma de Paiva Martins Oliveira	Domingos Sávio da S. Mouras (sic)
02	Keila Cinara Thomé Barros	Josino Pereira de Almeida
03	M ^a Eudiene Martins	Patrícia Lopes Ferreira
04	Jessé da Silva Souza	Jefferson Gohl

05	Heriberto de Miranda Odilair	Maurício Elias Zouein
06	Evely Mary Rodrigues Cavalcante	Consuelo Duarte de Oliveira
07	Áurea Dias Veras	Loredana de Lima Kotinski
08	Margareth M ^a dos Reis Miranda	Maxwell Cabral M. de Castro
09	Maria Aurilene de L. Fagundes	Rosângela da Silva Queiroz
10	Márcia Hugueth B. Brasil	Airlene de Medeiros Carvalho
11	Patrícia S. da Costa Cunha	Francisco Cândido
12	Lissandra Boeno Cabalchini	Ana Maria Alvares Pintan
13	Marcos Aurélio Ferreira Santos	Florany Maria dos Santos Mota
14	Silvio Sampaio do Nascimento	Emília Coely Leal Leite
15	José Maria Gomes Carneiro	Pablo Sérgio Souza Bezerra

Fonte: Selmar Levino (2002)

3.5 CONTEXTUALIZANDO O JORNALISMO FEMININO

O jornalismo feminino desde seu surgimento na Europa, no fim do século XVII, veio destinado às mulheres, indicação presente, inclusive, nos nomes que se davam às publicações – ainda que em um momento em que não se pensava o jornalismo com distinção de público.

É preciso entender que esse jornalismo surgiu em um período em que ter mulheres escrevendo em jornais era impensável, pois era um tempo em que o poder dominante patriarcado não queria nem que elas aprendessem a ler, muito menos que lutassem por causas como voto feminino, direitos da mulher, escravidão, ou comesçassem a trabalhar em jornais onde escrevessem sobre uma melhor educação para a mulher. Mas as corajosas abriram caminhos. Não se abalavam com os percalços, conquistavam público, conquistavam amizades, balançavam estruturas. Avançavam a passos mais do que lentos, mas necessários (RAMOS, 2010).

O primeiro periódico brasileiro dirigido e escrito por mulheres foi lançado em 1855 e se chamava *Jornal das Senhoras*, criado por Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro. Casadei (2011) afirma que apesar dessa discussão ter se iniciado no século XIX, as mulheres só alcançaram notoriedade na escrita e direito ao voto, no século XX.

Essa chamada “Imprensa Feminina” surge em um contexto de alienação social para “guiar” a todos – principalmente as mulheres - dentro de um padrão de comportamento. A Imprensa Feminina surgiu por demandas sociais, econômicas e culturais. “Desde que surgiu no mundo ocidental, no fim do século XVII, já trouxe a destinação às mulheres” (BUITONI, 1990, p. 46).

Tudo era uma de caracterização da mulher, desde o público-alvo (feminino) até o conteúdo encontrado em suas páginas. Poesias, receitas de bolo, reportagens, figurinos, consultório sentimental, artigos de psicologia, entrevistas, testes, horóscopos, contos, fofocas, maquilagem, plantas de arquitetura, moldes, saúde, educação infantil, tudo parece caber dentro da imprensa feminina. Sua área de abrangência parece infinita: embora frequentemente ligadas ao âmbito doméstico, seus assuntos podem ir da dor de dente do filho de sete anos à discussão da política de controle de natalidade, passando pelos quase inevitáveis modelos de roupa e pelas receitas que prometem delícias (BUITONI, 1990).

Ramos (2010) discorre sobre os motivos das mulheres quererem fazer jornalismo em uma época em que precisavam, além de ter a carreira profissional, casar e ter filhos. Essa dupla jornada não garantia nem apoio da família nem da sociedade. Então, o que levou as mulheres a buscar o jornalismo? Segundo Abreu e Rocha (2006, p. 10), a profissão de jornalista se tornou muito atrativa às mulheres por possuir grande peso político, além de ser uma profissão que correspondia aos anseios femininos por participação social e política.

Mas quando se fala em mulheres nas redações nem tudo eram flores. Buitoni (1990, p. 11) explica que os profissionais que trabalham na imprensa feminina qualificam o que fazem como “jornalismo de amenidades, esclarecimentos, serviço, entretenimento” e que esse jornalismo destinado à mulher, na maior parte das vezes, não segue um preceito básico do jornalismo, que é a atualidade. Para a autora, nem tudo na imprensa feminina é jornalismo, mas ela não faz uma distinção de quais seções ou temáticas se encaixariam no que ela atribui como jornalismo.

Quem também fala sobre a questão sem se aprofundar é Marques de Melo (2006, p. 146), que pontua que apesar de existir uma imprensa feminina, “ela não pode ser classificada como produtora de jornalismo feminino”. Apesar da distinção, o autor não esmiúça o que classifica como jornalismo feminino e o que se pratica na segmentação feminina.

Buitoni (1990) mostrou em sua obra, a forma como a mulher foi e é representada na mídia voltada a elas e, sobretudo, o papel da imprensa feminina na diluição de conflitos sociais, refletindo sobre a imprensa feminina alternativa, que dialoga com assuntos que são ignorados pelas revistas femininas tradicionais. Em suma, a pesquisadora inclui o jornalismo engajado nas causas e direitos femininos no

contexto histórico da participação da mulher, enquanto produtora e consumidora de conteúdo jornalístico.

Para se abordar o jornalismo feminista que contesta o tradicional papel da mulher na sociedade, “é preciso se falar sobre o Jornalismo como segmentação voltada para questões tipicamente femininas, que conflitua com o jornalismo tradicional, aquele que mantém as estruturas que condicionam os papéis da mulher dentro da sociedade” (BUITONI, 1990, p. 156).

Esse último jornalismo aborda temas voltados para moda, beleza, educação dos filhos, culinária, decoração. Jornalismo produzido para um público-alvo com alto potencial de consumo e detentor de um papel que exerce determinada influência na sociedade moderna no processo de produção e reprodução de valores, sobretudo dentro do contexto familiar. Esse modelo envolve o conceito de jornalismo de serviço, termo que teve origem nos Estados Unidos e está diretamente ligado às revistas femininas. Para ele, o jornalismo feminino traz consigo um forte potencial de jornalismo de serviço, com suas dicas, sugestões e, muitas vezes, forma imperativa de se dirigir à leitora (TEMER, 2009).

Abreu e Rocha (2006, p. 11) discorrem também sobre o *status* da mulher jornalista, e ao fato de que ter uma escolaridade melhor ou ser melhor preparada não fez com que as mulheres alcançassem sucesso na carreira. “Até hoje são raras as mulheres que participam do conselho editorial das empresas jornalísticas e que chegam ao posto de editora-chefe. Em geral não passam do nível de gerência média”. E mesmo com qualificação maior, as mulheres só ocupavam setores menos produtivos e sem o mesmo reconhecimento dado aos homens, pois recebiam salários menores e eram tratadas de forma diferente.

Ramos (2010) faz uma crítica ao apontar que 90% do conteúdo das revistas vinculadas ao “público feminino” só abordam conteúdos relacionados à moda, beleza e a como agradar ao homem. E esquecem, ou ignoram por completo, a violência doméstica, o feminicídio, a dupla jornada de trabalho das mulheres, a subserviência ao pai e/ou ao marido e a falta de liberdade feminina.

Seja em função da falta de presença feminina no meio, ou apenas porque os jornalistas da época não estavam preocupados com essa pauta, as mulheres no geral eram excluídas dos espaços de pensamento. Antes mesmo das mulheres, outros profissionais, principalmente os escritores (homens), ganharam espaço dos jornais, escrevendo e produzindo matérias. “Os ‘homens de letras’, como eram comumente

designados os literatos, procuravam encontrar nos jornais a notoriedade e a recompensa econômica que não encontravam nos livros” (PETRARCA, 2005, p. 4).

De qualquer forma, mesmo buscando esse espaço em veículos tradicionais e da grande mídia, os registros da participação das mulheres na comunicação surgem posteriormente a partir de uma mídia alternativa. Isso porque, na primeira metade do século XIX, as publicações destinadas às mulheres, cujo conteúdo voltava-se para literatura, moda, beleza e regras de comportamento, eram escritas por homens. No país, mesmo antes da fundação do primeiro jornal feminino, em 1850, muitas mulheres atuavam como colaboradoras nos jornais, ainda que, em alguns casos, sob o disfarce de pseudônimos masculinos. A partir dessas mulheres, gradativamente foi-se abrindo espaço para a escrita feminina (MUZART, 2003, p 227).

Observamos ao longo dessa parte, que o jornalismo feminino se tornou muito atrativo às mulheres, mas nem mesmo o fato dela ter melhor escolaridade ou ser melhor preparada garantiu ocupação dos principais postos na carreira. No próximo tópico vamos falar sobre os 45 anos de território federal, no qual foram mapeados 20 jornais, e na maioria deles, sem a presença de mulheres na redação.

3.6 SÉCULO XX: AS CONQUISTAS DAS MULHERES NO TERRITÓRIO BRASIL

O processo de conquistas e ampliação de direitos e construção da cidadania feminina vem acompanhado de um longo e árduo trabalho ao longo dos séculos. Queremos apresentar algumas das principais conquistas das mulheres no século XX, chamado por Carla Pinsky e Joana Maria Pedro (2018) como “século das mulheres” em virtude das transformações aceleradas propiciadas à experiência feminina.

Segundo Ana Silvia Scott (2018), ao longo da história no Brasil, os valores patriarcais, por muito tempo, foram referência quando o assunto é família, e nessa ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer ao pai e ao marido. Essa autoridade era passada de um para o outro por meio do casamento “monogâmico e indissolúvel”. O que importava era o grupo familiar, a família, em vez dos projetos individuais. O amor conjugal, as manifestações de desejo e os sentimentos não tinham nenhum espaço.

A autora relata como, na segunda metade do século XIX, muitos acontecimentos mexeram com o país, como o advento da República, a abolição oficial da escravatura, o aumento do processo de urbanização e industrialização e a grande imigração. Tudo isso dava a impressão que o Brasil começava a deixar para trás seu

caráter agrário e atrasado. “As mudanças em marcha fizeram com que o período entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do XX fosse designado como a Belle Époque brasileira” (SCOTT, 2018, p.16).

Campanhas de modernização ocorreram e um novo modelo de família começou a ser preconizado, dando mais espaço à vontade dos indivíduos. Scott (2018) cita como, por exemplo, a escolha do cônjuge para formação da chamada “família conjugal moderna”. Estado e igreja passaram a dar maior relevância e a reconhecer o amor romântico, a intimidade era enaltecida e os discursos de médicos e higienistas chegavam a criticar a separação entre sexo e amor, defendendo a “integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável” de relacionamentos (SCOTT, 2018, p. 16-17).

Mas essa “nova família” não era a carta de ‘alforria’ das mulheres. Esse “novo” modelo, cita a autora, exigia da “nova mulher” uma esposa afetiva, ainda que submissa ao marido, mas não totalmente sem voz e uma mãe dedicada, que cuidava totalmente dos seus filhos (sem recorrer, por exemplo, às amas de leite), da formação moral e educacional das crianças. Estava “desobrigada” de qualquer trabalho produtivo, pois o espaço público era para homens e o espaço feminino seria o seu lar, ou seja, ao contrário do que se poderia supor, o novo modelo de família que transformava oficialmente a mulher em “rainha do lar” mantinha o homem como líder da família e a mulher como “subalterna e dependente” (SCOTT, 2018).

Entretanto, nem todos os brasileiros e suas famílias quiseram ou puderam aderir a esses novos valores e modos burgueses, e embora não tenha sido abraçado por toda a população, o ideal de família aderido pelas classes dominantes tornou-se o novo parâmetro.

Em uma sociedade profundamente diversa e desigual, hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos (com base, sobretudo, na “cor da pele” – herança do escravismo), não é de espantar que, ao se comparar famílias de áreas mais urbanizadas com as de áreas predominantemente rurais, as compostas por negros, brancos ou mestiços, as imigrantes e as locais, as ricas e as pobres, houvesse grandes diferenças. (SCOTT, 2018, p. 17-18)

Em relação à educação, segundo a historiadora June Edith Hahner (2018), por conta de sua condição econômica privilegiada e por ser branca, as mulheres da elite faziam parte de um pequeno segmento da população brasileira do século XIX diferenciado da grande maioria das pessoas. No entanto, no início do século XIX, as

brasileiras de classe alta eram muito menos cultas ou letradas, comparadas com as americanas ou europeias. Muitas sequer sabiam escrever seu próprio nome. A historiadora lembra que no século XIX, a educação no Brasil permaneceu limitada aos que tinham condições financeiras ou posição social privilegiada (HAHNER, 2018).

Para reforçar o atraso educacional no país, a historiadora recorre ao resultado do primeiro Censo nacional de 1872, no qual somente 19,8% da população masculina e 11,5% da população feminina sabiam ler e escrever (HAHNER, 2018, p.57). No entanto, a ideia de escolarização das mulheres foi ganhando força no sentido de garantir às mulheres melhores condições intelectuais. No Brasil, a partir de 1827, as mulheres são liberadas para frequentar as escolas além do ensino primário e a partir de 1879, o ensino superior (PRADO, FRANCO, 2018).

O direito à educação foi o primeiro marco importante nas conquistas femininas. Entre os anos de 1835 e 1890, as professoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2018), no artigo sobre *Espaço feminino no mercado produtivo*, que compôs a coletânea do livro *História das Mulheres no Brasil*, afirmaram ter ocorrido a feminização do magistério, uma vez que o magistério se tornou basicamente feminino, na medida que o campo passou a ser visto como das mulheres, tidas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças (MATOS, BORELLI, 2018).

É preciso abrir uma rápida passagem para mencionar um nome importante no século XIX, na luta pela capacidade intelectual das mulheres e seu direito à educação, considerada por muitos como a primeira feminista brasileira. Nascida no povoado do Rio Grande do Norte, Nísia Floresta Brasileira (Dionísia Gonçalves Pinto - 1810-1885) foi obrigada a casar-se bem jovem, porém, abandonou o marido e mudou-se para Olinda. No ano de 1832, portanto, aos 22 anos, publicou o livro que lhe trouxe notoriedade: *Direito das mulheres e injustiças dos homens*.

A publicação seria uma “tradução livre” de *A Vindication of Rights of Woman*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Ela também fundou escola voltada às meninas, publicou obras de caráter doutrinário, na qual abordava a temática feminina. Morreu na França e jamais deixou de mencionar o Brasil nos seus escritos (PRADO, FRANCO, 2018, p. 206).

Em 1910, a professora, indigenista e feminista Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) criou o Partido Republicano Feminino (PRF), o primeiro partido político de mulheres. A iniciativa foi uma forma de protestar por ter seu pedido de alistamento eleitoral negado. De acordo com Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2000), o

PRF foi um “movimento precursor na luta das mulheres brasileiras em prol do sufrágio e chegou, em novembro de 1917”, a promover uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de aproximadamente 90 mulheres, exigindo a extensão do voto (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Outra conquista das mulheres aparecerem como grupo ou segmento social foi o direito ao voto, em 1932, fruto de discussões e atuações intensas dos movimentos femininos, como do PRF, liderado pela professora Leolinda Daltro. Em maio de 1933, Carlota Pereira de Queiroz foi a única mulher eleita deputada no Brasil. Na Constituinte, Carlota integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social no país. Mas em 1928, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Celina Guimarães Vianna consegue obter o título de eleitor, mas o fato foi considerado isolado (PRADO, FRANCO, 2018).

A Lei 4.212, de 27 de agosto de 1962, criando o Estatuto da Mulher Casada, permitiu que as casadas pudessem trabalhar sem a necessidade de autorização dos maridos. Essa condição de subalternidade da mulher à luz do patriarcado estava prevista no Código Civil da República de 1916, quando as mulheres casadas foram consideradas incapazes ao lado de menores, “loucos” e indígenas. E para trabalhar, elas (casadas) dependiam de uma autorização do marido. Mas não era só isso. Uma condição para o trabalho era que esse deveria ser considerado como complemento da renda familiar, e não para realização pessoal (MAIA, SOUTO, 2016).

Com quase meio século depois de considerar a mulher incapaz, com o Estatuto da Mulher Casada, elas passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação. No mesmo ano, em 1962, a pílula anticoncepcional chegou ao Brasil. Apesar de ser um método contraceptivo bastante polêmico, por influenciar os hormônios femininos, não dá para negar que o medicamento trouxe autonomia à mulher e iniciou uma discussão importantíssima sobre os direitos reprodutivos e a liberdade sexual feminina (LEITE, 2022).

Na década de 1970, as mulheres conquistam o direito de não sofrerem mais discriminação com base no gênero ou estado civil. Elas passam a ter direito ao cartão de crédito, até então um “direito” exclusivo dos homens. No ano de 1974 foi aprovada a Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito. Até então, as instituições bancárias, exigiam que mulheres solteiras ou divorciadas só poderiam ter direito ao cartão de crédito ou a empréstimo, se levassem um homem para poder assinar o contrato (LEITE, 2022).

No final do ano de 1977, depois de 26 anos de discussão, o Congresso aprova e sanciona a Lei nº 6.515, de 26 de dezembro, a Lei do Divórcio. A pressão social e o rótulo de divorciada que era mal visto pela sociedade fizeram com que muitas mulheres permanecessem em matrimônios infelizes e muitas vezes abusivos (LEITE, 2021).

Outro ganho foi no ano de 1985, quando foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo e, depois, em outros estados. Em Roraima, a primeira especializada, que desenvolve ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra mulheres, foi criada ainda no Território Federal de Roraima, no ano de 1986, como Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher (SENHORAS e SENHORAS, 2019).

Podemos destacar como um dos grandes avanços para a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres a nova Carta Magna, de 1988. Conhecida como a Constituição Cidadã, em virtude da ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, a nova Constituição Federal garantia que homens e mulheres eram iguais perante a lei e dava à mulher-mãe-trabalhadora, o direito da licença maternidade de quatro meses. Apesar da igualdade de direito proibir a divergência de salários e de critérios de admissão entre homens e mulheres, as mulheres continuam ganhando menos que os homens para exercer as mesmas funções (MARQUES e LOUAULT, 2018).

Para encerrar a chamada “década perdida”, de alta da inflação e dos preços que corroíam os salários dos trabalhadores, em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República depois do Golpe Militar de 1964. A última tinha acontecido em 1960. Foi uma eleição solteira, considerada uma das mais disputadas no Brasil, com 22 candidatos, e a população votou apenas para o cargo de presidente. Entre os presidenciáveis, tivemos a primeira mulher que se lançou à disputa presidencial: Livia Lêdo Pio de Abreu, concorrendo pelo Partido Nacionalista (PN) (SILVA, Brasil Escola).

Iniciando a última década do século XX, destacamos algumas conquistas e protagonismos femininos, em especial na política: Minas Gerais elege, em 1990, a jornalista e advogada Júnia Marise, a primeira mulher para o cargo de senadora. Junto com Júnia, pelo recém Estado de Roraima, a então primeira-dama e deputada constituinte Marluce Pinto toma posse como senadora pelo PTB para um mandato de quatro anos como uma das primeiras mulheres a chegar ao Senado Federal pelo voto direto, sendo reeleita senadora em 1994 para um mandato de oito anos.

Ainda na década de 1990, a economista Zélia Cardoso de Mello é a primeira ministra do Brasil e assume a pasta da Economia no governo de Fernando Collor (1990-1992). Em 1994, a filha de José Sarney, ex-presidente do Brasil, a Roseana Sarney é a primeira mulher eleita governadora de um estado brasileiro: o Maranhão, sendo reeleita em 1998. E em 1998, a ativista política do Movimento Negro e assumidamente feminista, a senadora Benedita da Silva é a primeira mulher a presidir a sessão do Congresso Nacional.

Observamos ao longo dessa primeira parte do capítulo o cenário de algumas conquistas das mulheres no território brasileiro. Podemos considerar o território como um conjunto de acontecimentos que resistem por um tempo e um espaço. Já as territorialidades se referem aos processos e valores que sustentam esses valores e espaços (AGUIAR, 2011). Na próxima parte iremos focar nas territorialidades.

3.7 PSEUDÔNIMO: ESTRATÉGIA PARA NÃO SILENCIAR

Desde as leituras anteriores ao ingresso na pós-graduação, sempre me fisgou as passagens de profissionais utilizando o recurso do pseudônimo para exercer profissões, escrever, criar, compor, entre outras atividades. Lembro-me que o livro *Comunicação & Sociedade - 200 anos de imprensa*, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (2008), cita o trabalho de dissertação de Luciana Fischer *‘A publicidade na cidade de São Paulo nas décadas de 1930 a 1990: do pioneirismo ao posicionamento do setor’*, mostrando de que forma as mulheres ocuparam espaços no campo da publicidade. E umas das formas encontradas pelas mulheres e muitas vezes homens, foi usar pseudônimos.

Das pessoas mais velhas, quem não lembra do *slogan* “Se é bayer, é bom”, de Manoel Bastos Tigre? Então, a filha de Bastos, jornalista Helena Ferraz de Abreu (1906 – 1979), que teve uma extensa carreira no jornalismo e publicidade, usou o pseudônimo masculino Álvaro Armando, que era o nome de dois dos três filhos que ela tinha. “Sobre Helena se lê em anotação da Revista propaganda (RP, 1978, p. 69) que ‘com o pai ela se fez, provavelmente, a primeira redatora de propaganda do país’”. (QUEIROZ, 2008, p. 95).

Como Álvaro Armando, Helena publicou poesias e assinava a seção “Cinco minutos de bom humor”, no jornal *Correio Universal*, criado por ela e o marido Maurício Ferraz – espécie de suplemento semanal, que circulava em dezenas de jornais

espalhados pelo país. Ainda como Armando, ela assinava outras colunas, como “Humorglobinas”, no jornal *O Globo*. No final da década de 1960, ela passou a assinar como Helena Ferraz, em crônicas e reportagens (ALMEIDA, 2015).

No jornal *Estado de São Paulo*, Ramos (2010) menciona que Carminha Almeida assinava o “Suplemento Feminino” com o pseudônimo de Capitu, e que junto com Margarida Izar, foi uma das decanas do jornalismo feminino paulistano. “Antes do Suplemento Feminino atuou na Folha, tendo começado em 1926’.

A consagrada escritora brasileira Clarice Lispector (1920-1977) também era jornalista. Com exceção de coluna social e editoria de polícia, Clarice fez de tudo no jornalismo carioca dos anos de 1940, segundo Aparecida Maria Nunes, organizadora e apresentadora do livro *Clarice na cabeceira: jornalismo* (2012). Clarice, um dos maiores nomes da literatura brasileira, também utilizou o recurso do pseudônimo para assinar matérias e colunas.

Sob o pseudônimo de Tereza Quadros, Clarice assinou no ano de 1952 uma coluna feminina no semanário *Comício*, criado por Rubem Braga. A página no referido jornal era chamada de “Entre Mulheres”, que lhe rendeu experiência em lidar com escritos dirigidos ao especificamente ao público feminino. A página seria retomada, a partir de 1960, no *Diário da Noite*, sendo heterônima da atriz Ilka Soares, que era símbolo de feminilidade da mídia na época (NUNES, 2012; e RAMOS, 2010).

Ramos (2010) cita que o convite para ser ‘ghost write’ (escritora fantasma) de Ilka Soares partiu de Alberto Dines, que considerava a jornalista Clarice um “ângulo pouco explorado na vida e na obra da escritora” (2010, p. 17). Nos anos de 1959 a 1961, a romancista-jornalista Clarice Lispector assina a coluna “Correio Feminino” no jornal *Correio da Manhã* com o nome de Helena Palmer (RAMOS, 2010).

Na esteira de utilizar outros nomes, quem imaginaria que uma primeira-dama do Brasil tenha se utilizado do recurso do pseudônimo de Rian, em 1906, para publicar suas caricaturas nos periódicos *Fon-Fon*, *O Binóculo*, *A Careta*, *O Malho*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta de Petrópolis*, *Le Rire*, *Fêmina* e outros (CHAGAS, 2016). Ela foi uma das primeiras caricaturistas mulher das quais se tem registro no mundo. Tornou-se primeira-dama do Brasil de 1913 a 1914, ao casar-se com Hermes da Fonseca, 8.º Presidente brasileiro.

Estamos falando de Nair de Teffé von Hoonholtz (1886-1981), mais conhecida como Nair de Teffé, pintora, cantora, atriz e pianista brasileira. Filha do Barão de Teffé, nasceu no Rio de Janeiro, foi educada na França, onde teve contato com diversas

formas de expressão artística. Antes do casamento ela teria dito a Hermes da Fonseca: "olha, você é presidente da República. Isso é muito bonito e eu admiro muito, mas vou lhe pedir uma coisa: para não me impedir que eu faça arte", conforme contou em entrevista ao Museu de Imagem e Som, do Rio, em 1969.

Na região Norte esse recurso também não foi diferente. No nosso vizinho Amazonas, no período da província, Jordana Caliri (2014) identificou o periódico *O Colibri*, escrito por e para mulheres, publicado no ano de 1888. O subtítulo apresentava-se órgão dedicado ao belo sexo, com espaço dedicados à literatura, variedades e artigos solicitados por leitores. A pesquisadora identifica que nas páginas era possível identificar "os recados de amor escritos por alguém que se autodenominava somente através de pseudônimos, assim como a pessoa a quem se destinava também deveria manter em segredo seu nome" (CALIRI, 2014).

Ainda no Amazonas, na cidade de Codajás, no ano de 1909 surgiu outro jornal feminino intitulado *O Borboleta*, manuscrito, definido como "crítico e literário". Nele, moças do meio social da cidade colaboravam, mas mantinham o anonimato. Conforme Luciane Maria Dantas de Campos (2010), elas "usavam de pseudônimos na assinatura dos artigos: Haydée, Antonietta e Ailema Airam (Maria Amélia) que assinou o artigo de confronto com "o sexo forte" do segundo número".

Em Roraima, o decano da comunicação roraimense Laucides Inácio de Oliveira (1931 – 2012), carinhosamente chamado por todos os colegas da área de mestre Lau, no seu livro autobiográfico *Boa Vista 1953 – uma aventura* (2009), traz uma importante informação sobre a utilização de uma espécie de codinome no jornalismo dos anos de 1950.

Trata-se da iniciativa de três amigos, Rubens, Ernane e Júlio Martins, que se unem e criam secretamente o colunista Rujurué, do semanário *O Boa Vista*, editado pelo governo do Território do Rio Branco, que virou sensação. A coluna dos amigos divulga as notícias sociais, "mas não poupa ninguém com seus 'potins' e 'pichações' (OLIVEIRA, 2009).

Acabei descobrindo a identidade, ao matar a charada das sílabas que formam o nome Rujurué: RU de Rubens - 2 vezes -, JU - de Júlio, e E - de Ernane. Cheguei a comentar a minha descoberta com o Rubens, mas preservei-lhes o segredo (OLIVEIRA, 2009, p. 117).

Voltando a história das mulheres utilizando pseudônimos, não é de se estranhar possíveis motivos que levavam a prática de existir por trás de outro nome. Um deles

a discriminação apenas por ser mulher, de tão recorrente, era algo acontecia dentro de casa e se estendia aos ambientes de trabalho, como conta em vários exemplos Regina Helena de Paiva Ramos no seu livro *As mulheres jornalistas – a grande invasão*. Somente o fato de uma mulher sair com diploma debaixo do braço nas décadas de 1950/60 já era motivo de discriminação. “Jornalismo se faz no dia a dia da redação”, ouvia-se (RAMOS, 2010, p. 25).

No começo da carreira, a autora diz não perceber que sofrera discriminação, não achava que o caminho era difícil e nem dava a mínima importância para o tema. Vivia feliz pelo que fazia e no decorrer da vida profissional foi muitas vezes entrevistada sobre feminismo, dificuldades na carreira. Quando precisa responder a clássica pergunta “você foi discriminada por ser mulher?” a frase era objetiva de clara: um notório não. Até certo período da vida, Ramos (2010) afirmara nunca ter se sentido discriminada pelo fato de ser mulher.

Mas à medida que o tempo foi passando – e na perspectiva de observar os acontecimentos pelo retrovisor da vida -, essa visão mudou completamente. Regina Ramos comenta que foi convencida pelos acontecimentos na família, no ambiente de trabalho e até mesmo com colegas de profissão, que sofrera discriminação.

Às vezes de maneira simpática, protecionista. Mas era, sempre, discriminação. A coisa começava em casa, com minha mãe dizendo às amigas e parentes que aquilo que sua filha fazia não era 'profissão para uma mocinha'. (Eu tinha vinte anos). Fazia-me rir, mas a conversa a meu respeito era uma só: coitadinha, trabalha muito, vai a lugares esquisitos, não tem hora para chegar em casa, o jornal é no fim do mundo, numa rua escura. Um buraco! Tem vezes que mandam ela fazer reportagem no meio de grevistas, com bombas de gás e tudo. Isso lá é profissão para uma moça? (RAMOS, 2010, p.25,26)

De casa para o ambiente de trabalho as coisas não eram muito diferentes, segundo Ramos (2010). Certa vez, em um final de tarde, ela fora tomar uma cerveja com um colega de redação. Até aí tudo bem. Mas o homem, que ela chama de “debiloide” saiu com uma pérola. “Acho a coisa mais normal do mundo você estar tomando esta cerveja comigo aqui no balcão. Agora te digo uma coisa, se fosse minha irmã, eu tirava ela daqui no tapa”. Como não enxergava preconceito e discriminação na afirmativa do colega à época, sabe o que a autora respondeu? NADA! “Eu ri. Até achei normal”. Mas o episódio a marcou tanto e a tal perspectiva inicial que falamos, a fez sentir uma raiva enorme de ter escutado calada “tamanha asneira” (RAMOS, 2010, p.26).

Se o pseudônimo foi uma estratégia para não silenciar, uma forma de resistência, percebemos pelos depoimentos de jornalistas decanas da comunicação, que muitas delas não conseguiam perceber à época que sofreram preconceito pelo simples fato de ter escolhido uma profissão tida como masculina. Isso dentro e fora de casa, do trabalho, na rua e até em momentos de lazer. Esse ato de enfrentar preconceitos e discriminação significou a resistência do sexo tido como “frágil” para sairmos da invisibilidade e chegarmos até aqui, hoje.

No próximo capítulo vamos trazer um pouco da trajetória de personagens que romperam com a invisibilidade das jornalistas mulheres na imprensa roraimense, assim como os jornais circulantes no período de território federal (1943-1988). Descobrimos durante a fase do rastreio (KASTRUP, 2009) o jornal *A Época* de subtítulo “*Jornal Independente e Noticioso*”, que circulou pela primeira vez no feriado municipal de Boa Vista, o de São Sebastião, dia 20 de janeiro de 1957.

4 ESTUDO DOS JORNAIS DO TERRITÓRIO

4.1 JORNAIS QUE CIRCULARAM NA IMPRENSA RORAIMENSE DE 1943 A 1988

Da instalação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, até dezembro de 1947, o único meio de comunicação impresso existente no Território Federal era o *Órgão Oficial*, atual Diário Oficial do Estado de Roraima. A primeira edição foi publicada em 23 de junho de 1944, ano de fundação da Imprensa Oficial, e circulava com 300 exemplares (ÓRGÃO OFICIAL, Edição 21, p. 17, de 10 de novembro de 1945).

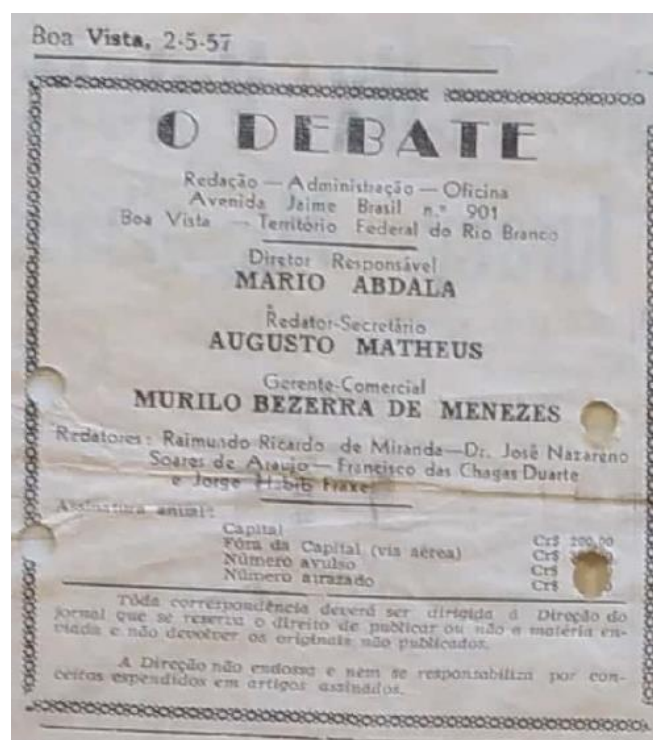
O jornal *Boa Vista*, de propriedade do governo territorial, teve sua primeira edição impressa em janeiro de 1948, conforme Balancete da Imprensa Oficial, referente ao mês de janeiro de 1948. O diretor era Geraldo G. Moreira. As referências sobre até quando circulou o jornal *Boa Vista* são várias. De acordo com Shirley Rodrigues (1996), *O Boa Vista* circulou até 1958, ano da sua última produção impressa. A jornalista Jaci Cruz Soares (1998) fala que com regularidade, a circulação foi até 1954, e esporadicamente até sua extinção, entre os anos de 1957/1958, e teria ressurgido em 1962/1963.

No dia 28 de março de 1951 nasceu o primeiro periódico de iniciativa privada e de oposição ao governo do território: *O Átomo*. Este jornal foi comprado em 1957 por membros do governo territorial e foi extinto em 1959, quando Félix Valois perdeu as eleições para deputado federal pelo Território do Rio Branco (SOARES, 1998). Ao destacar os jornais do passado, Dorval de Magalhães (1997) comenta que *O Átomo* tinha como diretor José Estevam Guimarães Júnior.

Logo depois, em 1953 e 1956 (13/9/1956), dois irmãos resolveram lançar *O Combate* e *O Debate*, com tiragem mensal e semanal, respectivamente, que eram impressos em Manaus, sendo seus proprietários Afonso Rezende e José Rezende. O primeiro periódico teve vida curta, parado de circular em 1954.

Em *O Debate*, segundo Magalhães (1997), o diretor era Mário Abdala, ratificado pelo expediente do exemplar encontrado no Museu Integrado de Roraima, que nos mostra Augusto Matheus como redator-secretário e Murilo Bezerra de Menezes na função de gerente comercial.

FIGURA 2 – Expediente do jornal *O Debate*, edição nº 32, do dia 02/5/1957



Fonte: Fotografia retirada do exemplar disponível no MIRR

Segundo Soares (1998), os dois jornais faziam oposição ao Governo de José Maria Barbosa e ao deputado Félix Valois Araújo, e que Murilo Bezerra, diretor comercial de *O Átomo* à época, contou a forma adotada, em 1957, pelo governo e seus correligionários para monopolizar o controle dos veículos de imprensa.

Houve a fusão dos jornais. O negócio foi o seguinte: o Governo comprou “*O Átomo*” do Guimarães. Uns seis meses depois “*O Debate*” continuava contra o Governo. E para que não houvesse oposição, Mário Abdala, ligado ao grupo de Valois, foi a Manaus e comprou todo o acervo de “*O Debate*” e unificou os dois jornais. “*O Átomo*” saía aos sábados e “*O Debate*” às quartas-feiras. “*O Combate*”, de Afonso Rezende, não veio mais para cá. Eles pararam (SOARES, 1998, p. 22).

No ano de 1954, Tarcílio Ayres, que foi chefe do serviço de alto-falantes de *O Átomo*, lança o jornal *Resistência* de subtítulo “*Hoje e sempre a serviço do povo*”. Era voltado à crítica dos políticos do território neste período.

Entre os anos de 1952-1956, Aquilino Duarte era o Governador. A oposição uniu vários partidos e formaram uma ‘Frente Única’ para tirar o governo. Quando foi nomeado o Dr. José Luiz de Araújo Neto, outro rio-branquense, fruto da indicação do acordo político da oposição. Para combater a Frente, apareceu em 1954, o periódico *Resistência* – hoje e sempre a serviço do povo (...). Estilo de jornalismo polêmico, com denúncia de fraudes e críticas ao novo Governo e aos membros da Frente Única. (SOARES, 1998, p. 23)

Seguindo as duas primeiras etapas do gesto atencional do cartográfico, propostas por Kastrup (2009), a do rastreio (que aqui definimos como a primeira etapa envolvendo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa da pesquisa e a identificação dos jornais circulantes) e a do toque (definimos como a definição do *corpus* da pesquisa e o mapeamento dos expedientes, notas, matérias publicados e matérias), conseguimos localizar um jornal que ainda que não foi citado em nenhum dos trabalhos acadêmicos e fontes consultadas. Trata-se de *A Época* - “Jornal Independente e Noticioso”, que a 1ª edição circulou no feriado municipal de Boa Vista, o de São Sebastião, dia 20 de janeiro de 1957.

As edições de 1 a 7 e 10 e 11, essa última data de 28/11/1958, foram encontradas no Museu Integrado de Roraima, prédio que funciona temporariamente no Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação (IACTI), no Parque Anauá. Devido ao formato era 27x18cm, os idealizadores diziam em nota na capta que o jornal estava entre os menores do mundo. Pelo expediente, também foi outro jornal sem a participação de nenhuma mulher.

Os diretores responsáveis de *A Época* eram Adalberto B. Menezes e Jayme Aranha Chacon, funcionários do governo lotados na Imprensa Oficial, sendo o primeiro da área gráfica e o segundo, bibliotecário. Paginando o jornal, seguindo a etapa do rastreio, encontramos como redator-chefe, Jaber Xaud, e como secretário, Gentil R. Lima, servidores públicos com atuação na Imprensa Oficial da época.

Ao que tudo indica, os exemplares encontrados pertenciam a coleção particular da professora Lêda Freire Chacon, esposa de um dos diretores responsáveis, Jayme Chacon. Todos os exemplares estão identificados com o nome dela, sendo que alguns estão com letra cursiva de caneta esferográfica azul.

FIGURA 3 – Capas do jornal *A Época*: 1ª edição (1957) e 11ª edição (1958)



Fonte: Fotografia do exemplar disponível no Museu Integrado de Roraima

A *Época* era propriedade da Gráfica e Editora Velox Ltda., que segundo o expediente, estava em organização, dando a entender que não foi oficialmente constituída. A redação e oficinas funcionavam na Avenida Jaime Brasil, 196, na capital Boa Vista. A assinatura poderia ser anual ou semestral, ao preço de Cr\$ 120,00 e Cr\$ 70,00, respectivamente, na capital.

Seguindo as etapas metodológicas de rastreio e toque, identificamos *A Folha Esportiva*. No currículo apresentado em seu livro autobiográfico, Laucides Oliveira (2009, p. 1), juntamente com o desportista Sebastião Ferreira e os gráficos Wanderley e Augusto Nazaré Matheus “Chumbinho” foram os responsáveis pela criação desse periódico no ano de 1960.

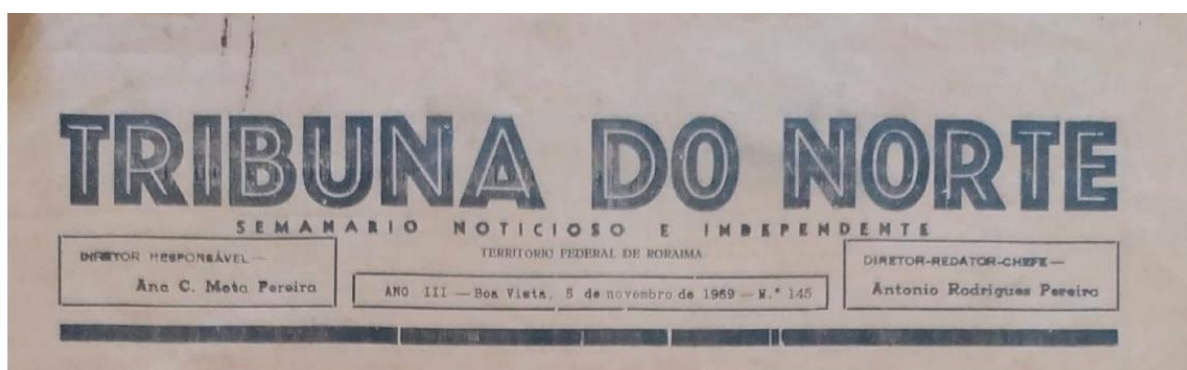
No 1970 a 1972, mestre Lau colabora com o jornal *Tribuna do Norte*, do jornalista Antônio Rodrigues, que também era funcionário do Governo do Território desde os anos de 1950, com lotação na Imprensa Oficial, conforme atos de governo publicados no Órgão Oficial/Boletim Oficial do TFRB/TFRR.

Em 1962, devido às eleições, outro jornal que surgiu e desapareceu conforme o aparecimento do político na região foi o jornal amazonense *A Tarde*. O papel era dar sustentação à candidatura a deputado federal pelo Território do Rio Branco de

Gilberto Mestrinho. O jornal fechou as suas portas com o Golpe Militar de 1964, que cassou o mandato de Mestrinho, e assim, o jornal acabou extinto (SOARES, 1998).

Outro jornal lançado no cenário boa-vistense, dia 1º de janeiro de 1967, foi a *Tribuna do Norte – Jornal Noticioso e Independente*, e ligado ao coronel-aviador Hélio da Costa Campos, governador na época. A partir da edição nº 89, da *Tribuna do Norte*, circulou com a página *Tribuna Esportiva*, com notícias do esporte local (SOARES, 1998). Encontramos a edição 145, de 05/11/1969, no MIRR, tendo os nomes de Antônio Rodrigues Pereira como diretor-redator-chefe e da sua mãe, Ana Cecília Mota Pereira, diretora responsável.

FIGURA 4 – Cabeçalho do jornal *Tribuna do Norte*, edição nº 145, de 05/11/1969

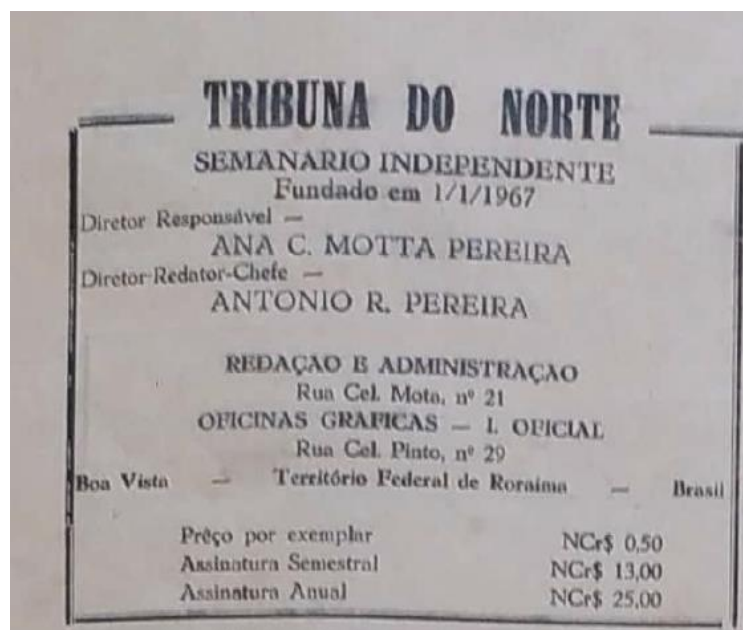


Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo do Museu Integrado de Roraima

Ana Cecília pertence às famílias Mota e Pereira, neta de Coronel Mota (João Capistrano da Silva Mota), o primeiro prefeito de Boa Vista. Ele também era avó de ilustres conhecidos da elite política roraimense, o médico e ex-deputado federal Rodolfo Pereira, e o ex-prefeito de Normandia e ex-deputado estadual, Gelb Pereira, que são filhos de Francisco das Chagas Pereira, o Tuxaua Pereira, ex-prefeito de Alto Alegre, filho de Ana Cecília.

O diretor do jornal, Antônio Rodrigues, irmão de Tuxaua Pereira, era funcionário do governo territorial e desempenhava suas funções na Imprensa Oficial, local onde o *Tribuna do Norte* era impresso e editado, conforme o expediente indica, fato corroborado em outros trabalhos acadêmicos.

FIGURA 5 – Expediente do jornal *Tribuna do Norte*, edição nº 145, de 05/11/1969



Fonte: Fotografia retirada do exemplar existente no acervo do Museu Integrado de Roraima

Desde a criação do Território Federal do Rio Branco (1943), depois Roraima (1962), o *Tribuna do Norte* foi o segundo jornal encontrado com nome de mulher no expediente. Seguindo o roteiro cartográfico, podemos aplicar três das quatro etapas do gesto atencional proposto por Kastrup (2009): a do rastreo, que envolve a identificação de jornais; o toque, com o mapeamento dos expedientes, notas, matérias publicadas; e pouso, que envolve entrevistas.

Sem mais exemplares disponíveis para consulta, na ausência de fontes orais atuantes no periódico, e para melhor entender o papel de Ana Cecília Motta Pereira na produção do jornal, procuramos por familiares e amigos da família. Conversamos com José Reis Gomes (2022), o sobrinho de Antônio Rodrigues e neto de Ana Cecília Pereira, que explicou como era a colaboração dela no jornal.

O tio Antônio colocou o nome da vovó Ana. E eu não sei nem o porquê ele colocou o nome dela como dona do jornal, porque ele era o redator-chefe, era tudo, entendeu, ele fazia tudo. Ela não trabalhava, apenas assinava algum documento para ele. Na verdade, ela não era jornalista, até porque ela já era uma pessoa de idade, acho que a avó Ana, na época, ela morreu com 101 anos, e eu acho que na época ela tinha uns 70 anos, por aí assim. Ela só assinava algum documento que ele precisava que assinasse. Ele era o jornalista, o redator, na realidade era tudo. Aí depois que fechou a *Tribuna do Norte* ele foi para o *Jornal Boa Vista*, que era do governo, ali na frente da Seplan, onde hoje é a gráfica do governo. Ele trabalhou muito tempo lá". (GOMES, 2002)

O jornal *Tribuna do Norte* deixou de circular, segundo Jaci Cruz Soares (1998) devido ao início da campanha de Hélio Campos, cujo opositor era Sílvio Botelho, mas ela não cita datas. Na 2ª edição do livro *Boa Vista 1953 – Uma aventura*”, de Laucides Oliveira (2009) nos dá pista de até quando circulou: ele teria colaborado com o *Tribuna do Norte* de 1970 a 1972.

De acordo com Correia (2021, p. 60), após a implantação da Ditadura Civil Militar, a circulação de impressos políticos num território diretamente administrado pelo governo federal ficou bastante limitada. Somente nos anos de 1970, a cultura letrada ganha forma, existindo poucas referências históricas sobre esse período de transição.

Além das poucas informações históricas, também há um silêncio sobre a existência ou não de jornais no período de 1943 a 1946 e alguns períodos da década de 1960. Na realidade, o primeiro governador do Governo do Território do Branco, Ene Garcez, um mês após sua chegada em Boa Vista, fundou a Imprensa Oficial, instalada em 24 de julho de 1944, considerada o primeiro veículo a publicar notícias do Governo do Território (CARNEIRO, 1998, p. 62).

Nesse procedimento de rastreio dos jornais, que compõe o primeiro gesto atencional cartográfico da metodologia da pesquisa, identificamos o retorno do *Jornal Boa Vista*, a partir de 1973, circulando até julho do ano de 1983, como porta-voz do governo de Roraima, em relação à propaganda dos projetos federais desenvolvidos no Território Federal. Ele foi fechado em 1983, dando espaço à iniciativa privada (SOARES, 1998).

Como o *Jornal Boa Vista* é um dos quatro jornais analisados mais a fundo no próximo capítulo, juntamente com os outros três periódicos, vamos apenas adiantar agora que esse retorno marca a intensa presença de mulheres na produção do semanário. Sejam como redatoras, colunistas e até a primeira editora-chefe na história do jornalismo do período pesquisado, incluindo histórias onde a família desconhecia a participação da mulher no jornal. Apesar da cidade ser pequenina à época.

Seguindo os passos do rastreio e toque, propostos por Kastrup (2007), localizamos a iniciativa do jornalista Inácio Mendes da Silva (proprietário), que fundou no dia 19 de maio de 1976, *O Roraima – Um jornal político cultural*, juntamente com o filho Sidney Mendes da Silva (diretor-responsável) e Maria Sofia Marques dos Santos (gerente e esposa do filho). O trio saiu de Rondônia para Manaus, em 1975, e em seguida, para o Território de Roraima, onde, em um cômodo da nova residência em

Boa Vista, montou uma impressora manual, colocando ali todos os outros aparatos para impressão do novo semanário titulado.

FIGURA 6 – Cabeçalho da 1ª edição do jornal “O Roraima” de 19/05/1976



Fonte: SIAN, Arquivo: Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo do BR RJANRIO.TT.0.IRR.PRO.594, p. 53

Em Relatório do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), encontramos a informação que, antes de vir para Roraima, Inácio Mendes da Silva teria editado jornais em Rondônia, como *Folha de Rondônia*, *Folha do Povo*, *O Combatente* e *O Combate*, entre os anos de 1968 e 1974¹⁰, classificados pelas autoridades de segurança da época, como jornais dirigidos por um comunista.

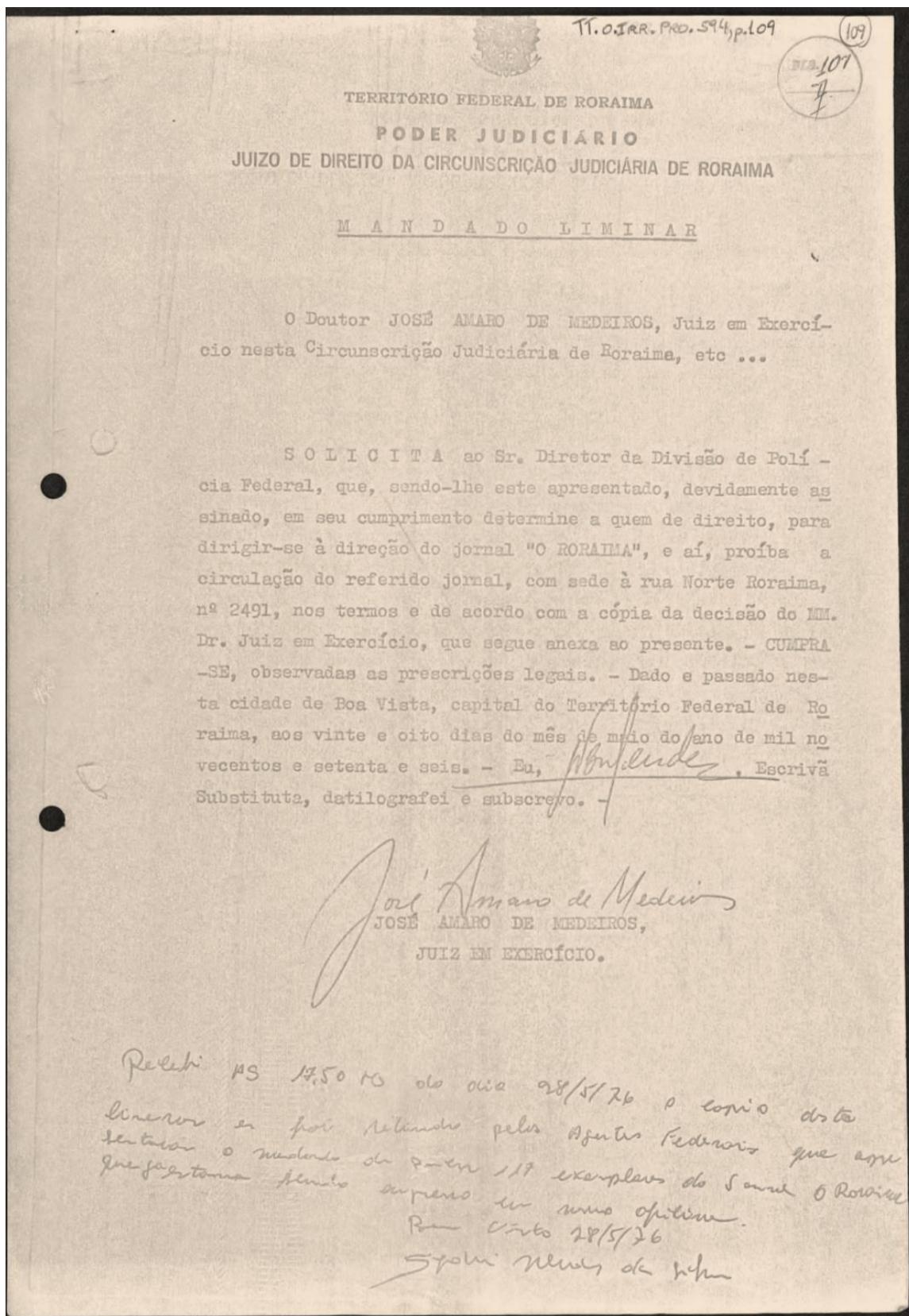
No entanto, em depoimento de Sidney Mendes ao Departamento de Polícia Federal em Roraima, dia 19 de agosto de 1976, tais periódicos se dedicavam “à linha de oposição, não a regimes, mas sim, àquelas coisas que se tornavam fatos corriqueiros e gritantes, praticadas por administrações Municipais e Territoriais” (SIAN, BR RJANRIO.TT.0.IRR.PRO.594, 1976, p. 42).

Esse depoimento ocorreu em virtude do primeiro de ao menos dois embates emblemáticos, protagonizados pelo *O Roraima*, que marcara a história do jornalismo

¹⁰ Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - BR RJANRIO TT. Arquivo: BR RJANRIO.TT.0.IRR.PRO.594. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/irr/pro/0594/br_rjanrio_tt_0_irr_pro_0594_d0001_de0001.pdf. Acessado em: 13 out 2021

roraimense. O primeiro logo após as duas primeiras edições de *O Roraima* circularem. Por ordem do juiz em exercício, José Amaro de Medeiros, da Circunscrição Judiciária de Roraima, acolhendo representação do Secretário de Segurança Pública do Governo do Território de Roraima, foi feito o cancelamento do registro e a paralisação do jornal, por não ter Alvará de Localização, exigido pelo Código Tributário do Território. As duas edições traziam matérias contra atos praticados pelo governador Ramos Pereira.

FIGURA 7 - Decisão judicial proibindo de circular o jornal "O Roraima"



Fonte: SIAN, Arquivo: BR RJANRIO.TT.0.IRR.PRO.594.

O jornal conseguiu liminar e voltou a circular ainda em 1976, e no ano de 1977, o seu fundador Inácio Mendes da Silva morre na cidade de Manaus. O filho Sidney Mendes assume de vez o comando. Outro embate envolvendo *O Roraima* ocorreu nos anos de 1980, que resultou no fechamento do jornal, que teve suas instalações derrubadas por um trator da prefeitura por ordem do prefeito Silvio Leite, no dia 02 de dezembro de 1986, mesmo dia que completava quatro anos da morte de Alencar (FOLHA, Ed.268, 03/12/1986).

Segundo Soares (1998), Mendes ainda tentou continuar na carreira jornalística, lançando dia 20 de setembro de 1987 o jornal *Tribuna de Mucajaí – Um jornal que sempre é notícia*. Editado semanalmente naquele município, e mesmo fora da jurisdição do prefeito de Boa Vista, o jornal teve vida passageira, vindo a fechar meses depois. Na Divisão de Patrimônio do Estado, encontramos da edição 02, de 27 de setembro de 1987, até a de número 18, de 31 de janeiro de 1988.

Antes de virar prefeito de Boa Vista, o amazonense Silvio Sebastião de Castro Leite, assassinado na noite do dia 09 de outubro de 1987, em plena avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, próximo ao portão de entrada do Parque Anauá, fundou em 1980, o jornal *O Observador – Sentinela da Verdade*. Como de costume no meio político local, Leite utilizou-se do jornal como meio de veiculação e apoio político na campanha eleitoral de 1984 para prefeito de Boa Vista. E foi eleito (SOARES, 1998).

A década de 1980 foi considerada o período áureo para os jornais no Território de Roraima. Enquanto fazíamos o mapeamento de 1943 a 1988, identificamos 20 jornais, sendo 12 jornais até 1979, ou seja, 60% em quase três décadas, e somente na última década pesquisada foram 08 periódicos.

Nesse período ativo para jornais, surgiu, também em 1980, o *Folha de Roraima – um jornal a serviço de Roraima*, de propriedade do jornalista João Batista de Melo Alencar. O jornal fazia oposição declarada ao governador da época, Ottomar de Souza Pinto. Na edição 30, de 10/5/1982, de 12 páginas, circulou com a manchete com a fotografia do rosto do Ottomar dizendo: “Queremos essa cabeça fora de Roraima”.

FIGURA 8 – Capa do *Folha de Roraima*, Edição 30, de 10 de maio de 1982



Fonte: Fotografia do exemplar do arquivo pessoal do jornalista Fernando Estrella

Nas referências encontradas do *Folha de Roraima*, também não encontramos mulher colaborando com a produção. Conforme Soares (1998), além de Alencar que era o diretor, havia apenas Amazonas Brasil como redator. Nas duas primeiras edições e na última, circulou no formato tabloide, sendo que nas demais, a equipe adotou um formato de jornalzinho. “Tornou-se muito econômico à gráfica, porque o

jornal passou a ser impresso em apenas uma folha de papel, frente e verso, e dobrado em três partes”, semelhante a um folder grande.

No dia 02 de dezembro de 1982, o jornalista Alencar, natural de Crateús (CE) foi assassinado aos 32 anos de idade, por volta das 19h, em frente ao prédio Vepesa, onde funcionava uma revenda de máquinas e implementos agrícolas de propriedade do deputado por Rondônia Olavo Pires no cruzamento da avenida Ene Garcez com Cecília Brasil, no Centro. Com ele, o jornal encerrou as atividades (SOARES, 1998).

FIGURA 9 – Capa do jornal O Roraima, Edição 283, de 04/12/1982



Fonte: Fotografia tirada do exemplar encontrado no processo 5.995/1983, no TJRR, referente a ação penal para investigação da morte do jornalista

Seguindo os dois primeiros gestos atencionais desse trabalho cartográfico, o de rastreo, que envolve a identificação de jornais; e o toque, com o mapeamento dos expedientes, notas, matérias publicadas, vamos apenas citar a seguir *A Gazeta de*

Roraima e o *Folha de Boa Vista*, que são dois dos quatro objetos que compõem o *corpus* dessa pesquisa. Os dois serão mais detalhados no próximo capítulo.

Nesse procedimento metodológico de toque e rastreio, identificamos que dia 12 de dezembro de 1981 circulou pela primeira vez a *Gazeta Feminina*, do jornalista Fernando Quintella. Ao longo de sua existência teve três nomes: nasceu como *Gazeta Feminina*, e na terceira edição mudou para *A Gazeta*.

No dia 27 de fevereiro de 1988 passou a chamar-se *A Gazeta de Roraima* (MORAES, 2009). Destaca-se que a *Gazeta Feminina* se torna uma espécie de encarte a partir da terceira edição, ocupando quatro páginas do periódico e circulando até a 16ª edição. Depois esse nome deixa de existir, mesmo em forma de encarte. Um jornal, segundo Quintella, sem vínculo político e sem atrelamento político nas sustentações financeiras (SOARES, 1998).

No que diz respeito ao *Folha de Boa Vista*, este teve a sua primeira edição em circulação em 21 outubro de 1983. No início, circulava apenas com uma edição semanal e ainda era impresso em Manaus. Os idealizadores do jornal foram os jornalistas: Fernando Estrela, Cosette Spíndola e Sônia Tarcitano e o economista Cícero Cruz Pessoa. O ex-governador Getúlio Cruz assumiu o jornal em abril de 1988 (LIMA, 2001). Devido a pandemia pelo novo Coronavírus, em março de 2020, o jornal deixou de circular na forma impressa para ficar apenas em meio digital.

Como característica desta época bastante fértil para o jornalismo de Roraima, no dia 11 de abril de 1986 surge o semanário *Tribuna de Roraima – O jornal dos municípios*, da Editora e Gráfica Roraima Ltda., com a proposta de ocupar “um espaço ainda vago na comunicação social de Roraima, dando atenção especial aos municípios”, conforme editorial do primeiro exemplar. O expediente trazia como diretores, Péricles Perruci (diretor técnico e editor geral), Rubem Lima (administrativo) e Elson Rodrigues (administrativo-financeiro), que juntamente com o advogado José Liberato da Silva, fundaram o periódico.

Nós quatro fomos os fundadores da *Tribuna*, que nasceu de um sonho nosso. Quando o Rubem começou a sonhar com um órgão de imprensa, ele não tinha nome do jornal, não sabia para onde ia um jornal, ele só queria ter. Era um empresário muito forte, daqui (...). Então nós idealizamos um jornal. O Rubem me chamou ao gabinete dele, na Honda (concessionária), nessa época o Raul (irmão do Rubem) não estava aqui. Ele disse “Péricles, eu sei de todas as dificuldades que você está tendo aqui, sei de todas as perseguições que você está tendo com o Ottomar, aqui, eu sei de tudo. Mas eu quero te dizer que eu quero montar um jornal, eu quero ter uma empresa jornalística, aqui, que diga a verdade. Porque a *Folha* está na mão do Getúlio, agora, e ele diz o que ele quer do jeito dele. E eu quero uma coisa verdadeira,

eu não quero que você mostre minha personalidade no jornal, eu não quero foto minha no jornal, nem o Liberato, também. (PERRUCI, 2022)

Dentro do período pesquisado, até 1988, além de Perruci, aparecem como editores Nelson Orofino (Esportivo), Rio Branco Brasil (Economia e Marketing), Plínio Vicente (Editor). O jornal ficava na Rua Inácio Magalhães, 289 – Centro. Mulheres fazendo colunismo social, aparecem Hildete Honorato e Mabel Trajano, e no mapeamento, encontramos Lúcia Lee (diagramadora), Lindalva Pereira da Silva (diagramadora e contribuía na revisão), Ednólia,

FIGURA 10 – Equipe da Tribuna de Roraima no primeiro aniversário, 1987



Fonte: Imagem da edição nº 52 do jornal, de 15/4/1987, disponível na Divisão de Patrimônio Histórico, do Departamento Estadual de cultura

Sobre a circulação de a *Tribuna de Roraima*, Perruci (2022) explicou que com o assassinato do sócio Rubem da Silva Lima, ocorrido em de janeiro de 1994 (FOLHA, edição de 01/2/1994), o sonho do jornal também foi enterrado. À época estavam apenas os dois como sócios, e a empresa tinha em torno de 16 funcionários. Todos foram desligados.

Ele foi assassinado no dia do aniversário dele, 23 de janeiro (...). Com a morte do Rubem, eu não tinha nem como mexer na empresa, porque no contrato social dizia assim: a morte de um dos sócios, liquida a empresa. Então, eu tive que fazer a liquidação da empresa, demitir todos os funcionários” (PERUCCI, 2022).

Perfazendo o perfil típico de muitos jornais surgidos em Roraima, em 1987 um grupo político ligado ao deputado Olavo Pires, do Estado de Rondônia, provavelmente com pretensões políticas na região, funda o jornal o *Diário do Povo*. Soares (1998) destaca que o empreendimento do jornal diário sem uma estrutura de suporte e resultante de divergências internas do grupo foi um desastre e, em menos de um mês de circulação, o jornal veio a ser fechado.

Conforme Soares (1998), a Rede Calderaro de Comunicação do Estado do Amazonas, na pessoa do seu presidente, Umberto Calderaro Filho, trouxe para Boa Vista o jornal *A Crítica de Roraima*, e planejou o lançamento da primeira edição para 19 abril de 1988, aniversário do *A Crítica* do Amazonas, fundado em 1949. O jornal diário tinha Laucides Oliveira como diretor de redação; editor-geral, Flávio Assen; Elisabel Ferriche, chefe de redação; repórteres Consuelo Oliveira e Carlos Simões, e fotógrafo, Alexandre Gallindo (*A CRÍTICA DE RORAIMA*, edição 3, de 21 de abril de 1988).

Nas edições encontradas disponíveis no MIRR, a de número 3, aparecia a coluna “Em Focus”, uma espécie de social, assinada por Conchita Alves, que na edição 127, de 11 de setembro de 1988, se despede de Roraima, por ter assumido compromisso de acompanhar um cruzeiro de empresários para o México. Quem assumiu em seu lugar foi Gigi Martins.

Mais uma vez por motivações políticas, que não vingaram por não conseguir uma concessão de canal de televisão, Calderaro, em “um dia de novembro de 1990, telefonou e disse: Laucides, muito obrigado a você e ao pessoal, vamos fechar o jornal, não me interessa fica só com um jornal aí...” (SOARES, 1998, p.37).

Depois de vender o jornal *Folha de Boa Vista*, Fernando Estrella decidiu criar o periódico *O Jornal*, tendo circulado sua 1ª edição em 22 de agosto de 1988. Estrella e Rui Figueiredo eram os jornalistas, tinha um revisor, um montador e três pessoas de apoio. Estrella resolveu estender a circulação para a Venezuela, depois da saída dos sócios. O jornal deixou de ser produzido em 1992 (Soares, 1998, p. 37-39). Também não teve mulher colaborando.

No período de 45 anos na condição de Território Federal governado por indicados pelo poder central com apadrinhamentos políticos (1943-1988), 20 jornais teriam passado pelo Rio Branco e por Roraima, e na maioria não existiam mulheres nas redações.

QUADRO 5 – Jornais que passaram pelos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima

	JORNAIS	SURTIU	TERMINOU
1	Boa Vista	Janeiro/1948	1958
2	O Átomo	28/3/1951	1959
3	O Combate	1953	1954
4	Resistência	1954	SD
5	O Debate	13/9/1956	1957
6	A Época	20/01/1957	1958*
7	Folha Esportiva	1960	1961
8	A Tarde	1962	1964
9	Tribuna do Norte	01/1/1967	1972**
10	Jornal Boa Vista	15/9/1973	Julho/1983
11	O Roraima	19/5/1976	1987
12	O Observador	1980	1984
13	Folha de Roraima	1980	1982
14	Gazeta Feminina/A Gazeta/ Gazeta de Roraima	12/12/1981	1994***
15	Folha de Boa Vista	21/10/1983	2020****
16	Tribuna de Roraima	11/4/1986	1994
17	Tribuna de Mucajaí	20/9/1987	1988
18	Diário do Povo	1987	1987
19	A Crítica de Roraima	19/4/1988	1990
20	O Jornal	22/8/1988	1992

Fonte: Elaboração com base em SOARES/1998 e com adaptações.

* Jornal encontrado pela pesquisadora no MIRR e até então, sem referências.

**Data baseada no livro autobiográfico de Laucides Oliveira, *Boa Vista 1953 – uma aventura* (2009).

***1º de maio de 1994 teve primeira paralisação; em abril ou maio de 1996 retornou e circulou até agosto de 1996, quando paralisou de vez (SOARES, 1998, p. 33).

****Circulou de forma impressa até março de 2020, devido a pandemia pelo Coronavírus, mas continua disponível *on-line*.

4.2 O PASQUIM: OS JORNAIS E A EXPERIÊNCIA FEMININA NO TFRB

Ao longo desse início do terceiro capítulo, observamos a circulação de dezenove jornais nos territórios federais do Rio Branco e de Roraima, e concluímos que a maioria foi criada com fins eleitoreiros, ligados a grupos políticos com vistas às eleições. Na história dos jornais, pouco ou quase nada encontramos com relação à mulher nas redações até os três primeiros anos da década de 1970, quando elas começam a ocupar espaços tradicionalmente ocupados por homens.

Por conta disso, neste capítulo vamos abordar mais profundamente sobre os quatro impressos: *Jornal Boa Vista*, *O Átomo*, *A Gazeta de Roraima* e *Folha de Boa Vista*, falar de personagens que trabalharam no início da nossa imprensa roraimense, como a escritora e jornalista Nenê Macaggi, que foi, de acordo com o material encontrado no percurso da pesquisa, a primeira mulher a atuar na imprensa de Roraima.

No início da pesquisa trabalhamos com a perspectiva de Macaggi ter sido a primeira mulher a trabalhar na imprensa roraimense, pois, como vimos anteriormente, ocorreu um registro de “um pasquim” feito por mulheres, no ano de 1947, no entanto, nas buscas feitas da existência de processos judiciais da Comarca de Boa Vista de 1947 a 1955, em nome de mulheres, não encontramos nada. A pesquisa ocorreu no arquivo do Tribunal de Justiça de Roraima, localizado na Rua Alferes Paulo Saldanha, São Francisco, depois de pedido à gestão ser autorizado.

Na busca de pistas que levassem a identificar mulheres participando da produção dos jornais, encontramos uma fornecida na entrevista com o amazonense Murilo Bezerra de Menezes, 87 anos (06/06/1935), um dos pioneiros da Imprensa Oficial em Roraima. A metodologia da entrevista segue a terceira etapa do gesto atencional da cartógrafa, a do pouso, que é focar sua atenção sobre um ponto, que foi estimulado pela sua percepção, seja ela “visual, auditiva ou outra, realizando uma parada e o campo se fecha numa espécie de zoom” (KASTRUP, 2009, p.43).

A pista do entrevistado aponta que a primeira experiência feminina na produção de jornais no TFRB tinha à frente duas mulheres e tratava-se de um pasquim. “Vieram duas jornalistas de Manaus e fundaram um pasquim. Tinha uma coluna permanente ‘O bem ti vi voando viu’. Teve processo contra elas” (BEZERRA, 2022). A dica também levava a procurar o jornal *Bem-Ti-Vi* circulante nesse período.

Com base nas falas do entrevistado sobre mulheres, pasquim, processo, tentamos conseguir confirmá-las junto a dois ex-políticos de Roraima, muito ativos no período de Território e do Estado, mas sem sucesso. Como eles não responderam a nossa indagação, vamos omitir seus nomes.

Sem acesso ou opções de fontes orais daquele período, fomos à Divisão de Arquivo Central, no bairro São Pedro, procurar o fato nos Diários Oficiais daquele período. Para o mapeamento das informações, retornamos as duas primeiras etapas da metodologia, a do rastreio e do toque, que envolve a pesquisa documental e o mapeamento dela.

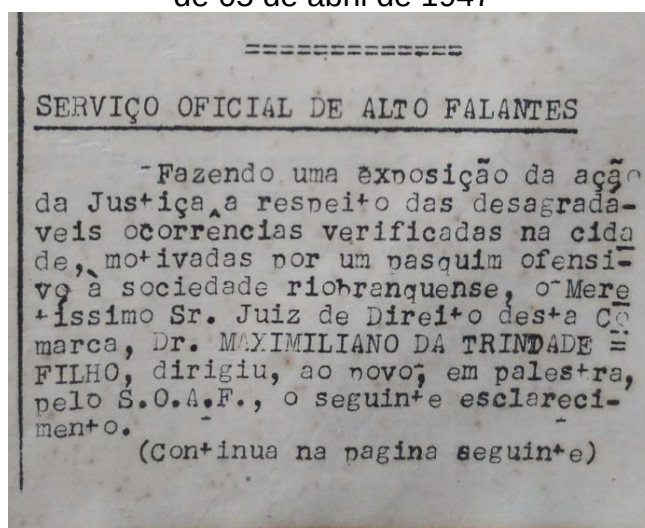
Ressalta-se que de 1943 a 1948, quando o Governo do Território Federal do Rio Branco fundou em janeiro de 48 o jornal *Boa Vista*, não havia nenhum veículo de imprensa circulando nessas redondezas. Pelo menos não oficialmente e de conhecimento acadêmico até o presente momento. Portanto, para muitos, o *Órgão Oficial* foi considerado o primeiro meio de comunicação no TFRB. Pelo Decreto 92, de 02 de junho de 1949, o *Órgão Oficial* passou a ser chamado de *Boletim Oficial* (Edição 22, p. 135, de 04 de junho de 1949).

O *Órgão Oficial* circulava com 300 exemplares (Ano 2, Edição 21, p. 17, de 10 de novembro de 1945), continha agenda do governador, atos de nomeação, exoneração, convênios, ações governamentais em nível territorial, federal e municipal. Tudo era datilografado, mimeografado e entregue nas repartições públicas e as principais notícias, bem como nomeações e exonerações também eram lidas no Serviço Oficial de Alto-Falantes (SOAF). E a notícia da existência de um pasquim nessas plagas estava lá, publicada no *Órgão Oficial*, de 05 de abril de 1947, Edição 13, no espaço destinado às publicações do SOAF.

A iniciativa da publicação e a divulgação em forma de áudio aos munícipes era do juiz de direito da Comarca, Maximiliano da Trindade Filho, que dava conhecimento da intenção de mover uma ação contra um “pasquim ofensivo à sociedade rio-branquense” e pedia o comparecimento ao Cartório, a partir do dia 31 de março de 1947, dos supostos ofendidos, para receberem esclarecimentos necessários.

Certamente o magistrado pretendia incentivar a abertura de uma ação penal contra quem fez circular o “pasquim”, uma vez que se tratava de um crime de ação privada, competindo às pessoas ofendidas buscarem o devido reparo.

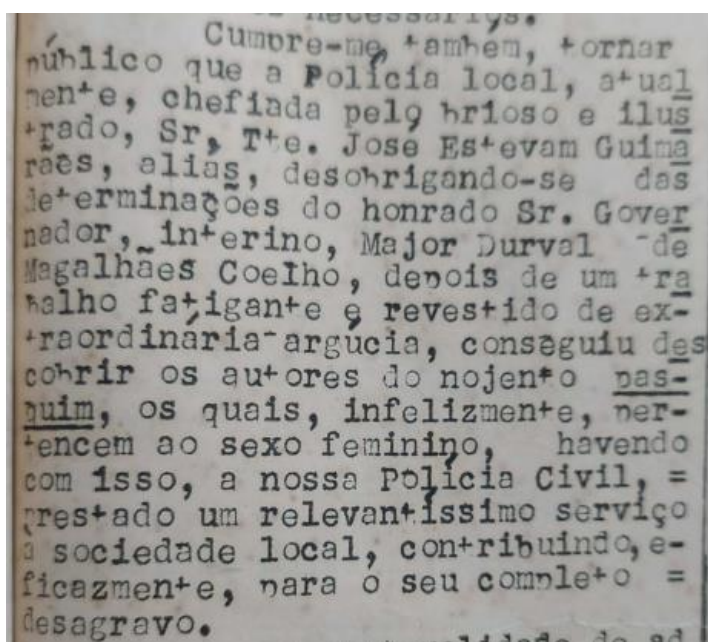
FIGURA 11 – Cabeçalho da publicação sobre o pasquim no Órgão Oficial, Ed. 13, de 05 de abril de 1947



Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes na Divisão de Arquivo Central do GERR

Segundo a publicação, a iniciativa do pasquim era de mulheres, o que teria causado surpresa ao juízo e a própria polícia, ao dizerem que “os autores do nojento pasquim, os quais, infelizmente, pertencem ao sexo feminino”, conforme a figura 12.

FIGURA 12 – Parte da decisão que fala que o pasquim pertencia a mulheres, Ed. 13, de 05 de abril de 1947



Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes na Divisão de Arquivo Central do GERR

Outra curiosidade desse caso é que à época, a investigação ficou a cargo do Comandante da Guarda Territorial, que era uma espécie de chefe da polícia local, José Estevam Guimarães¹¹, o proprietário do jornal *O Átomo*, lançado quatro anos depois (1951) desse episódio. O chefe da polícia era conhecido como Tenente Guimarães. Esse nome levou a causar confusão em alguns pesquisadores por colocá-lo como nome de jornal, sendo que na realidade, ele foi dono do primeiro jornal privado do TFRB (CORREIA, 2021).

Entretanto, na busca junto ao Tribunal de Justiça de Roraima sobre a existência de inquérito policial ou mesmo processo referente a esse fato, contendo o nome do juiz da época, de mulheres como rés, o nome do chefe de polícia e da palavra "pasquim", não encontramos nenhum registro no Judiciário entre os anos de 1947 e 1955.

Tentamos encontrar algum exemplar do jornal "*Bem Ti Vi*" da década de 1940, mas o único que encontramos, inclusive numa viagem em janeiro de 2021 acompanhando a amiga Cyneida Correia na busca por jornais circulantes quando Roraima pertencia ao Amazonas, foi "*O Bemtivi – órgão da safadeza*", edições 1 e 2, mas de maio de 1910, e na capa a cidade citada era "Manaós". Os exemplares foram encontrados no acervo do IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas).

FIGURA 13 – Jornal O BEMENTIVI, Ed. 1, de 19 de maio de 1910

¹¹ Decreto de 29 de janeiro de 1947, nomeando José Estevam Ferreira Guimarães Júnior para o cargo em comissão de Comandante da Guarda Territorial, disponível no Órgão Oficial nº 4, de 01 de fevereiro de 1947



Fonte: Fotografia retirada do exemplar 1, existente no acervo do IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas).

4.3 BOA VISTA: O PRIMEIRO NA INSERÇÃO DE MULHERES (1948-1963)

Até dezembro de 1947, o único meio de comunicação impresso no Território Federal do Rio Branco (TFRB) era o *Órgão Oficial*, que publicava agenda do governador, atos de nomeação, exoneração, convênios, ações governamentais em nível territorial, federal e municipal. Tudo era datilografado, mimeografado e entregue nas repartições públicas e as principais notícias, como nomeação e exoneração, também eram lidas no Serviço Oficial de Alto-Falantes (SOAF).

Seguindo o gesto atencional cartográfico de Kastrup (2009) e os procedimentos metodológicos propostos para traçar nosso mapa de pesquisa, utilizamos a 1ª etapa, do rastreo, que envolve a pesquisa documental e a identificação dos jornais

circulantes; e a 2ª etapa, a do toque, que foi fazer uma varredura no conteúdo publicado, mapeando notas, matérias, artigos, comunicados e outras publicações que nos auxiliaram nessa escrita.

As duas etapas nos permitiram identificar que quase cinco anos após ser transformado em Território Federal, o Governo resolveu lançar seu próprio jornal, o *Boa Vista*, homenageando a capital do território. Embora não tenhamos encontrado nenhum exemplar do jornal dos seus primeiros anos, a primeira edição circulou em janeiro de 1948, conforme o balancete da Imprensa Oficial, publicado no Órgão Oficial, em 17 abril de 1948, em formato datilografado.

FIGURA 14 – Balancete da Imprensa Oficial, referente a janeiro de 1948

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO		IMPrensa Oficial	
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO			
U..B..B..I..T..2			
dia 7	Recebido por duas gravações na R.A.B.V.	2	10,00
"	Idem por uma gravação social na R.A.B.V.	1	10,00
"	Idem por um rádio-baile no auditório da RABV.	1	450,00
"	Idem por 25 assinaturas anuais do "Órgão Oficial"	25	1.300,00
"	Idem por 100 folhas de papel mimeografadas ..	100	100,00
"	Idem por anúncios, gravações e notas sociais.	20	215,00
"	Idem por gravações e nota social na R.A.B.V.	2	40,00
"	Idem por anúncios, gravações e notas sociais na R.A.B.V.	2	30,00
"	Idem por cartões mimeografados	2	50,00
"	Idem por venda avulsa de um Órgão Oficial....	1	2,00
" 15	Idem por 6 assinaturas do Órgão Oficial....	6	200,00
"	Idem por 3 assinaturas do Jornal "Boa Vista" ..	3	150,00
" 21	Idem por gravações e notas sociais na R.A.B.V.	2	65,00
"	Idem por venda do jornal "Boa Vista"	2	336,00
"	Idem por anúncios e gravações na R.A.B.V.	2	135,00
" 22	Idem por uma assinatura do jornal "Boa Vista" ..	1	50,00
" 23	Idem anúncio no jornal "Boa Vista"	1	750,00
" 24	Idem por anúncios e propaganda comercial no jornal "Boa Vista"	1	100,00
" 28	Idem por gravações na Rádio Amplificadora....	2	1.750,00
" 29	Idem por uma nota social e gravações na R.A.B.V.	2	10,00
" 30	Idem por nota social e propaganda comercial na Rádio Amplificadora	2	20,00
"	Idem por uma assinatura anual do Ó. Oficial....	1	120,00
" 31	Idem por gravações e propaganda na R.A.B.V.	2	50,00
T O T A L		2	6.623,00

Boa Vista, em 31 de Janeiro de 1948.

Visto:
 GREGÓRIO G. MOREIRA
 Diretor

JACINTO GOMES DE FARIAS
 Secretário, Cins. E

Fonte: Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes do Órgão Oficial, Ed. 16, de 17/4/1948 constantes na Divisão de Arquivo Central do GERR

Descoberto o mês de início da circulação do semanário *Boa Vista*, dividimos a nossa pesquisa sobre ele pelos dois períodos de sua circulação. No primeiro, com mapeamento dos jornais encontrados no acervo *on-line* do arquivo da Biblioteca Nacional, do ano de 1954, onde foram analisadas as edições de números 243 a 281.

No segundo período, iniciamos a análise da edição 01, de 1973, quando o governador do Território, coronel aviador Hélio Campos, resolveu retomar a circulação semanal do jornal, o que ocorreu dia 15 de setembro desse ano. Mapeamos até a última edição encontrada, a de nº 403, de julho de 1983, quando o jornal fechou de vez. Ou seja, a análise envolveu 10 anos de circulação.

O acervo completo da década de circulação foi encontrado no prédio da Imprensa Oficial de Roraima, que até hoje funciona na Rua Coronel Pinto. Parte desse acervo também estava disponível na Biblioteca Pública. A análise envolveu o gesto atencional do toque (KASTRUP, 2009), aplicando a seleção daquilo que nos chamou atenção, que nos interessa e nos fisga dentro do cenário investigado.

Voltando ao primeiro período de circulação, as referências sobre até quando o jornal *Boa Vista* circulou são várias. A jornalista Jaci Cruz Soares (1998) fala que com regularidade foi até 1954 e esporadicamente até sua extinção, entre os anos de 1957/1958. Teria ressurgido em 1962/1963.

O ano de 1958 também é encontrado no livro “*A Imprensa escrita em Roraima – uma questão de ética*”, da jornalista Shirley Rodrigues (1996). Esse ano é corroborado pela publicação de edital de citação da Comarca de Boa Vista, no Boletim Oficial, de fevereiro de 1959, justamente pela falta de periódicos.

“(...) pelo presente edital, que será afixado na sede dêste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado no prazo de quinze (15) dias, a contar desta data, uma vez, ou seja, duas vezes no BOLETIM OFICIAL desta Cidade, **visto não existir nenhum jornal local em circulação** (...) (BOLETIM OFICIAL, 07/2/1959, Edição 7, p. 52)

Na entrevista a Ivo Gallindo, em junho de 2003, Laucides Oliveira, aos 71 anos, e 45 deles dedicados ao jornalismo roraimense, disse que a população enfrentou, depois do fechamento dos jornais *Boa Vista* e *O Átomo*, mais de uma década sem periódico, muito embora tenham surgido iniciativas jornalísticas. Mestre Lau, como era chamado, não considerava as iniciativas efêmeras e com fins políticos desse período.

Com o fechamento dos jornais *Boa Vista* e *O Átomo*, em meados de 1959, o Território de Rio Branco ficou sem jornal impresso até final da década de 60, quando surgiu *A Tribuna do Norte*, de propriedade de Antônio Rodrigues, funcionário da Imprensa Oficial. O jornal circulava semanalmente, apesar de muito esforço dele, com regularidade. Durante o espaço vago, no início dos anos 60, houve duas tentativas, uma delas feita por um empresário de Manaus (AM), que trouxe uma pequena tipografia para montar aqui. No entanto, não prosperou, não chegou a circular regularmente e para mim não conta. (GALLINDO, 2003, p. 15-6)

Na análise das edições referentes ao ano 1954, em quase todas (de 243 a 275) a jornalista e escritora Maria Macaggi, a Nenê, aparece exercendo a função “Redator”. Com isso, o *Boa Vista* foi o primeiro periódico encontrado com o nome de mulher no expediente, sendo pioneiro na inserção de mulheres contribuindo com a produção de jornal impresso no Território Federal.

Ramos (2010) discorre sobre esse assunto, questionando os motivos das mulheres quererem fazer jornalismo em uma época em que precisam, além de ter a carreira profissional, casar e ter filhos – e ainda não ter nem apoio da família, nem da sociedade para esta dupla jornada. Então, o que levou as mulheres a buscar o jornalismo? Segundo Abreu e Rocha (2006), a profissão de jornalista se tornou muito atrativa às mulheres por possuir grande peso político e social.

O jornal era composto em sua maioria por notas e expedientes governamentais, como nomeação, exoneração, convocação de servidores, por editais de licitação, agenda do governador e atos do presidente do Presidente da República e do Governador.

Também tinha o espaço social, com notas dos aniversários e nascimentos dos filhos das elites sociais locais, funcionários públicos, comerciantes e pessoas da sociedade mais abastada. Depois da maternidade pública ter sido reinaugurada, em 28 de junho de 1954, em quase toda edição tinha uma notinha dos nascimentos registrados no ambiente hospitalar, com o nome da criança e dos pais.

Assim como o espaço social, em todas as edições era possível observar uma coluna com receitas de cozinha, esporte, notícias nacional e internacional. A diagramação do jornal pouco usava do recurso de fotografias em suas páginas. Muitas manchetes e matérias de assuntos internacionais.

Na edição 277, de 28/11/1954, não vem o cargo de redator. Então, Macaggi deixa o cargo de redatora da Imprensa Oficial para ficar à disposição da Comissão de Abastecimento e Preço (Coap) do Território, conforme Atos de Governo, publicado na página 2 dessa edição do jornal. Como ela era servidora do Governo do Território, era normal essa mobilidade.

4.3.1 Jornal Boa Vista retorna com a força do trabalho feminino (1973-1983)

Entramos no segundo período de análise, ano de 1973. Depois de muito tempo sem circular, o governador Hélio Campos resolveu investir no que havia de mais moderno em termo de gráfica na época (*offset*) e outros equipamentos necessários à produção gráfica, e colocou em circulação o jornal chapa branca, agora com o nome *Jornal Boa Vista*. A primeira edição circulou dia 15 de setembro de 1973, com 10 páginas, e tinha como diretor responsável Gentil Rocha Lima e redator-chefe, Laucides Oliveira.

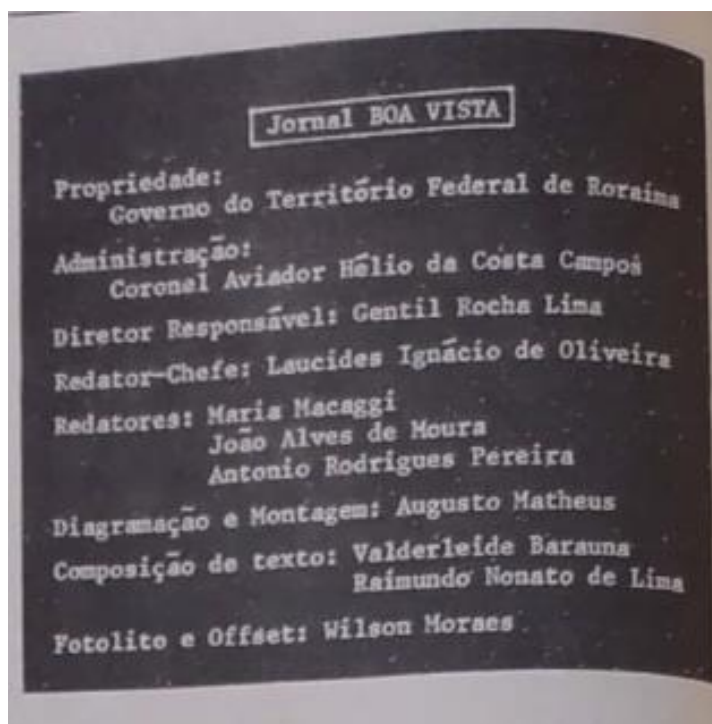
FIGURA 15 – Capa do *Jornal Boa Vista*, edição no 1, de setembro de 1973



Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo do Palácio da Cultura

O primeiro nome de mulher depois desse retorno apareceu na edição nº 3, e novamente ela, Maria Macaggi, que está entre os redatores do jornal. Na edição seguinte, ou seja, na 4ª, além de Macaggi, aparece na função de Composição de Texto, o nome de Valderleide Baraúna, juntamente com Raimundo Nonato de Lima. Pela primeira vez na nossa pesquisa, encontramos mais de um nome de mulher no expediente.

FIGURA 16 – Expediente da 4ª edição do “Jornal Boa Vista”



Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo do Palácio da Cultura

Seguindo o mapa construído em busca de respostas, utilizamos o 3º gesto atencional sugerido por Kastrup (2009), o pouso, com aplicação de entrevistas na perspectiva do manejo cartográfico com mulheres e outros atores identificados no percurso da pesquisa, como os editores-chefes, colunista, familiares e pessoas que pudessem contribuir.

Ao procurar à família Baraúna para saber mais um pouco da história de Valderleide Baraúna, falecida em 29 de junho de 2015, tivemos uma grande surpresa: ninguém sabia da passagem dela pelo *Jornal Boa Vista*. Na etapa do pouso focamos nossa atenção sobre um ponto e esse campo se fecha numa espécie de zoom (KASTRUP, 2009).

O jornalista Rodrigo Baraúna, sobrinho dela, foi a primeira pessoa consultada, visto ser meu colega de profissão, e depois o filho dela, Leandro Baraúna. Após consultarem tios e avó, deles enviarem mensagem no grupo familiar de *WhatsApp*, confirmaram que nenhum familiar sabia que Valderleide tinha trabalhado no jornal, inclusive ficaram curiosos para saber mais sobre essa fase profissional dela. O filho foi categórico: “Em relação a ela trabalhar no jornal, conforme informei, fui uma surpresa para toda família. Nem as minhas tias mais velhas não sabem nenhuma informação sobre essa passagem dela no jornal” (BARAÚNA, 2022).

O nome de Valderleide Baraúna segue no expediente durante todo o ano de 1974, no entanto, as edições no período de 1975 a 07 de setembro de 1977, não vêm com expediente, apenas uma publicação de que o jornal é propriedade do Governo do Território Federal de RR. Com isso, não temos como afirmar até quando Valderleide atuou no jornal ou mesmo saber se outras mulheres ocuparam funções no periódico nessa fase sem expediente.

Sobre o fato de a família desconhecer essa passagem, durante entrevista para esse trabalho, o ex-diretor responsável e editor do *Jornal Boa Vista* no período de 14 de abril de 1977 a 02 de outubro de 1981 (Ed. 312), Péricles Verçosa Perruci, não se mostrou surpreso.

A família sabia que você trabalhava no governo, só sabia da tua função se você tivesse uma função de confiança, uma função mais destacada. Mas como era uma função interna, da Imprensa Oficial, eu acredito que nem ela falava nada. (PERRUCI, 29/10/2022)

Outro nome de destaque encontrado foi de Lucrécia Guimarães, na função de chefe do setor de Fotocomposição e Composição de Texto, do JBV, no período de 1978 a 1983. Mas antes ela já trabalhava no órgão oficial. Uma nota social, na edição 188, de outubro de 1977, cita Lucrécia como funcionária da Imprensa Oficial.

Perruci (2022) lembrou que o JBV foi pioneiro na fotocomposição eletrônica, com iniciativa do então diretor Rogério Rocha Lobato, que fez a compra dos equipamentos, em 1976, mas não estava mais presente quando eles chegaram, em torno de 1977.

Para operar os equipamentos, Péricles e Lucrécia viajaram para fazer um estágio na empresa representante dos equipamentos, que estava localizada no Rio de Janeiro, para poder utilizar as máquinas e saber como elas funcionavam.

(...) a Lucrécia era chefe do setor de fotocomposição do Jornal Boa Vista e ela era treinada, e fez o treinamento fora do Território, para poder utilizar os equipamentos, que eram complicados, equipamentos que a gente não conhecia. Era tudo na base da computação que estava surgindo aqui. Então, tinha que ter um treinamento na própria empresa que revendeu os equipamentos, comprados pelo governo do Território e ela foi treinada para isso. E ela repassou esses conhecimentos para algumas pessoas da equipe da Imprensa Oficial, inclusive, não só do JBV, porque esses equipamentos seriam utilizados não apenas no JBV, mas também na parte do Boletim Oficial (PERRUCI, 2022)

Entre as pessoas treinadas, estava Valderleide Baraúna (PERRUCI, 2022). Na imagem abaixo da matéria de abril de 1978, Lucrécia Guimarães apresenta os novos equipamentos que colocavam o JBV na era da computação.

FIGURA 17 – Foto da matéria “Jornal Boa Vista na era do computador”, ed. 203,1978



Fonte: Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo da Imprensa Oficial

Então, além de Macaggi, que encontramos nos dois períodos de circulação do JBV, em ao menos uma edição por ano, conforme Quadro 6, logo abaixo, a segunda mulher com mais tempo em exercício ajudando na elaboração e produção do periódico governamental foi Lucrécia Guimarães.

Outra iniciativa pioneira no jornalismo do JBV foi ter uma mulher assumindo a edição do jornal. Trata-se da paulista Sandra Regina Tarcitano, que veio para Roraima em 1981, logo depois de se formar pela Faculdade de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – no Instituto Metodista de Ensino Superior. Sandra é uma das quatro fundadoras do jornal *Folha de Boa Vista*, como veremos mais adiante.

Tarcitano aparece no cargo de diretora-responsável, no lugar de Péricles Perruci, na edição 313, de 09 de outubro de 1981, permanecendo até meados de fevereiro de 1982, quando José Leite Sobrinho assume. Sandra retorna como diretora-responsável no início de novembro de 1982, e fica no cargo até o fechamento do jornal em definitivo, em julho de 1983.

Como ela mesma explicou durante entrevista para essa pesquisa, a equipe do jornal, apesar de ser contratada pelo governo, era reduzida e muitos acabavam fazendo de tudo um pouco. Sobre a participação das mulheres na produção do jornal, ela comenta.

Posso dizer que era bastante grande. A gente tinha mulher... eu era redatora-chefe. A Consuelo Oliveira, além de fazer reportagem na TV, ela ainda fazia assessoria de imprensa no gabinete do governador. Na redação eu ainda tinha aprendizes, mulheres, que trabalhavam fazendo alguma reportagem aqui e ali. A função de diagramação no começo, no *Jornal Boa Vista*, era ocupada pelo Anísio, depois passou para a ser pela Lúcia Lee. E na parte de composição e fotocomposição, nós tínhamos três mulheres e dois homens trabalhando. A coisa só mudava mesmo quando era na gráfica em si, mesmo porque, que era quando era feito o fotolito, a impressão das chapas e rodagem do jornal. Aí era majoritariamente homens, porque o trabalho era feito muitas vezes, à noite. (TARCITANO, 2022).

Apesar de o governo ter aparelhado a gráfica da Imprensa Oficial, modernizando uma gama de serviços e diminuindo custos com material, como papel, por exemplo, a jornalista diz que tudo naquela época era muito artesanal e explica como funcionava e a diferença da fotocomposição para diagramação.

Nós tínhamos uma fotocompositora. O que que é isso? Nós primeiro compúnhamos o texto, tipo numa máquina de escrever elétrica, de onde saiam fitinhas perfuradas, tipo fitas de telex. Essas fitas então eram levadas para uma máquina chamada de fotocomposição. Ali elas eram decodificadas e os textos apareciam num papel fotográfico e depois que era relevado. E aí então era levado para a diagramação. O que era a diagramação? Era onde esses textos, junto com as fotos, eram dispostos nas páginas do jornal. Isso era feito pelo diagramador ou alguém ligado a área (TARCITANO, 10/10/2022).

Quanto às dificuldades e os desafios enfrentados por uma mulher para exercer a profissão de jornalista no período de Território Federal, em especial, no período que

atuou, Sandra Tarcitano afirmou que não tinha dificuldade para ela, por ser mulher, em exercer a profissão e “na realidade, foi tudo muito natural. Não houve nenhum problema enquanto eu exercia a profissão de jornalismo” (2022).

Outra mulher encontrada no expediente que aceitou conversar sobre essa experiência foi a roraimense Maria Lionete Madeira da Silva de Souza Cruz, 59 anos. Juntamente com Lucrécia Guimarães, ela trabalhou na Fotocomposição, de julho a outubro de 1981. Depois escrevendo a coluna social do JBV (nov/81 a jul/83 - último exemplar encontrado na Imprensa Oficial). Lionete fala sobre o trabalho e sua inserção no jornalismo.

O primeiro contato ocorreu no final de 1979. Fui contratada como Artífices de Artes Gráficas da Imprensa Oficial. Comecei trabalhar como secretária do diretor do jornal. Aí depois eu comecei exercer outras funções. Fui para a parte de encadernação do jornal, que era impresso lá na Imprensa. Passei um tempo lá, depois trabalhei na área de composição, ajudava meu amigo Anísio na diagramação. Eu sei que eu me metia em todos os lugares lá, sabe, para aprender. Eu queria aprender tudo. Tanto que até revelar fotografia eu aprendi, só que agora eu não sei mais, né, eu esqueci. Depois disso, eu comecei a escrever (CRUZ, 2022).

Ela também escreveu a coluna social do jornal *Folha de Boa Vista*, no período de fevereiro de 1984 a março de 1985. Além de procurar aprender um pouco de tudo que tinha oportunidade quando trabalhava na Imprensa Oficial, Lionete foi colunista social, escrevia coluna de moda, promovia eventos e vendia anúncios para o jornal.

Fazer jornal naquela época, conforme Lionete Cruz (2022), não era tarefa das mais fáceis, visto que tudo era muito manual, artesanal. Para fechar o jornal, que era semanal, a equipe envolvida, segundo explicou, se não conseguisse fechar durante o dia, passava a noite trabalhando para concluir a edição.

Era a noite todinha naquele jornal, até fechar. Porque a gente recebia ordens do Palácio, então ficava aguardando as matérias que o governador mandava, que a assessoria de comunicação do Palácio mandava para nós. E só podia fechar depois que isso acontecesse. Então, a gente ficava até 24h trabalhando, ali era duro. (CRUZ, 2022).

Sobre a pouca participação na imprensa naquele período, Lionete credita à época e afirma que não sentiu nenhum tipo de dificuldade, ao contrário.

(...) à época era mais voltada para os homens nessa área. Então, tinha pouca mulher na composição do jornal, e eu não estou falando, assim, na colaboração como jornalista, que tinha bastante nessa área do jornalismo. Não fazendo jornal, mas colaborando com reportagens, como a Consuelo Oliveira, por exemplo. A Consuelo era assessora de comunicação do Palácio, e ela mandava muita matéria para lá (JBV). E com a Consuelo também

trabalhavam outras mulheres, como a Cida Gomes, e outras mulheres, que agora eu não me recordo.

Quanto às dificuldades, falando por mim, eu não senti nenhuma dificuldade não, muito pelo contrário. Eu achei que foi muito fácil, foi muito bem aceito em todos os sentidos, tanto de trabalhar como se relacionar com outras pessoas do ramo jornalístico, e também de outras áreas. Eu nunca tive dificuldades, entendeu. E assim, não conheço alguém que tenha tido. Pode ser que tenha, mas eu desconheço essa parte, eu sei que para mim foi tudo muito tranquilo, sempre eu era muito bem aceita em todas as coisas que eu fazia, tudo, eu nunca tive dificuldade com nada (CRUZ, 2022)

Depois de deixar de escrever a coluna social na *Folha*, Lionete Madeira casou, teve filhos e foi deixando a imprensa. Passou a trabalhar nas assessorias de comunicação do Palácio do Governo, da Setrabes e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na titularidade de Aniceto Vanderley. Na área de comunicação atuou até 2005.

Assim como Sandra Tarcitano, Lionete Madeira garante não ter enfrentado dificuldades ou preconceitos em decorrência do gênero, e que tinha o total apoio da família, como mãe, irmãs, amigos e depois de casar, do marido. “Sempre tive apoio”, garantiu Lionete.

Juntamente com Maria Macaggi, Valderleide Baraúna, Lucrécia Alves Guimarães, Sandra Regina Tarcitano, Lionete Madeira, outras mulheres ajudaram a produzir o *Jornal Boa Vista*, conforme nomes encontrados no percurso da pesquisa e colocados em quadro para melhor visualização.

QUADRO 6 – Ano e o nome de mulheres no expediente *Jornal Boa Vista*

NOME	1954	1973	1974	1975 1976 1977 ¹²	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Maria Macaggi	x	X	x		x	x	X	x	X	x	X
Valderleide Baraúna		X	x								
Sirlei Galupo e Sousa					x	x					
Lucrécia Guimarães						x	x	x	x	x	x
Fabíola Guimarães											x
Lúcia Guimarães Lee										x	x

¹² Não teve expediente de 1975 até a edição 184, de 07/9/1977; volta o expediente a partir da edição 185, de 21/09/1977. Portanto, não há como informar quais profissionais mulheres aturaram.

Aparecida Gomes							x				
Lionete Madeira ¹³									x	x	x
Consuelo Oliveira									x	x	
Inayá Estrela										x	
Sandra Tarcitano									x	x	x
Cosette Espíndola									x		x

Fonte: Elaboração da autora

Pelo mapeamento feito nos jornais encontrados nesse período, em especial dos que compõem o *corpus* desta pesquisa, bem como nos trabalhos anteriores (graduação e pós) e nos livros regionais, a primeira editora-chefe de um jornal em Roraima foi a jornalista Sandra Tarcitano, no *Jornal Boa Vista*, em 1981, e depois, na *Folha de Boa Vista*.

Ao ser questionada como era essa participação das mulheres no período que atuou em Roraima, quais funções desempenhavam nas redações, quais cargos ocupavam e quais editorias estavam vinculadas, Tarcitano (2022) garante que era grande a participação, conforme declarado anteriormente. E assim como na *Folha*, no *JBV* à exceção estava na editoria de Esporte, que tinha uma pessoa exclusiva.

As pautas de Polícia, eu muitas vezes cobri. Esporte não, porque tinha uma pessoa que fazia de forma colaborativa para o *Jornal Boa Vista*. E Política era eu e o Estrela, na verdade, que a gente dividia as coberturas de Polícia e Política. Porque na época, no *Jornal Boa Vista*, embora ele fosse semanal, nós também não tínhamos mais repórteres trabalhando. Eu tinha alguns colaboradores. Eu tinha um colaborador na área de Esporte, eu tinha um colaborador da área de coluna social, que é uma menina que eu treinei, e tinha o Fernando Estrela e eu. Então a gente tinha que se virar e fazer tudo, desde a pauta até a definição da pauta, a reportagem, a redação e também depois eu tinha que fazer, muitas vezes, a redação dos textos, revisar a redação dos textos. E a dona Nenê Macaggi, que fazia a revisão geral do jornal. A dona nenê foi uma pessoa extremamente importante em todo o processo do *Jornal Boa Vista*. (TARCITANO, 2022)

Tendo atuado como editor de vários jornais, incluindo a *Folha*, o *JBV*, *O Roraima*, Perruci (2022) afirma que a pouca atuação das mulheres estava mais relacionada ao interesse delas em atuar, em especial em Esporte, onde não encontramos nenhuma jornalista no impresso. E que não havia qualquer orientação de as preterir na hora de contratar em relação ao sexo masculino.

¹³ Assumiu a coluna social de 1981 a 1983

Não tinha orientação nenhuma. Pelo menos eu nunca fiz isso. No *Jornal Boa Vista* a gente realmente não contratava. Quando tinha necessidade de uma pessoa para ocupar alguma função, eu tinha que me reportar, primeiro ao governador. Aí ele dizia para ir a Divisão de Pessoal e se houver possibilidade de contratação, você volta aqui, que eu te dou um documento. Era assim, porque era um serviço público. Se fosse no meu jornal, que era privado, aí a decisão era minha. Mas conversando com a pessoa, eu via ou não o potencial dessa pessoa. Às vezes, ela queria trabalhar no jornal, mas não entendia nada daquilo, mas se tivesse potencial de que vai produzir, a gente aproveitava essa pessoa. Mas ela passava por um período de treinamento constante, de ensinamento. Olha, a Consuelinho (Consuelo Oliveira), que passou por minha orientação durante muito tempo. As orientações que passei para ela foram as orientações que o pai dela (Laucides Oliveira) passou para mim. Era uma continuidade do trabalho que eu recebi logo que cheguei aqui, e as coisas boas, principalmente os ensinamentos éticos desse trabalho, eu passava para as pessoas. Eu ensinava tudo, eu mesmo tinha que aprender todo dia. (PERRUCCI, 2022)

Como Roraima não tinha universidade de jornalismo, Perruci (2022) lembrou que não tinha como exigir formação, mas fazia-se uma espécie de avaliação rápida e dava preferência às pessoas que tinham bons textos ou como ele mesmo narrou, tinham potencial para atuar.

O critério que eu utilizava, por exemplo, na rádio, vou contratar alguém para o serviço de jornalismo, eu sabia que não tinha jornalistas aqui, né, mas como eu, eu acho que tinham pessoas qualificadas, que pudessem escrever, e escrever bem. Então, eu chamava essas pessoas, trazia um currículo resumido de atuação, olhava ali e fazia uma avaliação muito rápida, mas o importante era o processo seletivo. A gente fazia uma seleção das pessoas, e a gente tinha a habilidade de perceber se aquela pessoa, mesmo não escrevendo muito bem, mas a essência da pessoa. “Olha, esse cara sabe passar para o papel uma coisa que ele está sentindo”. Isso já te dá uma maneira de ensinar. Nós éramos, na verdade, professores sem saber que éramos. Mas a gente fazia um treinamento grande, fazia até correção, muito acompanhamento até a pessoa sentir que “agora estou legal”. Isso era para o rádio e para o impresso. Era uma postura que achava que era a melhor possível. Nunca contratei um *expert*, porque não apareceram muitos. Mas tive colaboradores muito bons na parte de rádio e jornal (PERRUCCI, 2022).

No caso da editoria de Polícia no JBV, não encontramos nomes de mulheres em nenhum dos mapeamentos que fizemos nas duas fases do periódico, mas como narrou acima Tarcitano (2022), ela acabava dividindo as coberturas de Polícia e de Política, juntamente com outro colega de redação, visto a falta de repórteres contratados. Seguindo o mapa cartográfico, o segundo jornal a ser analisado no próximo tópico, será *O Átomo*, que circulou entre 1951 e 1958, a primeira iniciativa privada no Território Federal do Rio Branco.

4.4 O ÁTOMO – A PRIMEIRA INICIATIVA PRIVADA NO JORNALISMO DO TFRB

Ao utilizarmos a 1ª etapa do gesto atencional (KASTRUP, 2009), a do rastreio, quando ocorre uma varredura de campo, com o olhar mais panorâmico, sem conhecer de fato o que se procurava, mas com a intenção de localizar pistas, identificamos como relevante para compreender a participação das mulheres na produção dos jornais impressos, mapear *O Átomo - Jornal Independente e Noticioso*. Com maioria de edições de quatro páginas, foi fundado em 28 de março de 1951. É o segundo jornal analisado, em especial, por compreender a década de 1950, e por ter edições disponíveis, tanto na Biblioteca Pública de Roraima como na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Átomo foi o primeiro semanário privado do Território do Rio Branco. Circulava aos sábados, com tiragem de 300 exemplares, e tinha como proprietário e editor-responsável, José Estevam Ferreira Guimarães Júnior, o Tenente Guimarães. Pelo nome dele, a população naquela época chamava o jornal de *Tenente Guimarães*, fato reportado por alguns historiadores e pesquisadores. No entanto, nunca existiu esse jornal (CORREIA, 2021). O jornal foi vendido ao Governo do Território em 1957 e circulou até 1958, segundo Jaci Cruz Soares (1998).

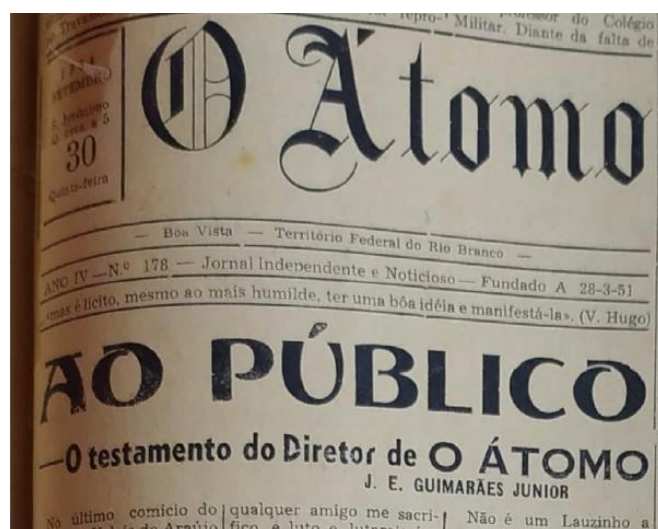
Após o rastreio, vem a 2ª etapa, a do toque (KASTRUP, 2009), na qual acontece a seleção do que nos interessa, do que nos fisga dentro do cenário investigado. Por meio dos expedientes e leituras das páginas do jornal (procedimentos metodológicos adotados) das edições de 1952 a 1955, identificamos como diretor-responsável, J.E. Guimarães, que era o dono. Os principais redatores foram Vidal da Penha Ferreira, professor Wilson Cruz, Dorval de Magalhães, Jamil Moisés Xaud, Arnaldo Brandão, Jersey de Brito Nunes.

O jornal também oferecia o serviço de alto-falantes, muito comum na época, que era uma espécie de complementação dos serviços oferecidos pelo impresso, e por ser um local pequeno, era uma forma de difundir mais rapidamente às notícias. Em vários expedientes consta funções de Chefe do Serviço ou Chefe da Seção de Alto Falantes (*sic*). Jaci Soares (1998) cita que o estúdio de alto-falante do jornal distribuía as caixas de som na principal via urbana da capital, a avenida Jaime Brasil.

Para esse trabalho, as edições analisadas são as disponíveis no acervo da Biblioteca Pública de Roraima, onde estão encadernadas no formato de livro, da edição de nº 77 (27/9/1952) a de nº 216 (17/9/1955) com ausências de edições (não

estava completo). Na edição 178 (30/9/1955), uma nota de capa do diretor de J.E. Guimarães informava que *O Átomo* foi comprado e pago em prestações descontadas dos vencimentos dele recebidos do Exército.

FIGURA 18 – Nota “Ao público – O testamento do diretor de *O ÁTOMO*”. Edição nº 178, de 30/09/1955



Fonte: Fotografia retirada de exemplar existente no acervo da biblioteca Pública de Roraima

Antes de entrarmos na discussão sobre a participação ou não de mulheres na produção de *O Átomo*, vale a pena registrar um pouco do percurso profissional exercido pelo dono do jornal. Dorval de Magalhães (1997) cita que Guimarães foi o comandante do Destacamento de Fronteira na década de 1930, e que por mais tempo ficou no cargo. Reformou no posto de Tenente, pois na qualidade de sargento foi comandante do antigo Pelotão de Fronteira de Boa Vista. Casou-se com Ester Sampaio e teve filhos.

Tenente Guimarães foi um eterno apaixonado pelas coisas da região. Reformado, aqui permaneceu por muitos anos, inclusive diretor proprietário do jornal *O Átomo*, período altamente polêmico. Redator de amplos discursos dialéticos, foi espinha-de-garganta de muitos governadores que por aqui passaram após a criação do Território Federal do Rio Branco. (MAGALHÃES, 1997, p. 60)

Da posse como governador do Território do tenente-coronel Félix Valóis de Araújo, em fevereiro de 1946, encontramos o nome do Tenente Guimarães no *Órgão Oficial*, nomeado para alguns cargos em comissão, como comandante da Guarda Territorial (Ed. 4, de 01/4/1947), diretor da Divisão do Quadro Permanente do Território (Ed. 19, de 17/5/1947), Secretário-Geral Interino, uma espécie de vice-

governador à época (Ed. 27, de 03/7/1948) e até diretor da Imprensa Oficial (Ed. 20, de 20/5/1950).

Quanto à análise do jornal, em todas as edições consultadas não encontramos nomes de mulheres no expediente para nenhuma das funções do jornal: Diretor, Redator, Chefe de Oficinas, Chefe de Seção de Obras e Chefe Seção de Alto-Falantes. No campo jornalístico, apesar dos avanços alcançados profissionalmente pelas mulheres, os homens ainda são maioria à frente dos jornais (GIKOVATE, 1989).

Aplicando 2ª etapa do gesto cartográfico, a do toque (KASTRUP, 2009), o único nome de mulher encontrado nas páginas do semanário, com a publicação de crônicas ou artigos, foi de Nenê Macaggi. Na edição 84, de 15 de novembro de 1952, a crônica “*Eu condeno o futebol*”; na edição 154, de 10 de abril de 1954, falando especialmente para o referido jornal sobre “*Cousas interessantes sobre a vida e a morte de Tiradentes*”; e o “*Invocação à dor*”, publicado na edição 171, de 14 de agosto de 1954.

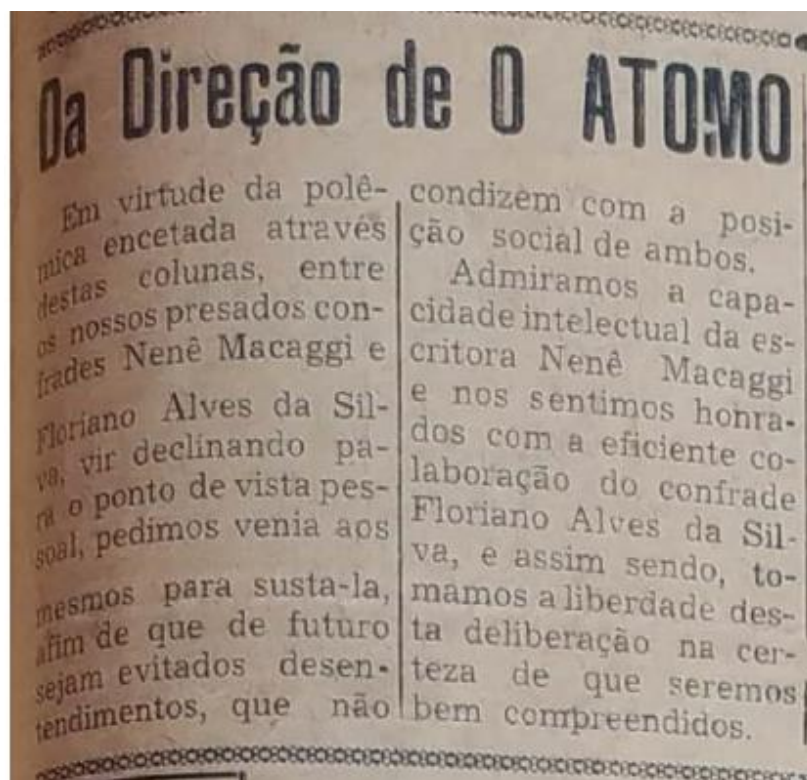
FIGURA 19 – Artigo de Nenê Macaggi, no *O Átomo*, nº 154, de 10/04/1954



Fonte Fotografia retirada de exemplares existentes no acervo da Biblioteca Pública

Macaggi, que era redatora da Imprensa Oficial e do jornal *Boa Vista*, também aparece nas páginas de *O Átomo* protagonizando um imbróglio entre o leitor do semanário Floriano Alves da Silva, o Sargento Floriano, em 1955. Ele fez críticas à Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), na qual a jornalista trabalhava e chegou a chamá-la de “catedrático de português” (Ed. 203, “*Mensagem ao Sargento*”). A situação chegou ao ponto de o diretor J.E. Guimarães fazer uma nota de capa (Ed. 205) pedindo aos dois confrades que não brigassem.

FIGURA 20 – Nota do jornal *O Átomo*, nº 205, de 07 de maio de 1955



Fonte: Fotografia retirada do acervo da Biblioteca Pública de Roraima

Outra curiosidade envolvendo o Tenente Guimaraes é que antes dele abrir o jornal, e na função de chefe da polícia local do GTFRB, no ano de 1947, ele foi o responsável pela investigação para identificar os autores de um pasquim que mexeu com a sociedade riobranquense. As investigações apontaram que o tal “pasquim” era feito por mulheres e o juiz da Comarca, Maximiliano da Trindade Filho, dava conhecimento à população, por meio do Serviço Oficial de Alto-Falantes (SOAF) do governo, da intenção de mover uma ação penal contra as autoras.

Seguindo o mapa movente dessa pesquisa, e aplicando a 3ª etapa do gesto atencional, o pouso (KASTRUP, 2009), aplicamos a entrevista com um dos personagens ativos naquele período, e que concordou em conversar, apesar da pandemia de Covid-19. Trata-se do amazonense Murilo Bezerra de Menezes, 87 anos (06/6/1935), que veio para Roraima em março de 1945. Sobre a participação de mulheres no *O Átomo*, seu Murilo, um dos decanos da Imprensa Oficial, disse que não teve registro, e que no caso de Macaggi, ela escrevia artigos e crônicas e mandava para o jornal publicar.

Uma das crônicas encontradas de Macaggi pode ser conferida na edição 160, de 29 de maio de 1954, com o título ‘Os sete sinais de alarme’. Como outros textos dela, esse está dedicado àquele órgão noticioso, como se fosse feito exclusivo para ele.

FIGURA 21 – Crônica de Macaggi publicada no jornal *O Átomo*, edição 160 de 1954



Fonte: Fotografia retirada do exemplar disponível na Hemeroteca Digital

Como vimos, não encontramos mulher figurando no expediente de *O Átomo*. Em busca de mais respostas para compreender a participação feminina na produção dos jornais impressos, no próximo tópico vamos conhecer sobre a iniciativa precursora lançada em dezembro de 1981, a *Gazeta Feminina*. O machismo da época foi forte e na 3ª edição o mensário feminino virou encarte e mudou para *A Gazeta*.

4.5 GAZETA FEMININA/A GAZETA/A GAZETA DE RORAIMA (1981-1994) – INICIATIVA PRECURSORA VOLTADA AO PÚBLICO FEMININO

Nasceu como *Gazeta Feminina*, dia 12 de dezembro de 1981, o mensário tamanho tabloide (32cm x 43cm), com 12 páginas, sendo a primeira e a última coloridas. No expediente, encontramos como editor Fernando Quintella, programação visual Anísio Fernandes, fotografia Azamor Mora e Fernando Estrella. Na composição Raimundo Nonato de Lima e Lucrécia Guimarães como a única mulher. A impressão foi na Bezerra de Menezes Gráficas Ltda. Foi apenas essa edição encontrada com nome de mulher no expediente.

O tema da capa da primeira edição era sobre o período natalino. Dicas de moda, receitas para o período de festas, decoração, enfim, material compatível com a proposta de jornal para mulheres, embora duas páginas sobre futebol mostrassem a predileção do editor-chefe pelo assunto. A página 2 foi a única página em toda a primeira edição com mulher assinando artigo: a Nenê Macaggi. O editorial já avisava que não seria um jornal feminista.

Nasce hoje a *Gazeta Feminina*, um jornal dedicado à mulher. Um órgão de imprensa que tem como linha editorial a boa informação, o debate do assunto polêmico, a moda, a culinária, a consulta jurídica, enfim, tudo aquilo que compõe o cotidiano da mulher moderna. **Não será um jornal feminista e sim feminino.** Longe dos radicalismos adotados por determinados movimentos, o enfoque principal será a busca de um modo de vida mais agradável para o público roraimense. Sim, porque não apenas à mulher interessa o noticiário que mensalmente levaremos aos amigos leitores. Também o homem deve se interessar pelos assuntos abordados e, se quiser, pode escrever para nossa redação, opinando, participando". (GAZETA FEMININA, 1981, ed.1, p. 2)

Na 3º fase do gesto atencional de Kastrup (2009), o pouso, aplicamos a entrevista na perspectiva do manejo cartográfico com o fundador do primeiro e único jornal voltado ao público feminino em Roraima, o economista e jornalista Fernando Quintella, 72 anos. Com mais de 41 anos vividos em Boa Vista (RR) e 54 anos de jornalismo, ele nos contou sobre sua carreira e sobre a ideia de lançar a *Gazeta Feminina* e as fases do periódico. A primeira fase, na terceira edição, em 10 de abril de 1982, muda de nome e vira *A Gazeta*. Depois, em abril de 1988, outra mudança de nome, agora para *A Gazeta de Roraima* e inclusão do 2º caderno. E no final de 1990 para 1991, com contratação de equipe.

Antes mesmo de iniciar sua vida profissional, em junho de 1968, no *Jornal dos Sports*, do Rio de Janeiro, Quintella já transitava no meio jornalístico, convivia com jornalistas, com o ambiente de redação, uma vez que seus pais se conheceram na famosa revista *O Cruzeiro*. O pai entrou na revista em 04 de outubro de 1934, os pais

casaram-se em 1942, e o pai ficou como diretor-administrativo até final de 1975, 41 anos depois.

No ano de 1973, ainda no Rio de Janeiro, Quintella trabalhou no jornal feminino *Gil*, de propriedade de Gil Brandão, um figurinista famoso, que conforme palavras de Quintella (2022), resolveu levar às senhoras que não tinham a oportunidade de frequentar a alta-costura, moldes para fazerem suas roupas em casa. “Era uma sacada genial. O jornal publicava moldes, era um jornal de tamanho standard”, comentou.

Essa participação por quase um ano no jornal feminino, que no auge do sucesso a tiragem semanal era de 100 mil exemplares, isso na década de 1970, motivou Quintella a pensar em algo parecido para o pequenino cenário do Território de Roraima, que veio conhecer em dezembro de 1980. Da visita foi um pulo para decidir morar em definitivo. Um mês depois, em janeiro de 1981, desembarcou com a esposa Daysy Quintella. Os filhos vieram depois devido à escola e férias. E em dezembro de 1981, Quintella colocou em circulação a 1ª edição da *Gazeta Feminina*.

Quando eu vi que aquilo lá dava certo (jornal do Gil), mesmo sem conhecer a fundo sociedade roraimense, eu achei que aqui era uma boa. As senhoras não tinham na imprensa roraimense, pelo menos naquele período curto que já estava aqui, não tinha nada para falar para elas. Mas não teve uma receptividade muito boa, não teve. (QUINTELLA, 2022)

A segunda edição da *Gazeta Feminina*, em fevereiro de 1982, veio com modificações. O número de pessoas no expediente diminuiu de seis (6) para quatro (4), agora sem nenhum nome de mulher e o jornal passou a ser impresso no Rio de Janeiro, com tamanho reduzido (36cm x 28cm). O tema era o Carnaval, com a programação de bailes e desfiles na capital. O nome do jornal afastava leitores do sexo masculino, embora houvesse conteúdo destinado aos homens (o futebol), que era uma paixão do editor.

Estudos de Drumont (1980) apontam o machismo como uma bagagem cultural, com a ideia que o homem tem de se achar superior à mulher. Portanto, o machismo passa a representar e colocar em prática, a dominação do homem sobre a mulher na sociedade. Destaca-se que o sistema preconceituoso, chamado de machismo, está alocado principalmente no seio familiar, onde são construídas as regras e normas da vida social.

FIGURA 22 - Capas Edições 1 e 2, da *Gazeta Feminina*, anos 1981 e 1982



Fonte: Fotografias retiradas dos exemplares disponíveis no acervo do jornalista Fernando Quintella

Somente a partir da terceira edição (abril de 1982) o nome do jornal deixa de ser *Gazeta Feminina*, e passa a ser *A Gazeta*. Mas a *Gazeta Feminina* circulou, aproximadamente, em forma de encarte, até a edição 16, de 05 de maio de 1983.

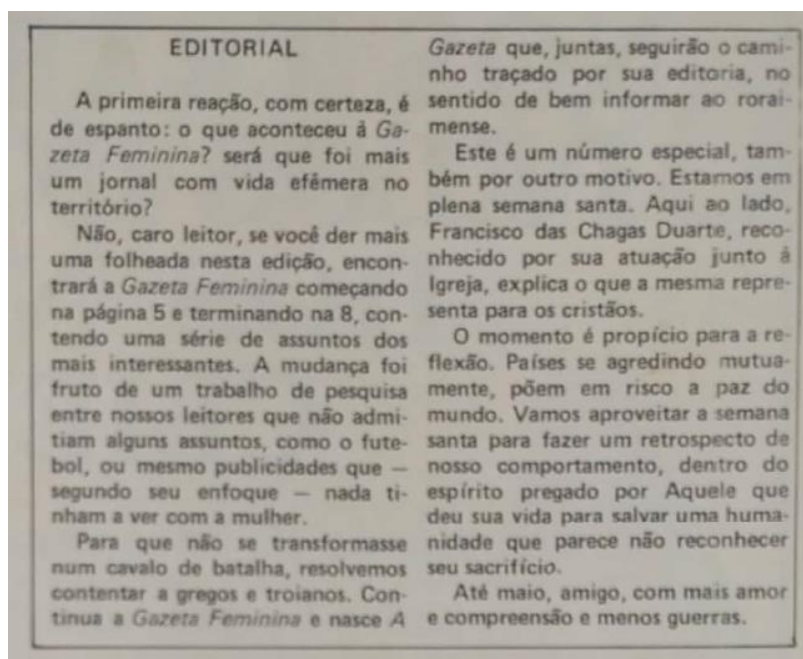
FIGURA 23 - Capa do jornal *A Gazeta*, Edição 3, de 1982



Fonte: Fotografia retirada da capa do exemplar encontrado no acervo de Fernando Quintella

O Editorial da 3ª edição justifica que a mudança de nome ocorreu depois de uma pesquisa junto aos eleitores, que “não admitiam alguns assuntos, como futebol, ou mesmo publicidade que – segundo seu enfoque – não tinham nada a ver com a mulher”, conforme imagem do editorial abaixo.

FIGURA 24 – Editorial sobre mudança de nome do jornal *Gazeta Feminina*, 1982



Fonte: Fotografia retirada do exemplar disponível no acervo Fernando Quintella

Embora nas entrelinhas o editorial remetesse ao machismo como justificativa para alteração, esse termo não foi aplicado no texto do editorial. Sobre isso, 40 anos depois, confirmamos o que realmente ocorreu. “Mudou de nome por puro machismo. Porque eu não podia dizer que era machismo do público, que eu ia me inviabilizar comercialmente” (QUINTELLA, 2022).

Ao ser questionado de como era esse machismo que levou à mudança, se, por exemplo, os homens alegavam que mulher não comprava jornal, Quintella explicou.

Não era isso. Era um jornal que tinha Editoria de Esporte, que era minha especialidade. Aliás, fui muito criticado por isso: que diabos de jornal é esse que fala para mulher e bota esporte. Era uma maneira de fazer meia sola, entendeu. A última página (*Gazeta Feminina*), com receitas para um Natal roraimense, com caju passas, receitas da dona Maria das Dores Brasil, uma das mulheres mais fantásticas que Roraima já teve, inteligentíssima, uma capacidade absurda de criar as coisas, uma artista plástica fenomenal. Ela era, inclusive, a titular do Cartório de Registros de Imóveis. Ela morreu em 1983, e nós fizemos uma homenagem linda para ela, de página inteira. E foi o Amazonas Brasil que escreveu “Maria, minha irmã”. Então, nós fizemos

matérias interessantes para mulher. Fizemos uma reportagem boa na Casa do Vovô, com as senhoras, com os homens. Por coincidência, um dos moradores da Casa do Vovô conheceu a mim e a Daysy, mais a Daysy do que a mim. Ele disse assim: “Ah, vocês não moravam na avenida (...)”? Eu era o porteiro do prédio!”. Ele estava aqui em Roraima, imagina? Tinha sido porteiro no nosso prédio em 1971. Então fizemos matérias bem interessantes” (QUINTELLA, 2022).

Sobre a proposta de a *Gazeta Feminina* vir como forma de encarte, mas ter circulado até a 16ª ou 17ª edição, Quintella (2022) disse que os jornais do Território Federal eram muito políticos, e foi justamente em um período com o registro de grandes mudanças políticas e geopolíticas na estrutura do pequeno território. Isso acabou interferindo na continuidade do projeto de manter em circulação um mensário voltado às mulheres.

(...) Eu tentava fazer matéria... por exemplo, uma coisa eu tinha na cabeça era não fazer polícia. Dificilmente você vai encontrar polícia no jornal (...). E pode ver que o meu jornal sempre pautou pelo lado humano. Nós somos parte da sociedade, e eu nunca precisei vender jornal com escândalo e nem com sangue. Eu evitei muito. Nós tivemos um período que até entrou, mas muito pouco. A predominância depois acabou política, e foi justamente que logo depois aumentou o número de vagas para deputados, aumentou o número de municípios que eram dois para oito ou nove e tantos outros acontecimentos políticos importantes até a primeira eleição para o novo Estado, com a posse do novo governador e do seu vice, de três senadores, 24 deputados estaduais, deputados federais. Isso vira uma loucura. (QUINTELLA, 2022)

Quando escolhemos a *Gazeta Feminina* para compor o *corpus* da pesquisa foi justamente por ser o primeiro e único veículo de imprensa voltado ao público feminino encontrado. Esperávamos mapear várias mulheres na sua produção. Nos primeiros passos para cartografar o jornal, aplicando o rastreio e, em especial, o toque (KASTRUP, 2009), que é quando ocorre a seleção daquilo que nos chama a atenção, identificamos por meio do expediente e do mapeamento das páginas, que não tinha mulher.

Isso no chamou a atenção. Ainda no primeiro ano do mestrado, em conversa pelo aplicativo de mensagem *WhatsApp* Fernando Quintella, em 2021, sobre como encontrar mulheres que trabalharam no periódico entre 1981 e 1988, ele nos surpreendeu com a informação que somente a partir de 1991, o periódico passou a contar com jornalistas do sexo feminino na equipe. Inclusive, o único prêmio Esso de Jornalismo do Estado foi arrebatado pela *A Gazeta de Roraima*, com a reportagem da jornalista Kátia Brasil, hoje no site *Amazônia Real*.

Mas precisávamos entender o porquê da ausência de mulheres produzindo o jornal, e seguindo o terceiro passo do gesto atencional proposto por Kastrup (2009), o pouso, que é justamente quando a cartógrafa, estimulada pela informação repassada, no caso, a de Quintella (2021), voltou sua atenção para esse ponto específico da pesquisa que se destacou. Criou-se uma espécie de parada e utilizou-se da entrevista com manejo cartográfico para compreensão do fato.

Na entrevista, Quintella falou sobre o motivo. Como ele vinha de uma experiência de redação diária na cidade do Rio de Janeiro, para fazer, inicialmente, um mensário e depois semanário, não necessitava contratar pessoal e aumentar os custos. Contou com colaborações masculinas, mas esporádicas.

Na nossa redação, em 1981, era mensário. Então, o que eu precisava para fazer um jornal de 8 ou 12 páginas? Uma produção dessa eu fazia sozinho. Eu precisava das fotos? Precisava. Primeiro foi o Fernando Estrella, que fazia as fotos, eu também fazia, e depois veio o Antônio Diniz, que ficou conosco na época do semanário. Não tinha porque ter redação, porque era um jornal mensal. Como vinha de redação diária, foi fácil adaptar a produção mensal (...). Só tinha um problema: eu sou péssimo para editar, programação visual para mim é um desastre, eu sou ruim. Tanto que eu contei com a participação decisiva de Anísio Fernandes Filho, que era diagramador no *Jornal Boa Vista*. Ele continuou trabalhando na Imprensa Oficial, e uma edição de 8, 12 páginas, ele fazia em dois dias. Então, não precisava de muita coisa para fazer o jornal mensário (...). Eu mesmo produzia o jornal, sozinho, de 1981 ao final de 1990, com participações esporádicas. Por exemplo, o Ruy Figueiredo ficou conosco, fazia matérias esporádicas, mas as matérias mesmo quem fazia era eu, a maior parte delas era eu. Quando o jornal cresceu, no final de 1990, nós começamos a contratar profissionais. Entre eles, a Kátia Brasil, que estava indo embora de Roraima, quando o Plínio Vicente foi lá e a convenceu a vir para “A Gazeta”. Eu contratei o Plínio, conversei com ele, mostrei para todas as possibilidades que nós tínhamos nesse projeto. E disse que o alvo era um Prêmio Esso. Plínio teve atuação decisiva nos resultados, com projeto gráfico ousado e editoria competentíssima (QUINTELLA, 2022).

Mesmo produzindo praticamente sozinho, o jornal teve algumas fases. A primeira foi a mudança de nome, em 1982, que deixou de ser *Gazeta Feminina* para virar *A Gazeta*. A segunda reformulação ocorreu em 1988, com a inclusão do caderno “G”, o 2º caderno. Segundo Quintella (2022), uma agência de fora foi contratada para produzir matérias com entrevistas de grandes artistas, horóscopo, com texto e foto. Esse caderno era produzido fora para ser despachado para Boa Vista e aqui era impresso. Tudo sem equipe de redação.

A terceira fase foi a expansão de *A Gazeta de Roraima* no final de 1990, para 1991, com contratação de pessoas, incluindo mulheres. A meta, segundo Quintella,

era o ganhar um prêmio Esso de Jornalismo, e ela foi alcançada, ainda em 1991, com uma mulher. Sobre isso, falaremos mais adiante.

Nessa terceira fase do semanário, as pautas palpitantes, conforme classificou Quintella (2022), eram matérias que se precisassem de uma análise profunda e exigissem até mais de um repórter para fazer, eram aprovadas. “A nossa preocupação era com a boa qualidade da informação e principalmente com a correção de textos” (QUINTELLA, 2022).

Nessa fase de 1991, o jornal estava localizado em um espaço amplo, de três salas, na avenida Ville Roy, no Centro, no antigo prédio das Lojas Perin. Contou com a ajuda da família de Quintella desde o início do projeto, e nessa nova fase, o filho Marcos Vinícius era responsável pela parte de informática, tendo implantado o trabalho em rede, uma novidade naquela época.

Como o Plínio Vicente tinha os contatos todos, era correspondente, todos os repórteres de fora vinham bater na nossa redação. Uma repórter do Jornal do Brasil veio aqui, olhou, e disse que a sucursal deles em Brasília não tinha a nossa estrutura de informática. Computador para todos os lados, eram 700kg de equipamento que trouxe do Rio (RJ) para cá. Então, nós montamos um projeto vencedor, um projeto que tinha salários dignos, estrutura montada, tinha talento. Quando alguém pedia vaga para o jornal, mandava carta pedindo, porque naquela época era carta, eu nunca dei emprego por carta, porque eu não sentia naquelas pessoas o clima que estava na redação. Era uma energia ótima, era uma energia muito boa. Então, só pode dar certo, e você só consegue levantar uma equipe com um bom ambiente. Se não, vira uma praça de guerra. (QUINTELLA, 2022)

Esse investimento em estrutura também veio acompanhado de pessoal. Com exceção da Editoria de Esporte, Quintella explica que as mulheres escreviam sobre tudo, cultura, política, educação, saúde, ou seja, o que ele chamou de “clínica geral”. Pautas sobre garimpeiros e fazendeiros, duas repórteres eram destacadas: Kátia Brasil e Leda Martins. Também havia colunistas mulheres.

Por exemplo, a Simone Gabra, que era do Rio (RJ) e veio acompanhar o marido, que era médico, hoje ex-marido. Ela era muito jovem e professora da Universidade (UFRR), uma das primeiras, dava aula de Português Instrumental e Literatura. Ele escrevia sobre saúde, era meu companheiro no Rotary, e ela escrevia sobre literatura e analisava livros. Eu lembro que lançaram o livro “*O martelo das feitiças*”, que fez um baita de um sucesso, e ela fez uma análise, junto com outras duas mulheres, cada uma com uma visão. Nós investíamos demais na cultura e matéria para mulher não era só de cultura, culinária. Era política, entrava na política. A Kátia sempre foi desse tipo; a Leda também nunca rejeitou desafios, pelo contrário. (QUINTELLA, 2022)

Embora não tenhamos encontrado mulheres cobrindo a Editoria de Esporte nos jornais impressos no período pesquisado, queremos abrir um adendo para registrar a personagem encontrada na 3ª fase do gesto cartográfico, o pouso (KASTRUP, 2009), e que fez história no radiojornalismo: Maria de Fátima Oliveira.

De acordo com Quintella (2022), seu codinome era Fatinha da Galera e ela revolucionou o jornalismo esportivo em Roraima como a primeira repórter mulher de rádio, cobrindo partidas de futebol, em um período predominantemente dominado pelo gênero masculino. Aliás como é hoje, mas com uma maior participação feminina.

Ela revolucionou o jornalismo esportivo em Roraima como repórter mulher na arquibancada. Ela ia para a arquibancada, ia para o meio da galera mesmo, ouvia o pessoal. Numa época em que Roraima tinha o esporte muito desenvolvido em termos de público. Quando eu cheguei aqui, em 1981, o Baré e Roraima, na semana que tinha jogo, era uma maluquice. Famílias dos torcedores dos times se movimentavam. Não tinha como qualquer atleta vestir a camisa do adversário. A rivalidade era imensa.

A Fatinha chegou de São Paulo e conseguiu penetrar nesse mundo absolutamente machista, de repórteres esportivos de campo. Ela era da *Rádio Equatorial*, isso depois de 1984, porque nesse ano, entre setembro e outubro, eu fui gerente da *Rádio Equatorial* por um mês e meio, a pedido do Chagas Duarte, meu padrinho do Rotary e colega de trabalho, porque queriam que ele fosse, e ele me pediu que eu só fizesse a transição, pois a propriedade da casa estava mudando. Então, não me recordo muito, mas acho que foi entre 1985 e 1987, não lembro bem. (QUINTELLA, 2022)

Aplicando a etapa cartográfica do pouso (KASTRUP, 2009), conversamos com a personagem. Formada em 1980 pela Faculdade Integrada Alcântara Machado, pertencente a FMU (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas), de São Paulo, Maria de Fátima Oliveira, 65 anos, a Fatinha, estava trabalhando em um dos seus dois empregos, em 1985, quando recebeu convite de Sydnei Mendes, dono de *O Roraima* para trabalhar no jornal.

Passado mais de um ano do convite, no dia 23 de junho de 1986 ela pisou em terras macuxi para atuar em jornal impresso. Era uma das poucas jornalistas com formação e atuando no mercado local. Seis meses depois, no final de 1986, foi comunicada que o jornal encerraria as atividades. Começou o ano de 1987 sem emprego, mas logo conseguiu uma vaga no setor de jornalismo do governo de Getúlio Cruz, sob a chefia de Laucides Oliveira. O novo emprego fortaleceu seu *networking*, e isso lhe rendeu um convite para trabalhar na *Rádio Equatorial FM 93*, o seu primeiro emprego em rádio.

O vanguardismo feminino na cobertura do esporte em campo ocorreu entre 1987 e 1988, pela FM 93, que até então não tinha equipe formada para cobrir futebol.

No Território de Roraima, as transmissões das partidas por FM eram outra inovação, pois até então, só ocorriam pela Rádio Roraima AM. A chefia da equipe de esportes da Rádio 93 era de Filipe Donner, que atualmente trabalha no Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Conforme Fatinha (2022), juntamente com Donner e outros membros da *Rádio 93*, todos homens, decidiram montar uma equipe de esporte com uma repórter mulher em campo. Da reunião saiu o nome que a jornalista deveria usar: Fatinha da Galera, o que não a agradou muito, mas logo o apelido pegou e assim ela ficou conhecida no meio esportivo. Sem experiência nesse tipo de cobertura, a jornalista precisou se atualizar, conforme ela mesma conta.

Na reunião, que tinha o Donner, que era o chefe da equipe, e o Juscelino, que era um dos repórteres, ficou definido que eu seria repórter de pista, mas eu nunca tinha trabalhado com esporte, tanto que eu comprei um livro de futebol para entender. Eu lembro direitinho disso. E foi nessa reunião que eles me deram o nome de Fatinha da Galera, que eu fiquei muito chateada, porque eu achava esquisito, mas não teve jeito. Fomos para o Estádio Canarinho, onde criamos muita amizade com o pessoal, com as equipes. E o Filipe, também, ia ser o narrador do jogo e não tinha experiência sobre isso (...). E foi uma das primeiras experiências que eu tive com rádio em Roraima. E foi essa Fatinha da Galera, eu acho que nunca mais teve repórter mulher de pista. (OLIVEIRA, 2022)

Fatinha (2022) lembra que ajudava o responsável técnico pelas transmissões da rádio a carregar as fiações dos microfones para duas laterais do campo. Os intervalos praticamente ficavam por conta dela, com as entrevistas do público, dos jogadores e sorteando brindes aos presentes. Total interação.

Além do vanguardismo da voz feminina na cobertura esportiva de futebol, a jornalista aproveitou a experiência da *Rádio 93*, e como trabalhava para o governo territorial, teve acesso fácil a *Rádio Roraima*. Na emissora criou o programa dominical infantil “Tia Fatinha”. A jornalista lembra que sem internet ou celular, a participação era por telefone fixo ou orelhão.

A Tia Fatinha era da *Rádio Roraima*, que eu fiz por sete ou oito anos o programa infantil, todo domingo. Uma coisa que me marcou foi que naquela época não tinha internet, redes sociais, e o pessoal ouvia muito rádio. Se eu for para o interior, o pessoal mais antigo, até hoje, lembra da minha voz. E eles confundem muito minha voz com a da Márcia Seixas (...). Então, eu fazia contato com as crianças que tinham telefone fixo e a gente escutava as vozes dos pais atrás, e também por orelhão. Incrível, sabe. Essa fase também é histórica na minha vida. (OLIVEIRA, 2022)

Voltando a falar sobre à participação de mulheres nos jornais impressos, na pesquisa que fizemos no período de 1940 a 1970, só encontramos a jornalista Nenê Macaggi atuando ou contribuindo com os periódicos. Questionados sobre a existência de política de preterição do sexo feminino, a resposta foi unânime entre os entrevistados: não existia orientação por parte de nenhum dos jornais para não contratar mulheres. O que faltava era mão de obra interessada e disponível para esse trabalho, na avaliação deles.

Não tinha disponibilidade, acho que até por inibição, mas sinceramente não tinha nenhuma regra escrita ou não escrita de “não às mulheres na nossa redação” (...). Nunca houve de ninguém, de nenhum dos jornais uma orientação nesse sentido. O Péricles tinha, não uma repórter, mas ele tinha equipes com mulheres dentro da redação dele. Então, nenhuma orientação, nada, zero. Não tinha isso. Era talento, ou você tem talento ou você não tem. Não tem duas formas de analisar isso. (QUINTELLA, 2022)

4.5.1 Prêmio Regional Esso para Roraima: mais uma vez a mulher no protagonismo

Como egressa do curso de jornalismo da UFRR, em 2001, ouvi falar pela primeira vez que Roraima tinha ganhado um prêmio Esso, com uma mulher, durante o primeiro ano da pós-graduação em Comunicação, da UFRR, em 2021. Antes de ingressar como aluna regular, fui ouvinte e aluna especial. Não me recordo exatamente como foi, mas o fato é que, assim como na 1ª etapa do gesto atencional de uma cartógrafa, a do rastreio (KASTRUP, 2009), aconteceu o olhar mais panorâmico desse fato, sem conhecer de fato o que se procurava, mas sem dúvidas, na intenção de localizar pistas para dar sentido à minha pesquisa.

Na 2ª etapa, a do toque, decidimos falar sobre esse fato, uma vez que o prêmio foi conquistado pela *A Gazeta de Roraima*, um dos jornais definidos como *corpus* da pesquisa. Além disso, seria uma forma de registro de uma conquista histórica para o jornalismo roraimense tendo a mulher como personagem principal. Sem contar da ausência de estudos relacionados a esse fato.

Para tanto, cartografamos a matéria de um dos maiores expoentes femininos do jornalismo na região Norte, a jornalista Kátia Brasil, que venceu em 1991, praticamente no início da sua carreira, o Prêmio Esso de Jornalismo Regional. A reportagem vencedora *‘Bandeira do Brasil hasteada na fronteira – um protesto contra a violência’*, de Kátia Brasil, apesar de datar de 1991, retrata o momento que Roraima vive, em 2022, o de invasão dos garimpos em terras indígenas, assim como mostra a

inserção feminina nos jornais, pois a pesquisa inicial aponta a ausência de jornalistas mulheres e forte domínio masculino nas redações roraimense.

O ano de 1991 é de extrema relevância política, quando ocorre a transição de Território Federal para Estado de Roraima. Transformado pela Constituição Federal de 1988, a primeira eleição para escolha do primeiro governador e parlamentares ocorreu em outubro de 1990, e a posse dos eleitos em janeiro de 1991. A estrutura administrativa e as leis do Estado foram criadas a partir de 1991 (FREITAS, 2001).

Nesse ano, temos o prêmio mais importante da imprensa nacional conquistado por um veículo do extremo Norte do país e por uma repórter até então, desconhecida da imprensa nacional. A *Gazeta de Roraima* concorreu com grandes jornais diários da região Norte, como *A Crítica* (Amazonas) e *O Liberal* (Belém).

A matéria aborda conflitos na fronteira com a Venezuela, originados pela invasão do território brasileiro por integrantes da Guarda Nacional venezuelana, que atacaram e prenderam 15 garimpeiros. O material descreve a ida de parlamentares da 1.^a legislatura da Assembleia Legislativa de Roraima até a fronteira, onde fincaram a Bandeira Brasileira na pista São Benedito, no vale do rio Aracaçá, fronteira com a Venezuela. A viagem era considerada perigosa por haver conflito entre garimpeiros e militares da guarda venezuelana.

Segundo a reportagem, a bandeira era sustentada por um rústico mastro feito com um pé de embaúba, uma árvore muito comum na região, e serviu como protesto contra as agressões sofridas em maio daquele ano, por garimpeiros brasileiros que estavam na fronteira. Conseguimos acessar os exemplares disponíveis no acervo particular do dono do jornal, o jornalista Fernando Quintella.

FIGURA 25 - Capas com a matéria vencedora e a comemoração do prêmio Esso



Fonte: Fotografias das edições de nº 329, de 10 a 16 de maio de 1991; e de nº 347, de 22 a 28 de novembro de 1991. Acervo particular do jornalista Fernando Quintella

Jornalista premiada, Kátia Brasil continua atuando no campo jornalístico, mas agora de forma independente, com a agência de notícias *Amazônia Real*, criada em 2013. Espanta o fato de que, mais de 30 anos depois da conquista do prêmio Esso regional, dentro das redações locais e da própria academia, pouco se saiba do feito de um jornal de Roraima, por meio de uma mulher, tenha alcançado tal conquista. Escrevemos pela primeira vez em termos científicos, que o primeiro e único prêmio Esso de Jornalismo Regional para Roraima foi conquistado por Kátia Brasil, em 1991, relatando conflitos gerados pelo garimpo ilegal, que persistem no momento atual.

Com todas as dificuldades vivenciadas pela mulher nesta territorialidade amazônica, alguns referenciais mostram de que forma a mulher atuava de modo a superar o preconceito e patriarcado. É preciso uma compreensão maior que as formas de atuação das mulheres serviram para a efetivação do jornalismo enquanto uma prática de transformação social.

A jornalista Regina Ramos (2010) explica que é preciso entender que esse jornalismo surgiu em um período em que mulheres escrevendo em jornais era um fato

impensável, pois estavam em um tempo marcado pelo poder dominante do patriarcado. Mas, muitas não se abalavam com os percalços, conquistavam público, amizades, balançavam estruturas. Avançavam a passos lentos, mas necessários.

Ao utilizar a cartografia como procedimento metodológico, trazemos Suely Rolnik (2011), que reforça que, como tarefa, o cartógrafo deve dar voz para afetos que pedem passagem e que ele é antes de qualquer coisa, um antropófago. Rolnik explica que a cartografia acompanha e se faz ao mesmo tempo que certos mundos se desmancham, se faz ao mesmo tempo que certos mundos perdem o sentido.

Desse modo, a personagem feminina que marcou a história da imprensa roraimense, uma mulher negra, feminista e destemida, é Kátia Brasil, cearense-carioca-amazônida com mais de 30 anos mostrando ao Brasil e ao mundo os conflitos, as riquezas e as contradições da maior e mais remota região do país que traz no nome.

Logo, podemos perceber que a matéria analisada está em um tempo e espaço dominado por ações governamentais e patriarcais, há um peso grande da matéria em relatar possíveis problemas de soberania em suas próprias terras e por ser produzida por uma mulher. A conquista do prêmio, também, trouxe para os profissionais da imprensa de Roraima, em especial às mulheres, a certeza de que era possível fazer jornalismo de qualidade nessas territorialidades.

Nessa etapa da pesquisa, aplicamos a 4ª etapa do gesto atencional, a do reconhecimento atento (KASTRUP, 2009). Ele ocorreu quando o campo de observação se reconfigurou e o território começou a tomar forma, pois é nessa variedade atencional que a cartógrafa destaca os contornos singulares do objeto, ou seja, será o movimento de análise dos dados encontrados, de forma a fornecer resposta ao problema proposto.

Só para lembrar, o problema norteador deste trabalho é “como os periódicos impressos *Jornal Boa Vista*, *O Átomo*, *Gazeta Feminina/A Gazeta de Roraima* e a *Folha de Boa Vista* construíram as territorialidades das jornalistas no extremo Norte da Amazônia?”.

E para dar parte da resposta a esse problema, uma vez que estamos analisando a reportagem de uma mulher na conquista do Esso Regional, vamos utilizar o conceito de micropolítica proposto pela socióloga e ativista bolivariana de origem aimará Silvia Rivera Cusicanqui (2018).

Depois do rastreio, do toque e do pouso (KASTRUP, 2009), podemos afirmar que a inserção das mulheres representa uma transformação do espaço social onde vivem. Serve como exemplos para outras mulheres de que, também, elas podem atuar onde e como quiserem. Ao ler a matéria assinada por uma mulher, ficamos a imaginar que ela abriu portas e incentivou, não apenas jornalistas mulheres, mas todas as demais, de que a mulher pode assumir qualquer protagonismo.

Por outro lado, o apagamento daqueles que nunca aparecem na história, como mulheres, negros, indígenas, e a valorização apenas das vozes dominantes, Cusicanqui (2018) chama de ato macropolítica e que a micropolítica é justamente um movimento permanente para fugir dos mecanismos da política.

Portanto, até mesmo o ato de fazer esse registro acadêmico da conquista do Esso Regional por Kátia Brasil pode se classificar como ato micropolítico. Estamos tentando fugir das tradicionalidades definidos pelos mecanismos das políticas acadêmicas, ou seja, pesquisar algo que ocorreu há um tempo, mas que não teve, até então, o tratamento acadêmico que o caso merece. Sem criar qualquer demérito, até porque, essa não é nossa intenção.

Ainda falando sobre a importância micropolítica da reportagem vencedora, destacamos o que nos falou o proprietário do jornal, Fernando Quintella (2022).

Aquela pauta era da Kátia, ela que descobriu. Lembro como se fosse hoje, era maio de 1991, ela entrou na redação e disse: “olha, tem uma pauta da Assembleia”, com três ou quatro deputados. Eu lembro que era o Édio Lopes, a Vera Regina e o Renan Beckel. Ela disse: “Eles vão lá na fronteira, tem um avião do Zé Altino (líder garimpeiro) para acompanhar, e eu gostaria de ir”. Dissemos que não tinha problema e ela disse que não dava para ir fotógrafo, e talvez nem ela conseguisse ir, porque o avião estava lotado. Havia um fotógrafo e um repórter de outro jornal, que não era da *Folha*, mas eu não lembro de onde eram. Aí a Alita, irmã do Zé Altino, disse para eles: ou vai o fotógrafo ou vai o repórter, os dois não dá. O repórter foi e o fotógrafo ficou. A Kátia continuava sem fotógrafo. Mas estava indo o dono do “Correio do Garimpo”, que foi um jornal pequenino, que apareceu por aqui, o Rubem Lampião.

O Rubem Lampião foi o cara que fez a foto daquela capa, que ‘rasgou’ a página toda para dar um choque. E ele cedeu a foto para nós, e a Kátia foi (...). A Kátia queria dividir conosco o prêmio; isso era maluquice. Ela foi a autora daquilo. Algumas línguas maledicentes diziam, ah, foi o Plínio, o Fernando. Não, não era, não foi. Foi a Kátia Brasil. Nós fizemos correção de texto? Fizemos, mas fazíamos de todo mundo, fazíamos de nós mesmos, inclusive do excelente Silvio de Carvalho, que ficava louco. (QUINTELLA, 2022)

Sobre a ideia de inscrição, Quintella (2022) disse que foi da chefia do jornal, que inscreveu outras matérias para concorrer a aquele prêmio.

Foi nossa. Mandamos cinco matérias. Quando chegou a confirmação do prêmio na hora do almoço, a Kátia estava na redação, que funcionava no prédio da Ville Roy, em cima da antiga Loja Perin. A Kátia leu o fax e ligou para minha casa, porque estava na hora do almoço, e disse: “Fernando, ganhamos o Prêmio Esso”. E eu disse: “Como?”. Ela respondeu: “Ganhamos! Chegou um fax aqui”. Eu perguntei quem foi e ela disse: “Não sei, chegou aqui apenas dizendo que nós ganhamos o Prêmio Esso”. Daí eu liguei para o Plínio para dizer, e ele não falava, ele não falava, ele não conseguia falar. Eu dizia, Plínio, nós ganhamos o Prêmio Esso, e ele não falava. Ele só disse: “Estou indo para o jornal”. Fomos os dois para o jornal; a Kátia já estava lá. Eu mandei comprar uma garrafa de champanhe estrangeira para a gente estourar, e é a foto que está na capa “O Prêmio Esso é nosso”. Nós estouramos a champanhe, eu de um lado e ele do outro e a Kátia no meio com a garrafa de champanhe, porque o mérito é total dela. (QUINTELLA, 2022)

Essa ação acabou gerando, segundo Quintella, mudanças de pensamentos, uma vez que os profissionais locais passaram a acreditar que tinham capacidade para ganhar prêmios. “Foi o primeiro semanário de Roraima a ganhar o prêmio Esso e o único até hoje. Só tinha Prêmio Esso para o Liberal, A Crítica, Província do Pará, Jornal do Comércio, de Manaus” (QUINTELLA, 2022).

Tentamos conversar com a jornalista Kátia Brasil. No início de dezembro de 2022, enviamos às perguntas ao *e-mail* disponível no site da Agência Real, mas passados vários dias sem resposta, fomos procurar o contato celular dela. Mandamos mensagem dia 14 de dezembro para confirmar se ela tinha conseguido ler, mas ela disse não ter recebido. Deixou seu *e-mail* com extensão do Gmail, mas avisou que só estaria recebendo demandas de estudantes a partir de março de 2023. Como não podia esperar até lá, fizemos a cartografia com base na reportagem publicada e na entrevista de Quintella (2022).

No próximo tópico, vamos falar sobre o jornal *Folha de Boa Vista*, desde o lançamento, em outubro de 1983 até o ano de 1988, último ano do marco temporal definido para nossa pesquisa. Como já comentamos, esse ano foi simbólico por motivos como a transformação dos Territórios em Estados da Federação e promulgação da Constituição Cidadã.

4.6 FOLHA DE BOA VISTA (1983-2020): O MAIS ANTIGO EM FUNCIONAMENTO

Seguindo a 1ª etapa do gesto atencional, a do rastreio (KASTRUP, 2009), que é quando ocorre uma varredura de campo, com o olhar mais panorâmico, sem conhecer de fato o que se procurava, mas com a intenção de localizar pistas,

identificamos como relevante para compreender a participação das mulheres na produção dos jornais, mapear o *Folha de Boa Vista*. Primeiro, por ser o mais antigo em circulação em Roraima: Circulou de forma impressa até março de 2020, ano de início da pandemia de Covid-19, e continua *on-line*. Depois, por ter exemplares disponíveis *on-line* na Biblioteca Nacional.

O terceiro motivo da escolha está intrinsecamente relacionado a 2ª etapa do gesto atencional, a do toque, que foi quando mapeamos o jornal e descobrimos informações que nos interessavam na pesquisa: dos quatro fundadores, duas eram mulheres; também encontramos mulheres na função de chefia do periódico, diretoras, bem como colunistas e repórteres. Como bem detalhou Kastrup (2009), no toque acontece a seleção do que nos interessa, do que nos fisga dentro do cenário investigado.

Assim, iniciamos a análise do quarto periódico. A *Folha de Boa Vista* circulou pela primeira vez em 21 outubro de 1983, três meses após o fechamento do *Jornal Boa Vista*, pertencente ao Governo do Território, em julho. Para este trabalho, vamos analisar edições dos anos de 1983 a março de 1989, disponíveis no acervo *on-line* do arquivo da Hemeroteca Digital, onde foram consultadas as edições de números 01 a 513 (coleção incompleta).

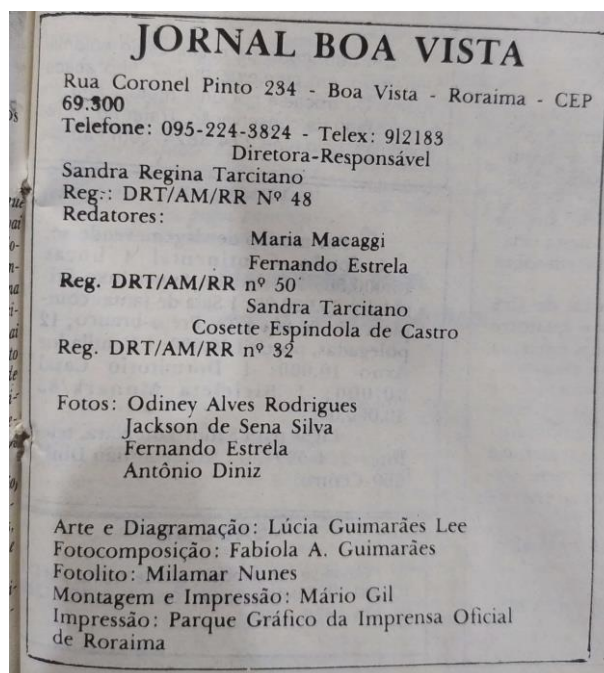
No início, o jornal circulava com uma edição semanal, impressa em Manaus, nas oficinas da Editora Calderaro Ltda., com sede na Rua Lobo D'Almada, 190, dona de *A Crítica*. Entrando na 3ª etapa, a do pouso, que é quando focamos nossa atenção sobre um ponto que foi estimulado (KASTRUP, 2009), aplicamos as entrevistas na perspectiva do manejo cartográfico.

Nessa etapa do pouso, descobrimos que os editores faziam as matérias, separavam em envelope por editoria, como de Polícia, de Política, Coluna Social, fotografias, e depois de tudo organizado, seguiam para o aeroporto para encontrar algum conhecido para levar os envelopes à Manaus. Na capital manauara o pessoal de *A Crítica* aguardava no aeroporto, pegava o envelope, levava para redação e diagramava. “E a gente não conseguia ver o que vinha de lá, porque não tinha como ver” (ESTRELLA, 2022).

Os idealizadores do jornal foram os jornalistas Fernando Estrella, Cosette Spíndola e Sandra Tarcitano e o economista José Cícero Pessoa Cruz. Dos quatro sócios, os três jornalistas atuavam no jornal governamental antes de fechar, conforme expediente da última edição encontrada, a de nº 403, de 15 de julho de 1983. Sandra

Tarcitano era a diretora-responsável. Fernando Estrella, fotógrafo, mas atuava como revisor e repórter. Cosette Espíndola assinava matérias e nas últimas edições apareceu como redatora.

FIGURA 26 – Expediente do *Jornal Boa Vista*, edição 403, de 15/7/1983



Fonte: Fotografia retirada da edição disponível no acervo da Imprensa Oficial

No expediente, observamos que a diretora e os revisores tinham registros profissionais expedidos pela Delegacia Regional do Trabalho do Amazonas e Roraima (DRT/AM/RR), conforme exigência do Decreto 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista. Publicado em plena Ditadura Militar, foi regulamentado pelo Decreto-Lei 65.912, de 19 de dezembro de 1969 e posteriormente pelo Decreto 83.284, de 13 de março de 1979. A lei exigia curso superior em Comunicação Social ou registro profissional.

Em palestra durante o I Congresso de Jornalistas Profissionais de Roraima, em setembro de 2022, Estrella declarou que os sócios tiveram encontros quase que diários, durante oito meses, em uma peixada da cidade, gestando a ideia até ela sair do papel. Na entrevista, completou dizendo que o *start* de montar um jornal surgiu após a queda do Brigadeiro Ottomar Pinto do governo do Território.

O brigadeiro Ottomar ficou até início de 1983. Quando chegou o brigadeiro Vicente de Moraes com a equipe dele, foi que a gente começou a vislumbrar a possibilidade de ter um jornal independente (...). A Sandra era jornalista

formada e trabalhava como assessora de comunicação da Secretaria de Educação e no jornal. A Cosette era uma gaúcha, formada também, e trabalhava como assessora de comunicação da Câmara de Vereadores, e eu trabalhava no Palácio do Governo e na redação (...). Aí começamos um contatar com o outro, tipo conversa de bastidor, boca fechada, e nós nos encontrávamos numa peixada que tinha atrás da Funai, na beira do rio (Branco), a Tia Sabá. Todo dia, 5h da tarde, a gente ia para lá discutir como iria ser e tal, como iria fazer jornal, tendo o jornal do governo. Um dia me deu um estalo na reunião e eu falei: “vamos atacar o governo que é a melhor coisa que tem e ele vai fechar” (...) A gente queria um tamanho *standard*, porque era novidade. A gente discutia quem faria o que, como arranjaríamos dinheiro, porque a gente não tinha um tostão no bolso, mas tínhamos um administrador, que era o Cícero Cruz, que trabalhava na Telaima e era um cara muito focado nessa área financeira. A gente fez empréstimo no banco, fez publicidade antecipada, vendeu assinatura, era assim, a gente se virava. Era muito bom fazer jornalismo naquela época (ESTRELLA, 2022).

O vislumbre de uma oportunidade de fazer um jornal independente, com outra visão do jornalismo, passava necessariamente em fechar o *Jornal Boa Vista (JBV)*, segundo Estrella (2022). Então, a forma encontrada foi falar mal do governo com matérias de denúncias e reclamações da população contra o próprio governo. Parece que o negócio funcionou.

Foi quando o brigadeiro Vicente de Moraes chamou a gente, disse que lamentava muito, mas o Governo estava em contenção de despesas e que iria fechar o jornal. Diante dele a gente lamentou muito, mas por trás estávamos soltando foguetes, porque nossa ideia iria prosperar. Tanto é que o jornal quando deixou de circular, acho que em julho de 1983, poucos meses depois, em outubro, a gente estava com a *Folha de Boa Vista* circulando nas ruas. Se você pegar as primeiras edições do *Jornal Boa Vista* e da *Folha de Boa Vista*, você vê a mudança radical. A gente ouvia oposição, situação e por aí, e as pessoas ficaram chocadas, porque estavam acostumadas a ver coisas favoráveis ao governo (ESTRELLA, 2022).

Sobre esse fechamento do jornal governamental, na entrevista concedida, Sandra Tarcitano (2022) creditou a uma visita de uma delegação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que acompanhava a apuração da morte do jornalista João Alencar, ocorrida em dezembro de 1982. A morte, inclusive, motivou o afastamento do governador do território Ottomar Pinto.

O *Jornal Boa Vista* encerrou logo depois da morte do Alencar. A gente recebeu uma delegação da Fenaj de Brasília, e os jornalistas da época questionaram a existência de circulação de banca, ligado ao governo de Roraima. E a partir daí o jornal foi fechado. Foi só por isso que o governo da época resolveu que deveria fechar. E aí fechou”. (TARCITANO, 2022).

A *Folha de Boa Vista* foi o primeiro jornal com a proposta de circular diariamente, o que levou o primeiro *slogan* do jornal “O primeiro diário de Roraima”,

impresso a partir da edição 105, de 16 de outubro de 1985. Ou seja, passados quase de dois anos de circulação, veio o *slogan*.

Mas as dificuldades eram grandes e os proprietários não conseguiram manter efetivamente a proposta de circulação diária. Circulava de duas a quatro vezes por semana, com poucas vezes circulando diariamente. O jornal passou por várias dificuldades até que em abril de 1988 foi vendido para o ex-governador do TFRR, Getúlio Cruz (LIMA, 2001). Devido a pandemia pelo Coronavírus, o jornal deixou de circular na forma impressa em março de 2020, mas manteve-se em meio digital.

Assim como no *Jornal Boa Vista*, desde a proposta de criação da *Folha*, a participação das mulheres foi percebida com maior frequência, a começar por duas das quatro mentes idealizadoras serem do sexo feminino. No expediente, elas aparecem tanto como diretoras responsáveis, diretoras administrativa-financeira e diretoras técnicas quanto redatoras-chefes. Nas páginas dos jornais, elas aparecem assinando as colunas sociais, matérias especiais, artigos e crônicas.

Abrindo essa análise, vamos falar sobre a página social. A primeira colunista social do jornal foi a roraimense Ana Maria da Silva, casada com o empresário Ramiro Teixeira da Silva, que assinou “Gente em Destaque”, da 1ª a 5ª edição (Nov/1983). Ana teria saído para cuidar da empresa Ana Maria Decorações e Floricultura. Entra a “Coluna do Jean”, escrita pelo dono do Instituto Jean Cabeleireiro. Ficou da 6ª até 16ª edição (03 de fevereiro de 1984).

No dia 10 de fevereiro de 1984, começa a circular a coluna “Lionete e a Sociedade”, que depois se transformou em apenas “Lionete” (Ed.47, de 07 de setembro de 1984). Na entrevista para esse trabalho, Lionete (2022) explicou que não chegou a trabalhar na redação no período de colunismo social. Deixava as notas datilografadas com as fotografias, e o jornal montava a coluna. Lionete também escreveu a coluna social do *Jornal Boa Vista*, pertencente ao Governo do Território.

Após pouco mais de um ano em circulação, a coluna de Lionete encerrou no dia 22 de março de 1985 (edição 75), e Lena Carvalho assumiu e passou a assinar “Encontro com a Lena”. Em agosto de 1985 (edição 96) uma nova mudança. Aurea Lilian Souza Cruz Tiam-Fook passa a assinar a “Sociedade Lilly mitada”, que na edição 183 (02/5/1986) vira “Lily Mitada”. Lilian Tiam-Fook chegou a receber o prêmio “Destaques 85”, como a melhor colunista social. A *Folha* também foi premiada em outras duas categorias: o melhor jornal e o melhor fotógrafo para Fernando Estrella (Folha, edição 146, de 24/12/1985).

Tiam-Fook era a Relações Públicas do jornal, conforme nota de capa publicada na edição 96, de 23 de agosto de 1985, e assinou a social até junho de 1986 (edição 197), quando deu lugar à Maria Mabel Pimentel Trajano. Mabelzinha, carinhosamente chamada, passa a assinar “Mabel em Sociedade”, no dia 06 de junho de 1986.

Seguindo o mapa cartográfico do rastreo e do toque (KASTRUP, 2009), e com o mapeamento em outros jornais encontrados nesse emaranhado de pistas, Mabel assinou a social da *Folha* por quase dois anos. Na *Folha*, a “Social Mabel” foi mapeada pela última vez na edição 482 (30/10/1988), que fica sem essa coluna até dia 18 de dezembro, quando encontramos uma página social, mas não está assinada.

O ano de 1989, na Hemeroteca Digital, só tem disponível a partir da edição 506, de 26 de março de 1989, ou seja, faltam os meses de janeiro, fevereiro e quase todo o mês de março de 1989. Somente nesta edição encontramos a substituta de Mabel, a jornalista Shirley Rodrigues com a “By Special Shirley”.

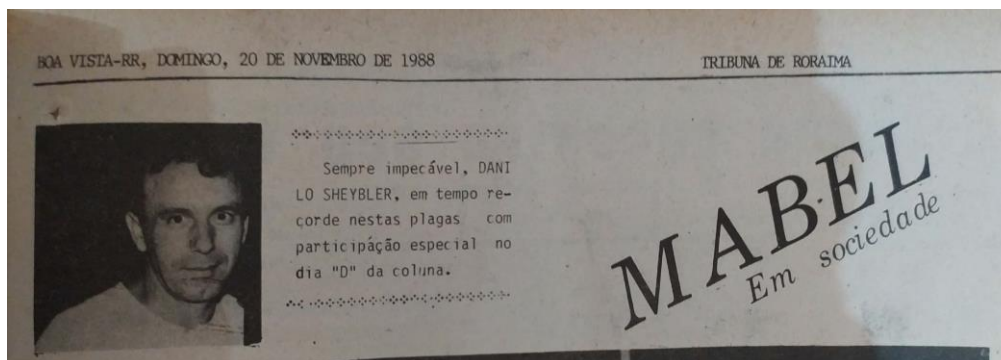
FIGURA 27 - Foto da primeira coluna social de Shirley Rodrigues, no jornal *Folha*



Fonte: Fotografia da Edição 506, de 26 de março de 1989 disponível no Acervo Hemeroteca Digital

Mas encontrar o jornal a partir de março, não quer dizer que somente nessa data a jornalista Shirley Rodrigues se tornou titular. Na 2ª fase do rastreo, o toque (KASTRUP, 2009), encontramos Mabel escrevendo “Mabel em Sociedade”, no jornal “*Tribuna de Roraima*”, edição 139 (20/11/1988), em substituição a Hildete Honorato. E na última edição daquele ano, 30 de dezembro, Mabel publicara uma nota anunciando Shirlyayne como colunista social da *Folha de Boa Vista*. O motivo de trocar de jornal é explicado por Mabel como necessidade pessoal de inovar.

FIGURA 28 - Foto da primeira coluna social de Mabel, no jornal *Tribuna de Roraima*



Fonte: Jornal encontrado no acervo do Departamento de Cultura

O noticiário social, no início do século 20, e diferente do que é atualmente, era visto como o lado informal do jornal, mais voltado ao público feminino. Servia como contraponto às notícias sobre crimes, mortes e violência do jornalismo sensacionalista, praticado na época (KOVÁCS, 1979). Para a roraimense Shirley Rodrigues, o colunismo social em Roraima foi uma primeira opção de inclusão de mulher no jornalismo.

A comunicação aqui, naquela época, não era muito ativa, era bem precária, e eu penso que as mulheres não tinham muito interesse na área. Na verdade, a *Folha* surgiu com duas mulheres na direção, algo inovador, um marco na inserção da mulher. As que se destacaram, como Mabel Trajano, começaram com o colunismo social, que era algo que os homens não faziam. E isso acabou inspirando outras mulheres a fazerem jornalismo. (RODRIGUES, 14/12/2022)

Ao escrever sua coluna por mais de 34 anos na *Folha*, de forma colaborativa e ininterrupta, Shirley Rodrigues (2022), de família com formação magisterial, inventou termos como "sacudir a macuxilândia", "quiprocó", "quem viver, verá", criando sua maneira própria e peculiar de noticiar e se conectar com seus leitores. A sua página diária foi considerada a mais lida do Estado de Roraima (FOLHA DE BOA VISTA, edição 1.202, 1993).

E quem apenas lê a informação de que desde 1988 a coluna social está sob sua responsabilidade, nem imagina a história por trás desse início, compartilhada por Shirley durante entrevista para esse trabalho, que mais estava para aquele bate-papo entre colegas de outrora, que se encontravam nos corredores da *Folha*. Sim, fomos colegas de trabalho de 2001, logo após minha formatura em Jornalismo, e ao longo dos anos 2000, das vezes que estive na redação do veículo.

Mas sobre esse início, Shirley nem imaginava se tornar uma jornalista. Inclusive, seus planos eram outros, tendo iniciado o curso de Economia na recém-fundada Universidade Federal de Roraima (UFRR).

A Mabel Trajano era colunista da *Folha* e morava na frente da casa da minha, aliás, nossos pais moram lá até hoje, tanto a minha mãe mora lá, quanto da família dela. A Mabel era minha amiga de infância e vizinha. Ela trabalhava muito em outras atividades, e eu circulava muito, então ela queria saber das notícias e eu passava para ela. Eu já escrevia, ela só ajeitava. Durante muito tempo foi assim. Eu não trabalhava na *Folha*, mas ia lá com ela e tudo, mas não trabalhava lá. Aí, quando ela quis sair para outro jornal, ela chegou com o Carlos Simões, que era o chefe, e com o seu Galvão, e falou que eu ficaria escrevendo a coluna. Ela tirou o nome dela e eu fiquei escrevendo a coluna. Quando chegou um dia o seu Galvão me chamou e disse que eu ia assumir, colocar meu nome. Eu não queria de jeito nenhum.

Eu cheguei a fazer Economia na Federal (UFRR) porque eu não queria saber de ser jornalista de jeito nenhum. Depooooois que eu fui cursar Comunicação. Eu fui começando devagar, devagar e com a Mabel. Aí entrou a chefe de redação, na época era a Mara Luquet, ela disse para o editor-chefe, que era Carlos Simões, até já é falecido, que o jornal tinha que ter a colunista, não podia ser só escrito o nome de social. E foi assim que eu entrei e estou lá até hoje" (RODRIGUES, 2022).

Então, nos quase seis anos iniciais de circulação da *Folha de Boa Vista*, sete colunistas sociais, sendo seis mulheres, praticaram a categoria classificada por Melo (1994) como jornalismo opinativo e que consiste em diversas textualidades. Ao definir a coluna social na categoria de gênero opinativo, Melo (1994) diz que essa seção emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo, que o próprio ato de selecionar os fatos e personagens a merecerem registro já revela seu caráter opinativo.

QUADRO 7 - Colunistas sociais da *Folha*, nome da coluna com seu início e final

COLUNISTA	EDIÇÃO/INÍCIO	EDIÇÃO/FINAL	NOME COLUNA
Ana Maria da Silva	01 (21/10/1983)	05 (18/11/1983)	Gente em Destaque
Jean Cabeleireiro	06 (25/11/1983)	16 (03/02/1984)	Coluna do Jean
Lionete Madeira	17 (10/2/1984)	74 (15/03/1985)	Lionete e a sociedade; Lionete
Lena Carvalho	75 (22/03/1985)	94 (09/08/1984) ¹⁴	Encontro com a Lena
Lily Tiam-Fook	96 (23/08/1985)	197 (04/06/1986)	Sociedade <i>Lily</i> mitada; Lily Mitada
Mabel Trajano	198 (06/6/1986)	482 (30/10/1988)	Mabel em Sociedade; Mabel
Shirley Rodrigues	492 (16/12/1988) ¹⁵	até a presente data	By Special Shirley; Jornal da Shirley; Social Shirley

Fonte: elaboração própria

¹⁴ Obs.: não tem disponibilizada a edição 95

¹⁵ A Coluna Social não sai assinada. Na Hemeroteca Digital tem disponível apenas a partir da edição 506, de 26/3/1989. No entanto, Shirley Rodrigues já tinha assumido a titularidade da coluna no final de 1988, e antes, Shirley já contribuía com Mabel.

Entre as mulheres que apareceram no expediente estão as fundadoras do jornal, Cosette Espíndola de Castro, como diretora responsável da 1ª a 22ª edição (16/3/1984) e Sandra Regina Tarcitano, nas funções de Redação e redatora-chefe. No período pesquisado, também exerceram o cargo de redatora-chefe, Marinês Rufino do Nascimento, Julita Santiago e Luiza Dutra (jornalista e que estagiou na *Folha do Projeto Rondon. Vive em Roraima*).

Com o projeto de fazer o jornal diário, a coluna "Sociedade Lilly mitada", de 08 de setembro de 1985, anunciava o reforço da equipe com a chegada de cinco jornalistas do Rio de Janeiro, que trabalhavam no *O Globo*, dentre eles, três mulheres: Julita Santiago (redatora-chefe), Mara Luquet e Elisa Andries, que eram repórteres.

Formada pela Universidade Gama Filho, Mara Luquet é fundadora e CEO do canal *MyNews*, considerado pelo *Google* referência mundial em jornalismo no *YouTube*. Depois de Roraima, ela foi colunista de finanças pessoais da *TV Globo* e *CBN*, editora do *Valor Econômico* e criadora do caderno *Folhainvest*, da *Folha de S. Paulo*.

Além dos cargos de redação, outros nomes de mulheres são encontrados em 1984, no expediente da *Folha de Boa Vista*, ocupando cargos de direção, como das irmãs Rosineide M. Barros como diretora-gerente, e Rosicleide M. Barros, diretora técnica; e Maria da Glória C. B. Pinto Cruz atuava na diretoria administrativa e financeira. Rosineide era esposa de Fernando Estrella, e a Maria da Glória, esposa de Cícero Cruz.

Além do pessoal de *O Globo*, a equipe foi reforçada com profissionais da Paraíba, aproximadamente oito pessoas, entre chapista, impressor, diagramador e a redatora Marinês Rufino do Nascimento, nome encontrado no expediente do jornal.

Do jornal da Paraíba, nós trouxemos diagramador, redator, que era a Marinês, trouxemos chapista, impressor. Trouxemos uma equipe completa, porque o Eloy (sócio) falou assim: "Olha, Estrella, a gente hoje vai tomar outro rumo, e então tu não vais ficar fazendo tudo que tu fazes". Então, chegou o pessoal, a gente alugou casa, comprou móveis, rapaz a gente gastou uma grana preta. A gente implantou o primeiro tele... (pausa para recordar o nome), quando as fotos vinham por ... era transmissão de fotografias através de rádio... Era radiofoto. Compramos uma antena de radiofoto junto a *Reuters*, instalamos aqui. Rapaz, foi investimento. Eu falei, pow, Eloy, tu tens dinheiro para isso, né? Não, fica tranquilo! (ESTRELLA, 2022)

Quanto a política de contratação, no caso da *Folha*, Estrella explicou que quem era jornalista, chegava na cidade e pedia emprego, era dada a oportunidade. No entanto, ele relata não tinham jornalistas formados ou com registros aqui, regularizados, eram pouquíssimas pessoas. Então, a saída foi começar a formar essa mão de obra na prática. Todos faziam de tudo um pouco, incluindo fotografar e cobrir Polícia, Política, Cidade. Quem estava disponível na hora do acontecimento, era deslocado para cobrir a pauta. Somente na editoria de Esporte tinham pessoas definidas para cobertura, assim como no JBV.

Por exemplo, nós dirigimos alguns para a área do jornalismo esportivo, começamos explicar como funcionava, como deveria ser. O Plínio orientava esse pessoal na redação como deveria escrever. A Sandra Tarcitano orientava a parte cultural. Eu já orientava a parte de polícia e política. Então, a gente começou a formar essa mão de obra especializada dentro da redação do jornal, uma vez que não existia universidade aqui. Quem quisesse formar em jornalismo aqui, ou ia morar em Manaus ou ia para o Sul e Sudeste. Essa era a tônica da cidade, mas graças a Deus, durante o período que estive à frente da *Folha de Boa Vista*, dentro do regime militar, que governava o país, nós nunca tivemos problema de processo. Nós nunca tivemos um processo junto ao setor judiciário contestando coisas que eram publicadas. Nós sempre mantivemos a coerência em publicar aquilo que tínhamos certeza que era verdade. E essa foi a tônica do funcionamento das redações nos jornais que nós tivemos a frente aqui. (ESTRELLA, 2022)

Quanto a editoria de Esporte ter sido ocupada apenas por homens, tanto no JBV quanto na *Folha*, na avaliação de Sandra Tarcitano, não havia mulheres cobrindo porque era um período sem grandes competições em Roraima, apenas alguns clubes de futebol e pouca coisa a respeito do esporte. Nas demais pautas, todos participavam, visto que não tinham profissionais suficientes.

Eu mesma cobri várias vezes as pautas policiais. Se houvesse interesse e tivesse algum jornalista disponível na hora, o repórter que tivesse disponível na hora, ele iria cobrir. Nós não tínhamos editoriais predefinidas. Não tinha profissional suficiente para ter editoriais predefinidas. Então, com exceção de Esporte e Coluna Social, o restante era feito por todo mundo. (TARCITANO, 2022)

Especificamente sobre a contratação de mulheres, Estrella garante que, pelo menos na época que dirigiu a *Folha*, nunca teve restrição nenhuma com relação a homem ou mulher.

Não. A nossa restrição era que não poderia ser ruim com o que escrevia, tinha que ser uma pessoa que pelo menos soubesse escrever, porque nós não tínhamos universidade aqui. A gente nunca teve nenhum problema

dentro de redação porque era mulher ou homem. Todo mundo lá fazia de tudo. Então essa foi a tônica sobre a mulher, a gente nunca teve na redação nenhuma restrição contra A, B ou C. Até mulher, que se fosse grávida e soubesse trabalhar em máquina, nós colocamos para trabalhar. (ESTRELLA, 2022)

Ainda sobre a política de contratação de mulheres, a resposta de Tarcitano vai ao encontro a de Estrella. Dos jornais pesquisados/mapeados, o *JBV*, incluindo a década de 1950, e de 1973 a 1983, foi o primeiro a trazer nomes de mulheres no expediente em várias funções. Depois, a *Folha* também veio forte com essa pegada e com isso, podemos afirmar que foi o segundo jornal com forte participação feminina. Tarcitano não credita isso ao fato de duas das quatro pessoas que se juntaram para fundar o jornal terem sido mulheres. Ela descartou orientação quanto ao gênero.

A *Folha* foi fundada por mulher, tudo bem, mas não havia necessariamente a indicação de gênero na contratação. A gente contratava as pessoas que se apresentavam e tinham condições de trabalhar. Por exemplo, uma das situações. A gente solicitou, na época, um estagiário de jornalismo para o *campus* da universidade de Santa Maria, que tinha em Boa Vista, através do Projeto Rondon, e recebemos a Luiza. A época a gente não definiu se queria homem ou mulher. A gente só pediu jornalista. E acabou sendo uma pessoa maravilhosa que acabou vindo para trabalhar e acabou ficando em Roraima. E as pessoas que trabalhavam com a gente na *Folha de Boa Vista* eram as pessoas com as quais eu já tinha trabalhado no Jornal Boa Vista e outras pessoas que a gente acaba conhecendo, que tinham interesse em participar, não importando a questão de gênero, se era homem ou mulher. (TARCITANO, 2022)

Com passagens pelas colunas sociais do *JBV* e a *Folha*, Lionete Madeira Cruz (2022) afirmou desconhecer qualquer política de contratação que desse preferência aos homens. Ela lembra que existiam funções nos jornais exercidas apenas pelo sexo masculino, como na parte gráfica, no entanto, não tinha orientação para não contratar mulheres.

Lionete Cruz (2022) explicou que a pouca participação de mulheres nas redações estava mais relacionada ao pouco interesse delas em trabalhar na área do que a qualquer objeção, restrição ou preconceito.

Eu acho que era isso, porque pelo tempo que eu trabalhei, eu nunca vi “ah, você não vai trabalhar porque é mulher” ou então “ah, essa vaga é para homem”. Não, não tinha. Tinha aquele serviço que era mais para homem, porque... porque eu também não sei, mas acho que as mulheres não se apresentavam. Acho que foi mais falta de interesse” (CRUZ, 2022).

No período de atuação, o fato de ser mulher ou em decorrência do exercício profissional, tanto Sandra Tarcitano quanto Lionete Cruz garantem não ter sofrido ou presenciado alguma cena que hoje poderiam classificar como preconceito.

Nunca, todo mundo muito respeitoso, sabe. Eu até converso com o Joel (marido) sobre isso, que eu digo, “Joel eu sempre dei muita sorte na minha vida”, porque eu sou muito, tipo assim, para dar resposta. Se algo me ferir, eu falo logo. Então, eu tive muita sorte que isso não aconteceu comigo. Ninguém nunca me faltou com respeito, em nenhum lugar. Também não presenciei e nem sofri no meu ambiente de trabalho. (CRUZ, 2022)

Apesar de não ter sofrido preconceito no exercício da profissão ou em decorrência dela, a jornalista Tarcitano recordou-se de um assédio, mas não chegou a denunciar. Vale destacar que a desnaturalização da violência contra a mulher é uma conquista recente, mas ainda com resquícios do patriarcalismo¹⁶. Como as perguntas foram enviadas e respondidas por meio de mensagens de voz e texto, via *WhatsApp*, não foi perguntado qual tipo de assédio.

Eu não vi, não sofri e nem vi ninguém tendo algum tipo de assédio por exercer a profissão na época. Eu sofri um assédio, sim, mas foi em um local em que eu prestava assessoria de imprensa, e naquela época era bem complicado denunciar essas coisas. Então eu simplesmente pedi demissão e saí. Não vale a pena dizer onde foi e com quem foi (TARCITANO, 2022).

Nesse ambiente de inserção das mulheres nas redações dos veículos de imprensa no Território Federal de Roraima, de forte dominação masculina, ainda tinha o desafio de fazer jornalismo durante o período da Ditadura Militar. A censura completa da imprensa veio com o que a história chama de golpe dentro do golpe: o AI-5, que fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos, suspendeu os direitos individuais, inclusive o *habeas-corpus* (BRASIL, 2007).

Sobre a censura, no *JBV*, por ser governamental, não havia muita pressão, já que as instruções eram dadas pelo Gabinete do Governador, segundo Sandra Tarcitano (2022). Já na função de editora na *Folha de Boa Vista*, ela chegou a ser chamada à 2ª Seção do Batalhão Especial de Fronteira (BEF), órgão censor no Território. Como prestava serviço ao GTFRR, também sofreu pressão por parte de

¹⁶ PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência (BARRETO, 2004, p. 64)

integrantes do Palácio do Governo, por duas ocasiões, incluindo uma ameaça de morte.

Na *Folha de Boa Vista*, nós publicamos uma charge a respeito do governador em relação a um prefeito numa das cidades de Roraima. Era uma charge em que o governador estava vestido de São Pedro, com a farda pendurada no cabide e expulsando a ovelhinha negra. Ou seja, o desentendimento com um dos prefeitos de uma das cidades em Roraima. Então, com essa charge, eu fui chamada no gabinete, eu ainda prestava assessoria de imprensa no gabinete do Governador, e eu fui chamada ali, e um integrante do governo disse para mim, textualmente: “segura o seu jornal porque não queremos deixar outro Alencar aqui”. Não sei se você sabe, mas o Alencar foi um jornalista assassinado em Roraima. Foi isso que aconteceu. E em outra ocasião, ainda nesse mesmo governo de Vicente Magalhães, não foi ele, mas um integrante do seu governo, também houve o vazamento de uma informação tida como confidencial e a gente acabou publicando. E eles queriam saber se tinha saído de mim essa informação. Não tinha saído. Mas mesmo assim, isso foi logo no final do governo deles, eu passava por interrogatório praticamente diário. Daí acabei tirando férias, me ausentei de Roraima e quando eu voltei eles não estavam mais no governo” (TARCITANO, 2022).

Ao final da 3ª etapa, a do pouso como gesto atencional (KASTRUP, 2009), partimos para 4ª e última etapa, a do reconhecimento atento, fazendo o movimento de análise dos dados encontrados para que possamos fornecer respostas ao problema da pesquisa. E isso foi possível aplicando o procedimento metodológico de analisar a participação da mulher a partir do conceito de micropolítica de Guattari, Rolnik (1996, 2006, 2011); e de Cusicanqui (2018).

Encontrar mulheres atuando fortemente na imprensa a partir da segunda metade de 1970 nos jornais do Território Federal de Roraima, que mesmo sem terem se reunido formalmente para montar um movimento organizado de ocupação das redações, mesmo atuando individualmente, pode-se ser compreendido no que Silvia Cusicanqui classificou como ação micropolítica. “A micropolítica é justamente um movimento permanente para fugir dos mecanismos da política” (2018, p. 142).

Como bem escreveu Cusicanqui (2018), até mesmo a necessidade de resgate da história dessas mulheres, sejam elas jornalistas ou as que tenham exercido outras atividades nos jornais impressos do período, que escreveram seus nomes na história da Imprensa em Roraima, desbravando um campo tradicionalmente ocupado por homens, pode ser entendida numa ação micropolítica.

Para Félix Guattari e Sueli Rolnik (2006), a questão micropolítica está relacionada a maneira como reproduzimos ou não, os modos de subjetivação dominante, ou seja, a nossa produção de subjetividade. E profissionais jornalistas estão no *hall* daqueles que Rolnik (1996) chamou de trabalhadores sociais, dos quais

a profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro, como psicólogos e assistentes sociais. Esses profissionais acabam se colocando numa encruzilhada política e micropolítica fundamental.

Mesmo sem ter editorias definidas, e cobrindo pautas de diferentes áreas, com suas respectivas subjetividades entranhadas, mas procurando relevá-las em detrimento a necessidade de levar a informação mais isenta possível, o trabalho dessas mulheres jornalistas certamente criou mutações da subjetividade nos diferentes níveis micropolíticos da população, pois como disse Guattari (1996), a subjetivação dos indivíduos é responsável por novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas.

4.7 PIONEIRA DAS LETRAS: UM POUCO DA PRIMEIRA MULHER JORNALISTA EM RORAIMA

Conhecida como a autora do romance “*A mulher do Garimpo*”, lançado em 1976, no Território Federal de Roraima, a jornalista e escritora Maria Macaggi, a Nenê Macaggi (24/4/1908 ou 1913¹⁷ - 04/3/2003), nasceu, em Paranaguá, litoral no Paraná. Filha do italiano natural de Gênova, Narcizo Macaggi e da paulista Maria Dias de Paiva Macaggi, educou-se em Curitiba, viveu no Rio de Janeiro e veio para Roraima na década de 1940, onde viveu até sua morte.

No prefácio da 2ª edição do seu livro “*A Mulher do Garimpo*”, Laucides Oliveira (2003) a descreve como “mulher bonita, por isso mesmo sem idade, de rosto oval e pele louçã, alva porcelana emoldurada por cabelos dourados, olhos verdes iluminando seu sorriso”. Sua beleza inteligente e seu talento encantava os intelectuais (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Ainda jovem, trocou sua cidade natal pelos ilimitados horizontes da capital da República, o Rio de Janeiro, para morar com a irmã, a escritora Ada Macaggi Bruno Lobo (1906-1947), conforme nota publicada no *Jornal do Brasil (RJ)*, edição nº 56, do ano 1938, que noticiou um afogamento sofrido por Nenê na praia do Flamengo. A nota também foi repercutida no jornal *O Estado de Florianópolis (SC)*, Edição 7309.

¹⁷ Encontramos dois anos de nascimento diferentes dela: 1908 e 1913, sendo o último ano consta na Carteira de Identidade emitida em Roraima e 1908 na cópia da certidão de nascimento (ALMADA, 2017). Nos apontamentos do Registro Geral nº 65.890, do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado do Paraná, de agosto de 1937, mostra que Nenê era Maria de Paiva Macaggi, de profissão jornalista e nasceu dia 24 de abril de **1908**. O arquivo foi encontrado no Fundo do Instituto de Identificação mantido sob a guarda e conservação do Arquivo Público do Paraná e pode consultado no ANEXO E deste trabalho.

Macaggi escreveu para revistas nacionais da época, dentre elas: *O Malho*, *A Seleta*, *A Carioca*, *Fon-Fon*, *A Noite*. Tirou o registro como jornalista profissional na Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, sob o número 01844, emitido em 17 de agosto de 1940 (DOU, 1998, Seção 1, p. 47). Na consulta ao Sindicato de Jornalistas de Roraima (Sinjoper), criado em 1990, a jornalista não tem registro de sindicalização no estado de Roraima.

Começou a publicar obras na década de 1930, aos 20 anos, estreando sua carreira de literata com seu primeiro livro “*Água parada*”, no ano de 1933 (FON-FON, 1933, edição 29, p. 3). Os próximos livros são “*Contos de Dor e de sangue*”, publicado em 1935, e “*Chica Banana – romance realista*”, em 1938. A relação das obras dela está disponível no site do Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O talento das artes era familiar. No rastreio e toque (KASTRUP, 2009), identificamos que o pai italiano era pintor, tendo decorado com belas pinturas o antigo prédio da Maçonaria e o antigo teto da velha igreja matriz (Catedral) de Paranaguá. Com a irmã Ada, elas escreviam para jornais e revistas, e viviam somente de rendas literárias (VIANA, 1971). Entre os anos de 1936 e 1937, figuravam entre os nomes consultados pelo periódico *O Malho*, do Rio de Janeiro, no plebiscito das mulheres que poderiam ocupar uma cadeira na Academia de Letras. (O MALHO, 1936, 1937).

FIGURA 29 – Foto de Nenê Macaggi, edição 16, 1938/1939, revista Aspectos (RJ)



Fonte: Revista “Aspectos - (RJ) - 1937 a 1943”, disponível na Hemeroteca Digital

No posfácio da 1ª edição do seu primeiro livro em terras macuxi, em 1976, “*A Mulher do Garimpo*”, o radialista e colega de trabalho da Imprensa Oficial, Jaber Xaud, nos dá pistas importantes da carreira de Nenê Macaggi, como a de escrever reportagens e contos trágicos, que eram a sua especialidade, suas viagens pelo Brasil fazendo reportagens sobre obras dos Governos e Prefeituras. Também colaborou no *Diário de Notícias e Jornal do Brasil* (XAUD, 1976).

O radialista segue dizendo que depois de declarada a Segunda Guerra Mundial, no final de 1938, Macaggi conseguiu junto ao Palácio do Catete, cartas de apresentação para entregar a todos os interventores e então começou a chamada “Viagem Maravilhosa” para conhecer o Amazonas.

Foi a Buenos Aires e Mar del Plata, dali entrou no Rio Grande do Sul e foi subindo até o Amazonas, sempre escrevendo sobre as obras do então Estado Novo e publicando seus contos, não mais trágicos e sim sentimentais, nos jornais das capitais e das principais cidades que percorria, ficando hospedada pelos Governos.

Nessa longa e tumultuosa Viagem Maravilhosa teve ocasião de conhecer todo o Brasil e os Territórios (na ocasião Iguaçu, Ponta Porã, Guaporé, Rio Branco e Acre).

(...)

Em 1940 chegou a Manaus e ali recebeu logo dois títulos, tal o entusiasmo que sentia por todas as cousas extraordinárias do belo Estado: *Fã Número 1 do Amazonas* e *Rondon de Saias*, o último por causa de, em suas andanças pelo sertão, haver palmilhado lugares por onde o Grande Rondon passara e que mais tarde foi seu grande amigo no SPI (XAUD, 1976, p. 419, 420)

Reconhecida pelo trabalho desenvolvido, a chegada de Macaggi a Belém do Pará, em abril de 1939, rendeu nota na coluna “O que vae pelo mundo”, do *Jornal do Commercio*¹⁸ (AM), Edição 11.779. De Belém, seguiu para Manaus de navio, em maio de 1939 (JORNAL DO COMMERCIO, edição 11.794).

A viagem ao Norte resultou em matérias, publicadas depois em jornais e revistas, como do Paraná e do Rio de Janeiro. Na visita ao Pará, escreveu sobre a ilha de Marajó, matéria encontrada na edição 5047¹⁹, ano de 1940, de *O Dia* (PR) sobre o “Instituto de patologia Experimental Evandro Chagas”, para a Revista da

¹⁸ Hemeroteca Digital. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=macaggi&hf=memoria.bn.br&pagfis=41903> Acesso em: 03 abr. 2022.

¹⁹ Hemeroteca Digital. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&Pesq=Macaggi&pagfis=40021>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

Semana (RJ), disponível na Edição 17²⁰, de 26 de abril de 1941. Sobre o Amazonas, encontramos a matéria “Departamento das municipalidades do Amazonas”, na *Revista da Semana (RJ)*, edição 20²¹, de 17 de maio de 1941.

Ao comparamos as datas de chegada da jornalista Macaggi às capitais, conforme notas do *Jornal do Commercio (AM)*, e as datas de publicação de matérias, podemos ter uma noção das dificuldades de fazer jornalismo naquele período. Diferente do que ocorre atualmente no jornalismo, que a informação vira notícia quase que instantaneamente, naquele tempo às matérias dos correspondentes ou *freelas* levavam meses para serem publicadas.

Seguindo a 2ª etapa do gesto atencional cartográfico, o toque (KASTRUP, 2009), no prefácio da 2ª edição do seu livro, em 2012, Oliveira (2003, p. 9) afirma que Macaggi era brilhante e corajosa e percorreu o Brasil, quase se apaixonando pelas belezas do Nordeste, mas faltava-lhe, ainda, “conhecer o Norte do país, a Amazônia, o Inferno Verde”. Foi quando, em 1940, desembarcou no Amazonas com toda sua beleza e talento. Como podemos observar anteriormente, o desembarque dela teria ocorrido em maio de 1939.

Quanto ao ano que chegou a Roraima, ainda como município do Amazonas, as referências encontradas narram 1941 (MAGALHÃES, 1997; OLIVEIRA, 2003). Ao escrever sobre datas históricas, Dorval de Magalhães, seu confrade da área de Cultura, cita que foi nesse ano que a “romancista Nenê Macaggi, já conhecida literata, chega à região, onde permanece até hoje” (1997, p. 85).

Quem é mais específico sobre o tempo e espaço nesse território, nos referenciando quanto ao período de 1941, é Laucides Oliveira (2003), ao afirmar ter sido no “fim do ano quase”, que a jornalista-escritora embarca para o Rio Branco:

Para o êxtase da descoberta dos castanhos lavrados e das serranias azuis. E para as suas andanças por malocas e garimpos. Ao longo de mais de três anos. E foi em algum garimpo que ela teve a notícia: Getúlio Vargas criara o Território Federal do Rio Branco.

O ano de 1942 encontrou aquela mulher bonita, decidida e tranquila, percorrendo a Serra do Parima. Ali, ela conheceu o garimpeiro José Soares, um cearense há muitos anos no Rio Branco. E viveu seu sonho de amor. Sonho único, que durou seis anos, até que a morte os separou. A mulher

²⁰ Hemeroteca Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&Pesq=Macaggi&pagfis=3527>. Acesso em: 03 abr. 2022.

²¹ Hemeroteca Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&Pesq=Macaggi&pagfis=3698>. Acesso em: 03 abr. 2022.

bonita não se abateu. Reviveu os momentos venturosos vividos - recordou a viagem ao Rio de Janeiro. De navio, em plena Segunda Grande Guerra Mundial. Ela e José Soares, viajando em vapores diferentes. A alegria do reencontro no Rio. O nascimento de José Augusto, o filho Carioca. E o retorno ao Rio Branco. Ao Cotingo. A doença do amado. A morte, rápida e inexorável. José Soares morreu em 1947 (OLIVEIRA, 2003, p. 9 e 10).

Aplicando a 3ª etapa do gesto atencional cartográfico, o pouso (KASTRUP, 2009), conversamos com a conselheira de Cultura Elena Campos Fioretti, diretora do documentário com 54 minutos *Nenê Macaggi – Roraima Entrelinhas*, proposta vencedora do DOCTV II, em 2004. O vídeo produzido em 2005, tem depoimentos de personagens, muitos falecidos, como Laucides Oliveira, Dorval de Magalhães, o filho José Augusto Soares e o colega de Imprensa Oficial Jaber Xaud.

Uma cópia do documentário foi gentilmente cedida por Fioretti para ajudar na pesquisa. Nele, o filho compartilha detalhes da história da mãe, como os motivos que a trouxeram a Boa Vista do Rio Branco.

A primeira vez que ela veio a Roraima, quando ainda era subordinado ao Estado Amazonas, ela veio a serviço da presidência da República, do presidente Getúlio Vargas. Ela veio fazer uma reportagem sobre o Estado Novo, como se encontrava a Amazônia, a região, o Pará, como estavam recebendo a nova administração, o novo tipo de democracia. Conheceu o Álvaro Maia, governador do Amazonas, fez amizade, e ele perguntou por que ela não dava uma esticada até o Rio Branco, que ele já conhecia, e descreveu as maravilhas da natureza, a simplicidade, a micropopulação e a grande população indígena. (JOSÉ AUGUSTO SOARES, DOCTV, 2005)

Na entrevista, Fioretti (2022) comenta que quando Macaggi chegou em Manaus de navio, ela fez contato com as pessoas, se preparando para vir para cá, e já foi convidada para assumir a função de Delegada dos Índios. A chegada dela em Boa Vista do Rio Branco, ainda pertencente ao Amazonas, também foi um acontecimento para à época.

Segundo relatos também, ela chegou em um batelão, num barco, aqui no porto de cimento (onde hoje está a plataforma da Orla Taumanan). Ela desce de calças compridas. Você imagina, uma mulher muito branca, de olhos bem azuis. Então, já deve ter causado impacto. Segundo relatos, salvo engano de Jaber Xaud, ela causou um frenesi de que mulher era aquela, que chegou sem marido, e por ali ficou e depois foi para o interior. E ela tem uma lacuna, que ninguém relata, mas ela teve um marido, José Soares, que nunca assumiu o sobrenome Soares, e que naquela época não tinha como se casar e não colocar o sobrenome do esposo. (FIORETTI, 2022)

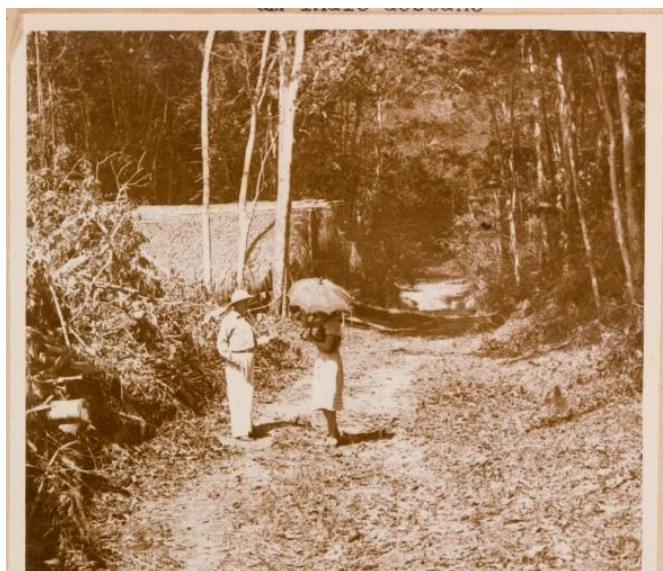
Sobre essa visita, sobre esse primeiro contato com a pacata cidade, que segundo a matéria, tinha menos de 10 mil habitantes e como prefeito Adolfo Brasil, a jornalista relatou na matéria para *Revista da Semana (RJ)*, edição 47, de novembro

de 1941. O encantamento pelo local pode ser percebido pelo título: “A princesa do Alto Rio Branco²²”.

Logo depois do município de Boa Vista do Rio Branco ser transformado em Território Federal do Rio Branco, em 1943, encontramos no arquivo digital do Museu do Índio, um registro fotográfico de Macaggi exercendo o ofício de jornalista. Ela entrevista o encarregado da estrada no ambiente das obras de abertura do acesso de ligação entre Boa Vista e localidade de Mucajaí (ainda não era município), a atual BR-174.

A fotografia “BRMI SPIRel888_423” integra o relatório do exercício de 1944, apresentado pelo chefe da 1ª Inspetoria Regional (IR1), Alberto Pizarro Jacobina, ligada ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A Inspetoria 1 abrangia o Estado do Amazonas e os Territórios do Acre, Guaporé e Rio Branco. Em 1967, depois de diferentes formatos operacionais desde sua criação (1910), o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Com isso, a documentação do SPI ficou custodiada pelo Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

FIGURA 30 – Jornalista Nenê Macaggi entrevistando o chefe da estrada, Granjeiro, no quilometro 29 da estrada em construção entre Boa Vista e Mucajaí



Fonte: Foto retirada do Relatório da IR1-SPI, exercício 1944, disponível no Acervo do Museu do Índio/FUNAI - BRASIL

²² Hemeroteca Digital. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&Pesq=Macaggi&pagfis=5215

Acesso em: 20 out. 2022

Sobre o SPI, várias referências, incluindo o prefácio e o posfácio da sua primeira obra em solo roraimense (*A Mulher do Garimpo*) e das entrevistas do documentário *Nenê Macaggi – Roraima Entrelinhas* - falam que ela chegou a ser nomeada como Delegada Especial do SPI.

Em 1941, desembarcava em Rio Branco, então parte do estado do Amazonas, a escritora paranaense Nenê Macaggi. À época, Nenê era delegada especial do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) do Amazonas, nomeada pelo governador-interventor, o literato Álvaro Maia. O cargo proporcionou-lhe conhecimentos sobre os garimpos e indígenas da região (WANKLER, SOUZA, WANKLER, 2016, p. 37).

Em 1940 iluminou o Amazonas com sua beleza, e o seu talento encantou os intelectuais. Dentre eles, o interventor Álvaro Maia, poeta e escritor. O que lhe valeu a nomeação para delegada especial do Serviço de Proteção do Índio, o SPI, passaporte para o sonho de conhecer o garimpo e os índios. E, sem que ela soubesse, para realizar o seu sonho de amor (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Depois do SPI, a jornalista foi trabalhar no garimpo, onde teria passado alguns anos, e segundo Xaud (1976), ela deixou o garimpo poucos meses antes de encerrar a Segunda Guerra Mundial para seguir destino ao Rio de Janeiro. O ano de encerramento da guerra, 1945, é o mesmo do nascimento do seu único filho.

Então, a partir dessas experiências, que incluem a de viver o amor da sua vida (XAUD, 1976), a de regressar ao Rio de Janeiro e dar à luz a seu único filho biológico, depois retornar ao Rio Branco e saber da morte do marido, em 1947 (OLIVEIRA, 2003), ela passa a atuar na Imprensa Oficial do Território, em junho de 1951.

Mas antes de conseguir emprego no GTFRB, cartografamos, por meio do toque (KASTRUP, 2009), que em 1949, Macaggi estava em Roraima e solicitou à Prefeitura de Boa Vista o direito de possuir dois terrenos. Os editais 173 e 174, de aforamentos de lotes de terras devolutas do Patrimônio Municipal, em nome de Maria Macaggi, dando 15 dias para qualquer reclamação por interessados, foram encontrados Boletim Oficial nº 49, de dezembro de 1949.

A nomeação dela ocorreu no governo de Jerocílio Gueiros, conforme a Portaria nº 2.833, na função de Redator (BOLETIM OFICIAL nº 24, 16 de junho de 1951). A vaga tinha sido criada em 1.º de junho de 1951. Era comum a criação de cargos, visto que o Território Federal precisa fazer contratações para colocar em funcionamento os serviços públicos. Ela foi lotada na Imprensa Oficial

Na 1ª fase do gesto atencional (KASTRUP, 2009), a do toque, identificamos que Macaggi teve apenas o filho biológico, José Augusto Soares, nascido em 03 de março de 1945, no Rio de Janeiro. Como servidora pública do GTRB, e seguindo a

fase do rastreio cartográfico (KASTRUP, 2009), o requerimento do salário-salário em nome do filho foi encontrado no Boletim Oficial, nº 30, de 28 de julho de 1951.

Na entrevista dada ao documentário de Elena Fioretti, o filho José Augusto Soares lembrou que naquele período o Território Federal do Rio Branco só tinha o jornal *Boa Vista*, que rodava uma vez por semana, e o Boletim Oficial. E dessa forma, com a mãe atuando na Imprensa Oficial, e por aqui eles ficaram.

É preciso relembrar que entre 1943 e dezembro de 1947, o único meio de comunicação impresso existente no Território Federal era o *Órgão Oficial*, atual Diário Oficial do Estado de Roraima. A primeira edição foi publicada de 23 de junho de 1944, ano de fundação da Imprensa Oficial, e circulava com 300 exemplares (ÓRGÃO OFICIAL, Edição 21, p. 17, de 10 de novembro de 1945).

Quase cinco anos após ser transformado em Território Federal, o governo resolveu lançar seu próprio jornal, o *Boa Vista*, homenageando a capital do Território. Foi o primeiro periódico circulando no Território. Embora não tenhamos encontrado nenhum exemplar do jornal governamental dos seus primeiros seis anos, a primeira edição circulou em janeiro de 1948.

Seguindo as etapas do rastreio e do toque, propostas por Kastrup (2009), conseguimos localizar do jornal *Boa Vista* apenas edições do ano de 1954, na Hemeroteca Digital. Esse também foi o primeiro periódico que encontramos nome de mulher no expediente antes de 1970. Nesse ano, em quase todas as edições (de 243 a 275) a jornalista e escritora Maria Macaggi aparece exercendo a função “Redator”. É exatamente assim a nomenclatura do cargo encontrada, descrita no masculino. Esse gênero gramatical no masculino é classificado por Guilherme Mäder (2015) de sexismo gramatical.

Na edição 277, de 28/11/1954, do jornal *Boa Vista*, não aparece mais o cargo de redator. Macaggi deixa o cargo de redatora da Imprensa Oficial para ficar à disposição da Comissão de Abastecimento e Preço (Coap) do Território, conforme Atos de Governo, publicado na página 2 dessa edição. A jornalista Jaci Cruz Soares (1998) fala que com regularidade, o jornal circulou até 1954, e esporadicamente até sua extinção, entre os anos de 1957/1958, e teria ressurgido em 1962/1963 com o título *Boa Vista*.

Depois de anos sem circular, o governador Hélio da Costa Campos resolveu investir em uma impressora *offset* e outros equipamentos necessários à produção gráfica, e colocou em circulação o jornal chapa branca, agora com o nome *Jornal Boa*

Vista. A primeira edição circulou dia 15 de setembro de 1973, com 10 páginas, e tinha como diretor responsável Gentil Rocha Lima e redator-chefe, Laucides Oliveira.

O primeiro nome de mulher depois desse retorno apareceu na edição nº 3, e novamente ela, Maria Macaggi estava entre os redatores do jornal. Na edição 4ª, além de Macaggi, aparece na função de Composição de Texto, o nome de Valderleide Baraúna, juntamente com Raimundo Nonato de Lima. Pela primeira vez na nossa pesquisa, encontramos mais de um nome de mulher no expediente.

O segundo periódico analisado, e que encontramos o nome de Macaggi como colaboradora, foi *O Átomo*, fundado em março de 1951. Nas edições consultadas de 1952 a 1956, do acervo da Biblioteca Pública, não encontramos nomes de mulheres no expediente para nenhuma das funções de direção. No campo jornalístico, apesar dos avanços alcançados profissionalmente pelas mulheres, os homens ainda são maioria à frente dos jornais (GIKOVATE, 1989).

Nas páginas de *O Átomo*, o único nome de mulher encontrado com a publicação de crônicas ou artigos foi dela, a Nenê Macaggi, como na edição 84, de 15 de novembro de 1952, com a crônica “*Eu condeno o futebol*”; na edição 154, de 10 de abril de 1954, falando especialmente para o referido jornal sobre “*Cousas interessantes sobre a vida e a morte de Tiradentes*”; e o “*Invocação à dor*”, publicado na edição 171, de 14 de agosto de 1954.

Reconhecida em Roraima como uma grande escritora, poucos sabem de sua trajetória como jornalista. Isso é embasado no que Ramos (2010) fala de que somente as mulheres corajosas iam em frente no jornalismo, que não se abalavam com os percalços, conquistavam público, conquistavam amizades, balançavam estruturas. Avançavam a passos mais do que lentos, mas necessários.

A fala de Ramos (2010) vai ao encontro do que nos relatou na entrevista, a conselheira de Cultura Elena Campo Fioretti (2022) sobre Macaggi estar sempre à frente do seu tempo por tudo que fez em vida.

Esteve muito à frente, pelas coisas que ela fazia, da forma como ela agiu, e inclusive, que se de fato, ela viveu um romance e engravidou do Zé, ela tomou todo um cuidado para não se macular, para não macular o filho. Então, ela conseguiu driblar toda essa coisa em uma sociedade extremamente pequena, muito fechada, muito preconceituosa, muito machista. Outra coisa interessante, é que ela tinha o número de amigos maior do que as amigas, porque com certeza, ela sabia que ia sofrer muito mais discriminação, ou já sofria, e as próprias mulheres não se aproximavam dela. Então, ela tinha uma rede de amigos muito maior do que a formada por amigas. Isso já mostrava a mulher à frente do seu tempo e não utilizou isso como barreira. (FIORETTI, 2022)

Como redatora da Imprensa Oficial e do jornal *Boa Vista*, a jornalista também aparece nas páginas de *O Átomo* protagonizando um imbróglio entre o leitor do semanário Floriano Alves da Silva, o Sargento Floriano, em 1955. Ele fez críticas à Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), na qual a jornalista estava lotada e chegou a chamá-la de “catedrático de português” (Ed. 203, “Mensagem ao Sargento”). A situação chegou ao ponto de o diretor J.E. Guimarães fazer uma nota de capa (Ed. 205) pedindo aos dois confrades que não brigassem.

Na vida pessoa, e seguindo a etapa do toque (KASTRUP, 2009), ou seja, do mapeamento dos Boletins Oficiais de 1944 a 1960, encontramos, além do filho biológico, José Augusto Soares, outros três pedidos de pagamentos do salário-família para três menores sob sua responsabilidade: Georgina de Almeida (BOLETIM OFICIAL nº 39, 1953), Mainavo de Almeida (BOLETIM OFICIAL, 16.01.1960) e João Vieira (BOLETIM OFICIAL, de 26/11 a 2.12.1960).

Na etapa cartográfica do toque (KASTRUP, 2009), nas obras acessadas dela, como a primeira edição de *A Mulher do Garimpo (o romance do extremo sertão Norte do Amazonas)*, *Exaltação ao Verde – Terra Água e pesca (o romance do Baixo-Rio Branco)* e *Dadá Gemada Doçura Amargura (o romance do fazendeiro roraimense)*, a jornalista dedica aos seus filhos José Augusto e Vavá. Já na reedição de *A Mulher do Garimpo*, só tem o nome do filho.

Os pedidos de salário-família ratificam o relato de Fioretti (2022) sobre as várias pessoas trazidas pela própria escritora para o seu convívio, como meninos e meninas indígenas, e segundo Fioretti, todos ela chamava de filho. Mas a conselheira desconhecia a existência de alguma adoção oficial.

Então, o Zé Augusto era mais um filho ou era um filho diluído entre tantos outros filhos (...).

Oficialmente não, mas ela tinha indígenas, meninos e meninas, que viviam e conviviam com ela na casa dela, que ela dava oportunidade de estudo e etc. Quando o José Augusto chega a uma certa idade, ela tira o José Augusto de cena, manda ele para estudar fora. No meu entendimento, era toda uma proteção de mulher solteira. Porque quando ela volta, isso é relato do filho dela, quando ela subindo a Água Fria, que pergunta sobre o Zé (pai), aí os homens a cavalo que ela encontrou, perguntam: a senhora não está sabendo? O Zé Soares faleceu há uns dias, ele morreu de malária. Mesmo assim ela não voltou, ela continuou a viagem. E aí ficou na grota onde ele estava, região de Uiramutã, por ali. (FIORETTI, 2022)

Além do filho biológico, na busca por informações do sobrenome Macaggi em Roraima, e aplicando a etapa do rastreio (KASTRUP, 2009) por meio das pesquisas

bibliográfica e a documental, identificamos uma irmã de Nenê. Trata-se da professora de piano Carmem Eugênia Macaggi, que em 1950, desenvolveu suas atividades de ensino musical para crianças na Escola de Aplicação do Curso Normal Regional Monteiro Lobato, que funcionava no que é hoje a Escola Oswaldo Cruz (OLIVEIRA, 2020).

Carmem Eugênia também atuou no Jardim de Infância Princesa Isabel, que segundo Laucides Oliveira (2009), local que tinha um piano para as aulas dos estudantes, e a professora foi muito bem recebida pela sociedade.

Ainda sobre a irmã Carmem, encontramos a referência de contratação dela apenas no Boletim Oficial de abril de 1958, no termo de contrato assinado com o Governo do Territorial Federal do Rio Branco, para desempenhar a função de auxiliar do ensino artístico. Os serviços contratados, até dezembro de 1958, eram de preparação de material didático para uso dos professores, de fazer demonstração práticas durante as aulas, de “reger o acompanhar exercícios” (sic) nos cursos de artes plásticas e o de executar outras tarefas correlatas.

A neta mais velha de Nenê, Natália Luisa Campos Soares (2023), filha de José Augusto Soares, confirmou que dos irmãos da avó, apenas Carmem Eugênia morou em Roraima. Atualmente são cinco netos (Natália, José Macaggi Soares Neto, Raul Macaggi Soares, Aramis Macaggi Soares e Indira Rodrigues) e três bisnetos (Rhavilla Giovanna Campos Florintino, filha de Natália; e o casal Eduardo Jhonne Rodrigues de Oliveira e Sofia Rodrigues de Oliveira, filhos de Indira).

Muito conhecida como escritora, revisora e redatora da Imprensa Oficial em Roraima, local que se aposentou, e como membro da Academia Roraimense de Letras, a Macaggi não teve destaque como a primeira mulher jornalista a atuar em Roraima. Apesar de ter colaborado com jornais locais, sendo o principal o *Jornal Boa Vista*, nas duas fases de circulação, a última de 1973 a 1983, essa (in)visibilidade corrobora o que diz Cusicanqui (2018), sobre a existência de um apagamento da história quando o assunto envolve diretamente mulheres, jovens, crianças e indígenas.

No processo de rastreio (KASTRUP, 2009) de alguns periódicos locais, encontramos a ratificação sobre o pioneirismo dessa mulher paranaense na área de comunicação em terras macuxi. Uma delas na edição 602, da *Folha de Boa Vista*, de maio de 1991. "A primeira mulher jornalista de Roraima é também a escritora de maior

projeção, com sete livros lançados a partir da década de 30, representa a lenda viva da cultura literária de Roraima".

Muito antes de ter imprensa escrita no recém criado Território Federal do Rio Branco, encontramos uma referência de Macaggi exercendo a atividade jornalística, uma delas com uma fonte iconográfica raríssima do Acervo Museu do Índio (Figura 31) no período pesquisado, quando ela se encontrava embrenhada no meio do picadão que estavam abrindo, a atual BR-174, no trecho entre Boa Vista e Mucajaí, entrevistando um homem.

Então, para essa atuação da jornalista paranaense, que escolheu a pequenina cidade do extremo Norte, aplicamos a 4ª etapa do gesto atencional, a do reconhecimento atento do que encontramos. Depois do rastreio, do toque e do pouso (KASTRUP, 2009), podemos afirmar que encontrar o registro da primeira mulher jornalista, a atuar e ocupar cargos tradicionalmente preenchidos por homens, representa uma transformação do espaço social onde ela viveu, e também fazer justiça a esse pioneirismo.

Sem dúvidas, essa inserção mostrou para outras mulheres que elas poderiam assumir qualquer protagonismo, no que Cusicanqui (2018) chamou ação micropolítica, ou seja, "uma iniciativa intelectual e comunicativa, que pôde incitar a emergência de novas subjetividades, novas concepções do mundo e epistemes" (CUSICANQUI, 2018, p. 136,137).

A socióloga destaca que a necessidade de resgate da história e a existência organizada de comunidades/movimentos, se configuravam numa ação micropolítica. Por outro lado, o apagamento daqueles que nunca aparecem na história, como mulheres, negros, indígenas, e a valorização apenas das vozes dominantes, Cusicanqui (2018) chama de macropolítica e que a micropolítica é justamente um movimento permanente para fugir dos mecanismos da política.

QUADRO 8 - Cronologia dos fatos marcantes na biografia de Maria Macaggi

ANO	FATO
1908 - 1913	Nascimento dia 24 de abril, em Paranaguá, no Paraná
1933	Estreia a carreira de literata com seu primeiro livro " <i>Água parada</i> " (Fonte: Revista FON FON, 1933, edição 29, p. 3)
1935	Publicação do livro " <i>Contos de Dor e de sangue</i> " (Fonte: Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense, da Universidade Estadual de Maringá).
1938	Livro " <i>Chica Banana – romance realista</i> " é publicado (Fonte: Site do Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense, da Universidade Estadual de Maringá).

1938	Afogamento sofrido na praia do Flamengo (Fonte: Jornal do Brasil (RJ), edição nº 56, do ano 1938)
1939	Viagem pelo Norte – passou por Belém e em maio de 1939 seguiu para Manaus de navio. (Fonte: Jornal do Commercio (AM), edição 11.794)
1940	Emissão do registro profissional como jornalista pela Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, sob o número 01844, emitido em 17 de agosto de 1940 (DOU, 1998, Seção 1, p. 47)
1941	Viagem ao município de Boa Vista do Rio Branco
1941	Delegada SPI (Fontes: Wankler, 2016; Oliveira, 2003)
1942	Conheceu José Soares Bezerra (Fonte: Oliveira, 2003)
1945	Nasceu José Augusto Soares, o filho, dia 03 de março (Registro de Identidade)
1947	José Soares Bezerra morreu (Fonte: Oliveira, 2003)
1949	Pedidos pela escritora de aforamentos de lotes de terras devolutas do Patrimônio Municipal de Boa Vista do Rio Branco (Fonte: Editais 173 e 174, publicados no Boletim Oficial nº 49, de 10 de dezembro de 1949)
1951	Portaria nº 2.833, de nomeação para o cargo público, como Redatora e atuou na Imprensa Oficial no governo de Jerocílio Gueiros (Fonte: Boletim Oficial, nº 24, 16 de junho de 1951).
1952 a 1956	Escreveu artigos e crônicas para <i>O Átomo</i> (Fonte: edições do jornal disponíveis no Palácio da Cultura)
1954	Redatora do jornal governamental Boa Vista (Fonte: edições do jornal disponíveis Hemeroteca Digital), podendo ter sido antes, visto não ter jornais anteriores disponíveis para consulta
1960	Estágio ao Departamento de Imprensa Nacional por 120 dias (Fonte: Portaria nº 57, de 05 de maio de 1960, no Boletim Oficial nº 17, 1960).
1973	Retorno do <i>Jornal Boa Vista</i> , do Governo do Território Federal de Roraima. Colaborou como redatora e revisora do jornal até quase o seu fechamento (1983)
1976	Publicação do primeiro livro em Roraima: <i>A Mulher do Garimpo</i>
1983	Aprovação da concessão de aposentadoria pelo Ministro Luiz Octavio Gallotti, dia 10 de novembro de 1983 (Fonte: Ata de Sessão Plenária - nº 82, de 10 de novembro de 1983, do TCU, p. 24)
2003	Faleceu dia 04 de março de 2003, durante o Carnaval

Fonte: elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quase dois anos de pesquisa sobre as territorialidades do feminino nos jornais impressos de Roraima, utilizamos da cartografia como procedimento metodológico para identificar qual a participação das mulheres na produção dos periódicos ao longo de 45 anos como Território Federal, quais editorias ocupadas, a política de contratação delas e identificar quem foi a primeira mulher nessa territorialidade amazônica²³. A inexistência de informações sobre Nenê Macaggi como jornalista, ajudou a constatar que existia uma invisibilidade das mulheres que enveredavam pela área jornalística nesses primórdios.

Durante o trabalho, se fez o mapeamento em quatro jornais impressos que circularam nos Territórios do Rio Branco e de Roraima, abordando o jornalismo feminino e de que forma esse trabalho foi invisibilizado nas redações e fazendo uma contextualização histórica da mídia impressa local. Entende-se esse resgate histórico como imprescindível para o saber jornalístico da época, além de contribuir para os estudos da mídia e os processos comunicacionais envolvendo a mulher no âmbito da imprensa em Roraima.

É importante comentar, também, que muitas vezes durante a escrita do trabalho, utilizo a primeira pessoa para destacar as marcas da subjetividade nesse caminhar, assim como os mapas que construí na dissertação estão intimamente conectados com as minhas experiências de cartógrafa iniciante nesse completo mundo acadêmico.

Sobre a escolha dos jornais, o pioneiro na inserção da mulher na produção de jornal impresso e com nome no expediente foi o jornal governamental Boa Vista, tanto na primeira fase de análise, década de 1950, como na segunda, de 1973 a 1983. A jornalista e escritora Maria Macaggi, a Nenê, começou a contribuir em 1951, quando foi contratada pelo Governo do Território e lotada na Imprensa Oficial. No entanto, só encontramos edições de 1954, e em quase todas, o nome dela aparece na função “Redator”, o único nome de mulher.

Na segunda fase de análise do jornal governamental, além de Macaggi, encontramos pela primeira vez mais de uma mulher no expediente, e no início dos

²³ Nesses 45 anos na condição de Território Federal (1943-1988), 20 jornais teriam passado pelo Rio Branco e Roraima, e a maioria deles não tinha mulheres nas redações.

anos 1980, uma mulher ocupa o cargo de diretora-responsável e editora-chefe. Foi a jornalista profissional Sandra Regina Tarcitano, no *Jornal Boa Vista*; ela foi uma das fundadoras da *Folha de Boa Vista*, periódico que também se destacou na inserção feminina tanto nas funções de direção como na relevação de nomes, como de Shirley Rodrigues, que há mais de três décadas continua fazendo o colunismo social do jornal.

No expediente da *Folha* elas aparecem tanto como diretoras responsáveis, diretoras administrativa-financeira e diretoras técnicas quanto redatoras-chefes. E com o nome estampado na primeira página. Nas páginas do jornal, elas surgem assinando colunas sociais, matérias especiais, artigos e crônicas. Desde a proposta de criação da *Folha*, a participação das mulheres foi percebida com maior frequência, a começar que duas das quatro mentes idealizadoras eram do sexo feminino.

O mapa movente da pesquisa, também, relevou uma mulher atuando em um setor da imprensa, que foi pioneiro na fotocomposição eletrônica de textos no Território Federal, isso na década de 1970. Nesse mesmo período e setor, identificamos outra mulher, Valderleide Baraúna, na qual a família, consultada para essa pesquisa, desconhecia ela ter trabalhado no referido jornal. Na realidade, a descoberta dessa passagem dela, mais de 45 anos depois de ter ocorrido, foi uma surpresa para toda família, incluindo a mãe dela.

Para dar conta dessa complexidade e do desafio de encontrar respostas para tantas questões, usamos as quatro etapas do gesto atencional cartográfico (KASTRUP, 2009), a última aplicando como procedimento metodológico, a entrevista com manejo cartográfico. Como detalhado no capítulo um, conversamos com mais de duas dezenas de pessoas no decorrer da pesquisa, mas selecionamos 16 para entrevistar, sendo 10 em profundidade e outras seis para complementar informações.

Descobrimos que as mulheres escreviam sobre quase todas as áreas. À exceção estava em esportes, que tanto *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *Jornal Boa Vista* tinham uma pessoa exclusiva do sexo masculino responsável pela cobertura. Em *O Átomo* havia notícias de esporte, mas não conseguimos identificar, seja por meio de entrevistas ou do mapeamento, se tinha ou não uma pessoa exclusiva, como nos demais.

As coberturas das demais editorias eram feitas por quem estivesse disponível na redação no momento da pauta, uma espécie de profissional generalista, que falava sobre tudo. Inclusive, na *Folha*, uma das chefias do jornal teria até ensinado aos

repórteres sobre detalhes da fotografia, como enquadramento, luz e melhor ângulo. A intenção era garantir um bom registro fotográfico.

Nosso primeiro dado no trajeto da pesquisa foi que *A Gazeta de Roraima*, que iniciou como *Gazeta Feminina*, em dezembro de 1981, mas devido ao machismo da época, teve de mudar de nome, não teve repórteres mulheres até o ano de 1990. O dono do jornal e editor, que tinha experiência de jornal diário, produzia, praticamente sozinho, o mensário e depois semanário. Teve a colaboração de outras pessoas, mas apenas do sexo masculino até 1990.

A masculinização da redação de *A Gazeta de Roraima* terminou em 1991, quando o periódico passou a contar com jornalistas do sexo feminino na equipe. Inclusive, nesse ano, uma mulher, Kátia Brasil, conseguiu o primeiro e único prêmio Esso Regional de Jornalismo para o Estado de Roraima. *A Gazeta de Roraima* levou a premiação com a reportagem da jornalista Kátia Brasil, hoje no site Amazônia Real. A cobertura relatava conflitos gerados pelas atividades do garimpo, problema que persiste no momento atual.

Com a falta de dados já disponíveis sobre a presença feminina no jornalismo foi necessário cartografar a política de contratação das mulheres, que foi mais perceptível a partir da segunda metade da década de 1970. A unanimidade das respostas nas entrevistas indica que, apesar da pouca participação, não tinha restrição em relação ao gênero feminino.

Nos chamou a atenção o fato de, apesar de ter menos mulheres no ambiente das redações, majoritariamente compostas por homens, apenas um caso de assédio sofrido foi identificado, mas não chegou a ser denunciado. De acordo com Noelle-Neuman (1995) e Pena (2018), esse não reconhecimento da estrutura patriarcal, e que nos afeta até hoje, ocorre porque o machismo está estruturalmente entranhado na formação da sociedade.

Ao analisar as entrevistas orais dos profissionais trabalhadores daquele período causou espanto o fato de as mulheres jornalistas não perceberem que o simples fato de serem mulheres em um território federal e em um período de ditadura, já lhes impõe obstáculos à realização do seu trabalho.

Sobre quem foi a primeira jornalista mulher atuando ainda no Território Federal do Rio Branco, o mapa movente dessa investigação revelou um nome que em Roraima é muito ligado à cultura. Confesso que para mim foi surpresa, visto que Maria Macaggi, a Nenê, é mais conhecida como escritora, revisora e redatora da Imprensa

Oficial em Roraima, local que se aposentou, e posteriormente como membro da Academia Roraimense de Letras.

Confirmar esse vanguardismo como primeira jornalista de Roraima foi tarefa árdua, pois foram muitas entrevistas tanto na fase do rastreio da pesquisa, tanto no início das investigações como agora na reta final, com profissionais da imprensa e outros personagens, em busca de confirmar ou não essa informação.

O registro iconográfico raríssimo dela, encontrado no acervo do Museu do Índio, em 1944, da 1ª Inspetoria do SPI, confirma a atuação como jornalista no recém-criado Território Federal. Isso, quatro anos antes de ter imprensa escrita nessa territorialidade. No currículo dela encontrado no Conselho Estadual de Cultural de Roraima (ANEXO C), supostamente autoral, aponta a atuação dela na "redação e jornalismo do SPI", e como "delegada dos Índios do Nordeste Roraima".

Além do problema de escassez de material escrito, as fontes orais que compartilharam desse momento com Nenê Macaggi já não estão mais conosco. Isso dificultou bastante o rastreio. A confirmação veio por meio da aplicação da cartografia como procedimento metodológico, utilizando o mapeamento de jornais e dos Boletins Oficiais, que entre 1944 e dezembro de 1947, eram o único meio de comunicação existente no novíssimo Território Federal do Rio Branco. Fomos para dentro do arquivo central do governo, no bairro São Pedro, e mapeamos o diário de 1944 a 1960. Encontramos muitas pistas sobre a história de Macaggi.

O rastreio cartográfico também permitiu encontrarmos uma fonte oral, Murilo Bezerra, 87 anos (aplicando a fase do pouso) para compor esse mapa movente da pesquisa. A fonte trabalhou com a jornalista-escritora na Imprensa Oficial e confirmou que Macaggi, além do *Jornal Boa Vista*, escrevia artigos e crônicas para outros jornais, como *O Átomo*, *Tribuna do Norte*.

Mas a atuação dela como jornalista veio bem antes da Imprensa Oficial e de ser revisora e redatora governamental. Encontramos matérias assinadas por ela das várias viagens que fez pelo Brasil em revistas e jornais do eixo sul-sudeste do país. E em jornais de Rondônia, Acre, Manaus e Pará da chamada por Jaber Xaud de "Viagem Maravilhosa" que fez ao Norte, a partir de 1939, têm notas sobre essas passagens, assim como crônicas.

Então, a atuação de jornalistas mulheres na imprensa escrita dos Territórios Federais do Rio Branco (1943-1962) e de Roraima (1962-1988), que Rolnik (2011) classificou como de trabalhadores sociais por se interessarem pelo discurso do outro,

se enquadra numa ação micropolítica (CUSICAMQUI, 1998), de ação comunicativa que pode estimular novas concepções de mundos e subjetividades.

A inserção e conquista de espaço, além de ação micropolítica, de resistência, de criação de subjetividade e criação de novas formas de enxergar o mundo, também representa uma transformação do espaço social onde elas vivem. Serviram de exemplos para outras mulheres de que, elas também, poderiam atuar onde e como quisessem, assumindo o protagonismo das suas carreiras.

E é nesse contexto de mulheres ocupando espaço nas redações dos impressos que as jornalistas mulheres, que viveram entre a resistência-negociação com as macroestruturas do Poder, mesmo sem perceber, e enfrentando normas rígidas de uma sociedade cravada na fronteira do extremo norte da Amazônia, utilizaram as ações micropolíticas nesse território para o processo de conquista, de inserção.

Entende-se que ao final do trabalho se alcançou o objetivo de analisar as diferentes territorialidades da Imprensa sobre a presença feminina nos jornais impressos dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima, através do exercício de montar as paisagens psicossociais dessas territorialidades nos seguintes agenciamentos: a) Século XX: as conquistas das mulheres no território Brasil; b) Territorialidades e especificidades da mulher; c) Contextualizando o jornalismo feminino; d) O jornalismo nos territórios do Rio Branco e de Roraima; e) Pseudônimo: uma estratégia para não silenciar. Esses movimentos desenvolvidos em detalhes no capítulo 3, permitiu chegar à conclusão de que a mulher jornalista e o território são parte de uma relação ambivalente, influenciando de forma direta as territorialidades, pois o território é um acontecimento que resiste por um tempo e um espaço já as territorialidades se referem ao sistema de valores que sustentam esses processos.

Respondendo ao problema da pesquisa, entende-se que falar de território sempre estará ligado à noção de poder e que a territorialidade vai além do espaço físico, e que a atuação das mulheres jornalistas do território de Roraima, mesmo com o silenciamento identificado e a (in)visibilidade, ajudou a melhorar a qualidade de vida do território onde viviam.

A territorialidade das mulheres jornalistas foi observada nas histórias ouvidas sobre o trabalho no território e estava implícita em uma camada de cuidado, resistência e comunidade que envolveu a construção desse trabalho no território. Portanto, a territorialidade feminina se efetivou nas marcas e nas mudanças deixadas pelas mulheres jornalistas no território de Roraima, durante o período estudado,

unindo a identidade delas enquanto mulheres ao território em uma relação de resistência e comunidade fortalecendo a luta diária da mulher contra o sistema vigente, fazendo com que outras mulheres jornalistas, assim como eu, que vieram gerações depois, também entendessem que podem modificar esse lugar.

Observar a territorialidade das jornalistas do Território federal de Roraima foi enxergar os vários pontos da presença de uma mulher que prospera e resiste, às vezes passando por desafios, mas jamais desistindo.

O contato com os entrevistados e a licença que cada um concedeu em mergulhar em sua história, transformou-se em um momento de aprendizagem e construção na qualidade de pesquisadora, o que acredito ter sido fundamental para este processo.

Como pesquisadora-iniciante, o ato de pesquisar e escrever sobre o processo de ocupação das redações pelo gênero feminino nos jornais impressos também foi uma ação micropolítica por resgatar e dar voz a quem, até então, encontrava-se na invisibilidade da história da imprensa roraimense. A atuação dessas jornalistas foi essencial para a efetivação do jornalismo enquanto uma prática de transformação social.

Por fim, acreditamos que a força do resultado dessa pesquisa para novos questionamentos e entendimentos a respeito da pesquisa em temas como memória do jornalismo, e jornalismo feito por mulheres, ficando uma contribuição à academia e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A.A.; ROCHA, D. **Elas ocuparam as redações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

AGUIAR, Lisiane. *descolonizaREterritorializar* as metodologias: micropolíticas críticas e problematização da experiência na investigação com comunicadores indígenas. In: WOLTTRICH, Laura; ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

AGUIAR, L. M. **Processualidades da Cartografia nos usos teórico metodológicos de pesquisas em comunicação social**. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011

ALMEIDA, Jaqueline "A 'favor' das mulheres, mas nunca 'contra' os homens": as trajetórias de Elza Marzullo e Helena Ferraz de Abreu. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015

ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004

_____, Hanna. **A vida do Espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002

A.S. JUNIOR, Tércio. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnostico científico e tecnológico para o desenvolvimento**. Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima. Boa Vista, 1993

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer Lisboa**: Artes Médicas, 1990.

A CRPITICABARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o feminismo**: uma retrospectiva histórica. Revista Ártemis, v. 1, p. 64-73, dez 2004

BARBOSA, Reinaldo Imbrosio. **Ocupação Humana em Roraima**. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1993

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o Feminismo**: Uma Retrospectiva Histórica. Revista Ártemis, N. 1, 2004.

BONIN, J. **A dimensão metodológica na orientação de pesquisas na Comunicação**. In: MALDONADO, A. E.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; BIANCHI, G. Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

BOBBIO, Norberto. **1909- Dicionário de política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino- Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998

BRASIL, Amazonas. **Roraima: ligeiras anotações sobre a história política e econômica a partir do século XVII e algumas informações geográficas**. Boa Vista, Roraima, 2010

_____. **Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e a Verdade**. Brasília : Secretaria Especial Dos Direitos Humanos, 2007. 400p.

BRASÍLIA. **Diário da Justiça**. Seção 2, Publicado em 25 de janeiro de 2000.

_____. **Diário Oficial da União**. Publicado em 19 de fevereiro 1998, Seção 1, Ministério do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Imprensa Feminina**. Editora Ática, 2ª edição, 2006.

CÂNDIDO, Francisco. Rádio Roraima – 50 ANOS NO AR (04/01/1957 – 04/04/2007). Disponível em: <http://franciscocandido.blogspot.com/search/label/R%C3%81DIO%20RORAIMA%20%2050%20%20ANOS%20NO%20AR>. Acessado em: 21 mar 2023.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província: a Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851-1889)**. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

CARNEIRO, José Maria Gomes. **Imprensa Oficial: a necessidade de notícias - um sentido social**. Centro de Comunicação, Educação, Letras e Secretariado. Departamento de Comunicação Social/UFRR. Boa Vista: 1998

CASADEI, Eliza Bachega. **A Inserção das Mulheres no Jornalismo e a Imprensa Alternativa: Primeiras Experiências do Final do Século XIX**. ALTERJOR, São Paulo. Ed: 3, ano II, jan. -jun. 2011, p. 8.

CASTILHO, Marcio de Souza . **O Prêmio Esso na constituição da identidade profissional do jornalista**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação , v. 1, p. 1-13, 2008.

CERINO, P. J. . **Elite e Poder: Geopolítica de Roraima** (período de 1943 a 1994). 1. ed. Curitiba: CRV, 2016. v. 1. 236 p.

CHAGAS, Mario. **Nair de Teffé: uma mulher entre a arte e a política**. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016, p. 59-65

COCA, A. P.; ROSÁRIO, N. M. (2018). **A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação**. Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS, v.19, n. 41, pp. 34-48), set-dez, 2018.

CORREIA, Cyneida Menezes. **Jornalismo e memória a construção da política nos jornais de Roraima (1907-1988)** / Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, 2021. 129 f. : il.

CRUZ, Jacy Souza. **Jornais impressos de Roraima – 1907 – 1997**. Centro de Comunicação, Educação, Letras e Secretariado. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 1998

CRUZ, H. & PEIXOTO, M. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa** in: Projeto História, São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez. 2007

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Un mundo ch'ixi es posible**. Ensayos desde un presente encrisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DERCA. Departamento de Registro Acadêmico. **Primeira turma de jornalismo**. UFRR, 2022

DRUMONTT, Mary Pimentel. **Elementos Para Uma Análise do Machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FISCHLOWITZ, Stanislaw. **A política social em face da natalidade**. Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, ano V, vol. I, n. 2, fevereiro de 1942, p. 40

FIORETTI, Elena C. Nenê Macaggi - **Roraima entrelinhas**. Brasil. Doc. (s.l.)(s.d.), (55 min) TV. DVD, 2005

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila, UEC. Fortaleza: 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Edição revisada e ampliada. Boa Vista, DLM, 2001. 160p.

_____. **Figuras da nossa história** – volume 8. Nenê Macaggi, uma reconhecida escritora de Roraima. Boa Vista, DLM, 2004. 80p.

FREITAS, Marilena. **Vozes da memória na Rádio Roraima: da fundação ao processo de transição política do Estado (1957-1991)**. 2023. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2023.

GIKOVATE, Flávio. Homem: **O Sexo Frágil**. MG Editores Associados, 1989.

GONZAGA, Gustavo; ALFENAS, Flávia; CAVALCANTI, Francisco (autores). **Mercado de Trabalho na Amazônia Legal**: uma análise comparativa com o resto do Brasil. Projeto Amazônia 2030 < <https://amazonia2030.org.br/>>. Financiamento instituto Clima e Sociedade (iCS). Novembro de 2020, p.76

GONÇALVES, E. C. . **Vozes femininas silenciadas**: o jornalismo literário de Svetlana Aleksievitch como resistência à espiral do silêncio produzida pelo patriarcado. PAUTA GERAL - ESTUDOS EM JORNALISMO, v. 6, p. 3-19, 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2006

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 2018.

HARDING, Sandra. **A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista**. In: Revista de Estudos Feministas. Vol.1, No.1, 1993, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ. Pp. 7-31.

IBGE. **Censo Demográfico De 1950-60-70-91**; Anuário Estatístico do Brasil/Ibge Vol. 41, 1980

JORGE, Thaís de Mendonça; RAMALHO, Alzimar; RIBEIRO, Laís di Giorno. **Mulheres no comando de redações**: questões sobre a influência das mulheres jornalistas no processo de seleção de notícias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 12., 2014, Santa Cruz do Sul. Anais... . Santa Cruz do Sul: Sbpjor, 2014.

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Psicol. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2009

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. In: BARBOSA, Marialva (Org.). Estudos de jornalismo. Campo Grande: Intercom, 2001. p. 33-41.

KOVÁCS, Anamaria. **Coluna Social: Linguagem E Montagem**. Comum. Rio De Janeiro, P. 37-90, V. 5, 1979.

LEITE, Aline. **Editoras, repórteres, assessoras e freelancers**: diferenças entre as mulheres no jornalismo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 44-68, jan./mar. 2021.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. Campinas, SP: {s.n}, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes. 2001

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino Genérico E Sexismo Gramatical**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Santa Catarina, Centro De Comunicação E Expressão. Programa De Pós- Graduação Em Linguística. Florianópolis, Sc, 2015. 159 p.

MAIA, C.; SOUTO, B. **Mulheres em Pauta**: a imprensa como território de disputas de imagens e direitos femininos. In: RODRIGUES, Rejane et al. A história na imprensa, a imprensa na história. São Paulo: Paco, 2016

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2018

MAGALHÃES, Dorval de. Roraima: **informações históricas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Dorval de Magalhães, 1997.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; LOUAULT, Frédéric. **Trinta anos da “Constituição cidadã”**: contribuições da História e da Ciência Política. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 230-234, maio-ago. 2018

MELO, José Marques De. **A Opinião No Jornalismo Brasileiro**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENDONÇA NETO, Theotonio Pereira de. **O Governo Hélio da Costa Campos (1970-1974) Cooptação e Poder no Território Federal de Roraima**. Boa Vista/ RR, 2011.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

NUNES, Aparecida Maria. **As páginas femininas**. In: LISPECTOR, Clarice. Clarice na cabeceira: jornalismo. Organização e apresentações de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2012

OLIVEIRA, Laucides. Nenê Macaggi (2003). In: MACAGGI, Nenê. **A mulher do garimpo**: o romance do extremo norte do Amazonas. 2ª edição. Boa Vista, Gráfica Real, 2012. 389 p.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes De. **Amazônia Caribenha** : Memória E História O Trajeto E O Desdobramento Em Outras Narrativas Históricas De Uma Família Nordestina Para Roraima. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020. 223 P.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. ALMEIDA, Uara Luísa G. **Os donos da palavra**: pode e imprensa em São Francisco -MG. In: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. A história na imprensa, a imprensa na história. 1. ed. – Jundiaí/São Paulo: Paco, 2016. 196 p.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo no Brasil**: a gênese de uma profissão. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 31 de maio a 03 de junho de 2005, UFMG, Belo Horizonte, MG.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015, 348p.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

QUEIROZ, Adolfo. **Inventário acadêmico e profissional da história da propaganda no Brasil**. In *Comunicação & Sociedade – 200 anos da imprensa*. São Bernardo do Campo, PósCom-metodista, a. 29, n. 49, p. 85-104, 2008.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas: a grande invasão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Shirley. **A imprensa escrita em Roraima: uma questão de ética**. Boa Vista: Compukromos, 1996.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental da América: produção do desejo na era da cultura industrial**. 1987. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental - Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 305 p.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental - Transformações contemporâneas do desejo**. 2ª reimpressão. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. 247p

ROLNIK, Suely. **Toxicômanos de identidade**. Subjetividade em tempo de globalização. In: Daniel Lins (Org.). *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades*. Campinas: Papirus, 1996

ROLNIK, Suely. **Geopolíticas da Cafetinagem**. 2006. Disponível em <<http://eipcp.net/transversal/1106/rolnik/pt>> último acesso em 17/01/2023

ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos**. In: MOURA, C.P. e LOPES, M.I.V. *Pesquisa em Comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas*. EdUPUCRS: Porto Alegre, 2016

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2006

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. vital (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.249-250

SCOTT, Ana Silvia. **Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. **Trinta anos de Delegacia da Mulher em Boa Vista** (1986-2016). Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Curso de Comunicação e Informação, Biblioteconomia e Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil**: uma introdução. 18ºREDOR. Tema: Perspectiva feminista de gênero: desafios no campo das militâncias e das práticas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

SILVA, Thiago Rodrigo da. **História do Brasil republicano** / Thiago Rodrigo da Silva. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

SOARES, M. **Pesquisa em educação no Brasil**: continuidades e mudanças. Um caso exemplar: a pesquisa sobre alfabetização. *Perspectiva*, 24, 2, 393-417. 2006.

SOARES, Jacy de Souza Cruz. **Jornais impressos de Roraima: 1905-1997**. Monografia (Graduação em Comunicação Social), UFRR/CENEL/Departamento de Comunicação, Boa Vista, 1998.

SOUZA, Antonio Ferreira de. **Noções da Geografia e História de Roraima**. Manaus/AM: Gráfica Palácio Real, 1969.

_____. **Roraima: fatos e lendas**. Boa Vista: Gov. do T.F. de Roraima, 1979.

_____. **Roraima em Revista**. Concurso de Monografia. Boa Vista: Gov. do T.F. de Roraima, s/d.

SOUZA, João Mendonça de. **A Manaus – Boa Vista (roteiro histórico)**. Editado pelo Governo do Território Federal de Roraima. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, AM. 1977.

SOUZA, Sônia Suely Soares. **Um Território Federal Dentro de um Estado Militarizado**: O Exemplo do Governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974. Boa Vista, 2008. 144p. Especialização em História Regional.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. **Roraima: Território Federal sob o Governo Militar** (1964-1985). Textos & Debates, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p.65-89, jul/dez. 2009

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa bibliográfica**. In: BARROS, A.; DUARTE, Jorge (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2015.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer**. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2014

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Gêneros e gêneros: apontamentos teóricos sobre os conceitos e sua atribuição ao jornalismo feminino**. In: Comunicação & Sociedade. Ano 30, n. 51, p. 177-200, jan./jun. 2009.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Diagnóstico socioeconômico preliminar**. Associação de Crédito e Assistência Rural – RR \ ACAR \ Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização. Ministério do interior. 1973).

UEM - Universidade Estadual de Maringá. **Centro De Documentação De Literatura De Autoria Feminina Paranaense**. Índices Das Escritoras – Nenê Macaggi. Disponível Em: <[Http://Sites.Uem.Br/Cedoc-Lafep/Indice-De-Escritoras/Letra-N/Nene-Macaggi/Bibliografia](http://Sites.Uem.Br/Cedoc-Lafep/Indice-De-Escritoras/Letra-N/Nene-Macaggi/Bibliografia)>. Acessado Em: 03 de Abril 2022.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na História e na Tradição**: Ada Dias De Paiva Macaggi Bruno Lobo. Conselho Municipal de Cultura. Paranaguá (PR), 1971.

WANKLER, Cátia Monteiro ; SOUZA, Carla Monteiro de ; WANKLER, Fábio Luiz . **A Mulher Do Garimpo: Migração, Mineração E Identidade Na Amazônia Brasileira**. 2016. (Apresentação De Trabalho/Congresso).

XAUD, Jaber. **Ligeira Biografia da Autora**. In: Macaggi, Nenê. A Mulher Do Garimpo: O Romance Do Extremo Norte Do Amazonas. 1ª Edição. Boa Vista, 1976. 422 P.

ZANETTI, D.; REIS, R. (Org.). **Comunicação e Territorialidades: poder e cultura, redes e mídia**. Vitória: Edufes, 2017.

Entrevistas

BRASIL, Petita. Depoimento 06 de setembro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (14min.). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

CRUZ, Maria Lionete Madeira da Silva Souza. Depoimento 03 de novembro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (25min48seg). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

ESTRELLA, Manoel Fernando Soares. Depoimento 27 de outubro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (1h19min.). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

FAGUNDES, Maria Aurilena. Depoimento 13 de outubro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

FIORETTI Elena Campo. Depoimento 5 de agosto de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (33 min.). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

LIMA, Maria Goretti Leite de. Depoimentos ocorridos de 11 a 31 de outubro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora

MENEZES, Murilo Bezerra De. Depoimento 25 de agosto de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (59minutos e 54segundos.). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

OLIVEIRA Maria de Fátima. Depoimento 19 de janeiro de 2023. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

PERRUCI, Péricles Verçosa. Depoimento 29 de outubro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (2horas e 3minutos). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

QUINTELLA, Fernando Antonio. Depoimento 21 de outubro de 2022]. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (1h38min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

RODRIGUES Shirley. Depoimento 14 de dezembro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Entrevista concedida por ligação telefônica para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

SOARES Natália Luisa Campos. Depoimento janeiro de 2023. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

TARCITANO, Sandra Regina. Depoimento 10 de outubro de 2022. Entrevistadora: Rebeca Lopes Silva. Boa Vista, 2022. Arquivo digital (20 min.). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

Boletins Oficiais

Boletim Oficial, Ed 49, de 10 dezembro de 1949.

Boletim Oficial, Ed. 20, de 20 de maio de 1950

Boletim Oficial, Ed 24, 16 de junho de 1951

Boletim Oficial, Ed 30, de 28 de julho de 1951
 Boletim Oficial, Ed 39, 1953
 Boletim Oficial, Ed 17, 26 abril de 1958
 Boletim Oficial, Ed 7, de 07/2/1959
 Boletim Oficial, de 16 de janeiro de 1960
 Boletim Oficial de 26/11 a 2.12.1960
 Órgão Oficial, Ed. 21, de 10/11/1945
 Órgão Oficial, Ed.4, de 01/4/1947
 Órgão Oficial, Ed. 19, de 17/5/1947
 Órgão Oficial, Ed.27, de 03/7/1948
 Órgão Oficial, Ed. 16, de 17/4/1948

Jornais e Revistas

Fon-Fon (RJ), Edição 29, de 1933
 Fon-Fon (RJ), Edição 16, de 1939
 Jornal do Brasil (RJ), Edição Nº 56, Ano 1938
 Jornal do Commercio (AM), Edição 11.779, de 1939
 Jornal do Commercio (AM), Edição 11.794, de 1939
 O Dia (PR), Edição 5047, Ano de 1940
 O Estado de Florianópolis (SC) - Edição 7309
 O Malho, 1936, 1937
 O Átomo - Edição 178, de 30/9/1955
 O Átomo, Edição 84, de 15/11/1952
 O Átomo, Edição 154, de 10/4/1954
 O Átomo, Edição 171, de 14/8/1954
 O Átomo, Edição 203
 O Átomo, Edição 205, de 07 de maio de 1955
 O Átomo, Edição 160, de 29 de maio de 1954
 Revista Aspectos (RJ), Edição 16, de 1º de dezembro de 1938 a 1º de janeiro de 1939
 Revista Da Semana (RJ), Edição 17, de 1941
 Revista Da Semana (RJ), Edição 20, de 1941
 Revista Da Semana (RJ), Edição 47, de 1941

APÊNDICES

APÊNDICE A - DOIS QUESTIONÁRIOS SUBMETIDOS AO CEP/UFRR –
PLATAFORMA BRASIL

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM FERNANDO ANTÔNIO
QUINTELLA RIBEIRO

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM LIONETE MADEIRA

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM MANOEL FERNANDO
SOARES ESTRELLA

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM MURILO BEZERRA DE
MENEZES

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM PERICLES VERÇOSA
PERRUCI

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM SANDRA REGINA
TARCITANO

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM SHIRLEY RODRIGUES

APÊNDICE A

DOIS QUESTIONÁRIOS SUBMETIDOS AO CEP/UFRR – PLATAFORMA BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA CENTRO DE COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS MULHERES JORNALISTAS

Perguntas semiestruturadas para serem aplicadas junto às jornalistas que atuaram/atua na imprensa roraimense nos tempos de Território Federal do Rio Branco e de Roraima.

Nome, Idade da (o) entrevistada (o):

O roteiro que orientou as entrevistas consiste nas seguintes questões:

- 1 - Qual a idade você tinha quando começou no jornalismo, era casada, solteira? O que a levou ingressar na profissão?
- 2 - Como sua família/marido/amigos reagiram a esse ingresso?
- 3 - Qual sua naturalidade? Caso seja de outro Estado, como veio parar em Roraima?
- 4 - Quais veículos trabalhou? Como era a forma de contratação (freela, carteira assinada) e o que exigiam para o exercício da profissão (formação, experiência)?
- 5 - Por quanto tempo trabalhou no jornalismo? O que faz atualmente? Se mudou de área, o que a fez mudar?
- 6 - Nas redações do ex-território, como ocorria a distribuição das pautas aos repórteres: tinha diferença nas pautas cobertas por mulheres e os homens? Quais pautas você cobria, como era a dinâmica das redações, em especial para mulheres?
- 7 - Pautas políticas na época do território, era comum mulheres cobrirem? Se não, por que?
- 8 - Era comum ver mulheres em cargos de chefia nos jornais do ex-território? Se recorda de alguma editora-chefe? Ao que credita esse cenário?
- 9 - Enfrentou algum desafio no exercício da profissão de jornalista pelo fato de ser mulher ou sentiu dificuldade para permanecer na profissão?
- 10 - Percebeu diferenças de oportunidades para o crescimento profissional entre você, suas colegas e seus colegas do gênero masculino?
- 11 - Como era o trabalho na redação junto com os homens? Teve que vestir alguma “armadura”, ou mudar comportamento para trabalhar numa redação com forte domínio masculino?
- 12 - Durante o cotidiano da profissão, vc sofreu cantada, discriminação, assédio moral de fontes ou instituições ou ouviu piadas no exercício da profissão de jornalista? Conheceu ou presenciou alguma colega que tenha passado por isso?
- 13 - Quais os principais desafios e dificuldades para a mulher na redação da época? E para a mulher naquele tempo?
- 14 - Alguma história de redação marcante pelo fato de ser mulher?
- 15 - Ao que credita a inserção cada vez maior das mulheres nas redações?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA CENTRO DE COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM DEMAIS ATORES

Perguntas semiestruturadas para serem aplicadas junto aos editores, repórteres, chefes de redação, pessoas que trabalharam na imprensa roraimense nos tempos de Território Federal do Rio Branco e de Roraima.

Identificação da (o) entrevistada (o)

Nome/Idade: _____

O roteiro que orientou as entrevistas consiste nas seguintes questões:

- 1 - Qual a idade você tinha quando ingressou no jornalismo? Era casado, solteiro? O que o levou a esse ingresso?
- 2 – Qual sua naturalidade? Caso seja de outro Estado, como veio parar em Roraima?
- 3 - Quais veículos trabalhou? Como era a forma de contratação (freela, carteira assinada) e o que exigiam para o exercício da profissão (formação, experiência)?
- 4 - Como ocorria a distribuição das pautas aos repórteres na redação: tinha alguma orientação nas cobertas por mulheres e os homens?
- 5 - Era comum ver mulheres em cargos de chefia nos jornais do ex-território? Se recorda de alguma editora-chefe? Ao que credita esse cenário?
- 6 – Pautas políticas no ex-território, era comum mulheres cobrirem? Se não, por que?
- 7 – Como eram as redações dos jornais impressos do território federal de RR? Tinham mais homens ou mulheres, ou havia equilíbrio nessa questão de gênero? Como era a dinâmica das redações, em especial para mulheres?
- 8 – Com a chegada das mulheres, o que mudou nas redações?
- 9 – No cotidiano da profissão, presenciou ou conheceu alguma colega que tenha sofrido cantada, discriminação, assédio moral de fontes ou instituições por ela ser mulher?
- 10 – Como você classificaria os principais desafios para a mulher na redação da época e para a mulher naquele tempo?
- 11 - Alguma história de redação ou fato marcante envolvendo alguma colega de profissão só pelo fato dela ser mulher?
- 12 – Ao que credita a inserção cada vez maior das mulheres nas redações?

APÊNDICE B

Entrevistado: Fernando Antonio Quintella Ribeiro

Local da entrevista: Residência do entrevistado, bairro Caçari

Dia: 21/10/2022 - Duração: 1h38min

ENTREVISTA COM FERNANDO ANTONIO QUINTELLA RIBEIRO

Vamos conversar com um dos decanos da Imprensa em Roraima: o carioca Fernando Quintella, 72 anos, economista e jornalista, com mais de 41 anos vividos em Boa Vista/Roraima e 54 anos de profissão de jornalista. Foi fundador do primeiro e único jornal voltado ao público feminino: a “*Gazeta Feminina*”, que circulou pela 1ª vez em dezembro de 1981 e, na terceira edição, precisou mudar o nome para “*A Gazeta*”. Novamente, em abril de 1988, outra alteração de nome, agora para “*A Gazeta de Roraima*”.

Antes de conversarmos sobre o seu jornal e a participação das jornalistas mulheres na redação, queremos saber quando e o que o trouxe a Roraima, em 1981?

RESPOSTA – Eu vim para Roraima por oportunidade. A Daysy era recém-formada em Direito, trabalhava em um escritório de advocacia, e eu trabalhava na Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro. Recebemos a proposta de vir para cá e era uma proposta financeira extremamente interessante, com possibilidade de uma vida mais tranquila. A Daysy também trabalhava na área de direito criminal e isso aí, no Rio de Janeiro, já naquela época, era problemático. Eu vim aqui primeiro; cheguei dia 1º de dezembro de 1980, para ver o que tinha, qual era a proposta, qual era a possibilidade. Gostei. Três dias depois voltei para o Rio. Dia 19 de janeiro de 1981, eu e Daysy chegamos em definitivo. Nossos filhos vieram depois, por causa das férias e da escola. Fui direto para a Secretaria de Planejamento como economista, e a Daysy foi para o Sebrae, que era o Ceag e tinha acabado de ser implantado, como advogada, coordenadora de recursos humanos, treinamento. Ela ficou lá até 1984, quando foi para Codesaima.

Você é servidor da Justiça Federal aposentado. Conte-nos um pouco da sua trajetória profissional/carreira e se você conseguiu se aposentar de vez da profissão de jornalista?

RESPOSTA – Me aposentei em setembro de 2009 como servidor público federal. Agora, aposentar, aposentar formalmente não, porque eu era servidor público federal, contratado como analista. Aqui, no governo do Território Federal de Roraima eu fui contratado como economista. Quando eu entrei na Justiça Federal, o diploma que eu apresentei também foi de economista, porque eu só me formei em jornalismo depois. Desempenhava ambas as funções.

Continuo fazendo reportagens, palestras sobre comunicação. Tive que me reciclar, porque da época que eu entrei, em junho de 1968, no Jornal dos Sports, do Rio de Janeiro, na parte de educação, até agora, a imprensa é outra. Até as profissões mudaram, porque, naquela época, a composição (de texto) era quente, era linotipo, o jornal ainda não era offset, era tipográfico. Foi ser offset dois, três anos depois. Então, era outro mundo, ninguém nem tinha ideia do que era um computador, era na máquina de datilografia mesmo e você tinha que ser rápido.

Peruntas

1 - Qual seu primeiro contato profissional com jornais impressos?

RESPOSTA - O primeiro contato profissional foi em junho de 1968. Mas como participante não, porque meus pais se conheceram na revista *O Cruzeiro*. Meu pai entrou na empresa em 04 de outubro de 1934 e largou como diretor-administrativo no final de 1975, 41 anos depois. Eles se casaram em 1942. Fui criado com jornalistas, com redação, de entrar lá, visitar, e, como curioso que sempre fui, de ter contato com essas pessoas.

2 – Então esse contato despertou em você o desejo de ser jornalista?

RESPOSTA - Na verdade, eu queria mesmo era ser arqueólogo. Vai entender, né?! Devorava livros de arqueologia. “*Deuses, túmulos e sábios*”, de C. W. Ceram, que é alemão, eu li umas 18 vezes. Adorava. “*A descoberta da tumba de TutanKhamon*” eu fiquei louco. Ainda hoje com “*Alienígenas do passado*” eu estou dentro, estou vendo. Na verdade, eu queria se repórter da história, já era a vocação surgindo. Na escola eu fiz um jornal chamado “*O Clarim*”, junto com três colegas do Colégio Pedro II, tradicionalíssimo do Rio de Janeiro, com quase 200 anos de existência, criado em 1837, para educar o Imperador Pedro II.

Então, o nosso contato com a imprensa era assim. Depois, quando abriu vaga para alunos de colégios trabalharem como repórteres do “*Jornal dos Sports*”, eu me inscrevi, fiz uma entrevista, fui aprovado e comecei a trabalhar. Não dentro da redação direto, mas produzia matérias do meu colégio e mandava para lá. Em dezembro de 1968 entrei na redação para trabalhar, não mais uma vez por semana, mas diariamente, como repórter. Eles (direção do jornal) cortaram um monte de gente, deixaram só os que foram selecionados, que foram uns 20. Tempos depois, eu passei para a redação esportiva.

3 – Desse tempo que você começou para o que viveu na década de 1980, como era a produção de jornais? Tinha alguma diferença?

RESPOSTA - Diferença brutal, porque quando aqui chegamos, não tinha jornal diário, só havia semanário. Então, era outro ritmo. Numa redação de jornal grande, você, às vezes, tem duas, três pautas para cumprir em um dia e tem que dar jeito. Numa cidade como o Rio de Janeiro, de trânsito difícil, se você tiver uma pauta grande, você fica só com aquela pauta, e os outros é que cuidam das demais. Mas era outra coisa, o ritmo era completamente diferente.

4 – Sobre política de contratação de profissionais, você sabe, conhece alguma orientação, como exigir formação ou experiência profissional, tinha seleção ou apenas saber escrever bem era um requisito?

RESPOSTA – Eu falo por mim, sob a ótica dos veículos impressos. Na nossa redação, em 1981, era mensário. Então, o que eu precisava para fazer um jornal de 8 (oito) ou 12 páginas (porque variou muito de tamanho, de período, quantidade de páginas)? Uma produção dessa eu fazia sozinho! Eu precisava das fotos? Precisava. Primeiro, o Fernando Estrella fazia as fotos; eu também fazia. Depois, entrou o Antonio Diniz, já na época do semanário. Não tinha por que ter redação, porque era um jornal mensal. Como eu vinha de redação de diário, foi fácil adaptar a produção mensal. Só tinha um problema: eu sou péssimo para editar. Para mim, programação visual é um desastre, eu sou ruim. Tanto que eu contei com a participação decisiva de Anísio Fernandes Filho, que era diagramador no Jornal Boa Vista. Ele continuou trabalhando na Imprensa Oficial, e uma edição de 8, 12 páginas, ele fazia em dois dias. Então, não precisava de muita coisa para fazer o jornal mensário. Só para contextualizar o cenário de 1981, no impresso, a jornalista Sandra Tarcitano começou a trabalhar na redação do Jornal Boa Vista no fim daquele ano.

5 – Você atuou em outros jornais impressos em Roraima?

RESPOSTA – Minha primeira experiência aqui foi no Jornal Boa Vista. Eu era cedido pela Secretaria de Planejamento e fiquei de abril a junho, julho de 1981.

6 – Na época, não tínhamos curso superior de Comunicação Social e os cursos locais de formação/aperfeiçoamento na área eram difíceis. O registro profissional chegou a ser exigido na década de 1980, aqui no TFR?

RESPOSTA - Os cursos eram esporádicos, e eram mais na parte de rádio. Sobre o registro profissional, aqui não era exigido para trabalhar. No Rio era exigido. A partir de 1972, parece. Porque foi em 1969 (Decreto-Lei 972/1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista), depois passou para 1972, depois abriram novamente em 1977 ou 1979, porque precisava de um período de adaptação e a lei foi abrupta. Muitos jornais não tinham muitos profissionais de carteiras assinadas, alguns colocavam como estagiários e outros tinham a carteira assinada. Então, houve um período para regularização.

Aqui, em 1981, apesar de não haver sindicato na época, teve uma movimentação muito bem-feita e acho que o Alencar participou disso (João Alencar, jornalista assassinado em praça pública dia 02 de dezembro de 1982). Eu me lembro bem, porque quando ele ia para Manaus era confusão. A Delegacia Regional do Trabalho era em Manaus. Ele questionava com aquele jeito impetuoso e queria resolver a situação de todo mundo. E aí foi resolvido; muita gente teve seu registro deferido.

7 – Os profissionais estavam pedindo registro e a Delegacia de Trabalho em Manaus estava indeferindo?

RESPOSTA – Quem comprovasse o exercício da profissão, mesmo sem carteira assinada como jornalista, era registrado sem problemas. Por exemplo: no Governo, a dona Nenê Macaggi era contratada como redatora. Ela era revisora, inclusive, da Imprensa Oficial. Todas as matérias do Jornal Boa Vista passavam pelas mãos dela, e ela ficava furiosa quando alguém fazia a revisão. Logo quando eu cheguei, fui fazer revisão e ela ficou alucinada, que aquilo era serviço dela. Ela ficou agoniada

porque de noite ela não trabalhava. Só estava durante o dia, no expediente normal. A redação não funciona assim.

8 – Mesmo assim, você chegou a tirar seu registro profissional aqui ou veio do Rio?

RESPOSTA – Veio do Rio.

9 – Como surgiu a ideia de fundar a Gazeta Feminina? Quem topou esse desafio com você?

RESPOSTA – Eu trabalhei em um jornal feminino, em 1972, no Rio de Janeiro, o Gil, feito pelo figurinista Gil Brandão, muito famoso, que resolveu levar para as senhoras que não tinham a oportunidade de frequentar a alta costura, moldes para fazerem suas roupas em casa. Era uma sacada genial. O jornal publicava moldes, era um jornal de tamanho standard. Esse material era dedicado à mulher naquela época. Então, o Gil era arquiteto e médico.

Eu fiz matéria sobre problemas de coluna. Quando ele viu os croquis que o diagramador estava desenhando, ele também era desenhista e companheiro do Gil, o Gil disse: “E scoliose, lordose”. Eu perguntei se ele sofria da coluna e ele respondeu que não, que era médico. Como médico, eu perguntei? Ele respondeu: “Um garoto de Pernambuco querendo ser arquiteto era um negócio complicado. Resultado: meus pais disseram que eu tinha que ser médico. Me formei em medicina e, no outro vestibular, passei para arquitetura e fui fazer. Quando vim para o Rio fui ser figurinista. Estudei 11 anos para ser figurinista”. E era um sucesso, só que ele era mau administrador e o jornal ficou mal das pernas.

10 – Esse jornal circulou muito tempo?

RESPOSTA – Cinco, seis anos, talvez. No início, o jornal vendia 100 mil exemplares por semana, um sucesso. Foi no fim da década de 1960 no Rio de Janeiro. Colorido, como a capa da Gazeta Feminina, era coisa demais. Eles contrataram publicidade em horário nobre da Globo e a impressão na Editora Mory. Esta editava um jornal em inglês chamado Brazil Herald, que era o único jornal diário em inglês no Brasil. Veiculavam os anúncios no horário nobre da Globo, com um jingle fantástico feito pelo Reginaldo Bessa, também pernambucano, que ficou na cabeça de todo mundo no Rio de Janeiro. Eles contrataram uma equipe de jornalistas para dar um jeito naquilo ali e fazer notícia voltada para a mulher. E eu fui nessa, em 1972: um amigo me convidou e eu fui. Eu fiquei quase um ano lá. Quando nós entramos, o jornal tinha 11 mil exemplares vendidos por semana, ou seja, estava quase falido. Em três meses, triplicamos as vendas. A equipe contratada tinha Fernando Pinto, um dos ícones do jornalismo do Rio de Janeiro, que foi repórter especial do Jornal do Brasil, diretor de redação de O Cruzeiro, diretor de redação do Correio da Manhã, um monstro. Ele esteve aqui fazendo palestra no curso de Comunicação Social da UFRJ, inclusive, em 1991. Nós, A Gazeta, compramos os livros dele, “A menina que comeu césio”.

11 – E daí surgiu a ideia de fundar a Gazeta Feminina?

RESPOSTA - Quando eu vi que aquilo lá dava certo, sem conhecer a fundo sociedade roraimense, eu achei que aqui era uma boa. As senhoras não tinham, na imprensa roraimense, pelo que vi naquele período curto que já estava aqui, não tinha nada para falar para elas. Mas não teve uma receptividade muito boa, não teve.

12 – E o que levou a mudar de nome na terceira edição?

RESPOSTA. Puro machismo.

13 – Mas no editorial da 3ª edição, quando a GAZETA FEMININA vira A GAZETA, diz que o motivo da mudança foi “fruto de trabalho de pesquisa entre nossos leitores que não admitiam alguns assuntos, como futebol, ou mesmo publicidades que - segundo o seu enfoque - nada tinha a ver com mulher”, e que a GAZETA FEMININA continuaria junto com A GAZETA.

RESPOSTA – Porque eu não podia dizer que era machismo do público, que eu ia me inviabilizar comercialmente.

14 – E como era esse machismo? Os homens alegavam, por exemplo, que mulher não comprava jornal?

RESPOSTA – Não era isso. Era um jornal que tinha editoria de esporte, que era minha especialidade. Aliás, fui muito criticado por isso: que diabos de jornal é esse que fala para mulher e bota esporte. Era uma maneira de fazer meia sola, entendeu. A última página fantástica (GAZETA FEMININA), com receitas para um Natal roraimense, com caju passa, receitas da dona Maria das Dores

Brasil, uma das mulheres mais fantásticas que Roraima já teve, inteligentíssima, uma capacidade absurda de criar as coisas, uma artista plástica fenomenal. Ela era, inclusive, a titular do Cartório de Registros de Imóveis. Ela morreu em 1983, e nós fizemos uma homenagem linda para ela, de página inteira. E foi o Amazonas Brasil que escreveu “Maria, minha irmã”.

Então, nós fizemos matérias interessantes para mulher. Fizemos uma reportagem boa na Casa do Vovô, com as senhoras, com os homens. Por coincidência, um dos moradores da Casa do Vovô, me reconheceu e à Daysy, mais a Daysy do que a mim. Ele disse assim: “Ah, vocês não moravam na avenida Nossa Senhora de Copacabana, 920? Eu era o porteiro do prédio!!”. Estava aqui em Roraima, imagina, tinha sido porteiro no prédio em 1971. Então fizemos matérias bem interessantes.

Teve uma matéria de moda com a Emília Boutique, que era da Suely Campos, em homenagem à filha. Fizemos fotos, mas a impressão não ficou boa e na edição seguinte eu repeti. A Suely até chegou a dizer que não precisava, mas fizemos questão de repetir, que não podia ficar assim, não foi no padrão que a gente queria.

15 – Então era você que produzia as matérias e tinha ajuda dos fotógrafos?

RESPOSTA – Sim, eu produzia, e não eram os fotógrafos, era o fotógrafo. Quando tinha, porque eu também fazia foto. Às vezes, meu filho, Marcos Vinicius, o mais velho, também fazia foto. Então, era uma época difícil. Teve mês que o jornal não circulou, tivemos que imprimir no Rio.

16 – Sobre essa questão de impressão, você iniciou imprimindo no Rio?

RESPOSTA - Não. A primeira edição foi impressa aqui, mas eu não estava habituado com as dificuldades do local. Então, achei que a impressão não tinha ficado com a qualidade que eu queria. Reclamei com o Adalberto Menezes, e ele, muito lógico, falou: “Faça em outro lugar”. E como não tinha outro lugar para fazer aqui, eu fui fazer no Rio. E eles despachavam. Era um jornal mensário, então dava para fazer. A segunda edição foi no Carnaval, a terceira saiu em abril (1981), depois maio. Eu lembro que a de abril teve um coelho (capa) e até para encontrar aquela edição foi um sufoco, porque eu não tinha mais. Eu consegui no Banco de Roraima, estava na prateleira. Eu disse: “ei Rubinho (que era o diretor), eu estou precisando desse exemplar (jornal de abril)”. Ele disse, mas você deu pra gente!!! Eu respondi: não dei mais, porque eu não tenho mais no arquivo e estou precisando de volta (risos).

Então, fiquei uns seis meses imprimindo no Rio e estava de volta aqui, porque dava muito trabalho aquele negócio. Até que tiramos a cor da capa, que estava encarecendo muito o custo. Isso para nós foi fundamental, foi um passo muito importante tirar a cor da capa. Diminuímos o custo e o tempo de produção. O Anísio desenhava aquilo, você tinha que fazer entrada por entrada, para cada cor era uma chapa, um fotolito. Era um problema, porque o custo era elevado e o risco de dar um problema de registro era imenso, era um quebra cabeça, porque você tinha quer “casar”. Hoje não se faz assim, as gráficas trabalham de outra forma. Eu mesmo, em 1991, 1992, acabei com o fotolito. Passei a fazer no computador, com papel de acetato ou papel vegetal.

17 – Na proposta de quando a “Gazeta Feminina” virou “A Gazeta” era que a Gazeta Feminina viesse em forma de encarte. Mas circulou até a 16ª, 17ª edição. Realmente não tinha público ou não foi o jeito ficar só “A Gazeta”?

RESPOSTA – Ficou muito político. Os jornais aqui eram políticos. Eu tentava fazer matéria... por exemplo, uma coisa eu tinha na cabeça era não fazer polícia. Dificilmente você vai encontrar polícia no jornal. Sabe por quê? O Augusto Thompson, um dos maiores criminalistas do Rio de Janeiro, especialista na área de presídio, ele tinha um escritório de advocacia no mesmo andar do que a Daysy trabalhava. Eram quatro escritórios, um frequentava o do outro e tal, e ele tinha uma teoria muito interessante. Ele dizia que o sujeito pode entrar para a história pela porta da frente ou pela porta dos fundos. Se ele for um grande cientista, um atleta proeminente, um músico extraordinário, fizer algum ato de caridade, ele vai entrar pela porta da frente, mas se for um bandido, ele ganha o mesmo espaço na imprensa, muitas vezes até maior, e entra pela porta dos fundos. E psicopatas enxergam essa oportunidade. Então, aquilo vira uma fábrica de psicopatas, tanto que o meu trabalho de conclusão de curso na UFRR foi sobre a área do crime. Meu personagem foi o Leonardo Pareja, sugestão do professor Ricardo Borges (hoje na Universidade Federal de Pernambuco), que era professor do curso de Ciências Sociais, e que deu-nos uma aula de Metodologia Científica. Ele perguntou qual seria o meu foco, e eu disse que queria abordar os crimes de patricídio, fratricídio, matricídio com a repercussão na imprensa. E ele quis saber qual era o exemplo que eu tinha. Quando houve um crime forte de um garoto no Rio, que matou pai e mãe, no Rio Grande do Sul aconteceu o mesmo. Eu cheguei no Amapá e estava acontecendo também, e isso repercutiu em tudo que é canto. Então, isso virou um propulsor de ações, e eu comentei com ele sobre a ideia. Ele sugeriu que mudasse, porque não teria como tabular

essa pesquisa, e me orientou a pegar o Leonardo Pareja, um personagem ótimo, controverso. E é verdade.

Então, eu não fazia polícia, mas teve uma edição, já do semanário, em que a capa foi toda polícia. Por que? Era uma matéria antipolícia. Não contra a Polícia, mas o esclarecimento à sociedade do que tinha ocorrido na cabeça da pessoa para acontecer aquilo. O camarada foi preso por tentar estuprar uma menina de 9, 10 anos. Ele vivia sujo aqui Igreja Catedral do Cristo Redentor; ele aparecia nas missas das 19h30, aos domingos; ficava lá no fundo, rezava, sempre maltrapilho. E ele foi preso e identificado como autor. Quando ele estava no interrogatório, o coronel Santos Rosa, eu lembro bem, era Secretário de Segurança ou comandante da PM. O Santos Rosa, vendo que a situação estava estranha. Então, tratou como distúrbio mental. Entre os pertences do preso, encontrou uma foto dele com uma senhora e duas crianças. Ele me mostrou e era o acusado. Eu disse: eu preciso dessa foto! Alguém lá contou que aquele cara levou um tombo, bateu com a cabeça, e parece que tinham estuprado a filha dele e ele ficou com aquilo na cabeça e resolveu se vingar. Então, eu botei na capa “Antes e depois”, uma foto dele antes, com a família, e outra com a cara de alucinado na delegacia, com cabelo imenso, desgrenhado, com cara de louco. O que aconteceu na vida desse homem? E a partir dali eu analiso o caso, entrevisto pessoas para saber o porquê. Aquele cara precisava de ajuda. Ele cometeu um crime? Claro que cometeu! Ele precisava ser afastado da sociedade? Imediatamente, não tenho a menor dúvida. Mas ele ser considerado um poço de maldade, vai longe. Um acidente produziu um resultado ruim. A sociedade não precisa conviver com isso, mas ele também não precisa ser colocado no pelourinho porque, se nós não enxergamos esse lado humano da coisa, não vai.

E pode ver que o meu jornal sempre pautou pelo lado humano. Nós somos parte da sociedade, e eu nunca precisei vender jornal com escândalo e nem com sangue. Eu evitei muito. Nós tivemos um período que até entrou, mas muito pouco. A predominância depois acabou política, e foi justamente que logo depois aumentou o número de vagas para deputados, aumentou o número de municípios que eram dois para oito ou nove e tantos outros acontecimentos políticos importantes até a primeira eleição para o novo Estado, com a posse do novo governador e do seu vice, de três senadores, 24 deputados estaduais, oito deputados federais. Isso virou uma loucura.

18 – Então, a questão política, que era predominante em Roraima, acabou estabelecendo a linha do jornal, e a Gazeta Feminina deixa de circular?

RESPOSTA – Sim, e a indígena também. Inclusive o que deu o Prêmio Esso para a Kátia Brasil.

19 – Fernando, fale dos desafios de produzir e as dificuldade de fazer jornal naquela época de 1980.

RESPOSTA – Se você quer encontrar notícia, você tem. O Jornal Boa Vista era muito chapa branca. Teve uma edição com 21 fotos do então governador Ottomar Pinto; ele mandava, queria que as fotos saíssem e tal. Tanto que eu fui para lá em função disso também, para dar uma ajustada junto com o Péricles e com o Gerson Costa, dar uma redefinida na estrutura e na forma de trabalhar. Aí nós passamos a buscar pautas que realmente interessassem ao público. Nós chegamos a vender 2 mil jornais, vender o JBV. Com pautas interessantes e que mexiam com o público. E isso era importante para puxar o leitor. Eu fui levado ao governador, porque ele queria dar uma mexida na redação. Eu trabalhava no Planejamento e fui chamado lá com ele, porque disseram que chegou um jornalista, e tal. Eu na conversa com ele, ele definiu algumas coisas. Eu disse, olha governador, uma coisa que eu gostaria era que o senhor delegasse uma pouco mais as declarações, deixasse o seu secretariado aparecer para que o senhor entrasse em um momento importante, em um momento da notícia mais importante. O senhor é militar e sabe como essas coisas funcionam, o comandante só aparece em grandes momentos. No varejo, é o pessoal que trabalha direto com ele para não vulgarizar a notícia. Daí ele falou para fazer o que tinha que fazer, se acertar com o pessoal dele. Daí montamos o Conselho Editorial, o Péricles, o Gerson e eu, e passamos a dar uma mudada. Disseram que o “homem lá” (governador) não iria gostar, iria ficar louco, mas avisei que tinha conversado com ele. E assim foi. Nós mudamos um pouco o perfil, porque se tinha algum fato importante no governo, o jornal dava com todo destaque. Quando o Aureliano Chaves, que era vice-presidente da República, veio a Boa Vista, a orientação era dar uma incrementada, aumentar o número de páginas. E mais, nós passamos a produzir publicidade, coisa que não faziam. Por isso, que eu vi uma oportunidade de colocar o jornal porque eu vi o potencial.

20 – E quanto às dificuldades e desafios de fazer jornal?

RESPOSTA – No Jornal Boa Vista, nenhum, porque tinha equipe. Na Gazeta, a parte gráfica. Na época, só tínhamos duas offsets aqui, uma da Imprensa Oficial e a outra da Gráfica Bezerra de

Menezes. Na Imprensa Oficial não podíamos imprimir, porque era para o serviço público. Só tinha o Adalberto, que era um cara es-pe-ta-cu-lar. O Péricles Perruci, Fernando Estrella e eu devemos muito do que se conseguiu na imprensa, naquela época, ao Adalberto Bezerra de Menezes, cujo sonho era ter um jornal. Ele não dizia, mas a gente sabia. E como ele não podia se aventurar nesse ramo porque não era a praia dele, ele era muito bom na parte gráfica, mas na parte editorial, poderia ser um empreendimento mais forte, seria acima da capacidade dele à época. Então, ele preferia se realizar conosco, e isso foi importante para nós, foi fundamental.

Nós tivemos a condição de fazer jornalismo bem feito. E tem mais. Quando apertava, que a gente não tinha como pagar aquela edição, ele não metia a faca no nosso peito, não exigia “paga ou não roda”. Não. Ele rodava e, às vezes, a gente ficava quatro edições sem pagar. E ele entendia a nossa dificuldade da. Sem o Adalberto, não teríamos chegado aonde chegamos, de jeito nenhum. Mas era um problema, porque o Adalberto não era impressor, o impressor era o Wagner, e só tinha ele para *offset*. Ele fazia fotolito, chapa e imprimia. Depois o Nonato (Sousa, repórter policial que atuou na *Folha de Boa Vista* e está no *Jornal Roraima em Tempo*) foi fazer a chapa e o fotolito. O Nonato começou aí, depois migrou para a fotografia e virou repórter. Mas era difícil, porque se o Wagner tivesse algum problema, o jornal não rodava. Não tinha substituto.

A outra dificuldade era insumo, mas aí era descuido do próprio administrador. Insumo, como papel, mas principalmente fotolito e chapa, porque a gente não podia estocar esse negócio. Era muito complicado. Então a gente comprava uma caixa de fotolito e uma de chapa. Dava tranquilamente. Um jornal de 12 páginas você vai gastar seis chapas. A caixa tinha 50, e você pegava ali para 8 edições, são dois meses e ainda sobrava um pouquinho. Mas, às vezes, perdia-se o controle, não se lembrava e tinha que comprar de fora, porque aqui não vendia. Aí o Wagner chegava na hora de rodar e dizia: “Olha, o jornal não vai rodar hoje, porque não tem chapa”. Daí você tinha que fazer o pedido, comprava no RJ, para eles despacharem era no mínimo 4 dias. Isso também era um motivo de atraso nas edições. Às vezes, havia matéria que tinha que fechar muito em cima.

Nessa época de 1991, que era a nova Gazeta, quando saiu o Prêmio Esso, surgiu uma notícia no Jornal Hoje sobre um caso de cólera aqui em Santa Elena de Uairém (Venezuela). Nós alugamos um carro, o meu filho Marcos Vinicius subiu com a repórter Leda Martins e mais a minha filha. Subiram para Pacaraima. Naquela época não tinha estrada asfaltada. Chegaram lá, dormiram e só entraram cedinho na Venezuela. Era um sábado. Nós com a edição parada. Eles entraram, foram lá, apuraram a notícia, voltaram ao Brasil. A Leda passou a notícia por telefone, nós fechamos enquanto eles desciam, um sufoco danado. Não deu para sair com foto e demos “Cólera em Santa Elena é notícia falsa” ou “Notícia da cólera é falsa”, algo assim. Nós furamos a Globo, porque nós tínhamos capacidade de fazer isso, porque, na época, o jornal estava bem, tinha tido um reforço de caixa muito grande. Nós alugamos um carro e mandamos subir. Foi o único jornal a apurar a notícia no local. A notícia sobre a cólera saiu da Agência Reuters. Com credibilidade absurda, soltou a notícia que levou o Brasil à loucura. Mas era falsa.

21 - Teve repercussão a matéria de vocês?

RESPOSTA – Nenhuma. Imagina.

22 – E desafios para o seu jornal? Concorrer com o jornal do governo era um?

RESPOSTA – Não, nessa parte era mensário e nós não concorríamos na linha deles de jeito nenhum. Porque era um jornal de variedades e não concorríamos com a linha editorial deles. Quando o Jornal Boa Vista fechou, nós passamos a semanário e a concorrência ficou entre nós. A *Folha* ficou muito bem estruturada, inegavelmente. No começo, eles tinham uma estrutura melhor porque tinham dinheiro, tinham conseguido um empréstimo junto ao Sebrae. Depois, quando a administração passou à família Kimak, eles são profissionais, eram profissionais; e depois eles venderam para Getúlio Cruz, que é economista, sabe como tocar o negócio e a visão dele é absolutamente empresarial. Então, funcionou.

O nosso jornal era um prazer pessoal. O dinheiro não era o objetivo. Se ganhássemos, tudo bem. E levar uma boa informação. Nós tínhamos um cuidado muito grande com relação a erros. Segunda-feira era dia de revisão com lupa para saber onde aconteceu problema, depois de rodar, para ver se passou alguma coisa. Era o pós-produção.

23 - A dona Nenê chegou a contribuir com vocês?

RESPOSTA – Não, quem chegou a contribuir foi a Mabel Trajano, colunista social; Ester Bastos, colunista social; Loredana Kotinski, colunista social. Aliás, foi uma novidade para Roraima. Pela primeira vez uma coluna social com dois titulares.

24 - Era a Loredana e um homem à frente da coluna?

RESPOSTA – Sim, Antônio Lobato, que veio para cá para ser o diretor comercial. Ele não está mais conosco, também conhecido como Tonico Lobato, um gênio, um cara fantástico. O Tonico era uma figura. Nós fizemos um marketing de emboscada no lançamento da “Última Hora”, porque foi na mesma semana que nós íamos lançar a reformulação do jornal, em 1991.

Nós queríamos lançar a nova fase da “A Gazeta de Roraima”, mas não tínhamos dinheiro. Aí veio o pessoal da “Última Hora”, do RJ, para aproveitar recursos do Estado. Trouxeram o Silvio de Carvalho como principal repórter. O Silvio trabalhou conosco do final de 1991 até o fechamento do jornal, em 1996. Eles promoveram um baita de um coquetel. O jornal já não era mais do Samuel Wainer, fundador. Ele já tinha vendido. Na solenidade, o Tonico foi de terno e, na época, não se usava terno aqui. A coluna era “Cara e Coroa”. A cara era a Loredana e o coroa era ele, que tinha filhos adultos. A filha dele, Rosana Lobato de Castro, veio de Brasília ser nossa diagramadora. Os dois chegaram daquele jeito. O Tonico era desconhecido, mas a Loredana era conhecida. Toda gatinha, muito jovem, e o Tonico todo arrumado, cabeça grisalha. E o pessoal perguntando de onde ele era, e ele respondeu que “eu sou o novo diretor comercial de *A Gazeta de Roraima*, que está atravessando uma nova fase”. Daí ficou todo mundo curioso, porque os dois eram os colunistas sociais. Ele escrevia sobre o público mais adulto e ela escrevia sobre a juventude. Foi um espetáculo. Quem não gostou foi o dono do “Última Hora”, que pagou o nosso coquetel com a maior tranquilidade.

Daí o Tonico, que era bom de negócio, chegou para mim e falou: “Cara, ele não gostou não”. Eu disse: “Eu também não gostaria. Você gostaria?” Ele disse: “Também não, como é que se faz um negócio daquele (risos)?” Eu disse: “Tonico, ele vai ganhar muito dinheiro aqui. Nós temos que aproveitar exatamente isso aí. É uma festa da imprensa, a imprensa foi desejar ao concorrente ou coirmão absoluto sucesso, tem espaço para todo mundo”.

25 – Quais as mulheres que contribuíram com “A Gazeta de Roraima”?

Mabel Trajano, colunista social, já falecida;

Ester Bastos, colunista social, também falecida;

Loredana Kotinski, colunista social, hoje empresária da comunicação no Amazonas.

Rosana Lobato de Castro, diagramadora. Hoje é professora doutora da UnB, na área em que ela se formou, que é de educação artística, com especialidade em artes plásticas. Saiu de Roraima registrada como diagramadora. De volta a Brasília, Rosana fez mestrado e doutorado. Aliás, à época, ela deixou de fazer o mestrado pra vir trabalhar na “A Gazeta”.

Leda Martins – repórter. Formada em Jornalismo, depois que saiu do jornal fez mestrado e doutorado no exterior.

Kátia Brasil – repórter, ganhadora do Prêmio Esso Regional Norte de 1991, pela *Gazeta*. Anos mais tarde, teve outras duas indicações para o mesmo prêmio. Foi correspondente de vários jornais, como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Hoje é fundadora e sócia do site Amazônia Real.

26 – Fernando, sobre o período da ditadura militar, como era a forma de expressão e manifestação na e da imprensa no TFRR nesse tempo? Tinha algum controle/censura? O que mudou na produção dos jornais após março de 1985?

RESPOSTA – Não, não havia censura. Para mim, zero censura. Até porque, nós não tínhamos tantos conflitos assim. Nós abordávamos a questão de garimpeiros, fazendeiros, indígenas. Nós observávamos muito com lupa isso aí.

A Kátia Brasil, por exemplo, tinha uma visão e nós tínhamos outra. E convivíamos muito bem dentro do jornal. A Kátia era a rainha da fonte, uma figura que tinha trânsito em todas as áreas. Era impressionante como a Kátia Brasil conseguia catalisar informação em função de pessoas. Ela ligava para o Sidney Possuelo, que era presidente da Funai, direto para o telefone da mesa dele, e naquela época não tinha celular. E ele atendia, porque ela era correspondente da *Folha de São Paulo* aqui.

27 – Ano passado, quando estava mapeando dados e informações para construir o roteiro da pesquisa, que trata sobre a mulher jornalista, falei com você por WhatsApp sobre a participação de jornalistas mulheres no periódico “GAZETA FEMININA/A GAZETA/GAZETA DE RORAIMA” até 1988. Você me disse que até 1991, o jornal não teve jornalistas mulheres na redação. Fiquei curiosa em conhecer os motivos dessa ausência.

RESPOSTA – Na redação, sim. Porque nós tínhamos pouca gente. Era um jornal semanário. Eu mesmo produzia o jornal, sozinho, de 1981 ao final de 1990, com participações esporádicas. Por exemplo, o Ruy Figueiredo ficou conosco, fazia matérias esporádicas, mas as matérias mesmo quem fazia era eu, a maior parte delas era eu.

Quando o jornal cresceu, no final de 1990, nós começamos a contratar profissionais. Entre eles, a Kátia Brasil, que estava indo embora de Roraima, quando o Plínio Vicente foi lá e a convenceu a vir para “A Gazeta”.

Eu contratei o Plínio, conversei com ele, mostrei para todas as possibilidades que nós tínhamos nesse projeto. E disse que o alvo era um Prêmio Esso. Plínio teve atuação decisiva nos resultados, com projeto gráfico ousado e editoria competentíssima.

28 – Você falou em fases do jornal. Qual era essa fase de melhoria, de reformular o jornal? O que envolvia? E foi a partir daí que as mulheres começaram a ser contratadas?

RESPOSTA – Em 1988, que foi a época da segunda reformulação, nós fizemos o caderno “G”, que era o caderno 2. Esse segundo caderno era todo comprado fora. Nós contratamos uma agência que produzia esse material todo. Despachava para nós e nós imprimíamos aqui. Ainda sem equipe de redação, porque eram só matérias de entrevistas de grandes artistas, horóscopo, com texto e foto, tudo produzido de maneira extremamente profissional.

29 - Quando começou a ter redação no teu jornal? E o que envolvia essa reformulação, uma vez que você falou que a meta era o prêmio Esso?

RESPOSTA - No final de 1990, para 1991. Sim, a meta sempre foi o Esso. Então, eram pautas palpitantes, ou seja, matérias que precisassem de uma análise profunda e exigissem até mais de um repórter para fazer. A nossa preocupação era com a boa qualidade de informação e principalmente com a correção de textos.

Nessa fase de 1991, nós tínhamos três salas em cima da antiga Loja Perin, na Ville Roy. O Plínio fazia a base da sucursal do Estadão aqui. E eu disse, ó Plínio, tranquilo. E eles mandavam Newsletter para gente todo dia, sem custo, cediam fotos. O irmão do Eduardo Dusek, o André Dusek, que era fotógrafo do Estadão, veio aqui e nos deu umas fotos ótimas da área yanomami, que ele foi lá fazer matéria, e confirmou que “essas fotos eu estou autorizado a ceder para vocês”. O Marcus, meu filho, era responsável pela parte de informática, e ele é um gênio, montou um esquema de rede, quando ninguém fazia isso. O cara do jornal Estadão, responsável por essa área técnica, de Tecnologia da Informação, não acreditava, ele dizia que o Plínio estava dizendo coisa que não tinha sentido. Daí o Plínio falou para ele falar com o “Marcus aqui, que é ele quem vai definir para você o que nós fizemos”. Aí foi uma conversa de nerds. Daí o cara falou que só faltava dizer que vocês trabalham em rede, e o Marcus respondeu, sim, trabalhamos em rede aqui. E o cara ficou doido e questionou como nós conseguimos, aqui, ter essa estrutura. Foi investimento, amigo, nós investimos para ser assim.

Como o Plínio tinha os contatos todos, era correspondente, todos os repórteres de fora vinham bater na nossa redação. Uma repórter do Jornal do Brasil veio aqui, olhou, e disse que a sucursal deles em Brasília não tinha a nossa estrutura de informática. Computador para todos os lados, eram 700kg de equipamento que trouxemos do Rio para cá. Então, nós montamos um projeto vencedor, um projeto que tinha salários dignos, estrutura montada, tinha talento. Quando alguém pedia vaga para o jornal, mandava carta pedindo, porque naquela época era carta, eu nunca dei emprego por carta, porque eu não sentia naquelas pessoas o clima que estava na redação. Era uma energia ótima, era uma energia muito boa. Então, só pode dar certo, e você só consegue levantar uma equipe com um bom ambiente. Se não, vira uma praça de guerra. E mais, pauta, não pode deixar de passar alguma coisa.

O John Travolta passou por aqui, pousou o avião num domingo no aeroporto. Você conhece essa história? Conversa com o Plínio que ele vai te contar. O Plínio soube na segunda-feira, e entrou na redação revoltado. “Pow, imagina, o John Travolta esteve por aqui, pousou o avião, que ele é piloto de jato, saltou do avião, tirou fotografia com as pessoas, dizem até que deu uma volta no Centro Cívico, voltou, entrou no avião, chegou um retardatário ele saltou do avião, tirou foto, deu autógrafo”. O Plínio contou que ligaram para o Júnior Carolino, avisando do John, e pedindo que ele fosse lá com a câmera para fazer um material. Aí ele pensou que fosse trote e deu resposta malcriada. Resultado, no dia seguinte, todo mundo na cidade sabia que o John Travolta tinha estado no território, porque a história correu. Aí o Plínio entrou na redação e lá pelas tantas ele disse assim: “É, mas também quem é John Travolta (risos)?” O cara estourado, no auge do sucesso do *Grease* (filme). Ele disse, pauta perdida. E a ordem na casa era para qualquer sinal de pauta boa, avisa que a gente vai lá e faz, mas avisa.

Sempre trabalhei muito bem com as mulheres. Como disse para você, na redação esportiva do Jornal dos Sports, no começo da década de 1970, só tinha uma mulher, que era a Maria Célia, como repórter. Na revisão, acho que tinha uma mulher, e tinha uma diagramadora, a Eleonora, que era esposa do Marcelo Moreira, que era o chargista da casa, diagramador e chargista de Nelson Rodrigues. E mais ninguém. Na redação da parte escolar, na educação, tinha uma repórter, porque também não éramos muitos, depois é que nós chegamos. Então, isso não é problema de Boa Vista. A primeira

mulher a aparecer nas redações esportivas com destaque foi a Marilene Gabus, que depois foi assessora do Flamengo. Ela já faleceu.

30 - Aproveitando a história do esporte, tem a Fatinha de Oliveira e uma historinha?

RESPOSTA – Tem, sim! Ah! Você está falando da Fatinha da Galera. Era o codinome dela. Ela revolucionou o jornalismo esportivo em Roraima como repórter mulher na arquibancada. Ela ia para a arquibancada, ia para o meio da galera mesmo, ouvia o pessoal. Numa época em que Roraima tinha o esporte muito desenvolvido em termos de público. Quando eu cheguei aqui, em 1981, o Baré e Roraima, na semana que tinha jogo, era uma maluquice. Famílias dos torcedores dos times se movimentavam. Não tinha como qualquer atleta vestir a camisa do adversário. A rivalidade era imensa.

A Fatinha chegou de São Paulo e conseguiu penetrar nesse mundo absolutamente machista, de repórteres esportivos de campo. Ela era da Rádio Equatorial, isso depois de 1984, porque nesse ano, entre setembro e outubro, eu fui gerente da Rádio Equatorial por um mês e meio, a pedido do Chagas Duarte, meu padrinho do Rotary e colega de trabalho, porque queriam que ele fosse, e ele me pediu que eu só fizesse a transição, pois a propriedade da casa estava mudando. Então, não me recordo muito, mas acho que foi entre 1985 e 1987, não lembro bem.

30 – Quais editorias as mulheres passaram a ocupar no seu jornal, Fernando?

RESPOSTA - Era clínica geral. Esporte não, mas qualquer matéria que precisasse ser feita, cultura, política, educação, relação entre garimpeiros e fazendeiros, que a Kátia era especialista e a Leda Martins também fazia. Tivemos alguns colonistas. Tivemos algumas colunas, por exemplo, a Simone Gabra, que era do RJ e veio acompanhar o marido que era médico. Ela era muito jovem e professora da UFRR, uma das primeiras, dava aula de Português Instrumental e Literatura. Ele escrevia sobre saúde, era meu companheiro no Rotary, e ela escrevia sobre literatura e analisava livros. Eu lembro que lançaram o livro “O martelo das feiticeiras”, que fez um baita de um sucesso, e ela fez uma análise, junto com outras duas mulheres, cada uma com uma visão.

Nós investíamos demais na cultura e matéria para mulher não era só de cultura, culinária. Era política, entrava na política. A Kátia sempre foi desse tipo; a Leda nunca rejeitou desafios, pelo contrário. Eram profissionais.

31 – Preciso que vc faça uma análise dessa participação feminina, incluindo a conquista do Esso.

RESPOSTA – Foi fundamental. Aquela pauta era da Kátia, ela que descobriu a pauta. Lembro como se fosse hoje, era maio de 1991. Ela entrou na redação e disse: “Olha, tem uma pauta da Assembleia, com três ou quatro deputados”. Eu me lembro que eram o Édio Lopes, a Vera Regina e o Renan Beckel, esses eu lembro bem. “Eles vão lá na fronteira. Tem um avião do Zé Altino (**líder garimpeiro**) para acompanhar, e eu gostaria de ir”. Dissemos que não tinha problema e ela disse que não dava para ir fotógrafo, e talvez nem ela conseguisse ir, porque o avião estava lotado. Havia um fotógrafo e um repórter de outro jornal, que não era da *Folha*, mas eu não lembro de onde eram. Aí a Alita, irmã do Zé Altino, disse para eles: “Vai o fotógrafo ou o repórter; os dois não dá”. O repórter foi e o fotógrafo ficou, e a Kátia foi. Continuava sem fotógrafo. Mas também estava no voo o dono do “Correio do Garimpo”, que foi um jornal pequeno, que apareceu por aqui, o Rubem Lampião.

O Rubem Lampião foi o cara que fez a foto daquela capa, que “rasgou” a primeira página toda para dar um choque. E ele cedeu a foto para nós, e a Kátia foi.

Quem diagramou a página interna foram o Plínio e a Rosana. Inclusive, os dois tinham até uma brincadeira, porque quando chegou na segunda-feira, o Plínio disse: “Rosana, eu disse para colocar o olho de um lado e a foto do outro, e você trocou”. Quando saiu o prêmio Esso ela disse: “Plínio, foi naquela troca que nós ganhamos, entendeu, quando nós trocamos, foi aí que nós ganhamos o prêmio”.

A Kátia queria dividir conosco o prêmio em dinheiro; isso era maluquice. Ela foi a autora da reportagem. Nós fizemos correção de texto? Fizemos, mas fazíamos de todo mundo, fazíamos de nós mesmos, inclusive do excelente Silvio de Carvalho, que ficava louco. Dizia que o texto dele ia para a correção e vinha azul e preto. Preto do teclado e azul, todo riscado, todo ajustado. Eu dizia, desculpa Silvio, é mania mesmo, porque era o mesmo jeito.

O Plínio? O Plínio teve uma visão muito boa da diagramação da página junto com a Rosana. Sentaram, conversaram e tiveram uma visão técnica muito grande, porque ele tinha a visão técnica e ela era a estética. Ela é uma artista plástica formada, com graduação na UnB, uma das maiores universidades desse país. Então, foi uma união de talento para dar certo, com a coragem de um empreendedor. Disso eu não abro mão.

32 - A pauta foi da Kátia, e a ideia de inscrição no prêmio de quem foi?

RESPOSTA – Foi nossa. Mandamos cinco matérias. Quando chegou a confirmação do prêmio na hora do almoço, a Kátia estava na redação, que funcionava no prédio da Ville Roy, em cima da antiga Loja Perin. A Kátia leu o fax e ligou para minha casa, porque estava na hora do almoço, e disse: “Fernando, ganhamos o Prêmio Esso”. E eu disse: “Como?”. Ela respondeu: “Ganhamos! Chegou um fax aqui”. Eu perguntei quem foi e ela disse: “Não sei, chegou aqui apenas dizendo que nós ganhamos o Prêmio Esso”. Daí eu liguei para o Plínio para dizer, e ele não falava, ele não falava, ele não conseguia falar. Eu dizia, Plínio, nós ganhamos o Prêmio Esso, e ele não falava. Ele só disse: “Estou indo para o jornal”. Fomos os dois para o jornal; a Kátia já estava lá. Eu mandei comprar uma garrafa de champanhe estrangeira para a gente estourar, e é a foto que está na capa “O Prêmio Esso é nosso”. Nós estouramos a champanhe, eu de um lado e ele do outro e a Kátia no meio com a garrafa de champanhe, porque o mérito é total dela.

33 – Quais os impactos do Esso para Roraima? Mudou alguma coisa depois disso?

RESPOSTA - Olha, mudou, as pessoas passaram a acreditar que tinham capacidade para ganhar prêmios. Foi o primeiro semanário a ganhar o prêmio Esso Regional Norte e o único até hoje. Só tinha Prêmio Esso para o Liberal, A Crítica, Província do Pará, Jornal do Comércio, de Manaus, todos diários.

E nós não ganhamos no ano seguinte, que não teve ganhador, porque perdemos o prazo de mandar matéria.

34 – De modo geral, dentro da pesquisa de 1940 até 1970, não se encontra muitas mulheres nas redações, só a dona Nenê Macaggi. Queria pedir tua análise como profissional, como quem veio do Rio de uma experiência diária para semanal e mensal, se existia aqui alguma orientação para contratação por gênero ou não?

RESPOSTA. Não havia restrição. Faltava disponibilidade, acho que até por inibição, mas sinceramente não tinha nenhuma regra escrita ou não escrita de “não às mulheres na nossa redação”.

35 – E sobre as mulheres cobrindo polícia, política e esporte, também não?

RESPOSTA – Não, nada. A Sandra Lima foi repórter de Polícia, tanto que entrou para a Polícia. Nunca houve de ninguém, de nenhum dos jornais, orientação nesse sentido. O Péricles tinha, não uma repórter, mas ele tinha equipes com mulheres dentro da redação dele. Então, nenhuma orientação, nada, zero. Não tinha isso. Era talento; ou você tem talento ou você não tem. Não tem duas formas de analisar isso.

36 – Dentro desse contexto que você colocou, que a Gazeta Feminina precisou trocar de nome, por causa do machismo, o que você classificaria como dificuldades enfrentadas por elas para o exercício da profissão de jornalista?

RESPOSTA – É difícil, você num cenário como esse, é difícil. Quando o próprio público feminino não exige... vocês são maioria, são as donas do mercado, só não sabem disso, quer dizer, a grande maioria ainda não entendeu isso, ainda não percebeu isso, que vocês têm em mãos uma capacidade absurda de ter sua opinião imposta e aceita. Porque vocês são parte da sociedade, não tem essa discriminação, essa diferenciação, isso não pode existir, isso é absurdo, é contrário ao bom senso. O problema é que as mulheres se acomodavam na época, pensavam que era isso mesmo e tal. Vou contar uma história para você, a última. A Daysy saía muito para fazer palestras, foi a primeira conselheira federal da Ordem dos Advogados no Norte do Brasil e a segunda no Brasil. A primeira foi advogada de Sergipe, dois anos antes. Então, ela viajava muito. Nós assistíamos a uma palestra, porque eu estava junto, em 1985, em Florianópolis. O Sarney tinha acabado de implantar a Delegacia da Mulher, e a atriz Ruth Escobar era responsável pelo programa de mulheres, algo assim. Ela contou um episódio da implantação da primeira Delegacia da Mulher no Brasil, que foi em São Paulo. Foi o caso da mulher agredida pelo parceiro, o primeiro caso registrado. A delegada era uma mulher. Ela mandou policiais irem pegar o sujeito. A delegada perguntou: “O senhor bateu nela?”, ele disse que sim, e ela perguntou o porquê? Ele se justificou: “Doutora, ela passa o dia vendo televisão, não cozinha, não lava, não passa, não faz nada, doutora”. A delegada, então, repreendeu a vítima: “Não, minha filha, aí ele tem razão”. Revoltada, Ruth Escobar entrou na sala do presidente Sarney, ela era portuguesa, e falou: “Oh, Sarney, tu precisas resolver isso, porque primeiro precisa mudar as cabeças das mulheres, para depois colocar uma Delegacia de Polícia, porque elas estão com uma cabeça masculinizada. Porque a mulher não passa, não cozinha, não lava, e o cara vai encher de porrada. Isso é um absurdo”. A plateia se esbaldou de rir, mas era uma verdade e aquilo tinha acabado de acontecer. Então, de lá para cá, mudou. Aqui, a primeira delegada da mulher foi a Ângela Lobo, advogada da União. Nós, eu e Daysy, encontramos com ela esses dias aí, na Praia do Leme (RJ). Ela se aposentou e está morando

no Rio de volta, o marido era piloto da Varig. Ela foi Secretária de Segurança e a primeira delegada da Mulher. Foi o governador Getúlio Cruz que a nomeou.

Por mais incoerente que possa parecer, Rebeca, o caso de uma falta de público para um jornal feminino não interferiu na inexistência de mão de obra feminina nos jornais. Não tem ligação direta nenhuma. Não havia era mão de obra disponível, ou pelo menos, que fosse capaz de dizer “tem uma vaga para mim, aí?”, como os homens faziam.

APÊNDICE C

Entrevistada: Maria Lionete Madeira da Silva de Souza Cruz
Local da entrevista: Apartamento da entrevistada em Boa Vista
Dia: 03/11/2022 - Duração: 25min48seg

ENTREVISTA COM LIONETE MADEIRA

Maria Lionete Madeira da Silva de Souza Cruz, nasceu em Boa Vista/RR, e a família de Surumu. Começou a trabalhar adolescente, aos 15 anos. Casada, escolheu viver na tranquilidade da zona rural de Boa Vista. Foi uma das primeiras colunistas da *Folha de Boa Vista* (fev/1984 a mar/1985) e do *Jornal Boa Vista* (nov/81 a jul/83 - último exemplar encontrado na Imprensa Oficial).

Perguntas

1 – Quem é Lionete Madeira, onde nasceu e como foi seu primeiro contato com jornais impressos?

RESPOSTA – O primeiro contato ocorreu no final de 1979. Fui contratada como Artífices de Artes Gráficas da Imprensa Oficial. Comecei trabalhar como secretária do diretor do jornal. Aí depois eu comecei exercer outras funções. Fui para a parte de encadernação do jornal, que o jornal era impresso lá na Imprensa. Passei um tempo lá, depois trabalhei na área de composição, ajudava meu amigo Anísio na diagramação. Eu sei que eu me metia em todos os lugares lá, sabe, para aprender. Eu queria aprender tudo, sabe? Tanto que até revelar fotografia eu aprendi, só que agora eu não sei mais, né, eu esqueci. Depois eu comecei e escrever.

2 - Foi incentivada por alguém?

RESPOSTA – Sim, pelo Péricles. O Péricles que me incentivava, sabe.

3 - E a senhora começou escrevendo sobre o que?

RESPOSTA – A coluna social. Aí depois eu tinha uma página de moda do jornal e depois comecei a vender publicidade para o jornal. Casa Lira, essas lojas antigas eram nossos clientes. Aí depois comecei a promover eventos, tipo festas infantis, desfiles de moda. Trabalhei parte do tempo com isso aí também. E isso escrevendo a página social.

4 - (03:15) A senhora ficou até fechar o JBV na página social e depois a senhora passou a colaborar com a *Folha de Boa Vista*, escrevendo a página social. Pela minha pesquisa, a senhora ficou na *Folha de BV* de fevereiro de 1984 a março de 1985. Depois disso a senhora continuou escrevendo? (para ajudar na memória, localizei seu nome no Expediente JBV na função “Fotocomposição” (edições de 301 a 309 – julho a outubro de 1981, junto com Lucrécia Alves Guimarães) e escrevendo a coluna social do JBV (nov/81 a jul/83 - último exemplar encontrado na Imprensa Oficial) e na coluna social da FBV (fev/84 a mar/85).

RESPOSTA – Não, eu parei. Aí eu casei, tive meus filhos e fui parando aos poucos. Aí comecei trabalhar nas assessorias de comunicação. Trabalhei um tempo na Assessoria de Comunicação do Palácio e depois da Setrabes. Isso depois da *Folha*. Depois da Setrabes, eu trabalhei um tempo da Assessoria de Comunicação na Secretaria do Aniceto Vanderley, não lembro o ano agora. Mas foi pouco tempo, eu precisei sair. Eu comecei a fazer outras coisas.

5 - Então, a senhora saiu do jornalismo?

RESPOSTA – Saí a partir de 2005.

6 - Nesse período que a senhora atuava na imprensa, a sua família apoiava?

RESPOSTA – Sim, apoiava. Minha mãe, minhas irmãs. Depois eu casei, meu marido. Sempre tive apoio. Dos meus amigos.

7 - A senhora chegou a pedir o registro profissional?

RESPOSTA – Não. Assim, mas por falta de interesse mesmo.

8 - Mas passou na redação alguma orientação da necessidade de ter registro?

RESPOSTA – Não, na época às pessoas não davam muita importância para isso não, entendeu.

9 - Quais jornais a senhora atuou em RR, quais funções desempenhou e como era desenvolver essas funções (por exemplo, trabalhava na redação ou escrevia em casa/outro trabalho e levava o texto pra entregar, já que o jornal não era diário; datilografava o texto.

RESPOSTA - Fui colunista social, tive uma coluna de moda, promovia eventos e vendia anúncios para o jornal.

10 - A senhora tem como explicar, porque encontrei seu nome, a diferença entre fotocomposição e composição de textos; e o que diferenciava a “composição de texto” da “diagramação” no Jornal Boa Vista?

RESPOSTA – A fotocomposição, como eu te falei, a gente fazia num computador que tinha lá, a gente digitava, aí depois pegava, não me lembro agora como era o procedimento bem, mas você imprimia com um material, tipo fosse um material fotográfico, entendeu.

E a diagramação era um outro processo. Porque você pegava aquela matéria que estava redigida, aquele texto que estava redigido e levava pra diagramação, que era outro setor.

11 - Mas redigido no papel?

RESPOSTA – Era num papel apropriado. Não era esses papéis assim (A4), era tipo papel de fotografia. Dependendo do tamanho do texto da diagramação, a gente digitava lá no computador aquele tamanho. Tipo, 20 centímetros, 10 centímetros, 5 centímetros, aí tinha uma medida toda, certinha, para ir pra aquela página. Era uma coisa muito artesanal.

12 - Isso tudo era feito no olhômetro para definir, por exemplo, aqui vai três colunas, 20, 25 centímetros? Era muito essa questão da experiencia de saber olhar para identificar...

RESPOSTA – Não, era tudo feito assim, aquele tamanho da página era feito numa cartolina. Aí o Anísio, que era o diagramador, ele cortava com estilete aquele tamanho que ia ser. Vamos supor, se fosse uma página de 25cm, eu não me lembro, mais ou menos, aí aqui seriam duas chamadas, duas matérias. Aquela página ficava praticamente pronta, e você só encaixava as matérias naquele espaço. Então, bem artesanal.

13 - E mudou alguma coisa para frente, de manual para mais digital?

RESPOSTA – Pois é, nessa época aí ainda não tinha digital, lá na Imprensa. Depois que passou para *Folha*, aí foi que começou a mudar, né, que foi mais para esse rumo digital. Mas era tudo muito manual, muito artesanal lá na Imprensa. E dava um trabalho danado.

Para fechar o jornal, que era semanal, a gente passava, vamos supor, se não conseguisse fechar durante o dia, a gente passava a noite todinha e ia pra casa de manhã. Era a noite todinha naquele jornal, até fechar, sabe. Porque a gente recebia ordens do Palácio, então ficava aguardando as matérias que o governador mandava, que a assessoria de comunicação do Palácio mandava para nós, e só podia fechar depois que isso acontecesse. Então, ficava 24h trabalhando, ali era duro.

14 - Era comum, dona Lionete, encontrar mulheres nas redações de jornais ou produzindo jornal no tempo que a senhora trabalhou no Território? Como era essa participação, quais funções e cargos ocupavam, quais editorias estavam vinculadas? Elas cobriam pautas políticas e de esporte, por exemplo?

RESPOSTA – Eu só lembro assim, da Imprensa, que é do *Jornal Boa Vista*. Porque eu não trabalhei lá, no lugar da *Folha*, na redação, a gente mandava as matérias. Eu nunca trabalhei lá, a gente mandava as matérias e eles publicavam.

15 - A senhora mandava como, mandava carta, era manuscrito, datilografado...?

RESPOSTA – A gente datilografava, mandava tudo datilografado e lá eles que montavam. Montando, trabalhando montando, só lá na Imprensa, no *Jornal Boa Vista*.

16 - Falando sobre o *Jornal Boa Vista*. Que funções essas mulheres ocupavam, e se elas cobriam Polícia, Política, Esporte, porque não era muito comum encontrar mulheres.

RESPOSTA – Eu já cobri até Polícia, página policial (risos). Eu gostava de desafios, sabe. Era tipo assim. Eu era bem novinha e eu queria era fazer as coisas. Por exemplo, no final de semana, eu dizia: “ah, eu vou cobrir a página policial”. Eu me oferecia e ia para algum lugar que ocorresse alguma coisa.

17 - A senhora ia só ou ia com repórter-fotográfico?

RESPOSTA – Eu ia com o fotógrafo.

18 - E a senhora lembra de mais mulheres?

RESPOSTA – Pois é, eram poucas.

19 - E ao que a senhora atribui essa pouca participação, dona Lionete? Era porque era à época, era porque existia inibição...

RESPOSTA – Eu acho que era na época, à época era mais voltada para os homens nessa área. Então, tinha pouca mulher na composição do jornal, e eu não estou falando, assim, na colaboração como jornalista, que tinha bastante nessa área do jornalismo. Não fazendo jornal, mas colaborando com reportagens.

20 - Como assim?

RESPOSTA – Fazendo jornalismo, tipo assim, fora escrevendo e mandando matérias, essas coisas, entendeu? Mas fazendo o jornal eram mais homens.

21 - E essas mulheres que escreviam matérias para o jornal eram para sair nas páginas? Quem eram elas?

RESPOSTA – A Consuelo, por exemplo. A Consuelo era assessora de comunicação do Palácio, e ela mandava muita matéria para lá. E com a Consuelo também trabalhavam outras mulheres. A Cida Gomes, mas tinham outras mulheres, que agora eu não me recordo.

22 - Mas não era dentro da redação, cobrindo pautas, elas trabalhavam na assessoria do governo e mandavam matérias...

RESPOSTA – Sim, agora na confecção do jornal era mais para homens. Eu acho que eram 95% de homens.

23 - A senhora é roraimense, trabalhou com a dona Nenê Macaggi. Eu pergunto, a senhora se recorda de mulheres que tenham trabalhado antes de 1970, além de dona Nenê Macaggi? Porque depois a gente encontra a senhora, a Lucrécia, enfim, outras mulheres.

RESPOSTA – Não, eu só conheci a dona Nenê. E tinha também a Consuelo, que é um pouco mais velha do que eu. Ela começou antes, né. Conheci, assim, não trabalhando, porque como eu comecei a trabalhar muito nova, com 15 anos, então foi quando eu comecei a conhecer as pessoas, entendeu. Então, eu não tinha interesse em saber, porque muito nova, muito adolescente ainda.

24 - Dona Lionete, a senhora teria como falar sobre quais as dificuldades e desafios enfrentados por uma mulher para exercer a profissão de jornalista nesse período?

RESPOSTA – Olha, falando por mim, né, eu não senti nenhuma dificuldade não, muito pelo contrário. Eu achei que foi muito fácil, foi muito bem aceito em todos os sentidos, tanto de trabalhar como se relacionar com outras pessoas do ramo jornalístico, e também de outras áreas. Eu nunca tive dificuldades, entendeu. E assim, não conheço alguém que tenha tido. Pode ser que tenha, mas eu não desconheço essa parte, eu sei que para mim foi tudo muito tranquilo, sempre eu era muito bem aceita em todas as coisas que eu fazia, tudo, eu nunca tive dificuldade com nada.

25 - Dentro desse período que a senhora trabalhou, a senhora sofreu ou presenciou alguma cena que hoje pensando seria preconceito por ser mulher, piadinha machistas?

RESPOSTA – Nunca. Eu sempre tive muita sorte. Não sei se foi sorte ou é porque tinha que ser assim mesmo. Ninguém nunca me faltou com respeito, em nenhum lugar. Não presenciei e nem sofri no meu ambiente de trabalho.

26 - Nem de nenhum entrevistado?

RESPOSTA. Nunca, todo mundo muito respeitoso, sabe. Eu até conversei com o Joel (marido) sobre isso, que eu digo, Joel, eu sempre dei muita sorte na minha vida, porque eu sou muito, tipo assim, para dar resposta. Se algo me ferir, eu falo logo. Então, eu tive muita sorte que isso não aconteceu comigo.

27 - A senhora se recorda se na hora da contratação, chegava lá alguém pedindo emprego, se tinha alguma orientação por gênero? Tipo assim, a preferência é para homens, ou isso nunca existiu ou a senhora nunca presenciou?

RESPOSTA – Tinha as funções que eles preferiam que homens exercem, geralmente na impressão gráfica, que era só homens, não tinha mulheres. Mas não tinha orientação.

29 - Ao que a senhora atribui essa pouca participação das mulheres nas redações?

RESPOSTA – Eu acho que era a formação mesmo. Porque as mulheres que trabalhavam elas eram mais no almoxarifado, em outros setores. Do jornalismo, depois veio o Péricles, que foi diretor do jornal, veio a Sandra, que era de São Paulo, então foi a única mulher que tivemos como diretora do jornal. Tinha as colaboradoras que era a Lúcia, a dona Lucrecia e eu. Só. Aí tipo, na parte da impressão do jornal, aí já era mais os homens.

30 - A senhora falou que não tinha nenhuma orientação quanto a gênero. Analisando a história que a senhora viveu, a história que nós temos da pouca participação, então seria pouco interesse delas em participar?

RESPOSTA – Eu acho, sim, que era isso. A falta de interesse das mulheres em ingressar nessa área. Eu acho que era isso, porque pelo tempo que eu trabalhei, eu nunca vi “ah, você não vai trabalhar porque é mulher” ou então “ah, essa vaga é para homem”. Não, não tinha. Tinha aquele serviço que era mais para homem, porque... porque eu também não sei, mas acho que as mulheres não se apresentavam. Acho que foi mais falta de interesse.

31 - Pelo nosso levantamento até o momento e até em entrevistas, a primeira mulher jornalista exercendo a profissão/função foi a dona Maria Macaggi, a dona Nenê, que veio para Roraima ainda na década de 1940. A história diz que ela chegou sozinha, de calças comprida no porto de cimento (onde hoje é a Orla). Certamente esse fato chamou a atenção da pequenina cidade. Você conhece essa história ou outra que envolva a chegada da dona Nenê a Roraima?

RESPOSTA – Eu não presenciei, mas a minha mãe me contava que ela quando chegou aqui, ela andava muito na área de garimpo. Aquela história que eu te falei, que ela visitava as fazendas do meu tio no Surumu. (22:06) Então, quando ela ia visitar essas áreas de garimpo, ela ficava hospedada lá nessas fazendas do meu tio Elias Madeira, que a mamãe também morava nessa época lá. Ela se hospedava na fazenda do meu tio Elias Madeira, no Surumu, e minha mãe morava lá, nessa época. E eles tratavam muito bem, muito cordial. Ela gostava de comer pinto, ela não gostava de comer galinha. E a mamãe fazia aquelas comidas que ela gostava, entendeu. E ela gostava muito da mamãe e do meu tio. Quando eu comecei trabalhar na Imprensa, ela já estava lá, ela já trabalhava lá, ela tinha uma mesa do lado esquerdo na sala. Eu sentava com ela, que eu fazia revisão do jornal, a gente fazia juntas. Só dessa época que eu conheço ela, que ela escrevia para o jornal e escrevia livros também.

32 - Dessa passagem pelo Surumu, ela se hospedava para seguir viagem? Porque parece que ela tinha algo na Água Fria, eu li algum livro, alguma referência sobre Água Fria.

RESPOSTA – Pois é, assim, de outras regiões eu não sei te informar, porque a gente não conversava muito.

33 - Ela era muito reservada?

RESPOSTA – Ela era. Bem rígida. Ela era muito exigente. Você não podia falar errado, porque se ela ouvisse você falando errado, ela já ficava com pé atrás com você, entendeu.

34 - Mas ela chamava a atenção “fulana, não é assim” ou não?

RESPOSTA – Chamava, chamava, ela chamava a atenção.

35 - E quando era em textos, no outro dia ela falava “olha fulano, você errou nisso, não erre mais”?

RESPOSTA – Não, ela não era assim, não, porque sempre sai erro na digitação. Erro de digitação mesmo, que acontece. Até hoje no telefone, as vezes a gente vai digitar uma palavra, sai outra, e se tu não prestar atenção você já manda a palavra errada. Era mais isso.

36 - Alguma coisa a mais que a senhora

RESPOSTA - Acho que a gente já falou sobre quase tudo. Do jornal é isso aí.

Muito obrigada pela sua contribuição.

APÊNDICE D

Entrevistada: Fernando Estrella

Local da entrevista: Inicial por áudio de WhatsApp e presencial na sala de reuniões da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL).

Dia: 28/10/2022 - Duração: 1h19min

ENTREVISTA COM MANOEL FERNANDO SOARES ESTRELLA

O carioca Fernando Estrella, 64 anos, jornalista, iniciou as atividades no ano de 1977, no Rio de Janeiro, como assistente e iluminador em um estúdio privado. Estrella chegou a Roraima no final de década de 1970. Com mais de 44 anos em solo roraimense, atuou como repórter, fotógrafo, câmera, produtor de programas, empresário do ramo de turismo.

Estrella é um dos idealizadores do jornal “*Folha de Boa Vista*”, fundado em 21 de outubro de 1983, juntamente com Sandra Tarcitano, Cosette Espíndola e Cícero Cruz Pessoa. Mas antes de conversarmos sobre a *Folha* e a participação das jornalistas mulheres na imprensa de Roraima, queremos saber quando e o que o trouxe a Roraima?

Com mais de 40 anos de trabalho, **conte-nos um pouco da sua trajetória profissional/carreira e se você conseguiu se aposentar de vez da profissão de jornalista, ou continua contribuindo com seus textos/fotografias para algum veículo/portal/blog?**

RESPOSTA sobre o que o trouxe para Roraima?

O que me trouxe a Roraima foi oportunidade. Eu tinha um tio que tinha vindo para cá e gostado, e eu fui convidado para vir aqui fazer as fotos do casamento dele em novembro de 1979. Passei uma semana, passei a ver as possibilidades e voltei para o Rio de Janeiro. No final de dezembro eu decidi que viria para cá. Troquei todo meu equipamento fotográfico que tinha por uma passagem aérea e vim. E ao chegar aqui, comecei minhas atividades como fotógrafo, repórter fotográfico e fui ficando. Trabalhei na Codesaima e com dois meses de Codesaima, fui requisitado para ir para a Assessoria de Comunicação do Palácio. Fiquei lá por quatro anos. Foi prazeroso chegar aqui naquela época, em um local desconhecido para todos os brasileiros e com novas oportunidades para quem queria crescer, como eu, que tinha 20 anos na época.

Sobre a trajetória?

RESPOSTA - Minha trajetória como repórter fotográfico no Rio de Janeiro, como *freelance* numa empresa chamada Discos CBS, que hoje se chama Sony. A gente trabalhava no estúdio, com capa de discos, como assistente, laboratório, fazia de tudo que solicitavam. Depois eu fiz uma capa de disco para um guitarrista chamado Robertinho de Recife. A partir dessa capa, ele me convidou para eu ficar com ele, e eu fiquei com ele quase um ano, nós produzimos um disco juntos, a parte de assessoria, contratos de shows, apresentações a gente fazia. E aí integrei a equipe do ***By Tropical (?)***, que na época foi um show de grande repercussão no Brasil, e ficou em cartaz durante um ano inteiro no teatro do Leblon, no Rio. Depois de um ano, eu sai de lá. Depois dessa trajetória, quando eu cheguei a Roraima, eu comecei a fazer fotografia, fiz aniversários e comecei a fotografar aos poucos. E aí fui convidado a trabalhar no Palácio do Governo, na Assessoria de Comunicação, e fiquei lá junto com a Consuelo por alguns anos. Só que lá a gente não fazia só fotografia; fazia texto, projeção de *slides*. Primeira providência foi montar um laboratório fotográfico na Imprensa Oficial, onde funcionava a sede do *Jornal Boa Vista*, que era um jornal do Governo. Então, a gente fazia na época lá, material fotográfico da Assessoria de Comunicação e parte da equipe do *Jornal Boa Vista*. Foi o primeiro laboratório em Roraima de revelação de *slides* coloridos. Então, eu fiquei responsável por essa montagem. Também eu trabalhava com a área de audiovisual, que naquela época se usava muitos *slides* para audiovisual, que na época era o governador Ottomar Pinto, que utilizava esse serviço de produto para fazer a apresentação do Estado país a fora.

Com as mudanças na área de governo no Território Federal, eu, mais duas jornalistas e um administrador ... eu, Sandra Tarcitano, Cosette Espíndola e Cícero, nós começamos a ver a possibilidade de ter um jornal diferenciado aqui no Território. Seria um jornal semanário, inicialmente. Depois de umas reuniões, nós conseguimos traçar o plano de lançamento do jornal, que seria o jornal *Folha de Boa Vista*, que foi lançado em 21 de outubro de 1983.

Mas nós tínhamos um grande empecilho, que foi o jornal do governo, que mal ou bem, era concorrência. Então, qual foi a nossa estratégia? A gente começou dentro do jornal do governo, falar mal do governo, e como naquela época estávamos na ditadura, tínhamos um brigadeiro nomeado, que era governador Brigadeiro Vicente Morais, ele solicitou que o jornal fosse fechado, que não estava atendendo o que

deveria. Quando o jornal foi fechado, para nós foi uma grande alegria, porque nós conseguimos lançar o jornal.

A *Folha de Boa Vista* no início, 90% da cidade apostava que não passaria do 1º número. E aos poucos o jornal foi se firmando. Todos apostavam que o jornal era de grupo político, e nós tínhamos idealizado uma linha editorial completamente independente e desvinculada de qualquer grupo político, seja de situação ou de oposição, de direita e ou de esquerda. O nosso compromisso era com o leitor, com aquela pessoa que comprava o jornal. Tanto que na primeira edição nós tínhamos quase 500 assinantes, pagando a assinando o jornal. Isso gerou um fluxo de caixa legal, e a gente pode manter as coisas.

E todos faziam de tudo, escrevia, fazia fotografia, nós tínhamos charge. A gente fazia de tudo. O jornal começou a circular e a ter credibilidade junto à opinião pública. E nós estivemos a frente desse jornal durante anos (de 1983 a abril de 1988). E nesse período, eu fui correspondente da *Veja*. Quando o Plínio chegou a Roraima, nós fizemos muitos trabalhos juntos para o *Estado de S. Paulo*, chegamos a pegar matéria de capa. Então, a gente teve uma trajetória bem legal, nesse período de crescimento do jornalismo, principalmente do jornalismo impresso, que era uma novidade um jornal independente, que falava mal do governo, falava mal da prefeitura, criticava A, B ou C, mas tinha compromisso com aqueles que iam na banca comprar nossa edição. Então, eu penso que isso foi um grande marco na história do jornalismo no Estado de Roraima.

Ao longo dos anos, as coisas foram se passando, foram crescendo, eu deixei a Assessoria do Governo na época que o Getúlio Cruz assumiu o governo, que nós já estávamos com o propósito de lançar um jornal diário. Inicialmente começamos a fazer o jornal três vezes por semana, depois passou a ser diário. Foi quando no oitavo ano, o grupo do Getúlio Cruz comprou a *Folha de Boa Vista* e foi tocar o jornal.

Umás semanas depois (de vender), eu fui lançar outro jornal semanário chamado *O Jornal*. Inicialmente ele foi feito metade em português e metade em castelhano (espanhol), porque ele circulava semanalmente em Boa Vista e Santa Elena de Uairém (Cidade venezuelana fronteira com o município de Pacaraima, no Brasil). Na época era uma cidade que tinha um comércio muito forte, preços atrativos e as pessoas iam fazer compras lá. Depois eu fiquei com esse jornal durante uns quatro, cinco anos, eu não lembro bem. Eu sei que em 1990, eu fui convidado pelo então senador César Dias, para compor a equipe de comunicação dele, e comecei a trabalhar no Senado Federal. Fiquei lá por dois anos. Quando sai do Senado fui para o Ministério da Educação, para a Delegacia Regional, fui assessor e delegado substituto.

E a vida nunca parou em termo de jornalismo. Nós tivemos, eu e outros jornalistas, como fundadores do Sindicato de Jornalistas, tivemos uma participação bem ativa. O grande legal disso tudo é que na década de 1980, quando a ditadura militar ainda estava no poder, nós tínhamos um relacionamento, mesmo sendo um jornal que não tinha compromisso com grupo político nenhum, nosso relacionamento até tranquilo com os dirigentes militares. Apesar de algumas vezes tivemos sugestões de censura, de comparecer para uma conversa na 2ª Seção do BEF (Batalhão Especial de Fronteira). Então tivemos esses percalços, mas nada que assustasse a gente e que mudasse o nosso rumo com relação ao jornalismo aqui em Roraima.

Saímos do Senado, fomos para o Ministério da Educação e de lá para o Ministério da Agricultura, trabalhando na área de comunicação social, escrevendo matérias para a nossa agência de notícia do Ministério, para *freela* para outros estados. Depois ainda participamos com uma empresa de turismo, porque sempre vislumbramos o turismo como uma boa alternativa para o Estado, mas nunca deixamos de lado o jornalismo. No Ministério da Agricultura, eu fiz cinco documentários institucionais de quase uma hora de duração, na área de defesa agropecuária, que rodaram o mundo, que foram apresentados em feiras e conferências internacionais como Paris, Bolívia, Colômbia, Argentina e nas principais capitais do país. Desse trabalho culminou, em 2020, com o último documentário que eu fiz sobre a mosca da carambola, que foi apresentado em outras capitais, em Georgetown, e que me deixou muito satisfeito e corou com êxito a minha profissional antes de me aposentar, essa produção de material audiovisual de cinema, de documentários.

Depois de aposentado há três anos, eu não parei, eu escrevo para algumas agências de notícia de Brasília e São Paulo, quando me solicitam serviço. Fiz bons materiais nesses últimos anos, e o que me deixou mais contente com esse material produzido, é que as minhas constatações, as minhas denúncias do que ocorreu, do que vinha ocorrendo aqui nas fronteiras, alertou as autoridades e providências foram tomadas. Isso é muito legal porque você vê o resultado do seu trabalho.

Por último, na categoria de Cinema, eu ganhei o prêmio da Assembleia Legislativa dos 30 anos, com o vídeo que tratou a relação da imprensa no período de Território Federal a transformação em Estado, o papel da imprensa junto à Assembleia Legislativa quando foi implantada. Então, eu ganhei o prêmio de primeiro colocado em dezembro de 2021. Nesse ano (2022), estamos na produção de um documentário

institucional, de 1h20minutos, que fala um pouco de direitos humanos, contando a história da família de líderes indígenas venezuelanos obrigados a fugir para o Brasil e que estão aqui como refugiados e são fugitivos do governo socialista de Maduro. Esse vídeo está sendo finalizado e vamos escrever em alguns festivais de cinema brasil e mundo a fora. Porque é um apelo muito grande com relação essa parte de direitos humanos.

PERGUNTAS

1 - Qual seu primeiro contato profissional com jornais impressos, quais jornais você trabalhou em Roraima e como eles eram produzidos à época (era impresso aqui, tinha espaço redação estruturado, equipes formadas, as matérias eram na maioria locais ou nacionais, circulava semanal, quinzenal ou mensal)?

RESPOSTA - O meu primeiro contato com jornais impressos foi no *Jornal Boa Vista*, do Governo do Território de Roraima, que circulava uma vez por semana, tinha uma estrutura montada e a gente começou a participar em 1980. Trabalhamos com o Péricles Perruci, Fernando Quintella, Consuelo Oliveira e outros profissionais. A partir disso, começamos a introduzir algumas coisas no jornalismo de Roraima, que era o fotojornalismo mesmo, que foi implantado.

E a partir da criação da *Folha de Boa Vista*, quando a gente estruturou a *Folha*, ela era impressa em Manaus, no jornal *A Crítica*. Então, nós tínhamos que preparar o material, botar no envelope, e naquela época tínhamos só dois voos comerciais na rota Boa Vista-Manaus. A gente mandava o material envelopado para Manaus, com isso a gente conseguia dizer o que era para destacar e o diagramador montava o jornal e mandava no voo de sexta-feira à tarde. E o jornal circulava às sextas-feiras já na parte da tarde. E nós tínhamos uma redação estruturada.

Ao longo do tempo, começou a aparecer o fax, a gente implantou o telefoto. Então, a gente já podia enviar imagens para fora via telefone, e isso foi uma grande conquista nossa. A gente começou a utilizar telex para digitar matérias e mandar para Manaus. Então, foi evoluindo. Até que a gente começou a mandar foto via telefoto e o material via fax. Mas aí nós começamos a descobrir que tínhamos potencial de fazer aqui no Estado para montar a redação e a impressão aqui.

Nós fomos a São Paulo, compramos duas carretas de material para montar uma oficina gráfica, e depois de seis meses o jornal *Folha de Boa Vista* circulando e sendo impresso em Manaus, chegaram as primeiras carretas. A gente com oito meses de fundação começou a fazer jornal impresso aqui em Roraima. Isso foi uma grande vitória, primeiro, porque a gente passou a ter o parque gráfico, passamos a ter domínio sobre o que era escrito e era diagramado. O que era legal para abrir página, o que não era. Abrimos o mercado de trabalho na área de gráfica, começamos a contratar pessoal e começamos a abrir também para estagiários. Então, a *Folha de Boa Vista*, no período que estivemos lá, até 1988, foi um grande indutor de mão de obra, porque a gente não tinha universidade, não tinha escola de jornalismo aqui, mas a gente formou as pessoas, formou dentro de redação. Nós temos exemplos de pessoas que estiveram dentro da redação conosco e começaram do zero e estão no mercado nacional. Por exemplo, a Mara Luquet era recém formada no Rio de Janeiro, era funcionária do jornal *O Globo*, nós a trouxemos para cá; ela fez um grande trabalho e quando voltou para o Rio, foi trabalhar diretamente na área econômica da Rede Globo como comentarista. Então, a gente foi um grande formador de mão de obra no Estado.

2 - Os jornais tinham alguma política de contratação dos seus profissionais, como exigir formação ou experiência profissional, tinha seleção ou apenas saber escrever bem era um requisito? Como ocorria a contratação dos jornalistas?

RESPOSTA - Sobre a contratação de jornalistas, não tinham jornalistas. Jornalistas aqui com registro, regularizados, tínhamos no máximo, cinco pessoas. Então, a gente começou a formar essa mão de obra. Claro, quem era jornalista e chegava aqui e pedia emprego, a gente oferecia essa oportunidade, a gente tinha as portas abertas. Mas quando a gente não tinha essas pessoas, a gente começou a formar essas pessoas. Por exemplo, nós dirigimos alguns para a área do jornalismo esportivo, começamos explicar como funcionava, como deveria ser. O Plínio orientava esse pessoal na redação como deveria escrever. A Sandra Tarcitano orientava a parte cultural. Eu já orientava a parte de polícia e política. Então, a gente começou a formar essa mão de obra especializada dentro da redação do jornal, uma vez que não existia universidade aqui.

Quem quisesse formar em jornalismo aqui, ou ia morar em Manaus ou ia para o Sul e Sudeste. Essa era a tônica da cidade, mas graças a Deus, eu estive à frente da *Folha de Boa Vista* durante **oito anos**, dentro do regime militar, que governava o país, e nós nunca tivemos problema de processo. Nós nunca tivemos um processo contestando coisas que eram publicadas. Nós sempre mantivemos a coerência em publicar aquilo que tínhamos certeza, que era verdade. E essa foi a tônica do funcionamento das redações nos jornais que nós tivemos a frente aqui.

Outra coisa que eu queria dizer foi que eu fui diretor no extinto jornal *Brasil Norte* nos últimos três meses do jornal, nós demos uma mudança lá e conseguimos dar uma recuperada no jornal, mas infelizmente os donos não prosseguiram com o projeto, queriam se envolver com política.

3 – Na época, não tínhamos curso superior de Comunicação Social e os cursos locais de formação/aperfeiçoamento na área eram difíceis. O registro profissional chegou a ser exigido no tempo de TFRR? Se sim, quando iniciou essa exigência? O seu registro é DRT 50. Achei no Jornal Boa Vista.

RESPOSTA – Para você vê, o meu registro é o 50. Tínhamos 50 pessoas habilitadas, mas não eram só jornalistas, tinham jornalistas, fotógrafos, revisor, encadernador, ilustrador, diagramador, porque a lei abrange todas essas categorias. Então, a gente que deu o *boom* inicial nesse programa de registro oficial no Estado.

4 – Você, a Sandra e a Cosette chegaram a trabalhar no *Jornal Boa Vista* antes de fundarem a *Folha de Boa Vista*. Como surgiu a ideia de fundar a *Folha*? Ouvi você falar sobre esse início, no I Congresso de Jornalistas Profissionais de Roraima, em setembro de 2022, de algo sobre oito meses de encontros quase que diários numa peixada até a ideia sair do papel.

RESPOSTA - Sim, a Sandra trabalhava como assessora de comunicação da Secretaria de Educação, como jornalista formada. A Cosette era uma gaúcha, formada também, e trabalhava assessora de comunicação da Câmara de Vereadores, e eu trabalhava no Palácio do Governo. Tanto é que eu tinha um pseudônimo para escrever na *Folha de Boa Vista* que se chamava Zezinho Jaburú. Era um colunista que arregaçava toda semana (risos) e era temido na cidade.

E por que o nome Zezinho Jaburu? Porque Zezinho era um nome muito popular, falava muito a linguagem do povo. E no Palácio (do governo) tinha uns jaburus, que são esses pássaros grandes. E as pessoas não ligavam uma coisa à outra, de que tinha uma pessoa que falava muito, que era comunicador lá, no local que tinha jaburu. Então, ficou imortalizada essa coluna *Zezinho Jaburu*.

O Zezinho (áudio de 1:39) era o temor da sociedade, o temor do Palácio 31 de Março, que a gente detonava, a gente não tinha papas na língua. Só que se você ler as colunas, você vai ver que é uma forma bem popular de se expressar e muitas vezes a gente não colocava o nome das pessoas, mas os caras vestiam a carapuça. Nós tínhamos muitos personagens, como o bebum do 31 de março, que a gente criava e eles vestiam a carapuça. Só que eles não podiam processar, porque a gente não dava nomes, não tinham os nomes deles e como eles iriam dizer que eram eles? Então, eles ficavam quietos e a gente ganhou muito espaço nessa época.

Sobre a ideia de criar um jornal, nós nos reuníamos todos os dias na Tia Sabá (era um restaurante na beira do rio Branco) para conversar sobre como iria ser esse jornal. A gente queria um tamanho *standard* porque era novidade. A gente discutia quem faria o que, como arranjaríamos dinheiro, porque a gente não tinha um tostão no bolso, mas tínhamos um administrador, que era o Cícero Cruz, que trabalhava na Telaima e era um cara muito focado nessa área financeira. A gente fez empréstimo no banco, fez publicidade antecipada, vendeu assinatura. Era assim, a gente se virava. Era muito bom fazer jornalismo naquela época. Hoje não, antigamente tinha o “tesoura *press*” hoje é o internet *press*, onde o cara abre uma página de notícias, lê aquilo como se fosse ele que tivesse produzido e é terrível isso. O jornalismo evoluiu muito, mas perdeu muito na qualidade, porque as pessoas não vão mais buscar matérias, ficam confiando em releases e outras publicações para ter pauta no dia a dia.

Uma coisa que precisa ficar claro é que a história do jornalismo não é essa que contam por aí. Porque eu sou um dos poucos que participou dessa história, vivo, e continuo vivendo em Roraima.

5 - No editorial da 1ª edição da *Folha*, vocês escreveram que a ideia de montar o jornal independente fazia parte conversas e discussões de jornalistas, dado as dificuldades, a frustração profissional e a impotência diante da situação apresentada à época. E que uns dos sinais de mudança eram o encerramento das atividades do *Jornal Boa Vista*. Teve algum acordo entre os idealizadores da *Folha* e o governo da época, brigadeiro Vicente de Magalhães Moraes (ficou de março a dez/1983), para que o jornal do GTFRR encerrasse as atividades?

RESPOSTA - O brigadeiro Ottomar ficou até início de 1983. Quando chegou o brigadeiro Vicente de Moraes com a equipe dele foi que a gente começou a vislumbrar a possibilidade de ter um jornal independente. E foi aí que a gente pensou que a única maneira de a gente conseguir colocar um jornal independente, com outra visão do jornalismo, era fechar o *Jornal Boa Vista*. Então, em três edições nós atacamos o governo, com matérias no jornal do governo, e esses jornais existem na Imprensa Oficial. Foi quando o brigadeiro Vicente de Moraes chamou a gente, disse que queria lamentar muito, mas que o governo estava em contenção de despesas e que iria fechar o jornal. Diante dele a gente lamentou muito, mas por trás estávamos soltando foguetes, porque nossa ideia iria prosperar. Tanto é

que o jornal quando deixou de circular, acho que em julho de 1983, poucos meses depois, em outubro, a gente estava com a *Folha de Boa Vista* circulando nas ruas.

Se você pegar as primeiras edições do *Jornal Boa Vista* e da *Folha de Boa Vista*, você vê a mudança radical. A gente ouvia oposição, situação e por aí, e as pessoas ficaram chocadas, porque estavam acostumadas a ver coisas favoráveis ao governo.

6 - Quais eram essas dificuldades/desafios apresentadas à época para produzir o jornal?

RESPOSTA - (15h40) O maior desafio para colocar o jornal *Folha de Boa Vista* para circular foi: primeiro logística, que a gente só tinha dois voos por semana no trecho Manaus-Boa Vista. Segundo, o nosso jornal tinha que ser tamanho *standard*, tamanho grande, ser jornal de capital. Aqui em Boa Vista se conseguia circular ele como tabloide, mas nós queríamos grande; então, só podíamos imprimir ele em Manaus. Outro desafio foi conseguir junto à sociedade roraimense, a credibilidade, porque muitos apostavam que não passaria da primeira edição. Depois, que não passava da segunda, depois da terceira edição. E o jornal foi, foi, foi evoluindo e as pessoas passaram a acreditar no jornal, e isso foi uma grande coisa.

Nós tínhamos, por exemplo, o malote, que nós comprávamos pacote em São Paulo pra o jornal *Folha de Boa Vista* de horóscopo e previsão do tempo. E quando o malote não chegava a tempo, nós tínhamos que fazer horóscopo, tinha que fazer previsão do tempo (risos). A gente tinha que se virar nos 30, mas não podia deixar de circular. E tínhamos sempre uma coluna social bem legal, tanto na *Folha* como no *O Jornal*, que chegava bem dentro da sociedade. Se você pegar todos os exemplares do período que eu estivesse lá até 1988, você vê a diferença do que é o jornal hoje, em termos de material e focos no material editorial, foco nos modos de se comunicar, nos modos de escrever. Então, a gente criou esse alicerce. Esse alicerce não foi o grupo que comprou que criou, não. Porque o grupo quando comprou, começou a fazer acordo com Deus e o diabo para se manter. A gente não. A gente criou uma linha e a gente não saiu dessa linha. E isso foi uma coisa muito importante para nós. E a verdadeira história da venda da *Folha*, se alguém quiser saber, eu vou contar, entendeu, como foi vendida a *Folha* (15h38).

7 – Sobre o período da ditadura, como era a forma de expressão e manifestação na e da imprensa no TFRR nesse tempo? Tinha algum controle/censura? O que mudou na produção dos jornais após 1985?

RESPOSTA - No *Jornal Boa Vista*, na época da ditadura, a gente só publicava material relacionado ao governo, as ações de governo, tanto a nível local como nacional, que o pessoal mandava de Brasília para ser publicado aqui. Quando a gente fundou o jornal *Folha de Boa Vista*, a gente não tinha compromisso com ninguém, o nosso negócio era ver o que estava errado. A gente tinha denúncias que faziam contra as ruas sujas, lixo, picaretagem, tudo a gente ia atrás. A gente nunca deixou de fazer isso. Agora, tinham algumas coisas que o militares, principalmente do 2º Batalhão de Fronteira, que é onde tinha a sede do comando de censura aqui no Território à época. Era a chamada temida 2ª Seção. E lá era uma coisa bem interessante, porque quando algumas coisas, às vezes eles não gostavam da publicação, aí, um dia, lá na redação eu estava sentado, a nossa redação era na Glaycon de Paiva, em frente ao posto de gasolina logo depois do Banco do Brasil, era bem uma casinha ali. Aí encostou o carro do Exército, desceram dois caras fardados, um deles um coronel, muito solícito, respeitoso com a gente, queria saber se a gente poderia ir com eles lá no Exército, que eles queriam conversar com a gente. Daí eu perguntei qual o problema, e ele disse que não, que lá (2ª Seção) a gente conversa. Bom, eu disse: avisa que, provavelmente, a gente pode ser preso. Ir para ficar preso ou alguma coisa nesse sentido, mas fomos. Só que eu falei que a gente não vai no carro de vocês, não, a gente vai no carro do jornal. E fomos lá. E na verdade, eles disseram lá que só queriam esclarecer para vocês que isso que vocês publicaram aqui não é realidade. Sabe aqueles negócios de dar desculpas depois? Mas tudo muito assim, não tinha aquela censura proibitiva, que estava proibido de fazer, de entrar censor dentro do jornal para fazer esse tipo coisa, não tinha. Isso para nós foi uma grande vitória.

Uma coisa que é legal nisso tudo é que quando a gente colocou um jornal independente, as pessoas que já tinham trabalhado no *Jornal Boa Vista*, que já eram mais antigas na cidade, não se acostumaram ao poder de liberdade, o que era liberdade para escrever. E isso durou muitos anos, até no jornal *Brasil/Norte*, quando eu estive lá, eu mandei um jornalista fazer uma matéria com um cara da Polícia Federal sobre uma prisão de traficante; e ele deu um chá de cadeira, praticamente o dia todo, no repórter. O Amílcar chegou na redação e disse: “Estrella, não tem nada para falar, o cara não quis dar entrevista”. Ué, então escreve isso, pow. Ele perguntou: “mas pode escrever isso?”. Eu disse, que claro que pode, descreva o que aconteceu com você lá, que chegou 9h da manhã, pediu para falar o delegado fulano de tal, sobre o caso tal, mas que infelizmente os leitores não poderão ter informações porque o delegado nos deu um chá de cadeira de tantas horas e não quis responder nada. E publica isso. No

dia seguinte deu uma confusão danada com a Polícia Federal, que eles queriam explicar o motivo. Então, esse tipo de liberdade, as pessoas começaram a conquistar aos poucos. Viram que se poderia falar. Agora não poderia falar asneiras. A gente só poderia falar aqui o que tinha certeza, que estava documentado, entendeu, a gente tinha essa preocupação.

ÁUDIO GRAVADO (0:54) – Não tivemos nenhum problema com a ditadura aqui, nenhum. Nos dois jornais (JBV e FBV), porque quando a *Folha* foi lançada, nós estávamos no auge da ditadura, e os militares louvaram a iniciativa. A gente tinha uma boa relação com eles. Se bem que algumas matérias que a gente publicou, o carro verdinho, a veraneio do Exército, parou na frente da redação, convidando a gente para ir lá, porque queriam conversar e nós fomos e conversamos. Tanto que quanto veio e abertura de vez, teve um almoço no 6º BEC, e o comandante Carneiro convidou a gente para sentar na mesa, com oficiais. E perguntaram para ele: “ei, comandante, como mudou, né, antigamente jornalista vinha aqui tomar porrada e agora vem sentar com o senhor na sua mesa”, e todo mundo riu.

8 – Dos jornais pesquisados/mapeados até o momento, o *Jornal Boa Vista*, de propriedade governo local, incluindo a década de 1950, e o período de 1973 a 1983, foi o primeiro a trazer nomes de mulheres no expediente em várias funções. A *Folha* também veio forte com essa pegada. Tinha a ver com o fato de duas das quatro pessoas que se juntaram para fundar o jornal serem mulheres? Como era a política de contratação para compor a redação da *Folha*?

RESPOSTA - Não, não. Tinha a Sandra e a Cosette, que eram jornalistas e queriam também expressar um pouco de liberdade, contar aquilo que não podia contar no Jornal do governo. A Cosette era assessora de comunicação da Câmara Municipal, inclusive eu produzia com ela um jornalzinho mensal lá da Câmara, e a gente sempre conversava sobre a necessidade de um jornal aqui. Depois veio a Sandra, de São Paulo, foi trabalhar no governo, a gente começou a conversar, ser amigos, tanto é que a Sandra morou na minha casa muitos anos. E a gente começou a amadurecer a ideia. Mas a gente nunca teve aquela pegada com medo porque não tínhamos o financeiro. Sabe aquele intelectual de mesa de bar? Sempre discute os problemas do Brasil, mas não resolve nada, só discute.

9 – Como foi esse início de pensar implantar um jornal? E vocês ainda estavam no *Jornal Boa Vista*?

RESPOSTA – Sim, ainda estávamos. A Cosette estava na Câmara e a Sandra já estava no *Jornal Boa Vista* e pela Secretaria de Educação. A gente era na redação, tipo uma família. O Péricles era o editor-chefe do JBV, tinha o Quintella, eu, a Sandra, o Gerson, dona Nenê Macaggi, que estava por lá, e mais o pessoal da gráfica da Imprensa Oficial. Foi quando teve a queda do brigadeiro Ottomar do governo, e chegou o brigadeiro Vicente Moraes, que despachava no Palácio todo fardado de militar. Era um governo estritamente militar. Toda a equipe de governo dele veio de fora e era militar da ativa. Tinha uns quatro ou cinco que eram pessoas finíssimas, e outros aqueles militares casca-grossa, sabe. E ele começou assim, não é que ele desmontou o jornal, ele não queria saber muito de comunicação, não. Mas disse que a gente tinha que manter o jornal circulando, porque era o único na cidade, e nós precisamos divulgar as coisas do governo. E eu trabalhava na comunicação social do Palácio e na redação do jornal. A Sandra na redação e na assessoria e a Cosette na assessoria da Câmara. Nós fazíamos o jornal (JBV), tinha semana que não dava para sair na sexta-feira, já circulava na segunda. Às vezes, faltava material para fotocomposição, que era a dona Lucrécia que fazia, faltava o revelador. Era problemático o negócio.

Daí a gente começou a pensar: “e se a gente colocar um jornal, como que vai ser, e tal”. Aí a Cosette conhecia o Cícero Cruz, que era administrador da Telaima, eu não sei nem onde o Cícero anda hoje, mas acho que ele mora na Paraíba. Aí começamos um contactar com o outro, tipo conversa de bastidor, boca fechada, e nós nos encontrávamos numa peixada que tinha atrás da Funai, na beira do rio (Branco), a Tia Sabá. Todo dia, 5h da tarde a gente ia para lá discutir como iria ser e tal, como iria fazer jornal, tendo jornal do governo. Um dia me deu um instalão na reunião e eu falei: “vamos atacar o governo, vamos atacar o governo que é a melhor coisa que tem e ele vai fechar”.

Aí eu lembro que teve uma matéria da doutora Odete, que era secretária de saúde, era alguma coisa influente dentro do governo, e nós ouvimos ela, mas descemos o pau. Ela ficou irritada e foi ao governador reclamar. O governador não falou nada, ficou quieto, que era o brigadeiro Vicente Moraes. Depois de uns três meses atacando o governo, a gente fazia a seguinte estratégia, por exemplo, o prefeito de Boa Vista era nomeado por ele, era um brigadeiro aposentado, que eu não me lembro o nome dele. Mas ele era legal, gostava de conversar com a gente. Mas tinham ruas esburacadas e a gente, pá, publica que a rua está esburacada, a prefeitura não toma providência. E o pessoal começou a falar.

Um belo dia, o Vicente Moraes chamou a gente e mandou fechar: “não tem mais condições de seguir esse jornal, não é por problema de linha editorial, não, o problema é que não tem equipamentos e a

gente está em contenções de despesas, tem que comprar chapa, tem que comprar papel, é uma dificuldade, e tal”. E a gente está com a *Folha* delineada em projeto. Aí nós comemoramos: “pow, o jornal vai deixar de circular”. Aí ele (Vicente Moraes) saiu do governo e vem o general Klain. E o general Klain quando chegou no governo, ele era do Exército, nem era mais da Aeronáutica. E o general Klain era um cara muito correto, e falou para gente assim: “olha, o JBV não vai seguir, porque não há necessidade, nós não precisamos, estou aqui como governador nomeado e não vai precisar”.

Nesse meio tempo, nós já tínhamos conseguido um dinheirinho com patrocinador, e tal, e montamos o jornal em outubro de 1983. E nós colocamos o jornal para circular. O general chamou a gente e disse que todos os editais do governo que precisarem ser publicados, seriam publicados no jornal. Nós não fomos pedir ajuda, nós fomos dizer para ele que tínhamos um órgão de comunicação, um jornal que vai circular na cidade, e a colaboração do governo nessa história não é dar dinheiro para gente, é dar serviço. E por lei tinha que publicar os editais em jornal de maior circulação e a gente começou a ganhar muito edital. Mas a história do primeiro jornal é que é interessante.

O jornal (*Folha*) era impresso no jornal “*A Crítica*”, em Manaus. A gente fazia todas as matérias, grampeava em um envelopinho matéria de polícia, matéria de política, coluna social, fotografia, tal. A gente mapeava todo o jornal em envelopes, ia para o aeroporto para encontrar alguém conhecido para ver quem pudesse levar os envelopes para Manaus. A pessoa levava, já tinha o pessoal da *A Crítica* aguardando no aeroporto, pegava o envelope, levava para redação, diagramava. E a gente não conseguia ver o que vinha de lá, porque não tinha como ver, né. O engraçado é que no primeiro jornal, iria ter uma festa para o lançamento do jornal *Folha de Boa Vista*. E todo mundo falando que não ia dar certo, o povo dizendo que o jornal era do Ottomar, porque eu fiquei com um carimbo na testa dizendo que, como eu trabalhei com ele, né, eu era a favor do Ottomar. E foi difícil para apagar isso, eu paguei um preço muito alto. E nós fizemos a festa de lançamento, tudo programado para vir no voo de sexta-feira, para chegar aqui em Boa Vista, 2h da tarde. Nós tínhamos quase mil e poucos assinantes, já.

Ele começou a circular com quantos exemplares?

RESPOSTA - Com 500 exemplares.

E o que aconteceu nesse lançamento?

RESPOSTA - Os 500 jornais que seriam o da festa, nós tínhamos falado para os assinantes que a edição 1, nós vamos fazer para o lançamento da festa. A partir do próximo número, vocês vão receber nas suas casas. Inclusive eu, distribuía o jornal no carro. Nós tínhamos um FIAT 147, velhinho, que eu e outro menino saía distribuindo o jornal nas casas, porque a cidade era pequena e a gente sabia o endereço de cada um.

Aí a gente foi para o aeroporto atras do jornal e cadê o jornal? O cara da “*A Crítica*” esqueceu de embarcar o jornal para o lançamento. Ele ligou e disse que o jornal não tinha sido embarcado. Aí nós questionamos, falamos que tínhamos acertado com a Varig uma cortesia, que a Varig não iria cobrar o transporte do jornal. E agora? Eu lembro que a sede era ali na Glaycon de Paiva, estávamos eu, Sandra, Cosette e Cícero, os quatro trancados lá dentro: “e agora, tudo por água abaixo”. Aí perguntamos: “tem dinheiro? Tem, nós já pagamos a primeira edição e temos dinheiro para a segunda”. Vamos alugar um táxi-aéreo em Manaus. Ligamos para um táxi-aéreo em Manaus, acertamos com um cara para ele trazer os jornais. Pagamos para ele através do Banco de Roraima, que tinha uma agência em Manaus, uma ordem de pagamento de 50% e outros 50% ele iria receber quando entregasse aqui. Cinco horas da tarde o avião pousou aqui com os jornais e a gente saiu distribuindo jornal para todo mundo. E aquela festa e aqueles que não acreditavam no jornal ficaram assim, porque estávamos numa linha editorial diferente, tinha o fato e uma foto, tinha umas colunas polêmicas.

Vamos fazer o segundo jornal! Aí o Cícero perguntou: “com que dinheiro? Nós gastamos o dinheiro com o táxi-aéreo”. Nós ligamos para o Calderaro e ele mandou enviar o jornal, que ele faria para nós uma carteira mensal para que pudéssemos pagar. Porque a gente deveria pagar por edição. E nós começamos a correr atrás de publicidade, saiu o número 2. E os críticos sempre dizendo que o jornal não iria passar daquela edição. E o jornal foi com credibilidade. As pessoas ficavam na frente do jornal esperando o jornal sair. O seu Dico Aragão, que vendia jornal ali na frente, que era distribuidor também, ele começou mandar para o interior. Na Varig era um jornal de leitura dentro do voo, então o jornal começou a andar.

Voltando a questão das mulheres, como era a política de contratação de profissionais na *Folha de Boa Vista*?

RESPOSTA - Pelo menos na minha época específica na *Folha de Boa Vista*, a gente nunca teve restrição nenhuma com relação a homem ou mulher. Não. A nossa restrição era que não poderia ser ruim com o que escrevia, tinha que ser uma pessoa que, pelo menos, soubesse escrever, porque nós

não tínhamos universidade aqui. Então, a gente nunca teve nenhum problema dentro de redação porque era mulher ou homem. Todo mundo lá fazia de tudo.

Como foi essa participação feminina na *Folha*, porque eu não encontrei mulheres em editoriais como Esporte e Polícia. Em conversa com a Sandra Tarcitano, ela falou que não saia o nome, mas dividia com você Polícia, Política e tudo vocês faziam. Mas de modo geral, como era a participação feminina nessas editorias do jornal?

RESPOSTA - A gente tinha reunião de pauta. A Sandra tinha o viés um pouco cultural e era muito bom, ela inclusive ela era muito amiga da Claudia Andujar, da CCPY, e nós abrimos espaço para a CCPY. A Cosette tinha um viés voltado para o lado da política, mas a gente era assim: estava na redação trabalhando, chegava um telefonema de um acidente que morreram três, quem está disponível aí? Não importava se era homem ou mulher. Te manda para lá.

Fernando, só tinha a editoria de Esporte definida?

RESPOSTA - O esporte era o seguinte. Nós tínhamos contratado algumas pessoas que gostavam de futebol. Nós chamamos para trabalhar lá, o Zé João, que hoje é defensor público. Ele foi o primeiro estagiário de esporte, junto com o professor que foi secretário de educação adjunto do Denarium, que saiu agora? (pausa para lembrar do nome...). Não lembro! Ele foi contrato junto com o Zé João, que fazia esporte, era jogador. Ele cuidava do Esporte e o resto deixava com a gente.

E o restante da equipe fazia de tudo, fotografava... Quem estivesse disponível. Porque eu ensinei todo mundo fotografar, também: olha, tu botas aqui, não bota contra a luz e sapeca fotos, não importa como, sapeca, que eu quero a foto. Então, todo mundo fazia de tudo um pouco. Isso era uma frequência. E quando o Plínio chegou, ele fazia correspondência para o *Estado de São Paulo*, e o Plínio gostava muito de andar pelo interior. Então, de vez em quando a gente saía pelo interior. Fizemos uma Editoria do Interior, que a gente começou a mostrar o interior do Estado, também. E a *Folha* foi aos poucos crescendo. Então, essa foi a tônica sobre a mulher, a gente nunca teve na redação nenhuma restrição contra A, B ou C. Até mulher, que se fosse grávida e soubesse trabalhar em máquina, nós colocamos para trabalhar.

Dentro desse mapeamento que eu fiz de 1944 a 1970, a gente só encontra Nenê Macaggi. E na capa do *Tribuna do Norte*, que foi do Antonio Rodrigues, que é da família Pereira, encontramos Ana Cecília. Nós conversamos com um parente de Antonio Rodrigues, que disse que ela era a mãe de Antonio Rodrigues, mas era ele quem fazia o jornal. Nesse período então, só encontramos Macaggi. Depois de 1970 veio o *Jornal Boa Vista*...

RESPOSTA - O Sidney Mendes tinha uma colunista social, coitado, foi injustiçado. O *JBV*, por ser um órgão da Imprensa Oficial, nos anos 70, no governo de Ramos Pereira, ele tinha umas pessoas que eram do *JBV*, que era a Lionete, todas elas fizeram parte nesse período.

Na realidade, nesse meu mapeamento, o *JBV* é o primeiro que começa a dar oportunidade, visibilidade às mulheres. Mas na década de 80, elas começaram aparecer, como na *Folha de Boa Vista*. Ao que você atribui essa pouca participação das mulheres? Se era pela época, pelo momento da mulher não trabalhar?

RESPOSTA - Não, não, não tinha isso. Por exemplo, na *Folha de Boa Vista*, as colunistas sociais tinham suas atribuições fora da *Folha*, como funcionárias e uma série de coisas. Então, nós dizíamos que elas tinham até o dia tal e horário para entregar a coluna, porque se perder o voo, a tua página não vai sair. Aí elas iam para a redação, geralmente, dois dias antes, sentavam, no telefone, pegavam uma notícia aqui, uma ali, e faziam. Mas a maioria era funcionária do governo e cumpria expediente. Porque a gente não tinha especificamente aqui, uma mulher dedicada ao jornalismo para fazer o colunismo social.

Agora, uma preocupação nossa diante do colunismo social era que jabá a gente não aceita, a política do jabá está fora.

Mas você atribui alguma coisa a essa pouca participação nesse contexto da imprensa roraimense?

RESPOSTA - Justamente por isso, porque, acredito eu, na década de 70 atribuíam o jornalismo somente aos homens. E a partir com a expansão da televisão no Brasil, porque quando a televisão estava restrita ao eixo Rio/São Paulo, o que que ocorria? Essa restrição, Rio/São Paulo, eles já tinham muita participação feminina no jornalismo, mas isso não era irradiado para o Brasil. Era difícil você ver as coisas acontecerem. Então, aqui quando começou a ter a visibilidade nacional de mulheres trabalhando, começou a despertar. Então, eu acho que isso contribuiu muito.

A televisão ajudou na inserção da mulher no jornalismo?

RESPOSTA. A televisão contribuiu muito e a rádio também. Porque tu sabes que a gente percorreu o caminho inverso da história do jornalismo?! Nós tivemos aqui, primeiro a rádio, depois a televisão e depois o jornal, ao contrário no mundo a fora, que primeiro veio o jornal, depois o rádio e por último veio a televisão.

Fernando, Inayá Estrella, quem era? Nós encontramos vários artigos no *Jornal Boa Vista* e a *Folha de Boa Vista*. O que ela era para você e se ela tem alguma participação na sua escolha pelo jornalismo?

RESPOSTA - Minha avó. Era escritora, tem oito publicações de livros para crianças, à época, lançados no Rio. Ela era da Escola de Estudos Superiores da Escola de Guerra, do Exército Brasileiro. Ela trabalhou com o Marechal Rondon, no Itamaraty, na Comissão de Limites de Fronteiras. Sem morar aqui, ela já conhecia isso aqui, toda a realidade. A vovó foi condecorada pelas rainhas da Inglaterra e da Suécia, lá no Rio. Então, ela tinha um currículo muito forte com relação à literatura e a cultura. Ela criou o primeiro intercâmbio estudantil Brasil-Portugal, isso no início dos anos 60, ela foi a idealizadora desse intercâmbio.

Quando ela veio para cá, o brigadeiro Ottomar queria implantar aqui o Conselho de Cultura e ela foi uma das fundadoras do Conselho Territorial de Cultura.

A vovó tinha muita habilidade com artesanato, essas coisas, ela adorava.

E ela teve uma loja no aeroporto?

RESPOSTA – Sim, ela teve uma loja no aeroporto, porque era o passatempo dela. Ela era aposentada, ela fazia os artesanatos com muitas sementinhas. A gente morava perto da praça da bandeira, ela colhia aquelas sementinhas vermelhas, fazia os negocinhos delas, era o passatempo dela.

E ainda escrevia para o jornal...

RESPOSTA. E ela escrevia para o jornal. O pessoal lá falou que “a sua avó vai escrever?” Eu disse, deixa ela escrever, ela precisa contar a história dela. Porque você deve ter observado, eu pouco apareço nos jornais.

Eu encontrei uma foto sua de 1979, no JBV, assim que vc chegou aqui...

RESPOSTA. Então, eu não sei dessas fotos, eu não sei nem onde encontrar. Eu sempre fui muito arredo a aparecer. A Mabel (colunista social): “ah, Estrella, vamos publicar uma foto sua?”. E eu sempre dizia: muito obrigado, Mabel, eu não quero misturar as coisas, me autopromover. Isso não é minha praia de autopromoção.

E a vovó também lançou aqui o primeiro dicionário português para macuxi, junto com a família Raposo, da comunidade indígena da Raposa, em Normandia. Inclusive teve gente dizendo que o primeiro dicionário lançado foi da UFRR, e não foi não. Ela deve ter alguns artigos publicados falando nesse dicionário.

Ela conseguiu junto ao Patrimônio Histórico, o tombamento da Pedra Pintada.

Tua avó te influenciou nessa área, Estrella?

RESPOSTA – Totalmente. Dos meus três irmãos, dos três netos dela, o meu viés foi totalmente voltado para o jornalismo, cultura, fotografia, artes mesmo. Você sabe que eu estava fazendo Artes Visuais (curso da UFRR) lá na universidade? Eu fiz dois semestres e abandonei o curso depois ser mal atendido lá naquele setor que faz a matrícula dos alunos ...

Fernando, a gente falou de algumas jornalistas que contribuíram com a *Folha* até 1988, como as colunistas sociais Ana Maria, Lionete Madeira, Lena Carvalho, Lili Tiam Fook, Mabel Trajano.

- Cosette Espíndola (1983-1984) – diretora responsável

- Sandra Regina Tarcitano (1983, 1984, até agosto de 1985): cargos de redatora-chefe, redação,

- Marinês Rufino do Nascimento (1984) - assume cargo de redatora-chefe na edição 23 (23/3/1984). Pouco tempo

- Luiza Dutra – jornalista e estagiária do projeto Rondon, foi repórter e redatora da *Folha* (1984, 1985, 1987);

- Julita Santiago assume cargo de redatora-chefe no lugar da Sandra Tarcitano – edição 97, de 08/09/1985;

- Folha, ed.97, 08/9/1985 - Contratação de cinco jornalistas de *O GLOBO*, do RJ, para compor equipe da *Folha*: Julita Santiago (redatora-chefe), Mara Luquet, Elisa Andries, Luiz Antônio e Henrique Jordão, que são repórteres.
- Giovana Santos (1986) repórter;

Tu consegues lembrar de mais alguns nomes que passaram pelos jornais, de 1979 a 1988? Além de dona Lucrécia...

RESPOSTA – Tem a Lucrécia, Lionete, Nenê Macaggi, tinha o pessoal lá da Imprensa Oficial, que eu não lembro o nome das mulheres, mas uma delas está lá ainda, que ajudava.

Tu trabalhaste com a dona Nenê Macaggi? Como era? Ela era muito rigorosa?

RESPOSTA – Trabalhei. Ela era rigorosíssima e pávio curto. A dona Nenê, na verdade, ela tinha na Imprensa Oficial, a função, era praticamente uma atendente. Ela tinha um português perfeito. Quando eu cheguei lá, ela já fazia a revisão do jornal. Mas dona Nenê era uma figura, ela se irritava com assovio, ninguém podia assoviar perto da Imprensa Oficial que ela praticamente faltava jogar a cadeira em cima da gente. E ela contribuiu muito com o *JBV*, demais, ela era revisora.

Depois, na *Folha*, a gente chegou a cogitar entre a gente, de levá-la, mas ela já estava debilitada. Daí a gente falou: “não, deixa a dona Nenê, lá, vamos fazer com o Esperidião (jornalista e policial militar, atualmente na reserva). Ele escreveu um livro, lá, e disse que eu namorei com a Mara e minha mulher quase me deu um tiro (risos).

- OUTROS PONTOS/CURIOSIDADES SOBRE A FOLHA:

A *Folha* começou circulando com 500 exemplares? Ou foi só a primeira edição?

RESPOSTA – Começou com 500, e gradativamente aumentando. Chegamos a 1.500 diários, mas tinham edições... Aqui, antes de imprimir, a gente media o grau de importância, o que tínhamos de importante. Por exemplo, na *Folha*, nós tivemos um caso de um rapaz que morava ali, no bairro Liberdade, que o título da matéria era: “Esperou três horas para morrer”. Eu fiz essa matéria de polícia. Ele estava com uma bala alojada, eu conversando com ele, numa maca, sem lençol, sem nada. E eu comecei a observar aquilo tudo e anotando. Quando ele foi ser atendido, que a mulher deu um tiro nele, a ambulância que ele vinha bateu em outro carro, capotou, e já colocaram numa outra ambulância. Eu perguntei lá, quem era o médico de plantão; e era um capitão do Exército. Mas cadê ele? Ah, ele não está, não. Ah, é? Tá bom. Sai para fazer outro material e voltei três horas depois. Perguntei, cadê o médico? Ah, ele ainda não chegou! E cadê o rapaz, assim, assim, assado? Ah, ele foi a óbito. Eu disse: vixe Maria, então vai dar uma história daquela. Voltei para o jornal, fiz a matéria e foi primeira página. Por exemplo, nessa edição, eu falava para o rapaz “fazer” (imprimir) mil jornais. A repercussão foi grande.

E o Exército no outro dia?

RESPOSTA – O carrinho verde foi me buscar (risos). Questionaram o motivo de eu citar o médico de plantão. Ué, porque ele era o médico de plantão, estava comendo um jabazinho lá (salário), deixou o cara morrer e não estava trabalhando, estava em casa. Eu sei que esse capitão respondeu Inquérito Policial Militar (IPM), foi transferido de Roraima, deu uma confusão danada.

Vamos falar do Zezinho Jaburu? A coluna “Parabólica”, que ainda circula na *Folha de Boa Vista*, antes, no início, era “Bastidores”, e quem assinava era o Zezinho Jaburu. Como surgiu a ideia de criar, quem era esse personagem? Era você ou eram os editores que estavam no jornal?

RESPOSTA – Eu vou te contar a história. O Zezinho Jaburu, ele começou como “Bastidores”. O Plínio (Vicente) já estava na redação e disse que a gente tinha que contar algumas coisas com relação a bastidores. Daí nós lançamos a coluna Bastidores, que durou uns dois, três meses, só, eu não lembro o período que durou. E era para todo mundo contar ‘suas curiosidades’, né, e ninguém assinava, era responsabilidade do jornal.

Aí, eu trabalhava no Palácio (do governo) ainda, porque eu tinha que comer. Eu trabalhava com o brigadeiro Vicente Moraes. E eu era DAS da Comunicação Social, era cargo de confiança. Imagina só. Daí um dia, eu estava lá na redação, e eu fugia direto, porque era bem pertinho. Chamei o pessoal (do jornal) e falei: olha só, vamos dar uma reformulada nessa coluna. Ué, a lei não garante sigilo pra gente? Garante! Então, vamos começar escrever os bastidores do Palácio, porque eu sei de tudo que ocorre lá. Eu tinha muitas amizades com os guardas de plantões, eu circulava em cima, mas eu sempre andava lá por baixo. Daí eu escolhi o nome: Zezinho, porque é uma coisa de molecagem, como um moleque de rua, que anda com baladeira no calção, matando passarinho, pegando manga na casa do

vizinho. E o Zezinho vai ter que falar a linguagem do povo da rua, ele não vai ser aquele jornalismo... tem que ser a linguagem do povo. E o jaburu, porque no Palácio tinham dois jaburus, que saíam picando as pessoas na rua, de vez em quando. Era uma confusão danada. Então, nós colocamos o nome da coluna de Zezinho Jaburu, e começamos a falar. Como você leu, lá, nós não citávamos nome de ninguém. A gente começou a criar personagens. Caracterizava personagens, tem muitos personagens, e quem quisesse, vestisse a carapuça. E todo mundo vestia a carapuça, mas ninguém tinha coragem de processar a gente, porque não tinha o nome.

Tu conseguiste manter teu nome no anonimato ou todos sabiam que era você?

RESPOSTA – Não, anonimato. Esse era um pacto que tínhamos dentro do jornal.

E quem sabia? Eram só os chefes?

RESPOSTA – Só os chefes que sabiam quem era o Zezinho Jaburu, nem a redação sabia.

Mas quem escrevia, eras tu?

RESPOSTA – Eu que escrevia. Aí, por exemplo, a Sandra, dizia, ei Fernando, aconteceu isso, isso, que eu soube disso agora, bota na linguagem do Jaburu e publica.

O jornal já tinha telefone nessa época, não é?

RESPOSTA – Tinha um número de classificados, que era 224-.... era um número fácil... era 3700, era 224-3700.

E vocês recebiam muitas notinhas para o Zezinho Jaburu por telefone?

RESPOSTA – Vixe, quando começou a circular, os caras ligavam para lá e diziam: “ei, eu queria falar com o Zezinho Jaburu”, e às vezes, eu atendia e dizia: “ele não está aqui não, ele está voando por aí”. E o pessoal dizia, “ei, o senhor passa isso aqui para ele?”; e a gente anotava, ia atrás. Tinha denúncias que os caras pegavam um papelzinho, colocava em envelope, embolava e passavam com o carro e deixam lá.

Fernando, a *Folha* também foi o primeiro a anunciar a circulação diária (*Edição 105, outubro de 1985*), mas poucas vezes, conseguiu manter essa proposta. Depois disso, chegou a ficar 45 sem circular (*circulou a edição 157, em 16 de janeiro de 1986, a 158 em fevereiro e a 159, em março de 1986*), uma nota de capa informa que “COM FORÇA, VOLTAMOS PARA FICAR”.

Na nota consta que as “dificuldades financeiras levaram os diretores a pensar no seu fechamento”, e que “O governo entrevistou e a questão foi solucionada”, mas que, “Contudo, cabe salientar que o compromisso firmado com o governo não se traduzirá na omissão da verdade em face de quem possa estar envolvido nas questões que ora abordaremos em nossas matérias e editoriais. ... Voltamos para ficar.” Como foi essa intervenção e quais os desafios de manter a “independência” depois de um aporte de recursos por parte do governo? Havia pressão governamental em cima de vocês quando tinham que fazer matérias de denúncia dos serviços públicos do governo?

RESPOSTA – Vou te contar a história. Como nós não tínhamos capital, nós recorremos ao capital de banco. E nós tínhamos o Bradesco como grande aliado nosso, na época. E quando o FULANO*²⁴ assumiu o governo do Território, a *Folha* jogava pesado com ele. Então, o que ele fez? Ele chamou o doutor CICLANO*, que era presidente do Baner. Então, olha só, coisa de maquiavel. Ele pediu para que passasse a ajudar a *Folha*, no sentido de publicação, de balanços que ocupavam cinco, seis páginas do jornal, editais; para as secretarias reforçarem publicação no jornal. Para quê? Para que a gente se endividasse mais junto à instituição financeira. E essas publicações, a gente publicava e não recebia. Ficavam segurando. Eles pagavam uma fatura, que era para sair hoje, eles pagavam daqui a 40, 50 dias. E a gente nessa dificuldade.

Agora, nossa sorte, é que nessa época a gente já tinha o parque gráfico. A gente imprimia blocos notas fiscais, tudo que a cidade funcionava. Nós tínhamos mais de 100 funcionários entre gráfica e jornal, e a gente não deixava atrasar o pagamento desse pessoal. Eu, por exemplo, a Sandra, ninguém tirava um real lá de dentro. O que a gente conseguia, às vezes, de dinheiro, era para pagar as nossas contas de água, luz. Mas chegar assim e dizer que a gente ia ter um *pró-labore* fixo, de tantos mil? A gente não tinha isso! Era mais amor ao negócio para não deixar acabar. O nosso lema sempre foi que eu

²⁴ Mesmo se tratando de trabalho acadêmico, com a entrevista gravada e a assinatura do termo de aceite, por questões de privacidade, preferimos substituir nomes ditos na entrevista por FULANO e CICLANO.

prefiro ficar sem salário, mas meu funcionário tem que receber. A gente nunca deixou de pagar funcionário. Atrasava? Atrasava, mas todos eles eram como uma família fechada, estamos juntos.

Houve um caso aqui, que o FULANO* comprou uns motores para a CERR, lá na Paraíba, conhecidos como Paraibinha. E os motores nunca funcionaram. E a gente continuava sem energia. A gente dependia da energia para trabalhar, por causa das linotipos. Aí, o que fizemos um dia? Vamos publicar um jornal no período de luz. Chama o chargista, que era o Marco, e nós dissemos que precisávamos de uma charge com o Otoniel, que era presidente (da CERR) para esculhambar mesmo com tudo. Já estamos no inferno, então abraçar o diabo não custa nada. E nós publicamos o jornal, que tem uns buracos pretos publicados, não sei se estão disponíveis, mas que dizia que não foi possível fazer o jornal por falta de energia. O que a gente conseguiu digitar, saiu, mas o resto era tudo preto, os buracos pretos. “Isto não é censura, é falta de energia”. Eram os títulos, sabe? E nós colocamos o jornal na rua. Isso irritou profundamente o governador, mas profundamente irritado.

Aí ele começou a pressionar o CICLANO (presidente do Baner) a cobrar as dívidas do banco, para gente ir à bancarrota, ir ao zero. Aí a gente teve dificuldade de caixa, de fazer fluxo de dinheiro, porque ele chamou o pessoal que fazia serviço com a gente, e falou para não fazer mais, porque o pessoal vendia para o governo. Mas nós tínhamos uma rede, por baixo dos panos, das pessoas que não deixavam de fazer, mas não era o suficiente.

Mas aí, o FULANO* nos chamou um dia lá, e disse: “eu soube que vocês estão numa situação difícil, tal”. A Sandra e a Cosette já tinham saído, eu acho que o Cícero ainda estava. Estávamos eu e Cícero, e nós fomos ao Palácio. O Laucides era o coordenador de comunicação do Governo. Então, o FULANO disse: “olha, eu tenho o maior respeito pela *Folha*, eu admiro, mas nós temos que fazer esse jornal diário. O que vocês precisam para fazer o jornal diário?” Eu disse, “olha, FULANO*, é tu pagar o que tu deve para gente”. Chamou o Laucides e disse para (...) o que estava atrasado da *Folha*, para mandar pagar. Tá bom. Ficou acertado. Esperamos um mês, um mês e meio, e perguntamos para o Laucides: cadê os pagamentos? Ficaram enrolando e não saiu dinheiro. O Cícero colocou a parte dele e disse: “Estrella, eu não aguento mais, eu vou sair, como a gente faz?”. Eu disse que não tinha dinheiro para comprar tua quota, mas se tu quiser, vende para alguém, oferece.

O FULANO* chamou o Eloy Kimak lá no Palácio para uma reunião. Estávamos numa mesa, eu, o FULANO*, Elói Kimak, o Cícero e o doutor CICLANO (presidente do Baner). Solução para o jornal aí, a gente não quer que feche, e então o Eloy está disposto a comprar a parte do Cícero. Mas ele não quer ficar só com 50% e tu com 50%. Se não for nessa condição, nós vamos fechar, o jornal vai fechar, o jornal vai fechar, o jornal vai para falência.

Aí eu pensei, eu pensei: pow, o nosso sonho foi por água abaixo, né. Eu peguei e falei: “eu vou fechar esse jornal, eu e o Cícero nós (54:06) e ninguém vai ficar com o jornal. Mas eu falei que eu seria egoísta, não só comigo, mas com quem compra o jornal, com os funcionários. E nós tínhamos um financiamento do maquinário que era vinculado ao Baner. E já pensou a gente botar mais de 150 pessoas que dependem desse salário na rua? Eu falei para o FULANO*, na frente do FULANO* e do seu Eloy: “eu vou doar, dar de graça 30% das minhas ações!” Eu dei de graça, agora eu quero um compromisso com vocês, que vocês não vão fechar o jornal, na mesa de negociação.

Daí o FULANO* perguntou ao seu Eloy: “E daí seu Eloy, o que o senhor acha?”. Ele disse, tá! Mas ele (FULANO) questionou: “Estrella, você vai dar os 30%?”. Eu disse que vou dar, está doado. Pode fazer o documento que eu vou assinar. Aí fez o documento e assinei.

O Eloy chegou, regularizou o que estava pendente, os salários, que era coisa de um mês, não tinha vencido o mês dos funcionários ... entrava o dinheiro a gente dava vale, estava nessa situação.

Mas o aporte foi do Eloy?

RESPOSTA: Sim, foi, porque o Eloy tinha muita obra do governo e era assim (unido) com o seu Flamarion e com o senhor Samir Hatem. O Eloy era muito amigo deles e uma mão lavava a outra. Então, resultado, o FULANO* falou: “vamos pagar tudo então, houve um problema de caixa e nós vamos pagar tudo. Mas como vocês vão fazer o projeto do jornal diário?”. Eu falei que o projeto está pronto já, nós só precisamos contratar algumas pessoas. Aí nós fomos e botamos o projeto em andamento. O FULANO* falou que “pode colocar o projeto em andamento, que vai sair a fatura de vocês, nós vamos nos comprometer com vocês em publicidade e esse tipo de coisa”.

Eu só falei que a linha editorial, essa, infelizmente, eu não vendo. Não, tá bom, tá fechado. Aí o jornal começou o projeto. Nós chamamos a Mara, de O Globo, a Marinês, que veio junto com a equipe de diagramadores do jornal *O Diário da Paraíba*, nós trouxemos uma equipe inteira. Nós praticamente fechamos o jornal lá (Paraíba). Nós trouxemos oito (08) funcionários do jornal da Paraíba e trouxemos o pessoal de *O Globo*. A Mara fazia “O Globo” de bairros.

Das referências que eu tinha, só citaram o pessoal do *O Globo*, não tinha citação do pessoal do jornal da Paraíba.

RESPOSTA. Do jornal da Paraíba, nós trouxemos diagramador, Redator, que era a Marinês, trouxemos chapista, impressor. Trouxemos uma equipe completa, porque o Eloy falou assim: “olha, Estrella, a gente hoje vai tomar outro rumo, né, e então, tu não vais ficar fazendo tudo que tu fazes”. Então, chegou o pessoal, a gente alugou casa, comprou móveis; rapaz, a gente gastou uma grana preta. A gente implantou o primeiro tele... (tentou se recordar do nome), quando as fotos vinham por ... era transmissão de fotografias através de rádio... Era radiofoto. Compramos uma antena de radiofoto junto a *Roiters*, instalamos aqui. Rapaz, foi investimento. Eu falei, pow, Eloy, tu tens dinheiro para isso, ne? Não, fica tranquilo que eu tenho dinheiro para isso.

Ele com 80% e eu com 20%. Agora eu falei que eu não abra mão da linha editorial e de ser o redator-chefe do jornal, porque quem manda no jornal sou eu. Você cuida da parte gráfica. E foi. O jornal começou a circular. Daí deu um mês, dois meses, três meses, quatro, cinco meses, e o FULANO* nunca pagou nada do que ele prometeu de publicidade. Enrolava, enrolava. E o Eloy não queria brigar com ele. Então o Eloy botava dinheiro, botava dinheiro. Pegava dinheiro do banco, fazíamos papagaio. “Ei, Estrella, vamos fazer um papagaio para pagar o pessoal”. E começou a ficar em dia o salário, mas isso começou a endividar. Então, nós saímos daquele prédio, na Santos Dumont, onde funciona uma loja chamada “Festas”, que era ali. Nós reformamos aquilo tudo e fizemos tudo ali. O Eloy falou, não, nós temos que ter uma sede própria. Aí comprou aquele terreno onde é hoje a *Folha*. Nós fizemos aquela sede ali, não foi o Getúlio que fez.

Temos fotos desse tempo?

RESPOSTA – Não, ficou tudo no jornal. Quando eu sai de lá não sai com nada.

Aí, resultado: o Eloy, um belo dia disse, ah, Estrella, chegou aí... Aí, antes de ficar pronta a redação, estávamos em obra ainda. Nós transferimos a redação para cima de onde era o Cine Super K, na avenida Major Williams. E nós compramos o primeiro sistema de editor de texto para diagramação. O primeiro e segundo computador era o nosso. Digitava, já diagramava na tela, já sabia oh, escreve tantas linhas para fazer no corpo tal, calculava tudo. Nós compramos lá em Belém. Foi uma evolução para gente, porque a gente saiu da linotipo, porque a gente dependia de energia, para digitar na tela do computador. Nós funcionamos lá.

Quando ficou pronto, o Eloy: ah, tem um jornalista aí, e a gente poderia colocar para trabalhar. Quem era, perguntei. Era o Expedito Perônico, tinha acabado de chegar aqui, tinha trabalhado com o Sidney Mendes.

O Eloy Kimak, depois de uns três anos, acho que no final de 1987 para 88. “Ah, estou cansado, vou querer vender a minha parte, vou colocar a venda”. E olha só a estratégia. Botou a venda para o Perônico comprar. E a gente sabia de onde vinha o dinheiro. E eu fiquei quieto, deixei eles armarem toda a venda do jornal. Quando eles armaram a venda do jornal, eu entrei com processo, dizendo que o direito de preferência era meu. Está escrito no contrato social. Daí foi uma confusão. O mundo desabou na cabeça deles e na minha. E eles davam pressão em cima de mim, o tempo todo na pressão, na pressão, na pressão.

E o governo a pagava as faturas?

RESPOSTA – Não pagava, não pagava. Pagava assim, uma lá e outra aqui. Para o FULANO* quanto pior, melhor para ele comprar. Aí um dia, eu estava lá em casa, refletindo sobre o jornal, eu estava cansado, porque as vezes eu virava noites consertando máquinas, o grau de esgotamento violento. Aí o Ottomar foi eleito deputado federal. Eu encontrei lá no aeroporto, ele perguntou: “oh, Estrella, onde é que tu andas e tal”. Eu estou na *Folha*, o senhor não quer comprar, não? O Eloy está vendendo. O Ottomar era mão de vaca, não comprava nada. “Não, não e tal”. E aquilo começou a me dar... eu vou refletir um pouco da minha vida. Pow, eu tou aqui esse tempo todo, não tenho nada aqui, eu só tenho a minha casa. Eu não tenho patrimônio, nunca fui desse viés de querer me dar bem.

Aí o Eloy chegou e falou que “eu vou vender a minha parte, tem um advogado lá de Brasília, o Aidano, que quer comprar minha parte, e eu vou vender para ele. Tu vai ficar aí com os 20%, tu negocia e ver o que tu vai fazer”. Eu falei que também iria vender, que eu iria sair fora, não queria mais. Aí ele (Eloy) vendeu a parte dele, veio o Aidano e me perguntou quanto eu queria na minha parte, os 20%. Eu falei, olha, eu quero tanto em dinheiro, eu quero oito (8) passagens aéreas BV-RJ, porque eu vou embora daqui, vou me mudar para o Rio. São essas duas coisas que eu quero. Isso em 88. Quando deu dois dias, está aqui o dinheiro, tanto, está depositado no Banco de Roraima. Eu falei, não! Nesse banco eu não confio, não. Transfira para outro banco, para o banco Real, na época. E está aqui o recibo de compra e venda. Eu queria que o senhor assinasse dois recibos, um valendo e outro para fundo de gaveta para poder não declarar imposto de renda (entrevistado fez gesto de estar assinado e

entregando o papel). E dei até logo e fui embora. Aí, quando eu tou em casa de noite, surgiu a notícia... O Eloy vendeu 80% do que ele tinha e ficou com 20%. Então, o Aidano passou a ter 80% e o Eloy com 20%. Mas eu sabia que era esquema do FULANO*, eu sabia disso... Na verdade o Aidano não era o dono do jornal, o dono do jornal era o FULANO*. O Aidano tinha uma procuração do FULANO* para esse tipo de transação.

Aí eu cheguei em casa, falei: o que eu vou fazer? Daí, eu falei assim: primeira providência. Ahhhh, o Neudo Campos na época, se arrependeu, porque ele quis comprar o jornal, nós botamos para ele, mas ele não quis na época. Perdeu um grande negócio.

Foi oferecido para ele (Neudo)?

RESPOSTA – Foi, em 85. Ele falou que queria comprar o jornal. Ele queria o viés político.

Foi na fase que seu Eloy entrou?

RESPOSTA – Não, antes, bem antes. Em 85 ele queria comprar o jornal. Houve uma sondagem. Oh, você quer entrar na política, você tem que ter um jornal para poder, né. Aí, resultado: eu cheguei em casa, meio cabisbaixo, falei assim, bom, o dinheiro está aqui e vou comprar um terreno, construir uma casa, porque eu vivo de aluguel. Aí eu comprei um terreno, construí uma casa que até hoje está lá, no Paraviana. Eu fui o primeiro morador ali do Paraviana, para você ter ideia. Aí o Ottomar soube e ligou para mim de Brasília, perguntou como estava e falou que queria conversar. Se eu poderia ir na casa da dona Lourdes Pinheiro. Ele falou quando ia chegar e eu fui lá. “Pow, Estrella, você vendeu o jornal, e agora rapaz, eu preciso divulgar minhas coisas. ‘Umbora’ montar um jornal juntos?”. Eu disse, “umbora”. O senhor vai entrar com quanto? Ele falou que metade Marluce, metade eu e metade você, os três sócios. “Está fechado assim?”, eu disse, tá. Mande o contador teu bater o contrato social, vamos assinar e registrar em cartório. Em questão de três dias nós fizemos isso.

Eu falei, rapaz, é a oportunidade que eu tenho de vingança. Não é que eu era vingativo, mas eu falei, pow, eu tenho que dar a volta por cima. Isso em 1988, um mês depois que eu vendi a *Folha*. E como vai se chamar o jornal? Eu falei *O Jornal*. Ele disse, está aqui, olha, a passagem aérea. “O que você está precisando?”, ele perguntou. Eu falei que estou precisando comprar um sistema de composição, de computador, lá em Belém, lá no Marco Marcelino (01:08:18). Ele perguntou, ah é o Marco Marcelino? Ele pegou no telefone e ligou para esse Marco Marcelino: “vou mandar aí o Estrella para comprar, você vende para ele aí, que depois eu lhe pago”. Me deu passagem de avião, fui para Belém, trouxe o equipamento, cheguei em Boa Vista. Ele falou, agora você vem aqui em Brasília. Os dois (Marluce e Ottomar) eram deputados constituintes. Aí, selamos a sociedade.

Você se importaria de me dar uma cópia desse contrato?

RESPOSTA – Eu te dou. As pessoas acham que o jornal, quem era dono era o Ruy. O Ruy nunca foi dono de nada. O Ruy quando trabalhava na *Folha de Boa Vista* era professor. Ele era um funcionário, sempre foi.

Então, fui para Brasília, falei: brigadeiro, vamos fazer isso, isso e isso. Tá bom. Vim para Boa Vista, aluguei a sede na professor Diomedes, um cantinho lá; era quase da largura dessa mesa (apontando para a mesa que estávamos na entrevista). Era só um canto. Tinham três mesas de redação com computador e um banheiro. E lá era a sede do jornal. Chamei o Ruy, o Ruy estava parado, que tinha sido demitido na *Folha*, onde era repórter. Tinha o que morreu atropelado, que era colunista social, oh... ah, me fugiu o nome... Ele estava fazendo a coluna social dele, saiu da redação para andar de bicicleta e ir até ao aeroporto, foi atropelado e morreu. Ah, o Idelmo. Rapaz, aquilo me deu um choque tão grande. O Idelmo era um grande jornalista, estilo Gigi Martins. Era um cara top.

Tinha mulher nessa tua redação?

RESPOSTA – Não, não tinha nenhuma mulher. Porque tinha o Flávio Mendes, que fazia diagramação, tinha o Ruy, eu e o Idelmo. Só nós quatro fazíamos o jornal. Aí o Idelmo morreu, o Miranda de Aquino foi fazer coluna social com a gente.

Mas eu sei que esse jornal, o primeiro exemplar... aí eu fui lançar o jornal. O FULANO* ficou doido de raiva. E as passagens aéreas, quem me deu foi a prefeitura, que o Robério era prefeito. Eu guardei essas passagens e o recibo falso. Até hoje. Aí, resultado, nós saímos com o jornal. Primeira edição: Fulano* quebrou o Baner.

Eram quantos exemplares?

RESPOSTA – Eu circulava com 300 exemplares. Era semanal. Aí circulava o Quintella (*A Gazeta de Roraima*), eu (*O Jornal*) e o Péricles (*Tribuna de Roraima*). Nós três fizemos um pacto, dentro desses três jornais semanais. O governo gostava muito de negociar com a gente, sabe. Ah, vamos negociar,

e tal. Era o governador Rubens Villar, na época. Tinha o Arídio, também, né. E o Villar era assim: chegava... entrevista coletiva. Aí eu descia o cacete, mesmo, eu era aquele que espetava. O Quintella dizia: "tu espeta, a gente ameniza e tal". Teve um dia em que estava eu, o Quintella e o Péricles, em um desespero, porque as nossas faturas de editais, atrasadíssimas. Não recebíamos. Teve uma reunião lá (no Palácio do Governo), aí eu cheguei, falei: governador, antes de qualquer coisa, eu quero lhe dar os parabéns, o senhor transformou isso aqui em um canteiro de obras (01:14:23). Daí ele perguntou se estávamos com fatura atrasada. Sim, o senhor não paga a gente tem mais de 90 dias. Chama o secretário aqui, manda para o banco agora.

Aí depois que ele mandou para o banco, o cara confirmou que já chegou aqui. Aí eu perguntei, mas governador, tem outro assunto. O senhor foi pego lá na praia de Copacabana, numa segunda-feira, tomando sol na praia. Isso é verdade? (risos). Então, a gente trabalhava em conjunto nos jornais semanários.

Mas deixa eu te contar outro negócio da *Folha*. Depois que o Aidano saiu e entrou, a *Folha* ficou um bom tempo sem circular. Agora, a proposta do jornal diário, que eu esqueci de falar, a proposta era diário, mas optamos em fazer três vezes por semana. Que na verdade, não foi uma opção ruim para gente, não, sabe. Foi uma boa opção. Aí prosperou legal. Claro que havia dias em que atrasava, que a máquina quebrava, as vezes tinha que vir uma peça de São Paulo.

Mas a proposta diária não rendeu por que ficava caro?

RESPOSTA – Não é que ficava caro. Aconteceu o seguinte. O aporte financeiro não chegou, as promessas não foram cumpridas e nós chamamos a Mara, o pessoal de fora e dissemos, olha, infelizmente não temos como manter. Infelizmente o projeto terá de ser abortado. A Mara voltou para o Rio. A Marinês saiu, também, alguns que trabalhavam na proposta da *Folha*, voltaram para Paraíba. Mas nenhum deles voltou sem receber nada. Nós pagamos tudo que foi acordado com eles.

Sobre o período que ficou sem circular, eles não tinham ninguém que conhecesse a máquina impressora. Só eu que conhecia, e eu falei eu não vou, não. Nem que me paguem 1kg de ouro, eu não vou. Contrate uma pessoa. Porque chegavam na redação como se fosse os salvadores da pátria, no jornal que eles mesmos contribuíram para ficar em dificuldade. Isso foi um aspecto que ficou na época.

Sobre O Jornal – RESPOSTA – Eu circulava semanalmente em Boa Vista e Santa Elena. Metade em português, metade em espanhol.

Esse teu projeto de O Jornal começou em 1988 em BV e estendeu pra fronteira?

RESPOSTA – Logo, logo eu comecei a fazer a fronteira, porque Santa Elena, naquela época, era polo comercial muito forte. Tinham muitos brasileiros que iam fazer compras, lá. Então, a gente anunciava aqui as lojas de lá, porque o pessoal já ia certo comprar.

E o jornal ficou até quando, Fernando?

RESPOSTA – O primeiro governador eleito foi o Ottomar, o segundo foi o Neudo, né?! Até no início do governo do Neudo. Até o governo do Neudo eu soltei uma versão, que eu queria transformar ele numa revista. Essa revista eu tenho lá, que tem uma foto de um carro caindo dentro de uma ribanceira.

Mas eu acabei desistindo, porque eu fui trabalhar no Senado Federal. O senador Cesar Dias me convidou para ir para área de comunicação, e como eu já não estava mais no período de porra-louca; eu estava no período de me estabilizar, eu fui para o Senado.

Fernando, eu acho que era isso. Se quiseres fazer alguma colocação...

RESPOSTA - Eu só queria ressaltar que a gente nunca teve nenhum problema com relação a contratação de mulheres, de homens, de outros gêneros. A gente não tinha muita mão de obra disponível, mas quando chegava, sempre era bem-vindo. A gente nunca teve nenhum tipo de restrição, tá.

APÊNDICE E

Entrevistada: Murilo Bezerra de Menezes

Local da entrevista: Residência do entrevistado, bairro Aparecida

Dia: 25/08/2022 - Duração: 59min54seg

ENTREVISTA COM O SENHOR MURILO BEZERRA DE MENEZES.

Vamos conversar com um dos pioneiros da Imprensa Oficial em Roraima: Murilo Bezerra de Menezes, **87** anos completados em 2022. Amazonense, nasceu em Manaus no dia 06 de junho de 1935. Veio para Roraima em março de 1945. Filho de José Bezerra de Menezes e Helena Bezerra de Menezes. Casou-se com Severina Silva de Menezes, a dona Silvia, em 1960, e o casal teve cinco filhos, 12 netos e 4 bisnetos.

Antes de falarmos sobre a história dos jornais impressos nos 45 anos dos ex-territórios federais do Rio Branco (1943-1962) e de Roraima (1962-1988) para compreendermos a participação das mulheres jornalistas nas redações desses jornais, queremos saber como o senhor, seu Murilo, começou a trabalhar com gráficas, jornais impressos e na Imprensa Oficial.

RESPOSTA

Vim para Roraima em 1945, com minha mãe e irmãos. Meu pai era falecido.

Como o senhor começou a trabalhar com gráfica?

RESPOSTA - Nem sei (uma pausa). Acho que foi influência do meu irmão (Adalberto Menezes). Nós dois trabalhamos com gráfica.

Quando ele veio para cá, seu irmão, ele já trabalhava com gráfica ou aprendeu o ofício aqui? Ele estudou na escola técnica de Manaus, ele já veio para cá como profissional. Ele veio porque a família já estava aqui e tinha ele formação.

Perguntas

1 - Qual seu primeiro contato com jornais impressos, quais os jornais o senhor trabalhou em Roraima e como esses eram produzidos (tinha espaço de redação, as matérias eram matérias locais, circulava semanal, quinzenal ou mensal)? O que vendia jornal à época?

RESPOSTA

Foi no jornal “O Átomo”. No “O Átomo”, eu fazia tudo, mas fazia mais a parte gráfica.

Era impresso aqui, foi o primeiro jornal particular.

A tiragem era de 400 exemplares semanais. Eram vendidos. Tinha boa aceitação, porque tinha muita gente de fora e estavam acostumados a ler o jornal.

2 - Como era essa busca de pauta, de notícias, depois sair para vender?

RESPOSTA - Tem uma passagem muito importante “O Átomo”. Nós tínhamos um roraimense, um índio, ele escrevia, tinha a coluna dele, era “Meu Cantinho” e tratava de política.

3 – O tenente Guimaraes era uma espécie de fazia tudo?

RESPOSTA - Para te dizer a verdade, o tenente Guimarães era meu padrinho.

4 – Nessa época não tinha mulheres?

Resposta - Não, não.

5 – A dona Nenê só contribuía com artigos?

Resposta - Ela escrevia artigos e pedia para publicar.

6 – O senhor se recorda dos motivos que levaram ao fechamento do jornal?

RESPOSTA - Nós lutávamos com muita dificuldade financeira para manter “O Átomo”, daí meu padrinho não aguentou e resolveu vender para o Mário Abdala, que não era do governo, mas era carne e osso do governador. Foi uma transação comercial, política. Quando ele alguns continuaram no jornal. Como era política, a política era muito pesada.

O Átomo funcionou na marra, e quando meu padrinho não aguentou mais, vendeu para o Mário Abdala.

7 – Por que a questão política pesou?

RESPOSTA - Olha, interesses financeiros.

8 - O senhor ficou por quanto tempo no “O Átomo” ou foi uma passagem?

RESPOSTA - Fiquei do começo ao fim.

10 – Depois do “O Átomo”, o senhor foi trabalhar onde?

RESPOSTA - Na Imprensa Oficial.

11 – Na Imprensa Oficial o senhor encontrou a dona Nenê?

RESPOSTA - No livro dela “Exaltação ao Verde”, modéstia parte, fui eu quem dei toda aquela dica para ela.

12 – Sobre a questão das contratações das mulheres, a gente só encontra o nome da dona Nenê em expedientes e alguns artigos delas nos outros jornais até 1970. Em 1973, o governo resolver reeditar o Jornal Boa Vista. Mas antes, tinha mulheres nas redações?

RESPOSTA - Não era comum, mas tinham mulheres, mas não me recordo nomes. Tinham mulheres, mas elas não iam para rua cobrir pautas.

13 – Além da dona Nenê, tiveram outras mulheres?

RESPOSTA - Da estirpe dela não. Ela era muito exigente, tudo tinha que ser certinho, dentro dos padrões. Era uma pessoa muito correta, muito exigente.

14 – Sobre as mulheres que vieram de Manaus, o que o senhor se recorda?

RESPOSTA – Vieram duas jornalistas de Manaus e fundaram o jornal “Bem Ti Vi”, um pasquim. Tinha uma coluna permanente “O bem ti vi voando viu”.

15 – Os jornais tinham política de contratação?

RESPOSTA - Era gozado, a gente vivia em função do governo. Tinha que saber escrever. Eram contratações verbais. Para pagar era muito complicado, primeiro porque a gente não tinha dinheiro nem da onde tirar, mas sempre dava um jeito de pagar. Geralmente a pessoa que ia para lá já tinha emprego no governo.

16 – Quais eram as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão?

RESPOSTA - Nem papel a gente tinha dinheiro para comprar. Imprimíamos, por exemplo, o jornal “O Átomo” em papel de embrulho. Mas passou. Eu acho que nós vencemos. Era a parte mais difícil manter o jornal funcionando, embora a aceitação fosse boa. Competir com o governo era difícil. O governo comprou uma impressora, depois comprou uma linotipo.

17 – Sobre o jornal “Tribuna do Norte”, do senhor Antônio Rodrigues...

RESPOSTA - Eu era diretor comercial do jornal, que era semanal e impresso na imprensa oficial. Não tinha mulher na redação do jornal (ele não se recorda de dona Ana nem quando fechou).

18 – Quanto a dona Nenê, o senhor sabe sobre a história de como ela chegou em RR?

RESPOSTA - Ela tinha o espírito livre. Se você ler o *Exaltação ao Verde*, você vai perceber que ela era uma mulher... para ela era tudo fácil, só que ela era muito perfeccionista. (ele não se recorda da dona Nenê em outro jornal, além do jornal governamental atuando, apenas como redatora). Ela revisava os textos, era muito perfeccionista.

19 – Como o senhor foi trabalhar na Imprensa Oficial?

RESPOSTA - Foi por política. Como todo gráfico se conhece....

20 – O Jornal do governo era vendido?

RESPOSTA - Era. Mas não tinha muita aceitação.

21 – Sobre a Valderleide, o senhor lembra? A família não sabia da participação dela no jornal. Corria o risco de o nome sair no expediente sem trabalhar.

RESPOSTA - Lembro. Ela realmente fazia aquele trabalho. A pessoa tinha que dar expediente. Só entrava o nome no expediente quem trabalhava.

22 – O JBV circulou pela primeira vez em 1948. O senhor consegue lembrar até quando ficou circulando.

RESPOSTA: Não

23 – Trabalhou em todo o período do átomo. Consegue lembrar até quando circulou?

RESPOSTA - O Mário Abdala comprou o jornal por força de política. (não conseguiu lembrar até quando circulou).

24 - Sobre o jornal “O Combate”, de Afonso Resende, apesar de ser impresso em Manaus, era direcionado ao povo rio-branquense. Era um jornal para bater no governo?

RESPOSTA - Tinha o *Debate* e o *Combate*. Eles eram dois irmãos de Manaus.

25 - No *Debate* eu vi seu nome como gerente comercial, em 1956, o de Augusto de Nazareth Mateus, o Chumbinho, que era secretário redator. Esse era mais light quanto a função de bater e denunciar o governo do que O Combate?

RESPOSTA - Era.

26 - E eles (*O Debate* e o *Combate*) fecharam juntos?

RESPOSTA - Fecharam.

27 - Sobre o jornal “A Época”, a primeira edição data de 1957. Quem foi Jayme Chacon?

RESPOSTA - Era sócio de Adalberto.

28 - Como surgiu a ideia de lançar A Época?

RESPOSTA - São jornais que surgem de uma necessidade. Nós tínhamos uma impressora, impressora manual...

Por exemplo, *O Átomo*, para imprimir, tínhamos que comprar papel de embrulho. Comprava naquela loja 10 portas, de esquina. Era sempre rodado nesse jornal

Em Caracarái, criei a *Gazeta de Caracarái*, que circulou o tempo que passei por lá, que foi uns dois anos. Era mimeografado e distribuído uns 30 exemplares. Não tinha e nem tem jornal em Caracarái. Fui assumir a Secretaria Municipal de Administração.

29 - Qual governo mandou o senhor para lá?

RESPOSTA - Foi arrumação do governo de Ottomar.

30 - Sobre a Imprensa Oficial.

RESPOSTA - Foi fundada em Julho de 1944 e tinha o nome de “Órgão Oficial.

O Órgão Oficial publicava os decretos do governo, os atos do governo. Desde que eu cheguei aqui no Rio Branco, eu sempre me envolvi com imprensa. Eu fundei, por exemplo, o jornal estudantil “O Lobinho”, do grupo Escolar Lobo D’Almada. No Ginásio Euclides da Cunha eu criei “O Grito”. Tudo mimeografado.

31 - E Em Caracarái?

RESPOSTA - A *Gazeta de Caracarái*.

32 - Quando o senhor foi para Normandia, criou algum jornal lá?

RESPOSTA - Não. Só em Caracarái

33 - Como era produzido, onde era impresso? Como eram distribuídos?

RESPOSTA - Lá na década de 1940 era impresso na Prelazia de Roraima, onde funcionava o Palácio do Governo. Era o único meio de comunicação que o Governo tinha. Era (distribuído) tudo de graça.

34 - Em 1949 foi comprada uma impressora tipográfica. O que mudou com essa aquisição?

RESPOSTA - Melhorou a impressão, porque antigamente era no mimeógrafo.

35 - Sobre o serviço de alto-falante, como era, como funcionava?

RESPOSTA - O primeiro serviço de alto-falante foi da Imprensa Oficial pertencente ao GTF. Funcionava na Imprensa Oficial mesmo, tinha uma salinha. Primeiro funcionou na Prelazia e depois onde é hoje (Rua Coronel Pinto, Centro). Era uma radiodifusão. Tinha recado, tinham músicas. Ainda lembro do

nome do programa era “Amanheça Cantando”, era musical. Funcionava todo dia, e como não tinha energia elétrica como é hoje, não funcionava direto.

36 - Depois do serviço de alto falante veio a rádio?

RESPOSTA - Veio a Rádio Roraima. A Rádio RR foi inaugurada no governo Juscelino Kubistchek. Foi aí que tive contato com o presidente Juscelino. Foi um tempo bom. Eu acho que hoje a pessoa ter a liberdade que eu tive de conversar com o presidente da república como eu conversei é difícil.

APÊNDICE F

Entrevistada: Péricles Perruci

Local da entrevista: Praça de Alimentação Pátio Roraima Shopping

Dia: 29/10/2022 - Duração: 2h03min

ENTREVISTADO - PERICLES VERÇOSA PERRUCI (06.06.1949)

Natural de Recife (PE), 73 anos completados dia 06 de junho de 2022, chegou na capital do Território Federal de Roraima (TFRR) em 17 de junho de 1972, vindo da cidade de Manaus, onde residiu por aproximadamente um ano. Desde que pisou em solo roraimense, começou a exercer atividades jornalísticas, tendo iniciado as atividades na Rádio Roraima. Dentre os cargos que ocupou, foi redator, editor-chefe e diretor responsável pelo jornal do Governo do Território Federal de Roraima (GTFR) de 1975 a 1981, como também trabalhou em vários jornais locais, e foi um dos fundadores do jornal Tribuna de Roraima, em abril de 1986.

Antes de conversarmos sobre os jornais e a participação das jornalistas mulheres na redação, **queremos saber quando e o que o trouxe a Roraima, em 1972? Conte-nos um pouco da sua trajetória profissional/carreira e se você conseguiu se aposentar de vez da profissão de jornalista.**

RESPOSTA

Desde mais novo, antes de vir para Roraima, eu já tinha uma atividade de forma editorial, digamos assim, leve. Eu trabalhei alguns anos com um tio, na Casa Publicadora Batista, que era uma entidade evangélica. Eu sou evangélico. Na nossa igreja, no Rio, nós usávamos a Casa Publicadora Batista para ter toda literatura utilizada na nossa igreja. E o pastor da nossa igreja, o pastor José Roberto, ele era um dos fundadores da Casa Publicadora, e ele viu que eu tinha uma tendência a escrever bem, corrigir. As pessoas que falavam errado, eu falava, olha, não é assim, não, é assim, assim. Ele ficava achando isso engraçado, mas era um homem muito culto e ele foi um dos caras que eu olhei para ele, assim: olha, eu quero um dia poder falar como essa pessoa. O sermão dele não tinha um erro de português, era esclarecedor, principalmente ele falava uma linguagem que o povo entendia, mesmo sendo um cara de uma cultura nacional e internacional.

Então, eu fui para essa Casa Publicadora Batista, onde meu tio era um dos diretores, e ali aprendi muita coisa, muito macete de comunicação escrita. Atuei um tempo como estagiário numa rádio, também evangélica, uma Rádio Copacabana, no RJ, na década de 60. Eu ainda era menino, mas como eu gostava de falar, e sempre tive uma voz mais ou menos, o pessoal dizia, “oh, vamos lá, fazer um estágio lá na rádio, que a gente tá precisando e tal”. Eu ia para lá de graça, não ganhava nada. Mas ali começou a florescer dentro de mim uma coisa maior. Aí eu fiz um teste, também na Rádio Tamoio, do RJ, era a rádio mais ouvida, era como se fosse a Globo de hoje. Na época não havia muitas rádios FM. No Rio não havia quase nenhuma, todas eram AM, de um alcance muito grande. Fiz uns testes na Rádio Tamoio, trabalhei um tempinho, mas também voluntariamente, fazendo só o que o pessoal mandava, lia algumas notícias e gostei do negócio. Achei que era um estilo que se adaptava ao estilo de vida profissional que eu queria. Então, um belo dia, sai do Rio de Janeiro, fui para BH porque estava doente, tinha quebrado a perna num jogo de futebol, e fui para BH onde meu pai e meus irmãos moravam. Nessa época eu estava sozinho no RJ, minha mãe já tinha falecido. Depois que minha mãe morreu, sabe, Rebeca, o meu horizonte ficou muito menor. Eu tinha 11 anos e eu adorava minha mãe. Ela era tradutora de livros do espanhol para o português. Ela trabalhava numa editora que produzia aquelas séries chamadas corintelados, acho que você nunca ouviu falar. Eram livros de bolso. Corintelados eram romances, mas ela também fazia tradução daquelas novelinhas de bolso, de faroeste. Então, na minha casa tinha milhares de livrinhos desses, que quando saíam, a editora mandava para ela 10 exemplares. Eu lia aqueles negócios todos e escrevia. Tinha uns 10 anos de idade. E ela disse que “um dia você seria jornalista, porque você escreve bem e você tem uma lembrança legal”, e eu disse, eu não, negócio de jornalista, não quero não (risos), porque havia muita perseguição a jornalistas na época, e eu fingia que não queria ser, mas acabei sendo.

Então, saindo de BH eu fui para Manaus a convite de um amigo que era gerente de um banco, que precisava de um funcionário lá, e não encontrava no mercado de Manaus um cara que escrevesse bem. Porque o setor de cadastro do banco, que era de Minas Gerais, na época ali na Rua 7 de Setembro, precisava de um chefe de cadastro que pudesse redigir o histórico dos clientes para efeito de empréstimo, financiamento. Mas precisava ter o histórico dos clientes dentro das fichas para poder fazer avaliação e conceder ou não o financiamento. Então, eu fiz isso durante um ano, gostava do serviço. Mas o serviço de banco é muito cruel, ele te domina de certa forma, que se der diferença no

teu caixa, por exemplo, a agência toda ficava lá de plantão até descobrir onde foi o negócio. Então, isso me deixava chateado.

Paralelo, eu trabalhava numa rádio, a Rádio Tropical de Manaus, e era a primeira rádio FM do Brasil. Tinha uma sonorização espetacular. Tinha um estúdio... que nem na Rádio Copacabana e Tamoio, no RJ, eu vi. Manaus estava com uma tecnologia de rádio muito avançada, porque tudo era importado e era uma Zona Franca, ainda é, né. Mas na época, a Zona Franca estava muito pujante. Tudo que você via lá era importado, com um preço muito barato. Então, o empresário teve uma visão legal, ele comprou transmissores de último geração e o som e o alcance da rádio eram muito bons. Só que era curto, não era uma AM que chega em todo o Brasil. E eu fiquei nessa rádio como locutor, primeiro, porque havia uma vaga só para locutor. Depois quando faltou um dos jornalistas que faziam a parte de locução do jornalismo, aí o diretor da rádio ficou assim, pensando o que fazer. Então, ele falou “chama o Péricles”. E lá vai o Péricles. Ele falou que agora você vai ser jornalista de rádio, você vai ler as notícias e tal, você vai receber o roteiro antes, mas o negócio é rápido, as vezes terá notícia que você vai receber na hora, mas como você é safo... E eu topei a parada, meio receoso, porque era um trabalho que eu ainda não tinha feito, porque eu gostava de escrever e falar. E como ele viu que eu tinha desenvoltura... depois de uma semana ou você aprende ou vai embora. O rádio é muito rápido, como televisão. Ou você faz direito ou não faz mais. Então, comecei a fazer a coisa e comecei a gostar do radiojornalismo. Até que eu deixei de ser só locutor para ser produtor, também. Então, eu produzia notícia com a minha visão daquela notícia e forma como eu achava, porque eu sempre me colocava do outro lado. No rádio você tem que se colocar no lugar do ouvinte: “o que esse cara quer ouvir? De que forma essa notícia tem que chegar para ele para ele entender?”. Eu tenho que saber que estou falando para uma coletividade heterogênea demais, de pessoas que têm muita cultura e outras que não tem cultura nenhuma. E os dois segmentos precisam entender o que estou falando. Então, a minha vida como jornalista começou dessa forma, muito ludicamente, no final da década de 60.

Mas a partir do momento que minha mãe faleceu e eu fiquei sem chão, o meu pai também, o papai tinha seis filhos, todos pequenos, o mais velho era meu irmão Paulo, que tinha 14 anos e eu 11 anos. O resto era tudo abaixo de mim, de 10, 9, 7, de 3 anos que era minha irmã, minha única irmã, que tinha 3 anos na época. Então, tudo ficou muito difícil para gente, muito difícil. Depois de um tempo, depois dos 17 anos, eu comecei a pensar que eu não tinha nada de fazer no Rio. O papai foi para Belo Horizonte, eu morava sozinho no apartamento dele no Grajaú, que era enorme. Me sentia muito só. Meus amigos não moravam na mesma zona que eu, alguns na zona sul, que era longe e eu não tinha condições. Então, uma série de fatores me levaram a bater asas e voar.

Foi justamente na época que eu quebrei a perna em um jogo de futebol. Fiquei sozinho um mês e pouco no RJ, com a perna quebrada, padecendo um bocado. Tinha que subir escada para ir para o apartamento, aí eu nem descia, porque não tinha como subir. E tinha uma namorada que me ajudava e falou com meu pai em BH de que eu estava numa situação brava e tal. Meu pai saiu de BH para o Rio, viu a situação que eu estava, que eu não estava me alimentando, não tinha vontade de comer, me levou para BH. Lá eu fiquei até minha perna ficar curada. Depois que a perna curou, eu comecei a me corresponder por carta, veja só, a carta funcionava naquela época. Só que levava um mês para chegar, depois outro mês para chegar à resposta. Escrevi para o meu amigo de Manaus, o Sérgio Litaif, de uma família muito influente lá, tem até uns parentes dele que moram em Boa Vista (BV). Ele era advogado e gerente do banco. Eu nem sabia, só sabia que ele era um amigo. Eu disse, olha cara, se tiver um emprego e você souber, me avisa que estou afim de sair daqui. Ele disse: “então você vai vir amanhã, estou precisando de um chefe de cadastro. Eu te ensino como é, você faz um estágio, faz um treinamento”. E eu fui para o banco e do banco para rádio foi um pulo. Mas o que eu gostava mesmo era da rádio. Então, fiquei nesse banco durante um ano, até que chegou uma camarada daqui (BV) e me fez uma proposta para vir para Boa Vista. Eu deixei o banco e a rádio, e vim embora. Cheguei aqui e para minha surpresa, já sabiam que eu estava chegando, porque ele conversou com o dono da empresa chamada Empresa Rio Branco de Engenharia, Construtora Rio Branco de Engenharia. Eu vim como chefe geral do escritório da empresa, que estava ainda começando a obra do Estádio Canarinho. Não tinha nada. Lá era só mato e eles ainda estavam fazendo a limpeza do terreno. Aí eu fiquei olhando, assim, a construção dos alojamentos dos funcionários, porque era uma obra muito grande para cá, na época. Caramba, o negócio vai ser grande, vai ser bom. Era um desafio que eu nunca tinha enfrentado na vida, mas vamos embora. Eu recebi uma casa para morar, uma FM-1000 para dirigir e 150 funcionários para tomar conta, e eles estavam todos no alojamento, sem ainda participação nenhuma porque a obra ainda ia começar. Os equipamentos estavam chegando de Manaus, mas era muito difícil chegar alguma coisa aqui. Tinha que ir até Caracarái numa balsa, de vez em quando empacava no meio do rio, levava ‘200 anos’ para chegar em Caracarái. De Caracarái para cá não tinha estrada direito, era aquele lamaçal. Resultado: o negócio demorou muito para sair e eu fiquei até que os equipamentos chegaram e começaram as construções. Depois daí nós fizemos a construção do Palácio

da Cultura, que é onde está a Assembleia Legislativa. Então, eu conheci um cidadão chamado Amazonas Brasil, que como a obra cresceu muito, precisava de mais um para administrar, daí contrataram o Amazonas Brasil, que era engenheiro. Ele tinha vindo de Curitiba, tinha um conhecimento grande e contrataram. Só que o engenheiro mesmo da obra se chama doutor Hélio Magalhães, um camarada maravilhoso. Eu aprendi muito com ele, não apenas na parte de construção de obra, mas a administração de uma obra e administração de vida também. Era uma pessoa digna e que faleceu, também. Então, querida, depois dessa eu andei fazendo umas besteiras, denunciando gente que não deveria denunciar, por causa de desvio de material da obra e acabei levando aquele famoso pezinho, que a gente leva de vez em quando a gente pensa que está certo, e você não está certo e não está errado. Aí eu comecei a entender Roraima: você não pode falar coisas; principalmente naquela época que era muito pequeno, aqui, e você falava contra alguém tinha um primo aqui, outro parente ali, e você não conhecia ninguém. Foi nessa que eu entrei e aprendi com isso. Não dava para falar tudo que a gente pensa, tem que se segurar um pouquinho, infelizmente era essa a realidade; e aquilo me machucou um bocado. Mas a gente aprende com os erros, talvez não fosse nem erro, mas deixa para lá.

Então, depois daquilo ali, eu senti a necessidade ter um emprego. Quando eu chegava numa empresa, a empresa concorrente da Rio Branco, que ela construiu o aeroporto na época... desculpa, mas não me lembro o nome da empresa, que faz muito tempo, mas era outra grande companhia, que era concorrente direta da Rio Branco. Ah, lembrei, Construtora Irmãos Prata. Cheguei lá para apresentar meu currículo, falei de onde vinha o que tinha acontecido, e eles disseram que nem precisava falar nada, que não dava para me contratar, porque você falou do cara lá, o camarada também está aqui, e procura outro ramo, porque esse daqui você não vai conseguir trabalhar não. O cara foi muito sincero comigo. E eu fiquei quieto, me recolhi, fiquei mais ou menos um ano muito triste, depressivo, com vontade de ir embora, mas algo dentro de mim me dizia para não ir, você não é covarde, fica aqui, ninguém vai te expulsar daqui. O pessoal só queria me mandar embora. A Rio Branco me deu uma passagem só de ida para Manaus. Mas eu fiquei aqui, batendo cabeça, até que, surgiu um concurso público, justamente para a Secretaria de Educação, mas para o setor da Rádio Roraima, que era um órgão ligado à Secretaria de Educação. Nesse concurso público, concorreu eu, o Carvílio Pires, que era menino ainda, mas ele concorreu para locutor. E para redator, concorreu eu e outro colega chamado Gerson Costa, um jornalista que não tinha curso superior, mas tinha o poder da comunicação como muito poucos eu vi aqui no Estado. E ele também passou para redator; ficamos eu e ele, só que ele depois que entrou na rádio, o Laucides era o diretor, e o Laucides era um cara aberto, fantástico, era um mestre, e ele visualizava na gente o melhor setor que a gente poderia trabalhar na rádio. Ele viu em mim, que eu redigia bem e ficaria no jornalismo da rádio. Depois ele me lançou para locução, também, mas antes eu ficava só na parte redacional. E o Gerson, ele colocou na comunicação direta, e o cara fazia um sucesso danado com o pessoal do interior. Então, o Laucides percebeu esse potencial dele, e aproveitou o cara bastante, e ele ficou por muito tempo na rádio. Só que a bebida fez com que ele entrasse por caminhos meio tortuosos e tal, depois ele se recuperou, mas da rádio ele teve que sair. E eu continuei na rádio até ela ser transformada de Rádio Roraima em Rádio Nacional. Quando houve aquela transformação, eu não me senti muito à vontade na rádio, porque a política de trabalho mudou, as pessoas mudaram, a direção geral já não era mais da rádio, era do gabinete não sei de onde; tudo tinha que ser reportado à Brasília. Era uma dificuldade muito grande. Mas quando a gente precisava de uma peça para o nosso transmissor, aí era uma dificuldade, demorava demais, a rádio ficava fora do ar. Então, essas coisas foram desmotivando a gente. Eu sei que nesse período, eu fui ser professor. O Got (nota: Ginásio Orientado para o Trabalho, que posteriormente virou Ginásio/Escola Barão de Parima, no bairro Calungá) precisava de um professor de inglês e eu falava bem inglês, tinha recentemente voltado dos Estados Unidos, falava direitinho, conhecia a gramática por ler tanto, e fiquei como professor de inglês um ano e meio lá no GOT. Até que um dia, como eu era funcionário da rádio, também, aí o governo chegou para mim e agora você tem de escolher, ou fica como professor ou você fica na rádio. O salário era o mesmo, não ia mudar nada. Bom, se não vai mudar nada na minha vida, eu vou deixar o professorado de lado, porque dá muito trabalho você ensinar para uma criança, você precisa ter muito cuidado, estudar muito, se preparar, preparar aula, e as vezes você nem tinha tempo porque eram tantas turmas. Então, eu disse que para eu não ser um professor ruim, vou tentar ser um radialista melhor. E escolhi a rádio. Eu acho que dei um tiro no pé, porque a parte da Educação, do governo Ramos Pereira, melhorou muito, principalmente os salários; as possibilidades de crescimento na profissão eram muito maiores e as possibilidades de fazer curso dentro da tua área eram infinitas. Naquela época o governo federal te premiava com isso, desde que você voltasse. Hoje eu não sei se é assim. O pessoal faz doutorado longe e por lá mesmo fica. Mas antes aqui era assim. E a Educação aqui era muito boa, mas eu optei pela rádio, e lá eu fiquei como

locutor e noticiarista. Era uma profissão que ainda não tinha reconhecimento legal, mas era o que a gente fazia.

Noticiarista era como apresentador dos programas de radiojornalismo?

RESPOSTA – Sim, só que eu era produtor também. Fui apresentador só durante um tempo. Depois por necessidade do trabalho, por exemplo, na guerra do Vietnã, nós trabalhávamos intensamente na divulgação dos fatos. Foi um período muito longo, então a gente colhia informações... a gente tinha um rádio chamado Hammarlund, que era um rádio alemão, acho que você nunca ouviu falar, mas era um rádio grandão, e ele tinha um sistema de botão, que o negócio era milimetrado. Você tinha uma rádio grudada na outra, a maioria internacional. Era preciso virar a chave; você ouvia tudo que era coisa do Brasil. Virava a chave para o outro lado, era só BBC de Londres, era rádio dos Estados Unidos, da China, do Japão. Então, você tinha uma gama de informações, que era como o celular hoje. Eu vivia ligado naquilo ali, capitando notícias, e o Gerson ajudava muito, porque ele tinha o ouvido muito bom e tinha uma visão muito rápida, também. A gente colhia as notícias nacionais e internacionais, e passava para o papel, não do jeito que eles falavam, porque eles entravam em detalhes que não precisava. Mas a gente dava o fato. Dava uma audiência muito grande, porque muita gente aqui só tinha a rádio como meio de comunicação. Os jornais que tinham na época, era aqueles jornais feitos nos mimeógrafos, jornais pequenos, jornais de escola. Esse “*O Átomo*”, foi um pouco antes de mim, mas circulava com poucos exemplares. Então, se esgotava a edição, e a edição era de poucos exemplares.

Mas tinha uma coisa muito interessante aqui, que acho que você nunca ouviu falar, que era muito interessante em termos de rádio e comunicação. Nós tínhamos, ali na frente da Rádio Roraima, onde é a escola Lobo D’Almada, se você entrar ali vai ver uma caixa d’água bem grande. Naquela caixa d’água tinha um autofalante, e esse autofalante era administrado pela Rádio Roraima, que era do governo do território. O que acontecia? Quando o governador ou prefeito faziam alguma modificação no quadro de funcionários, de servidores, digamos assim, demitia o fulano... a gente recebia o decreto de demissão, ligava aquele sistema de autofalantes, que era bem forte, atendia a cidade quase toda...

Tinham autofalantes espalhados pela cidade?

RESPOSTA – Não, era só aquele mesmo, e como era no alto da caixa d’água, bem no alto, todo mundo sabia. Era uma notícia que circulava rápido. Todo mundo sabia quem foi admitido e quem foi demitido. Quando era demitido, aí o pessoal falava assim: “caiu da caixa d’água” (risos). Isso chegava a ser pitoresco, e chegava a doer no coração da gente quando a gente lia o decreto.

Às vezes a gente conhecia a pessoa, às vezes a gente sabia o que acontecia dentro da atuação, mas chegava e tinha que ler, tinha que anunciar. Era o Serviço Oficial da Seção de Alto-falante. Justamente que a cidade era muito pequena, nem todo mundo tinha rádio. Como era bem alto e a propagação do som era muito boa aqui em Boa Vista, que a cidade era plana, então quando o cara caía da caixa d’água, todo mundo sabia.

Como você foi parar no *Jornal Boa Vista* depois da rádio?

RESPOSTA – Por causa da minha atuação na rádio e por causa de um camaradinho chamado Laucides Inácio de Oliveira. O Lau era um mestre, um cara maravilhoso, fácil de lidar com ele, inteligentíssimo, amava o que fazia e transmitia para gente essa confiabilidade. Ele dizia: Olha, você precisa ser verdadeiro. Na área de comunicação, tem que ser pública apesar de ser governamental, você tem o dever de falar a verdade ou se você não puder falar a verdade, não fale nada. Porque tudo o que vc falar, alguém vai gravar. E daqui a trinta anos, de repente a fita ainda está boa, e o cara vai lhe cobrar pelo que você falou. E eu apliquei esse tipo de frase, que eu nunca esqueci o que ele me disse, de que tudo que você falar hoje é responsabilidade sua, vai ser cobrado no dia certo. Pode ter certeza. E eu apliquei isso no jornal.

Quando ele foi convidado pelo governador Hélio Campos para ser o primeiro diretor do *Jornal Boa Vista*, que era um jornal muito mais artesanal, era construído com as mãos da gente mesmo, e nessa parte eu só entrei como redação mesmo. Mas ele fazia tudo no jornal, escrevia muito bem, fazia parte de diagramação, fazia caricaturas, ele era um desenhista maravilhoso. Ele fazia do jornal uma coisa lúdica, principalmente na época de Natal, aí ele fazia aquelas ilustrações natalinas e tal, ele fazia um documento dentro do jornal para angariar fundos para o jornal. Tudo isso ele criou ali, em um mundo muito pequeno, mas com muita qualidade. E a coisa depois foi se desenvolvendo. Esses jornais comerciais, depois de uns 10 anos, viraram uma febre, aqui. Todo mundo fazia, em alguns eventos, Dia das Crianças, Natal, Carnaval. Faziam um jornalzinho comercial com encartes de empresas, e tal, e isso dava dinheiro para quem trabalhava no setor e era bom. Então, todo mundo aqui trabalhava no governo. Quem não era do governo, era da prefeitura. Então você não tinha muita opção. As empresas eram pequenas. Construtoras aqui só contratavam quem tinha capacitação para trabalhar com obras.

Então, na parte administrativa aqui, muito pouca gente era aproveitada. Mas isso começou a mudar a partir do momento que chegaram lojas grandes, chegaram empresas maiores, empresas do comércio, de serviço, então, isso mudou. Mudou até a cara do território na época.

Como era a contratação do pessoal na época. O básico era saber escrever, porque não tinha curso, né?

RESPOSTA – Sim, não tinha curso e não havia uma legislação que amparasse os jornais e as editoras para contratação de pessoas. Então, o critério que eu utilizava, por exemplo; na rádio, eu vou contratar alguém para o serviço de jornalismo, eu sabia que não tinha jornalistas aqui, né, mas como eu, eu acho que tinham pessoas qualificadas que pudessem escrever, e escrever bem. Então, eu chamava essas pessoas, trazia um currículo resumido de atuação, olhava ali e fazia uma avaliação muito rápida, mas o importante era o processo seletivo. A gente fazia uma seleção das pessoas, e a gente tinha a habilidade de perceber se aquela pessoa, mesmo não escrevendo muito bem, mas a essência da pessoa. “olha, esse cara sabe passar para o papel uma coisa que ele está sentindo”. Isso já te dá uma maneira de ensinar. Nós éramos, na verdade, professores sem até saber que éramos. Mas a gente fazia um treinamento grande com eles, fazia até correção, muito acompanhamento até a pessoa sentir que “agora estou legal”. Isso era para o rádio e para o impresso.

Era uma postura que achava que era a melhor possível. Nunca contratei um expert, porque não apareceram muito. Mas tive colaboradores muito bons na parte de rádio e jornal. No rádio esportivo de Roraima, naquela época, tinha uma equipe chamada “A1”. Eram radialistas-jornalistas, porque além de fazer a narração dos jogos do campeonato roraimense, que era muito pequeno, a rádio movimentava esse setor, tinha a narração, os comentários e a propagação como notícia. Então, essa equipe “A1”, eu nunca esqueci, era chefiada pelo Galvão Soares, e tinha o Carlos Alberto Alves no comentário, mas também tinham outros nomes... Flamarion Vasconcelos, que é o nome do estádio, que morreu, infelizmente, prematuramente, e tinham outros colegas.

Tinha mulher, Péricles, por exemplo, a Fatinha da Galera?

RESPOSTA – Tinha, tinha a Fatinha. Ela já veio pra cá como jornalista, então ela era muito comunicativa, era pequenininha, mas chegava e aparecia mesmo. Era, acho que ainda é, uma pessoa muito simpática.

Tinha a Nádia Hamid, ela passou uns períodos curtos no rádio; a Márcia Albino. Então, essas meninas davam show na comunicação. A Nádia era bem novinha.

(32:51) Uma que trabalhou comigo um bom tempo e depois despontou em Brasília, onde moravam seus pais, fez um sucesso enorme, virou celebridade e foi até trabalhar como comentarista econômica no telejornal Jornal da Globo, no DF, foi a Mara Luquet.

A Mara Luquet?

RESPOSTA – A Mara Luquet. A Kátia Brasil, também, que é filha da Cecy, ela também está em Brasília e está bem lá. Trabalhou comigo na Tribuna.

Não é a Kátia Brasil, que ganhou o Esso na Gazeta de Roraima, não?

RESPOSTA – Essa mesma. Ela trabalhou comigo e depois trabalhou com o Quintella. Agora a Mara Luquet fez uma viagem comigo para Ciudad Bolívar (Venezuela), capital do Estado Bolívar, na comitiva que o Getúlio montou aqui para fazer captação de apoios e negócios na Venezuela, no tempo que a Venezuela ainda estava livre do socialismo. Então, o sul da Bolívar era uma cidade muito grande e a principal cidade nesse lado da *Gran Savana*, era a capital do Estado. Então, a Mara Luquet foi junto com a gente, e a bichinha sempre foi muito boa na análise econômica.

Consegues lembrar de mulheres nesse período trabalhando com você até 1988, como a dona Lucrécia, dona Valderleide?

RESPOSTA – Teve a Lúcia Lee, que era irmã da Lucrécia, mas tinha o nome diferente, porque era casada com um japonês. A própria Mara Luquet, a Luzia Pereira da Silva. A Luzia foi diagramadora, ajudava na revisão, depois de cinco anos trabalhando comigo, ela fazia até redação (34:34). Depois ela fez um concurso, quando o jornal teve que paralisar as atividades, eu disse para ela: “Lu, agora você vai terminar seus estudos, que era o 2º Grau, e vai fazer um concurso. Você não pode ficar desempregada”. E ela entendeu isso, terminou os estudos, fez prova para o IFRR para fazer vestibular de Técnica de Enfermagem, porque era o sonho dela. Fez o curso de Técnica de Enfermagem, daí depois chegou a oportunidade no próprio IFRR de fazer curso superior de Gestão Hospitalar. E ela fez três anos lá, se formou, virou uma enfermeira praticamente, porque já era uma técnica muito boa. Depois de dois anos de formada como administradora hospitalar, ela teve um derrame como a irmã e

faleceu em 2014. Mas dentro do jornal, a Luzia fazia tuuuudo. Ela fazia da fotografia, nós tínhamos um laboratório, lá, ela fazia foto, fazia diagramação, fazia a composição do jornal, que já não era mais... no início da composição, era só com máquina de escrever elétrica.

Explica para gente qual a diferença da fotocomposição e da diagramação.

RESPOSTA – (36:47) Para você fazer a fotocomposição, você já tinha que ter dentro daquela página quadriculada, você ali fazia a divisão das matérias. Nessa parte você media, e nessa medição você sabia, de acordo com a fonte que você ia usar... por exemplo, antes da fotocomposição fizeram um negócio moderno, o computador. A gente usava a máquina de escrever. Usamos muitos anos a DISMAK e a IBM, que eram máquinas elétricas. A gente chamava fotocomposição artesanal (37:26). A gente fazia os textos dessas máquinas e media. Por exemplo, meia página, você media aquilo dali, e inicialmente contava quantos toques tinha de cada linha e quantas linhas teria que ter naquele espaço. Artesanal para valer, não tinha nada que clicou ali aparece o quadro todinho, você ajusta. Não. Era tudo manual e com o olho, também, e esse olho clínico a Luzia tinha, Lucrécia tinha, a Lúcia Lee tinha. E poucas pessoas tinham. Agora tinha um camarada em Roraima, que trabalhou conosco na Imprensa Oficial que se chamava Augusto Nazareth Mateus, o Chumbinho. O Chumbinho era uma figuraça, ele olhava para a página limpa e dizia: “Perruci, aqui dá cinco matérias e uma foto”, e ele não estava nem pensando em composição. A composição dele era no chumbo; as caixas com os caracteres de chumbo eram de ferro, placas onde eram agrupados para produzirem as palavras, textos para montagem das matérias. Ele já tinha memorizado aquilo com tantos anos de trabalho, mais de 50 anos, que ele projetava com papel branco, e dizia que “aqui dá... pode marcar e deixa comigo aqui”. Ele fazia composição de tudo que eu escrevia, separadamente, com acentuação. Eu ficava impressionado e dizia, rapaz, eu nunca vou fazer um negócio desse; e o Chumbinho fazia isso com uma rapidez e ficava besta de ver ele mexer naquela caixa. Isso não era fotocomposição, era composição de chumbo, era em linotipo. Ele fazia nas caixas. Só você indo na Imprensa Oficial, não sei se tem lá, ainda, mas tinham umas caixas de madeiras bem grandes (...) aí ele pegava o chumbo, as letras do chumbo que eram determinadas, ele tirava as letras de cada caixa, nessa caixa tem o “A”, nessa tem o “B”, de acordo com o teclado de uma máquina de escrever.

Era montado letrinha por letrinha?

RESPOSTA. Letrinha por letrinha. Isso antes da linotipo, que era uma máquina moderna, uma máquina gigante. Ela própria já imprimia a partezinha de chumbo, mas com o teclado, tinha o teclado que você teclava aí já saía a matriz que você queria, dentro da formação que você queria. Então, esse era um processo artesanal da Imprensa de 1950, 1960, por aí, tudo em chumbo. E o Chumbinho fazia isso na mão.

E a fotocomposição?

RESPOSTA – A fotocomposição já veio depois das máquinas elétricas. As que eu falei para você, a DISMAK e a IBM. A IBM ainda tem algumas no Tribunal de Justiça, que eu já vi. Mas eram máquinas fantásticas, que elas conseguiam nos ajudar a fazer divisão das linhas, das colunas. Então, pelo tamanho da coluna, você sabia quantas linhas poderia colocar ali. Isso era a parte da diagramação. A fotocomposição ela chegou aqui, no tempo do Rogério, do *Jornal Boa Vista*, o primeiro que atuou com fotocomposição. Só que ele fez a compra do equipamento, mas não estava mais aqui quando o equipamento chegou. Então, eu e a Lucrécia fomos para São Paulo fazer um estágio na IBM/São Paulo, para poder utilizar as máquinas e saber como funcionavam. A fotocomposição era diferente, tinha um teclado de computador muito maior que o teclado de hoje. Só que ela tinha um gabinetezinho dentro da máquina, que passava por um computador a informação para a tela de computador, e você redigia dentro daquele determinado espaço. Só que ao invés de imprimir numa folha de papel, ele imprimia em papel filme, e numa caixinha separada, totalmente fechada, por causa da revelação do filme. Era como se fosse um filme, era um filme, era um papel fotográfico (42:07). Depois de revelado, ia para um laboratório todo escuro, saíam várias tiras, aí você recortava, pegava aquele papel tracejado e colava nos espaços que você já tinha diagramado dentro daquele espaço ali.

Era um processo muito demorado? Tipo uma manhã, um dia, uma noite?

RESPOSTA – Bastante. Olha, a gente começava a diagramar o jornal na parte da tarde, porque pela manhã a gente ainda tinha coleta de notícias, às vezes a gente não tinha repórteres de campo como tem hoje, eu tinha que sair da redação para fazer entrevista, fazer fotos. Quando tinha operação com a Polícia Federal, como a gente (ele) era usado como fotógrafo, muitas vezes eu participei de operações da PF como fotógrafo, mesmo sendo diretor do jornal, porque era um nível de confiabilidade que eles mantinham. “Eu não sei o que teu repórter vai fazer depois, se vai mandar cópia disso aí não

sei para onde”; e às vezes, eram assuntos confidenciais. Eu lembro, uma vez, que um diretor da delegacia de Polícia Federal, aqui, em 78, 79 parece, foi assassinado dentro da delegacia da Polícia Federal. O Nascimento. Um negócio muito estranho, e eu não posso dizer os detalhes, porque era uma operação confidencial da PF, mas um agente federal chegou na delegacia de madrugada, foi surpreendido, assim, levou um susto com o diretor saindo de um corredor, ele se assustou... já estava com a metralhadora na mão, atirou e infelizmente matou o diretor. Esse fato foi investigado pela PF como um acidente de trabalho.

Mas nesse aspecto, eu fui chamado na delegacia da PF para fazer as fotos do corrido, de todo o local do crime, antes da perícia chegar. Era uma contribuição que a gente fazia, sempre de forma voluntária, mas muito ética.

Você ficou no JBV até 1981, por que você saiu?

RESPOSTA – Desencanto.

Com a área?

RESPOSTA – Não, desencanto com as pessoas. E eu posso dizer o nome da pessoa. Me desencantei com o brigadeiro Ottomar. Eu tinha um respeito muito grande por ele. Era um homem muito inteligente, trabalhador demais, mas ele tinha algumas coisas que eu não concordava. Ele queria o poder a qualquer custo. Ele não tinha meio termo: ou era 8 ou 80, não tinha meio termo com ele não.

Então, eu já vinha me desgastando com ele por causa de ordens que ele dava para o jornal. Eu tinha uma ideia preconcebida de jornal. Jornal é um documento, você não pode lidar com o jornal como uma coisinha, aventurazinha, como um brinquedo. Você não pode lidar com o jornal em seu benefício, para sua autopromoção, para promover especificamente uma pessoa na qual você tem algum tipo de interesse econômico, financeiro ou social. Então, eu lidava com o jornal como veículo de comunicação. Eu não fiz o curso de comunicação, não sou formado em jornalismo, não, mas a vida me ensinou a ser ético. Sem ser gabola, eu não sou gabola, eu sei que já errei muito, e até algumas assertivas que eu tenha dito, falado ou escrito, talvez eu tenha errado, com certeza errei, mas nunca de forma intencional, nunca de forma a prejudicar você, que está de lado oposto ao meu. Sabe, eu nunca questionei a sua forma de entender a política, de viver, sabe? Eu jamais questionaria um homossexual, um deficiente. E eu nunca permiti que nenhum repórter meu fizesse isso. Então, eu nunca censurei um repórter. Toda vez que eu mandava fazer um trabalho fora da redação, eu dizia: olha, você tem autonomia para ver e tem autonomia para me dizer o que você viu. Escreva exatamente o que você viu. Não mude uma linha porque alguém disse, ah, é assim, assim, assim. NÃO. Veja, grave, fotografe e ponha no papel aquilo que você viu. E não deixe ninguém interferir no seu trabalho. Era essa minha forma de dirigir o jornal. E eu criei uma equipe muito legal, agindo assim.

Então, com essa minha linha de pensamento, eu batia muito de frente com o Ottomar. Ottomar era um político, e na época de eleição era um politiqueiro, todo mundo sabia, eu não estou dizendo nenhuma novidade aqui. Só que uma época, ele criou uma pinimba muito grande com o Incra. Porque ele estava desbravando o território para São João da Baliza (município), na época nem São João da Baliza existia ainda; era só uma mata ainda, mas ele estava criando São Luiz, Vila Moderna, estava criando uma série de vilas para o interior. Alto Alegre já estava criado pelo Ramos Pereira, que era mais perto, mas como não tinha estrada, era distante. Muito difícil chegar lá. Mas Ottomar teve a visão de fazer o Território crescer pelo lado sul. Então, ele deu prioridade ao lado sul, e ele precisava muito do Incra para desapropriar terra, para ceder área da união, para fazer uma série de coisas.

E começou a bater de frente com o diretor da agência do Incra aqui, que era funcionário de carreira do Incra. E o camarada era muito exigente na concessão das glebas da União, porque foi isso que o Ministério da Agricultura, que comandava o Incra, passou para ele. E quando o Ottomar dizia que “eu quero isso assim, assim, assim”, ele dizia que não, que teria que seguir o trâmite legal. E o Ottomar odiava o trâmite legal, ele era imediatista, que eu quero isso aqui para agora. Mesmo dizendo: olha Brigadeiro, tem documento, eu não sou dono do negócio como o senhor, depois vão questionar... mas ele dizia, “não, meu filho, não questiona não, porque eu tenho um departamento jurídico que te atende depois”.

Então, ele ficou brigando, brigando com esse cara, até que um dia, ele pegou um jornal de oposição aqui, aí ele mesmo mandou plantar notícias contra o cara. O jornal lá não aceitou, mesmo sendo de oposição, não aceitou. Certamente viu o tamanho do problema, ficou com medo, viu o tamanho do funcionário que ele estava brigando, e o tamanho do Ministério de Brasília, porque aqui tudo era de Brasília, não tinha ninguém anônimo, aqui. Como o cara não aceitou, ele veio para cima de mim com muita sutileza. O que ele fez? Chamou um secretário dele (nome ocultado a pedido do entrevistado), um cara muito bacana, era diplomata lá do Palácio, porque quando o Ottomar fazia uma grosseria, era ele que pedia desculpa. Esse secretário trouxe para mim a ordem direta do Brigadeiro. Eu estava

fechando a edição do jornal, e ele disse, olha, a primeira página é do Brigadeiro, ele quer uma notícia muito rápida, então, estampa na primeira página. Ele já trouxe a notícia, o título da notícia e o tamanho da notícia, e uma notícia na primeira página, mas ele queria a foto da pessoa. Aí eu li o troço, aí disse para o secretário: olha, eu lamento profundamente, mas eu não vou publicar isso. E a notinha pequena, ele queria publicar na minha coluna, que era “Pingo no i”. Eu assinava essa coluna toda semana, e ali a gente falava, dava todas as informações dos bastidores da política, de informações que eu recebia e checava antes de publicar, claro. Evitava publicar muita coisa que eu não tinha condições de checar, mas o que eu sabia que estava transcorrendo, eu tinha noção exatamente do panorama. E essa coluna tinha uma leitura muito grande na cidade.

Então, eu disse que não publicava nem na primeira página e nem na minha coluna, não tem como. “Mas meu amigo, o Brigadeiro quer”. Querido, o Brigadeiro quer uma coisa ilegal. Eu perguntei: você tem uma prova do que você me dizendo? Eu não vou dizer nem o que era, querida, porque envolve uma pessoa que eu respeito muito e nem sei se está aqui (Roraima). Mas era uma denúncia contra alguém do Incra, de que estava usurpando do poder que tinha para fazer criação de glebas de terras para lucrar com isso. Então, era um crime contra a nação e era corrupção. Se você publicar isso em um jornal, precisa de uma prova. Essa prova precisa estar aqui no jornal, porque depois que esse jornal sair impresso, aí meu nome está lá como diretor responsável: Péricles Verçosa Perruci. “Ah, o Brigadeiro, tem”. Então, peça para ele me mandar urgente, que eu paro as máquinas aqui, e faço até mais linhas que isso aí, mas eu só quero provas, documentos das glebas passadas.

Eu expliquei que não poderia publicar sem provas, que eu correria risco de ser preso (...) Ele disse que não poderia voltar para o Gabinete sem a ordem ser cumprida. Então, você diga para ele me demitir, porque eu não vou cumprir. Eu tenho família, mas eu tenho dignidade. Eu estou com medo de fazer, porque aquilo que você está me dizendo é exatamente aquilo que estou pensando: não tem documentos, isso é apenas uma briga política que eu vou entrar, e eu entro de cabeça e vou quebrar minha cara. E essa conversa toda na minha sala, falando com ele confidencialmente.

Mas o Ottomar era assim. Ele te dava uma ordem ilegal e esperava você cumprir, e dizia pra você que tinha advogado para te ajudar, e você ficava na fogueira, porque ele tirava o dele de banda e você se arrebatava.

E foi isso que te fez sair?

RESPOSTA – Isso me fez sair porque ele me demitiu.

No dia seguinte?

RESPOSTA – Na hora.

Teve jornal? A matéria saiu?

RESPOSTA. Não, o jornal não saiu e a matéria não saiu porque ele não teve peito de divulgar. Aí, ele imediatamente nomeou a Sandra Tarcitano. Quando ela chegou lá, eu já tinha dito que não ia fazer e acabou. No mesmo decreto que ele me exonerou da função de diretor, porque ele não pode me demitir do cargo público, ele nomeou a Sandra, que era uma menina bacana, uma menina pequenininha, mas cheia de gás. Quando ela chegou, que eu já conhecia a Sandra, eu falei: Sandrinha, não entra nessa. Se você colocar seu nome nessa matéria, nessa edição, você pode ser presa, porque isso é mentira. Eu conheço o Ottomar, não tenho intimidade com ele, mas sei do modo que ele trabalha; e eu duvido que alguém tenha algum documento que prove que esse sujeito (o do Incra) cometeu irregularidades. Eu não cumpro ordem ilegal dentro do jornalismo, de ninguém, nem por interesses econômicos, de forma alguma. Eu acho que o jornalista não existe para isso. Então, foi isso que fez que eu desencantasse; não da profissão, mas daquela situação que eu estava ali. Era um órgão público, do Governo do Território, eu não tinha poder para modificar. Eu sabia que se eu fizesse aquela dali, viriam muitas outras (59:15), porque era o estilo dele fazer aquilo. Quando ele queria atacar as pessoas, ele usava quem ele quisesse, e eu acho que as coisas não são assim, e o jornalista corre o risco de perder a credibilidade. Muitos colegas nossos se envolveram com isso, e a gente sabe como foi o fim deles. Então, eu sempre dizia para os meus repórteres: “não cumpram nenhuma ordem ilegal, não se afastem do tema da sua reportagem, não façam juízo de valor. Toda história tem dois lados, e às vezes, tem até três. Pelo menos os dois, você tem que respeitar. Você tem a minha ordem para fazer um trabalho, mas você tem que ouvir a pessoa que está do outro lado”.

Tu saíste do JBV e foi para onde?

RESPOSTA – Quando eu sai do jornal, eu passei por uma época difícil, porque além de tirar a minha função gratificada, ele, não sei de onde ele tirou da cabeça dele, que ele podia me demitir. Na época, eu usava um imóvel do governo como residência, que foi o Ramos Pereira que me deu numa época

em que aqui não tinha segurança nenhuma. Então, como o Ramos Pereira brigava com Deus e todo mundo, os caras queriam “assaltar” o Território, e ele não deixava ninguém roubar, e não deixava mesmo, porque o bicho era rigoroso e era meio bruto de vez em quando; mas ele veio com a missão de acabar com a roubalheira que estava em Roraima, que recebia muito dinheiro, e a malversação era muito alta, muito grande. Então, a bronca com ele (governador) era tão grande, que chegava na gente. Eu era funcionário do Gabinete, o Ruim Paim era assessor do gabinete, o hoje coronel Pacheco e muitas pessoas que faziam o que o governador mandava, mas dentro de uma ética. O Ramos Pereira nunca deu uma ordem estapafúrdia para ninguém.

Depois disso, eu fiquei meio desasado, o Ottomar me expulsou da Imprensa. Eu sai de lá chateado com a atitude grosseira dele. Era um funcionário antigo, tinha respeito dos meus colegas, e eles ficaram chateados, me defenderam na época.

Eu usava uma casa do governo, fui para casa, fiquei lá quieto. Recebi um decreto dele, mandado pelo pessoal do Gabinete, me exonerando da função e do meu cargo. Eu olhei aquele documento, mostrei para Perpétua (esposa): olha, o cara está me demitindo da função que ele nem tem poder para isso. E eu não era burro, caramba. Eu era funcionário do Ministério do Interior, que era quem poderia me demitir depois de um processo administrativo. E um processo desse levava anos para o cara ser demitido, principalmente naquela época que não tinha celular, não tinha nada. A comunicação entre o Território Federal de Roraima e Brasília era feita por meio de TELEX (explicação adicional do entrevistado por escrito depois de transcrita a entrevista: uma máquina com um teclado, acoplada a um telefone, para receber e enviar mensagens telegráficas).

E eu como sabia disso, a Vera Regina era a diretora de pessoal, e ela que levou o decreto para mim e queria que eu assinasse uma cópia. Vera, você me conhece, eu não vou assinar um troço desse nunca na minha vida; isso é ilegal. “Não, mas o brigadeiro mandou”. Faça o que o Brigadeiro mandou e você se quebra todinha. Eu não faço, eu perdi a minha função, mas meu emprego, não. Eu sou concursado, eu não fui achado no meio da rua, não. Nem estou aqui porque deputado mandou. Deixa esse documento aí, que eu não vou assinar, e acabou.

Eu fiquei quatro meses, deixei a Peta em casa com os meninos (filhos), deixei um dinheiro bom para ela comprar comida e cuidar dos meninos, e ela tinha um salão de beleza. Minha filha, fica aí porque eu vou ter que sair da cidade, porque vou aproveitar minha demissão. Todo o mês o salário vai cair na minha conta, vou deixar o cartão do Banco do Brasil, aí você recebe e se vira. Levei só um pouquinho de dinheiro, peguei meu jipe 4x4, peguei o Chumbinho, que estava de férias, dois gaúchos do projeto Rondon, que estavam por aqui de bobeira, e fui embora caçar na floresta amazônica. Passei quatro meses. Vinha em casa só deixar carne, peixe, tudo que era caça deixava com a Peta, dava um beijo nas crianças e me mandava de novo.

Até que um dia (01:05:23), eu tive que encarar a Vera Regina de novo e fui lá na administração. Perguntei, e aí, Vera, resolveram meu problema, estou demitido mesmo? Não, Péricles, volta para o trabalho (risos). Mas eu não fui demitido, mulher, você não levou o documento para mim? “Não, Péricles, aquilo ali foi um equívoco do Brigadeiro”. Aquilo não foi equívoco, não, foi graça que ele quis fazer, achando que eu era otário e eu não sou otário. Agradeço às férias que me deram (risos), e não puderam nem contar como falta, porque tinha um documento comigo, que ela deixou uma cópia, e eu podia provar que eu não estava faltando, que eu estava demitido.

Depois disso, querida, eu comprei uma picape cabine dupla, a gasolina, e fui fazer o transporte de guianeses de Bonfim para cá (Boa Vista), porque eu não tinha emprego. Eu continue no cargo, mas não me deixaram assumir nada. Bom, eu tinha que fazer alguma atividade qualquer. Como eu tinha um sítio na fronteira com o rio Tacutu, eu disse para Peta que ia transportar guianeses. Meu carro era de passeio, comprei uma picape e fiquei trabalhando com os guianeses, até que quando aconteceu esse lance de que eu ia matar aquele vagabundo, e eu ia matar mesmo. Aí eu pensei, fiz um monte de orações e pedi para Peta orar também, meus amigos, também, o Célio... olha, me ajuda aí, porque minha cabeça está muito confusa e eu não sei exatamente o que eu vou fazer, mas o que estou querendo fazer é isso aqui... aí falei isso. Nesse dia, o Ramos Pereira estava aqui. E o Ramos Pereira além de ser meu amigo, eu trabalhei com ele cinco anos, ele é padrinho da Perla (minha filha) e meu padrinho de casamento. Aí ele chegou para mim e falou: “Olha, Péricles, não faz isso. Não peça exoneração, porque é a sua vida que está em jogo, você tem o direito de pedir um afastamento e tal. Faça isso aí”. Eu olhei para ele e falei que não ia fazer isso, não. Eu vou pedir demissão, porque eu não aguento ficar aqui. Não aguento!!! Eu sei que daqui a dois anos essa praga vai estar aqui, ele tem poder pra caramba, e eu não tenho, e eu voltar para encarar esse sujeito de novo. E eu nem sei se ele vai permitir que eu reivindicasse esse benefício aí, porque ele que manda na administração; eu vou pedir o troço (licença), vai ficar engavetado lá, a Vera tem medo dele, não faz nada, queria que eu assinasse um documento ilegal, imagina agora. Eu pensei bem, conversei com a irmã Cristina, da Educação, ela me deu o mesmo conselho, para não fazer isso não. Logo depois disso ela foi demitida

também. O cara demitiu a secretária por minha causa. Eu vou embora. E eu pedi demissão. E esse processo está no DSG. Eu me aposentei, não por tempo de contribuição, porque até uma carteira profissional que eu tinha, uma mais antiga, ficou lá pelo Palácio e até hoje eu não sei para onde ela foi. Então, eu não pude comprovar para o INSS que eu tinha trabalhado aquele período todinho. E aquela carteira estava tudo escrito, registrado. Meus empregos no Rio de Janeiro sumiram, porque o INSS não te dá nenhuma garantia de que você pagou, de que você teve aqueles registros todos. Se você mostrar sua carteira profissional, eles acham rapidinho, mas quando você não mostra, não tem jeito. Então, o tempo que eu trabalhei no Rio, não apareceu; o tempo que trabalhei, em Manaus, não apareceu; o tempo que eu trabalhei na empresa construtora aqui, quatro ou cinco meses, também não apareceu. Aí eu perdi mais de sete anos, que foi o tempo de contribuição que me daria a aposentadoria integral. Hoje eu recebo metade da aposentadoria integral, mas estou feliz, estou vivendo a minha vida.

Péricles, falando sobre Registro Profissional, a gente não tinha curso e não se exigia formação. Mas eles exigiram, o Governo exigia? E quando foi isso? Você conseguiu tirar o seu?

RESPOSTA – Exigiram. Eu consegui tirar o meu em 77, mas eu dei entrada em 74, por orientação do próprio Ramos Pereira (01:09:51). Mas como ele tinha tanta coisa para fazer, tantas missões para cumprir aqui porque ele estava desbravando algumas áreas do Território. Quando eu digo para você, que na minha concepção e no que eu vi, eu não vejo que o Brasil teve uma Ditadura e que o Brasil teve um Regime Militar bem forte, mas aqui na Amazônia, duvido que alguém possa dizer que houve ditadura. Aqui em Roraima nunca houve ditadura. Tinha censura? Tinha uma censura leve, branda, que incomodava um pouquinho.

Como era essa censura?

RESPOSTA – Era mais aquilo que te falei (01:10:56). Na rádio, por exemplo, que era a parte mais importante e era o único órgão de comunicação de fato que tinha aqui era a rádio, que ela atingia todo o território por causa das ondas AM e OM, ondas tropicais. Então, o radialista que fazia programa, e eu fiz programa musical por muito tempo, era onde a gente ganhava um pouquinho, legalmente. Porque a gente comprava um horário na rádio, o governo vendia, e não era nem vendido, era alugado para gente, para quem tivesse habilidade; e a gente podia captar publicidade fora. Isso sustentava o programa, pagava o aluguel do programa, pagava produção daquilo ali, compra de disco. Mas a gente ganhava um dinheirinho, era um pouquinho a mais que o salário e dava para gente viver em paz. E para poder fazer isso, a gente tinha que ter uma carteirinha, era um cartão marrozinho claro, da Divisão de Diversões Públicas, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça. Aparecia teu nome, teu CPF e os dados da emissora onde você trabalhava. Quem não tivesse isso daí, não podia atuar em rádio, que era o tal de Sistema de Diversões Públicas, que era setor federal, departamento a censura. Então, o que você tinha que fazer? Eu tinha meu programa, que era privado, eu tinha que fazer o roteiro naquele dia e apresentar na Polícia Federal. Era 70% de inserções de músicas nacionais e 30% de música estrangeira. E qualquer comentário político que fosse feito durante o programa, eles tinham que ter conhecimento. Mas o meu programa era musical, eu só falava em variedades, nem falava em política, não havia essa preocupação. Isso em Roraima, mas no Rio também era assim, tinha que ter a carteirinha, todo radialista tinha que ter.

No impresso não exigiam DRT (01:13:37)?

RESPOSTA – Eles exigiam DRT, só que como aqui não tinha DRT, quem estava na direção do jornal tinha que ter o registro como diretor-responsável, que era o editor-chefe. Mas isso era conseguido só em Manaus. Como eu tinha o cargo só de editor, eu não precisava, eu não era diretor e nem era empresário. O Sidney Mendes, por exemplo, só tinha o ensino fundamental, mas era dono do jornal. Então, como dono da empresa, ele conseguiu o registro de diretor-responsável. Mas eu me recusei a requerer esse documento. Eu quero o meu registro profissional, porque eu atuo, sou redator, então tenho o direito. Mas eu só consegui uns três, quatro anos depois. Mas eu tenho aqui (mostrou a carteirinha com o registro DRT)

Péricles, quais eram os desafios e dificuldades de produzir jornal nas décadas de 1970, 1980?

RESPOSTA – (01:14:57) – A dificuldade maior era treinar as pessoas. Porque as pessoas chegavam nos jornais cruas. E equipamentos também. A tecnologia fazia falta. A gente sabia que jornais grandes, do Sul e Sudeste, já tinham tecnologia para fazer um jornal impresso direitinho, tinham equipamentos de ponta, que facilitam a vida de quem trabalhava na área. A gente aqui nem tinha os equipamentos, nem tinha um órgão que pudesse ensinar a mexer no equipamento, se ele houvesse. Então, além de comprar o equipamento fora, a gente tinha que ir lá, para São Paulo, fazer o estágio para poder usar o equipamento, como eu fiz, como o Estrella fez, o Quintella, fez.

Oh, uma outra atividade que tive aqui foi isso aqui (mostrou documento da Ambitec). Sou fundador da Ambitec e trabalhei nesse Conselho Municipal e trabalhei no Conselho Estadual de Meio Ambiente por uns 15 anos.

Ainda sobre a Ditadura, que você falou como era, pergunto como era a forma de manifestação, de expressão dentro dos jornais? Censura, controle?

RESPOSTA – Aqui em Roraima a gente não via ditadura nenhuma. A gente tinha liberdade para se reunir, para falar, para escrever, para trabalhar na rádio, de fazer o que você quisesse. Viajar para tudo que era canto, viajar para aldeia indígena, coisa que a gente não pode fazer hoje. Na época do Regime Militar, Rebeca, que a nossa cidade se desenvolveu mais, porque os governadores que vinham cá, eles vinham com uma missão específica do presidente da República. O Ramos Pereira veio trazido para cá pelo Geisel. O Geisel era um cara duro, mas era um homem honestíssimo, que pensava em desenvolver o Brasil.

Você fala dessa “certa liberdade” que existia. Você trabalhou no jornal do governo, quer era um jornal tranquilo. Mas você fez o programa de rádio “A Tribuna de Roraima”. Teve alguma censura ao programa (01:18:48)?

RESPOSTA – Nunca. Muito pelo contrário. Eu era voluntário da Polícia Federal em muitas investigações que eles faziam, que eles tinham um quadro de servidores muito pequenininho, aqui. Então, a imprensa sempre se relaciona bem com polícia, né, a gente corre atrás de notícia. E vários diretores viam em mim uma pessoa confiável. Abriu um pouquinho, não abriu muito, não, então, quando precisavam de ajuda, e a maioria não era daqui, muitos foram ficando muitos anos, mas a maioria ficava dois, três, quatro anos e ia embora para outros cantos, para outras operações. Então, eu não sentia essa ditadura. Nessa época da Tribuna; jamais algum policial entrou na minha sala falando que não gostaram disso, daquilo, não diga isso, diga aquilo. Nunca.

Só precisava da carteirinha e do roteiro para apresentar, mas controle em si, não tinha?

RESPOSTA – Não.

Então, para você, você avalia que não mudou muita coisa depois de 1985, quando veio o processo de redemocratização?

RESPOSTA – Olha, mudaram algumas coisas. Eu não sou pessimista e nem sou um camarada que vive acusando às pessoas. Eu falo daquilo que vivenciei. Eu acho que depois da redemocratização veio muita liberdade. E quando você tem muita liberdade, e não tem cobrança, sua liberdade fica ilimitada. E quando você tem liberdade ilimitada é como aquela forma de você eleger por unanimidade. Como diz Millôr Fernandes: toda unanimidade é burra, não é?! Então, como veio essa liberdade toda, a liberdade econômica falou muito alto, a liberdade política ficou gritando também, porque estava todo mundo sufocadinho, e agora está livre, então surgiram os órgãos de comunicação político; como quase todos que têm aqui e você sabe disso. Se os nossos órgãos de comunicação não fossem dirigidos e comandados por políticos, a nossa imprensa era uma das melhores do Brasil, porque as pessoas que fazem imprensa aqui conhecem a Amazônia, sabem como defender a Amazônia, como defender a sua terra.

Lá embaixo, você só vê acusação da Amazônia. Na Paraíba, onde eu vivo, as pessoas acham que todo mundo toca fogo aqui, que a Amazônia é um celeiro de queimada. Eu digo, rapaz, você está doido? Eu faço a seguinte fala para eles: você não conhece a Amazônia. Você fala da Amazônia como vê só a Globo. Vou te dizer como se chega a Amazônia. Você pega um avião em Brasília vai para Manaus. Você vai andar três horas dentro de um avião a 850km/h, em cima de floresta verde. Você vai ver uma queimadinha aqui, porque o índio toca fogo, o fazendeiro também. Você vai outra a não sei quantos quilômetros, outra queimada lá na casa do chapéu. Está queimando a Amazônia toda? Qual é, vai ver primeiro para falar.

Então, para você o que mudou? Foi a liberdade econômica, política?

RESPOSTA – Porque isso tudo, querida, quando vem demais, prejudica. Porque você não tem mais parâmetros. Um jornal dirigido por um político não tem parâmetros para dizer a verdade. Não tem imparcialidade.

Assim como em nível de Brasil, em Roraima a gente vê as redações muito masculinizadas, encontramos poucas mulheres. A primeira dona Nenê, depois Lucrécia Alves. (no JBV encontramos Nenê Macaggi (1973 a 1982), Consuelo Oliveira (1980-1981), Lucrécia Alves Guimarães (fotocomposição – 1978, 1979), Sirlei Galupo e Souza (1977), Maria Aparecida Gomes

(1978), Valderleide Baraúna (1973-1974 composição de textos). Nomes que encontramos no expediente do *Jornal Boa Vista*, que foi, pode-se dizer, pioneiro nessa inserção de mulheres, depois a *Folha* veio com essa pegada forte. Aí eu pergunto: tinha alguma orientação política na hora da contratação de mulheres para compor as equipes da redação? (01:22:57)

RESPOSTA – Não. Pelo menos eu nunca fiz isso. No *Jornal Boa Vista* a gente realmente não contratava, a gente quando tinha necessidade de uma pessoa para ocupar alguma função, eu tinha que me reportar, primeiro ao governador. Aí ele dizia para ir a Divisão de Pessoal e se houver possibilidade de contratação, você volta aqui que eu te dou um documento, ela monta um processo. Era assim, porque era um serviço público. Se fosse no meu jornal, que era privado, aí a decisão era minha. Mas conversava com a pessoa, via ou não o potencial dessa pessoa, que as vezes ela queria trabalhar no jornal, mas não entendia nada daquilo, mas se tivesse potencial, a gente aproveitava essa pessoa. Mas ela passava por um período de treinamento constante, de ensinamento. Olha, a Consuelinho (Consuelo Oliveira) que passou por minha orientação durante muito tempo (no *Jornal Boa Vista*). As orientações que passei para ela foram as orientações que o pai dela (Lauçides Oliveira) passou para mim. Era uma continuidade do trabalho que eu recebi logo que cheguei aqui, e as coisas boas, principalmente os ensinamentos éticos desse trabalho, eu passava para as pessoas. Eu ensinava tudo, eu mesmo tinha que aprender todo dia.

Péricles, nos jornais impressos que tivemos acesso de 1948 a 1988, não encontrei mulheres jornalistas em pelo menos duas editorias: esporte e polícia. Ao que você atribui essa pouca participação delas nas redações?

RESPOSTA – Havia poucas mulheres com interesse na aérea policial, que era muito bruta. Elas ficavam com um pouquinho de receio, mas muitas vezes, a Lucrécia, por exemplo, era diagramadora, por exemplo, não era redatora, mas ela me dava informações. Ela conseguia informações na rua e trazia para dentro da redação. Ela agia jornalisticamente e a gente fazia reunião de pauta para ver, nessa semana, o que a gente vai divulgar, e ela dizia, olha, eu soube de um caso, assim, assim; e as vezes ela ia fuçar na delegacia e pedia uma certidão, um documento para que a gente pudesse publicar no jornal. A Luzia fazia papel de repórter de vez em quando. Então, a gente montava uma equipe e os três jornais, a *Tribuna de Roraima*, *O Jornal* e a *Gazeta de Roraima*, eram artesanais. A gente não tinha impressora. Mas antes disso teve “*O Roraima*”, do Sidney Mendes, eu fui editor-chefe do “*O Roraima*” entre 85-86. E trabalhei na *Folha de Boa Vista* em um periodozinho, até que o Getúlio comprou e eu sai. Mas do tempo que era do Estrela, do Kimak e outras pessoas lá, eu fui editor também.

(01:27:08) Mas lá no “*O Roraima*” teve um acontecimento, não sei se você sabe, a gente estava com uma série de questões contra a prefeitura, e o prefeito era Silvio de Castro Leite. O Silvio Leite disse textualmente no meio da rua: “eu vou acabar com “*O Roraima*”, eu vou liquidar”. Ele dizia isso abertamente aí na rua, na cara dura. E eu era editor do “*O Roraima*” naquele tempo. Foi em 85 isso. Não, foi em 88. Em 87 para 88 o Silvio perseguiu “*O Roraima*” abertamente, fazia críticas violentas, mandava fiscalização tanto no “*O Roraima*” como na “*Tribuna*”.

Ele era governador? (01:27:59)

RESPOSTA – Ele era prefeito de Boa Vista.

Quem?

RESPOSTA – O Silvio Leite. O governador era o Getúlio. Então, ele declarou guerra para “*O Roraima*” por dois motivos. Primeiro, eu estava no “*O Roraima*”, tinha ódio de mim, porque no “*Jornal Boa Vista*” a gente batia de frente direto com ele. E ele fazia advocacia ilegal, fazia advocacia administrativa e fazia isso contra fazendeiros que eram muito ligados ao Ramos Pereira, na época de 74 até 79. Em 78, foi ano assim, de recrudescimento das atitudes do Silvio Leite contra o governo, e do governo contra ele também. Tanto é que eu fazia matérias imensas denunciando as patifarias do Silvio Leite, e ele era um inimigo perigoso. Quando chegou no *O Roraima*, como eu estava lá e ele já tinha brigado comigo centenas de vezes, aí ele disse que ia pegar os dois. Ele dizia para todo mundo que eu ia me lascar com o Sidney Mendes. Só que eu sempre eu fui muito precavido, não andava em festinha, não andava em barzinhos, só ia do trabalho para casa, tinha vida social zero, nunca gostei muito disso, e dirigindo órgão de imprensa, piorou. Eu me sentia como um juiz, você só fala no processo, só fala nos autos. Eu só falava no jornal, então era difícil me pegar de bobeira na rua. Mas do Sidney Mendes andava de bobeira pra tudo que é lado.

(01:29:44) Então, a gente estava trabalhando lá no jornal, no “*O Roraima*”, e daqui a pouco um barulhão lá no fundo do jornal. Aí o Sidney: “cara, tu tá ouvindo isso aí? Será que teve algum acidente?”. Vamos lá, porque tremeu o prédio aqui e o prédio era bem grande, né, a oficina das máquinas lá embaixo e a sala da redação na frente. E era um pouco longe, dava uns 60 metros de terreno. E aquele barulhão,

máquina pesada trabalhando. Quando a gente chegou no quintal, a máquina da prefeitura já tinha derrubado o muro do vizinho, já estava dentro da propriedade do jornal, derrubando o galpão das máquinas e derrubou (01:30:04).

Isso custou pra o Silvio Leite um processo de crime pesado.

E ele caçou o alvará...

RESPOSTA – Ele caçou o alvará do jornal do Sidney e do meu também, da *Tribuna* também. Ele caçou, mas a justiça impediu, a justiça devolveu, porque o Rubem tinha dinheiro e um dos sócios do jornal também era advogado e era muito bom. Aí o cara entrou logo com liminar na Justiça Federal, e como órgão de imprensa tinha amplitude federal, aí ele (Silvio) teve que devolver o nosso alvará. Mas perseguia o jornal todo santo dia. Era multa porque o banheiro estava de porta aberta, era multa porque a secretária estava de vestido, era multa porque o jornalista saiu na porta errada, era multa porque não tinha livro de ponto direito; tudo que pensar que tinha multa, ele dava para gente. Eu acho que eu tinha umas 80 e poucas multas. O Sidney mais de 200 multas. E do Sidney, o fiscal dormia no jornal. Ele era amigo do Sidney, e dizia: olha a multa do dia, hoje. Ele dizia, deixa aí, vamos tomar cerveja e tal (risos) (01:32:00).

E essas multas, a maioria delas, era porque ele cobrava o ICMS do jornal e não podia. Nós éramos isentos, porque como editora, você não pagava ICMS. Então, ele cobrava isso, e era a alíquota máxima.

ISS?

RESPOSTA – Sim, isso, ISS. Ele cobra a alíquota máxima e não podia cobrar. E quando a gente pensou nisso, eu tinha pago mais de cinco anos de ISS, e a prefeitura não devolveu nada. Mas a gente teve que recorrer à Justiça para que a prefeitura deixasse de continuar cobrando. Então essa violência era uma violência contra a imprensa daqui. E isso movimentou todos os órgãos. Todo mundo via que as multas eram ilegais...

Agora, por que ele (Silvio) não mexia com a *Tribuna*? Porque a *Tribuna* tinha o Rubem Lima, que era um empresário forte daqui e tinha a Associação Comercial, que eu era diretor da Associação Comercial, também. Então, tinha todo um arcabouço que Sidney Mendes, sozinho, não tinha. Mas ele (Sidney) partiu para cima do Silvio e ganhou aquela casa, aquela mansão que ele construiu ali na área nobre do São Francisco (01:33:36). O Silvio tinha um casarão enorme ali, cheio de porcelana carrara, e mármore não sei de onde, que veio de Portugal, da Itália, não sei. Um 'casarão zão', que o Sidney Mendes tomou aquela casa por ordem da Justiça por causa daquele arrombamento que ele fez.

Péricles, algumas curiosidades do *Jornal Boa Vista*, que a gente conversou em off, mas que preciso gravar contigo. Por exemplo, a dona Valderleide Baraúna (1973-1974), ela tinha o nome em fotocomposição. Corria risco de no expediente ter o nome de alguém que não trabalhava, que era só para compor equipe?

RESPOSTA – Não. O que acontecia era que a Lucrécia era chefe do setor de fotocomposição do *Jornal Boa Vista* e ela era treinada, e fez o treinamento fora do Território, para poder utilizar os equipamentos, que eram complicados; equipamentos que a gente não conhecia. Era tudo na base da computação que estava surgindo aqui. Então, tinha que ter um treinamento na própria empresa que revendeu os equipamentos, comprados pelo governo do Território e ela foi treinada para isso. E ela (Lucrécia) repassou esses conhecimentos para algumas pessoas da equipe, da Imprensa Oficial, inclusive, não só do *JBV*, porque esses equipamentos seriam utilizados não apenas no *JBV*, mas também na parte do Boletim Oficial.

(01:35:14) Então, a Valderleide trabalhava no Boletim Oficial. Tinham outras meninas, também, que trabalhavam no Boletim Oficial, e que passaram por esse treinamento. Agora, quem ficou mais tempo fazendo isso já foi a Valderleide, porque isso dependia não só da composição, mas dependia de laboratório, também, você saber revelar a coisa.

E sobre o fato da família não saber que ela estava vinculada... por exemplo, você disse que ela estava vinculada à Imprensa Oficial, e eles achavam que era só Imprensa Oficial.

RESPOSTA – Sim, querida, porque a família sabia que você trabalhava no governo, só sabia da tua função, se você tivesse uma função de confiança, uma função mais destacada. Mas como era uma função interna, da Imprensa Oficial, eu acredito que nem ela falava nada.

E saindo no Jornal, o jornal não circulava na cidade?

RESPOSTA – Circulava.

Era vendido ou doado?

RESPOSTA – Vendido. Era como se fosse R\$ 1,00 para cobrir os custos, né.

(01:36:18) Macaggi. Falando sobre dona Nenê Macaggi. Você trabalhou com ela?

RESPOSTA – Muito tempo.

Tem como falar alguma coisa sobre ela, porque até agora, na minha pesquisa, eu a encontrei como a primeira jornalista do TF, nos anos de 1940. E eu gostaria de saber: nesse período que você trabalhou com ela, quem era dona Nenê Macaggi? Dizem que ela tinha o temperamento forte. Você lembra de algum caso dela?

RESPOSTA – Eu lembro de alguns casos dela. A dona Nenê era uma pessoa maravilhosa, culta e ela era radical com relação à língua portuguesa. Ela não admitia erros de português. E ela dizia pra mim: “meu filho, jornalista não pode escrever errado”, e ela era cruel. Ela fazia revisão e depois chamava e dizia, ó, você escreveu isso assim, assim, e não é, está errado. Não repita mais. A forma correta é essa aqui. E fazia isso com qualquer um. Ela não tinha esse tato, sabe, do politicamente correto, falava na lata para você aprender. Eu não estou te repreendendo, estou de explicando.

Mas todo mundo já estava acostumado com o tipo de tratamento dela. Ela não gostava de assobio. Odiava um assobio e tínhamos muitos meninos que trabalhavam na oficina de linotipo, nas caixas de tipo, e os moleques era sem-vergonhas, eles sabiam que ela ficava com raiva, e ela ficava bem na frente na primeira sala, ali. No cantinho dela ninguém mexia na cadeira dela, não. Ninguém nem sentava na cadeira dela.

E os meninos passavam, assim, tudo moleque, né, estavam começando a aprender, eram os Auxiliares dos Artífices de Artes Gráficas (01:38:11). Era a função deles, era a função regulamentada pelo Ministério do Trabalho. Os moleques passavam e (som de assobio). Rapaz?! A dona Nenê ficava brava (risos). Ela saía, falava palavrão, esculhambava com os moleques e eles saíam rindo. Eles falavam, oh, dona Nenê, é brincadeira.

Ela era uma figura desse jeito, mas era muito carinhosa, inteligentíssima, afável quando queria explicar, ensinar as coisas. Tinha uma conversa mansa, adorava cultura, escrevia muito bem, tinha uma visão de mundo diferenciada, porque ela conhecia a Europa, coisa que quase 99% não sabiam o que era Europa e ela já convivia com isso. Veio de Santa Catarina (01:39:03), um lugar muito mais desenvolvido que Roraima. No início, ela levou um choque cultural bravo, depois ela se acomodou e entendeu a realidade da cidade, do Território e eu acho que foi uma pessoa muito importante. E aí a convivência com ela era boa, porque ela era uma fonte de conhecimento muito grande e era uma pessoa respeitável e muito respeitada também.

Ela era muito discreta ou falava da vida, porque ela veio para cá como jornalista, ela escrevia em revistas...

RESPOSTA – Ela era escritora, já, e quando ela veio para cá ela veio mais como pesquisadora. E essa era uma característica dela. Ela não falava isso é assim, assim. Não. Ela pesquisava, focava naquele negócio para depois emitir uma opinião. Isso era passado para mim. “Olha, quando você for fazer uma matéria, primeiro você veja o contexto, veja o arcabouço desse negócio, faça um desenho mais ou menos do que você acha que está acontecendo e vá para todos os lados; não ouça só uma pessoa, ouça várias, ouça todos os envolvidos e deixa eles falarem. Se eles estiverem mentindo, com sua investigação você vai descobrir se é mentira ou não. Aí você enriquecesse a matéria. Era isso que ela dizia pra mim. E foi uma fonte de conhecimento muito grande para mim e para todos que trabalhavam com ela. E a revisora Nenê Macaggi era cruel, a bichinha (risos), revisava com detalhes, coisas que com o olho você não percebia, ela percebia. E eu aprendi isso com ela. Hoje quando você me mostra um texto, eu fico olhando assim, o olho vai em cima. E em televisão eu também observo (risos).

Eu vou falar sobre um caso da dona Nenê. Esse foi com o Chumbinho (01:41:47). O Chumbinho enchia o saco da dona Nenê de um jeito, que ela ficava com vontade de matar ele. Ela dizia assim: “um dia eu vou pegar no teu pescoço”. E ela falava com aquele sotaque sulista, né, e o Chumbinho falava assim, com aquele jeitão dele, grandalhão: “dona Nenê, a senhora me ama, dona Nenê. A senhora não vai me pegar no pescoço, só se for para me dar um beijinho”. E ela ficava brava. Aí, ummmmm diiiiaaa, ela disse: “eu quero conhecer a tua casa”. Aí o Chumbinho “a senhora está brincando comigo?!”. Não, eu quero! E ficava perto da Imprensa, lá no São Pedro. A senhora tem certeza que quer ir na casa do seu Chumbinho, dona Nenê? “Não, eu quero conhecer, dizem que ele tem um monte de bichos, tem planta, vê se ele tem uma plantinha para me dar de presente”. Ela gostava de planta e morava numa casa enorme, com um quintal enorme, cheio de plantas e com o filho dela, que morava aqui e faleceu. Era um fazendeirão, aqui.

Aí, nega, o Chumbinho recebeu a dona Nenê na casa dele, e a casa dele era muito simples, era parte de taipa, aquele barro que a gente bate e um teto de buriti (palha), mas gostosa e fresquinha para

caramba. O terreno era enorme, ali na beira do rio Branco. E ele criava muito pato, e ele tinha uma pata que tinha chocado os ovos, e nasceram de duas patas, 25 patinhos. Patinho quando é pequenininho, é a coisa mais linda que tem, a gente se emociona, eles correndo atrás da pata, vai para dentro d'água. Resultado: o Chumbinho tinha maior carinho pelos patinhos dele, era a vida dele as galinhas e os patos. E casa dele não tinha cerca nem nada e ninguém roubava nada. Era uma beleza, era um paraíso isso daqui (01:43:25).

Lá se foi dona Nenê para o quintal dele, ela olhou e tal, e passam os patinhos com a pata, um monte de patinho. E ela olhou assim “mas que lindo esses bichinhos, seu Chumbinho” (fala com sotaque carregado). O Chumbinho ficou olhando e falou “vambora dona Nenê, a senhora não vai ficar aqui não”. “Não, muito bonitinho seus patinhos”. Nega, morreram todos os patinhos no dia seguinte, sabe o que é todos, não ficou nenhum patinho?!! E eu não sei te explicar o que aconteceu com os patinhos. O Chumbinho chegou lá na Imprensa, brabo, zangado, esculhambando com a dona Nenê. “O que eu fiz, seu Chumbinho, o senhor não me chamou para ir na sua casa?”. “A senhora tem olho de seca pimenteira, o seu olho é mau”. Esse é o episódio engraçado e trágico também.

Agora, falando sobre *Tribuna de Roraima*. Quando nasceu, até quando circulou? (01:45:09)

RESPOSTA – Olha, a *Tribuna de Roraima* nasceu de um sonho e esse sonho não era só meu, era o sonho do Rubem Lima, do Elson Rodrigues, que é um repórter fotográfico muito antigo aqui (RR), também. O Elson hoje está com 78 anos, vai completar 79 anos agora dia 29 de novembro, e é um grande amigo que está sempre perto de mim. E era um sonho de outro sócio, nosso...

O Rio Branco Brasil?

RESPOSTA – Não, o Rio Branco Brasil era colaborador nosso, a Elena Fortes era colaboradora assídua da *Tribuna de Roraima* (Editora e Gráfica de Roraima), na parte do direito e a parte social do direito. Ela foi colunista do jornal sobre Direito da Mulher. Ah, lembrei o nome. Era José Liberato da Silva, advogado. Nós quatro fomos os fundadores da *Tribuna*, que nasceu de um sonho nosso. Quando o Rubem começou a sonhar com um órgão de imprensa, ele não tinha nome do jornal, não sabia para onde ia um jornal, ele só queria ter. Era um empresário muito forte, daqui. O Liberato era um advogado, acho que ele não faleceu, mora em Manaus, mas era um empresário, também muito conhecido, muito forte e pessoa assim, de uma idoneidade inquestionável. Era um cara fantástico. Não conheci ninguém que não gostasse dele, só os caras que ele advogava contra. E ele era muito competente naquilo que ele fazia.

Então, nós idealizamos um jornal. O Rubem me chamou ao gabinete dele, na Honda (concessionária), nessa época o Raul (irmão do Rubem) não estava aqui. Ele disse “Péricles, eu sei de todas as dificuldades que você está tendo aqui, sei de todas as perseguições que você está tendo com o Ottomar, aqui, eu sei de tudo. Mas eu quero te dizer que eu quero montar um jornal, eu quero ter uma empresa jornalística, aqui, que diga a verdade. Porque a *Folha* está na mão do Getúlio, agora, e ele diz o que ele quer do jeito dele. E eu quero uma coisa verdadeira, eu não quero que você mostre minha personalidade no jornal, eu não quero foto minha no jornal, nem o Liberato, também.

E eles eram os dois que tinham dinheiro. Eu e o Elson éramos os dois lascados da vida, né. Era a mão de obra. Então, eu sabia, eu tinha total ciência disso. Eu disse para ele: Rubem, olha esse seu sonho é o meu sonho. Eu também quero ter um órgão de comunicação, que não seja só meu, porque eu não tenho recurso, mas que eu possa atuar, possa contribuir, que ele possa crescer, comece bem e acabe bem (01:47:50). Então, se você tem essa ideia, também, e se você tem essa predisposição de não interferir na linha editorial que a gente traçar aqui, agora, beleza. E o Rubem era um cara muito ético, um cara de uma mente aberta para o mundo. Ele viajou demais, tinha um conhecimento muito amplo, conhecimento de vida, apesar de ser jovem, quase da minha idade, mas era um engenheiro civil, tinha uma experiência enorme de construção, de lidar com políticos, lidar com políticos corruptos. Ele conhecia esse sistema, que a gente diz hoje, ele conhecia tudo. Ele se mantinha mais ou menos incólume. E decidimos fazer. “Olha, ponha no papel o projeto tudo que a gente precisa de equipamento, de móveis, de um imóvel para o jornal e de pessoas. Então, foque nesses quatro itens aí, mas principalmente nas pessoas. Ponha pessoas que você conheça ou não, mas que sejam pessoas de confiança. Você vai ser o cara que vai dizer quem vamos contratar para as funções que ficarem idealizadas nesse projeto”. (01:49:34).

Então, nós começamos a *Tribuna*, acho que com umas seis pessoas, se não me engano. Alguns chegaram, quando souberam, porque a notícia quando você vai montar uma empresa, seja ela qual for, você está sonhando ainda, aí aparece um monte de currículos. E com a dificuldade de emprego naquela época era muito grande, então, quando alguém falou, não sei onde, nos bastidores de algum lugar, rapaz, acho que vem mais um jornal aí na cidade. Rapaz, começou a chover currículo. De pessoas que trabalhavam na *Folha*, de pessoas que queriam trabalhar na *Folha* e a *Folha* não aceitou,

peçoal de rádio, peçoal de fora que estava aqui passeando, gente que veio fazer concurso e não passou. Então, a gente começou a receber esses currículos.

E demorou um pouquinho, porque na verdade o jornal começou a funcionar, a empresa começou a funcionar em fevereiro. Só em abril que foi lançado o primeiro número. Mas ela já estava funcionando, estávamos montando o arcabouço do prédio todo. O prédio inicial foi ali na Rua Inácio Magalhaes, e ficou ali o tempo todo. A gente, durante esses dois meses, foi o tempo que... eu pedi para ele, três meses para montar a estrutura, porque eu não posso funcionar um órgão de imprensa com a estrutura em andamento, porque não tem como.

Precisava definir que essa sala aqui é para isso aqui, o laboratório é aqui, as máquinas do laboratório para fazer a impressão da chapa têm que ficar em um local amplo, arejado para o cara poder trabalhar, que não pode ser quente, com uma estrutura elétrica excelente para não ter problema de incêndio, o prédio era antigo. Então todos esses cuidados a gente ia tendo com informações que a gente ia buscando. Ele era engenheiro, a parte de engenharia ficará contigo (Rubem), e tu diz o que precisa. E quando eu olho para o teto e vejo um monte de fios trançados, assim, eu tenho disso (01:51:39). Uma vez eu mandei arrancar foi tudo. Olha, tu és o engenheiro, chama o eletricitista que você conhece, que tem um conhecimento muito mais amplo nessa área que eu, e vamos refazer toda parte elétrica, com a carga maior, mais forte, que fosse compatível com as máquinas que iríamos utilizar.

Vocês compraram equipamento gráfico, também?

RESPOSTA – Também. Só não a impressora, que era caríssima. Mas tínhamos um plano para isso, dentro de um determinado período. Se ele (Rubem) não tivesse sido morto, o jornal estaria funcionando até hoje e eu não teria ido embora. Porque ele estava crescendo. Com a morte dele, aqui me matou 50%. Já tinham acabado com minha vida em 50% no negócio do Alencar (João Alencar foi o jornalista assassinado em praça pública do Território Federal, em dezembro de 1982), e com a *Tribuna* depois foi mais ou menos isso (01:52:28).

Quando mataram o Rubem, me mataram um pouquinho, também, mataram o sonho da gente. O jornal circulou até 97. O Rubem morreu, eu acho em 1997 (*nota: Rubem Lima foi assassinado em 1994 – Fonte: Folha: 01/2/1944*), ele foi assassinado no dia do aniversário dele, dia 23 de janeiro. Nós estávamos em uma reunião na Associação Comercial, que ele era diretor, também, e saímos da Associação Comercial e fomos para um barzinho que tinha perto do aeroporto. Estava lá, eu, ele, o Célio, o José Deodato, tinha um monte de gente da Associação, lá com a gente. (01:54:01) A gente estava lá, numa confraternização, depois da reunião da Associação, que era toda sexta-feira, às vezes na segunda, também. E ele falou que estava com vontade de tomar uma sopa e lá não tinha. Eu falei para ele ficar, ele falou que não, que ia embora, que ia tomar uma sopa. Ele pegou o carro, sozinho, foi tomar a tal da sopa dele lá naquele barzinho Pedra Pintada. Eu não sei se o cara que matou ele, estava seguindo a gente, sabia que ele estava ali, estava esperando ele sair, não sei, ou se ele mesmo chamou o cara. Porque ele estava sozinho, o cara era cunhado. Talvez tenha até isso, ele mesmo ter chamado o camarada para lá. “Olha, vem tomar uma sopa, e depois a gente vai pra casa”. O cunhado dele, às vezes, ficava na casa dele mesmo, porque era irmão da mulher dele. Só que ele não tinha noção do que ia acontecer, nem ninguém.

Ele sentou, pediu a sopa, o cara veio, sentou, pediu sopa, também, e ficaram tomando sopa. Quando saiu o último cliente, que era mais de 11h da noite, o cara disse que ia no banheiro, rapidinho. Ele levantou e foi para o banheiro, e o Rubens ficou tomando a sopa, ainda. Ele estava com a colher assim (Péricles imita ato de levar a colher à boca) e o cara chega por trás e dá três tiros, inclusive um na nuca, que foi o que matou ele, na hora. E foi embora. Depois foi reconhecido, foi preso, foi absolvido no julgamento porque foi considerado incapaz. Disse que matou em legítima defesa, porque disse que o Rubem queria matar a irmã dele, inventou um monte de histórias (1:55:48) e ficou por isso mesmo. Com a morte do Rubem, eu não tinha mais nem como mexer na empresa, porque no contrato social dizia assim: a morte de um dos sócios, liquida a empresa. Então, eu tive que fazer a liquidação da empresa, demitir todos os funcionários, alguns se voltaram contra mim, né, para receber. A única que ficou comigo foi a Luzia. A Luzia disse: “olha Péricles, só saio daqui quando você sair. Não precisa pagar nada, porque eu sei que você não tem dinheiro”. Aí eu paguei funcionários com ar-condicionado do jornal, com uma mota que eu dividi com dois, lá. Eu tinha quase 16 funcionários.

E nessa época era só você e o Rubem de sócios (01:56:39)?

RESPOSTA – Sim, era. E eu tive que desfazer da empresa e indenizar os funcionários. Tinha funcionário que tinha mais de cinco anos comigo. Aliás, tinha outro funcionário, chamado Ironilson, que era quem mexia com polícia, e era um cara maravilhoso. Ele era negro, e o apelido dele era Negão. Se alguém chamasse ele pelo nome de Ironilson, ele não atendia, não, mas chamou Negão, ele, “opa, tou aqui”. Era um cara gaiato para caramba, sabe aquele cara que está no ambiente e todo mundo rir com

ele? O tempo todo era assim. Esse também ficou comigo. Só que ele tinha um respaldo econômico, que nenhum outro funcionário tinha. Ele trabalhava por amor, apesar de receber o salário dele. Mas ele disse “olha, cara, tranquilo, vou para Manaus ficar com minha mãe. Depois eu volto aqui, não te preocupa comigo, deixa tudo aí bonitinho para eu assinar. Não vou te meter em justiça do trabalho, nenhum. Fica na paz”. Esse também não me cobrou, nem a Luzia, mas eu paguei todos dois, com mais tempo um pouquinho. Vendi tudo, liquidei tudo, alguns eu vendi para uma gráfica aqui, que era amigo meu, o Eli, e funciona até hoje aí. Eu fiquei sem nada, nada mesmo, até meu carro eu tive que vender, mas paguei todo mundo. Ninguém pode dizer “olha, o Péricles não me pagou não”.

Começaste circulando com quantos jornais (01:58:07)?

RESPOSTA – A primeira tiragem foi 500 exemplares. Mas ao longo do trabalho a gente tinha edições que a gente tirava 1.500 exemplares. Era semanal. Agora, em três edições seguidas, de dois em dois dias tivemos que fazer uma, foi quando o Silvio Leite foi assassinado. Daí não foi nem matéria de vingança contra ele, não. Era matéria elucidativa de tudo que aquele cara fez de ruim para cidade, de todas as roubalheiras que ele e o irmão dele, o Sebastião, fizeram contra Roraima, na Prefeitura de Boa Vista. Os roubos do irmão dele na Cer, que o irmão dele foi diretor na CERR. Então, a gente juntou um dossiê todo, que eu já tinha, e publicou tudo aquilo dali com fotos, lógico. Foi sensacionalismo? Um pouquinho foi, mas...

Essas edições eram de 1500?

RESPOSTA – Eram 5 mil exemplares e não sobrava uma. Cinco mil cada uma. Naquela semana, segunda, quarta e sexta nós vendemos 15 mil exemplares da *Tribuna*. E acho que só ficou para o nosso arquivo, mesmo, e para Biblioteca Pública.

Até 1997 ele ficou como semanal?

RESPOSTA – Sempre foi semanal.

Péricles, mais alguma coisa nessa nossa conversa toda (01:59:38)?

RESPOSTA – Querida, a única coisa que eu queria deixar registrado é agradecer a você por me escolher para um trabalho tão importante na sua vida. Eu espero que dê o resultado, e com certeza vai dar, que você espera para publicação da sua tese e que você progrida ainda mais. Não fique só no mestrado, vá para um doutorado, um pós-doutorado. Os cabelos brancos vão chegar, mas sua cabeça é tranquila, e eu gostaria que a Imprensa brasileira estivesse melhor, sabe, porque a gente vê tanto descaso. (02:00:38) Eu fico numa posição até difícil de falar isso para você, porque temos visões políticas diferentes, mas mesmo diante da sua visão e diante da minha visão, eu só queria que a imprensa fosse mais séria.

Como jornalista hoje, eu fico, assim, um pouco triste, sabe, de ver que pessoas sabem que determinados fatos ocorreram e simplesmente dão as costas para esses fatos ou mudam todo um conceito desse fato, todo um conjunto desse fato, e não estou me referindo a ninguém especificamente, mas de um modo geral, bem amplo, acho que a imprensa precisa rever seus conceitos. Tanto que a imprensa escrita está morrendo e não se dá conta disso. Hoje temos a tecnologia, e no celular você tem tudo que você quiser e mais um pouco. E a evolução disso aqui é violentíssima e você não tem controle sobre isso. E como não há controle sobre as mídias eletrônicas, eu acho que o jornalista ele precisa aprender na faculdade que a ética tem de ser a primeira coisa que tem que ser aprendida. O valor ético que você tem, você carrega pelo resto da sua vida, seja você apoiando o partido tal, partido tal. Mas se você for ético, você está com a vida tranquila, não precisa ficar olhando para trás com receio. Você é um ser humano, tem o direito de pensar diferente de mim, né, tem o direito de se expressar.

Então, se um dia, a nossa imprensa chegar nesse nível, eu acho que a gente vai conseguir fazer um trabalho muito melhor, o público vai perceber que nós temos uma inteligência rara. Eu sei que isso é sonho, mas a gente pode conseguir. Trabalhos como o seu dão mais um norte para os novos jornalistas que estão se formando, pessoal que ainda vai pensar em entrar, quando eles veem um processo artesanal como esse aqui, eles vão dizer “ah, você está brincando comigo, isso não é verdade (risos). Como você fazia jornal com máquina de escrever?”. Faz, você faz jornal até com folha de uma lanchonete, um papelzinho pequenininho você escreve uma informação. E aquela informação se você difundir é uma notícia. Então, parabéns, e muito obrigado pelo seu carinho e por sua amizade. Que Deus te abençoe, sempre!

Eu que te agradeço pela sua disponibilidade, você passou uma manhã inteira comigo. Foi muito

bacana ouvir suas histórias, ouvir seus relatos, suas experiências. A gente só aprende. Obrigada.

DADOS DA CARREIRA PÉRICLES – COM FONTE

ANO	LOCAL	FONTE
1972 (17 DE JUNHO)	Chegou a Roraima vindo de Manaus	Processo João Alencar
1974	Redator do Jornal Boa Vista	Ed.37 – 1/9/1974
1976	Assessor de Imprensa do GTFRR	Ed.67 da FBV, jan/1985, pg.4 “Esperança de mudança” – Artigo de Péricles à professora Célia Figueira – consta que era assessor de imprensa do governo do território em 1976
1976-1981	Diretor responsável, redator e editor do Jornal Boa Vista; acumulava cargo de assessor de imprensa do GTFRR (período) - Dúvida: 1975, 1976 e parte de 1977 não tem expediente no JBV. Você era o editor? RESPOSTA: Não havia expediente por determinação do Governo do TFRR, medida que foi modificada, a meu pedido, em fins de 1977, por solicitação da DRT de Manaus. O governador concordou.	Mapeamento JBV – edições 1977, 1978-1979, da Imprensa Oficial – Macaggi trabalhava nesse período? Resposta: Sim
1981 – 1982	Matérias	A GAZETA/Gazeta Feminina
1982	Rádio Equatorial – programa Tribuna Livre	Processo João Alencar
1985	Assistente da Diretoria da Associação Comercial de RR (ACR)	Ed.67 da FBV, pg.4 Ed.114, de 05/11/1985, pg3, matéria inauguração praça Joao Alencar
1985/86	Editor de <i>O Roraima</i>	Péricles – entrevista 29/10/22
Abril de 1986	Fundação do jornal <i>Tribuna de Roraima</i> , junto com Elson Rodrigues, Rubem Lima e Liberato	Coluna “Mabel”, Ed.321, de 15/4/87, FBV., aniversário 1 ano Tribuna
1987	Assumiu a Secretaria de Comunicação Social e Turismo	FBV – Ed. 401 - 11/11/87 – coluna social
1994	Morte de Rubem Lima, sócio da Tribuna, assassinado com seis tiros no restaurante Pedra Pintada.	FBV, 01/2/1994
1994	Péricles precisa liquida o jornal Tribuna de Roraima.	Péricles, em 29/10/2022

APÊNDICE G

Entrevistada: Sandra Regina Tarcitano

Local da entrevista: Mensagem de voz pelo aplicativo *WhatsApp*

Dia: 10/10/2022

ENTREVISTA COM SANDRA REGINA TARCITANO

Sandra Regina Tarcitano, nasceu na cidade de Santo André (SP). Veio para Roraima em 1981. A primeira editora-chefe na imprensa de Roraima, no jornal do Governo do Território (Fonte: Ed. 313, de 09 de outubro de 1981) e depois também exerceu funções de chefia do jornal na *Folha de Boa Vista*, no qual ela ajudou a fundar.

Antes de conversarmos sobre jornais e a participação das jornalistas mulheres na redação, queremos saber quando, o que a trouxe a Roraima e por quanto tempo aqui permaneceu?

Conte-nos um pouco da sua trajetória profissional/carreira e se você conseguiu se “aposentar” de vez da profissão de jornalista, ou continua contribuindo para algum veículo/portal/blog/assessoria?

PERGUNTAS

1 – Quem é Sandra Tarcitano, onde nasceu, como viveu e como foi seu primeiro contato com jornais impressos? Sua família apoiava seu trabalho/sua escolha em ser jornalista?

RESPOSTA - Nasci em Santo André. Meu primeiro contato com jornais impressos foi durante a faculdade. Eu fiz Faculdade de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – no Instituto Metodista de Ensino Superior no período de 1977 a 1980. Meu primeiro contato com jornais impressos, na verdade, foi numa assessoria de imprensa de uma cooperativa de jornalistas de São Bernardo do Campo, fundada por profissionais da região do ABC e estudantes de jornalismo. E ali a gente fazia assessoria de imprensa para alguns sindicatos.

A minha família sempre apoiou meu trabalho e minha escolha nunca teve nenhum problema em relação a isso.

2 - Algum fato ou exigência motivou você solicitar o registro profissional em RR? Se sim, qual (iniciativa própria, orientação ou exigência da chefia, por exemplo) (Sandra Tarcitano: DRT AM/RR-48 – Fonte: JBV, ed.402, de julho 1983)

RESPOSTA - Como me formei em 1980, e vim para Roraima em 1981, eu ainda não tinha o diploma, porque a Metodista tinha que enviar para registrar o diploma, segundo a secretaria da época, na USP, então era registrado e depois voltava. Quando eu recebi o diploma em BV, eu dei entrada no registro de jornalista. A época era importante ter o registro para poder, inclusive, legalmente, poder exercer a profissão.

3 – Vamos falar da história que envolve o seu início na imprensa? Como e quando foi esse ingresso e até quando atuou na área (ainda atua?)? Quais os jornais você trabalhou em Roraima, quais funções desempenhou e como era desenvolver essas funções (por exemplo, trabalhava na redação ou escrevia em casa/ou trabalho e levava o texto pra entregar, uma vez que o jornal não era diário; datilografava o texto?)

RESPOSTA - Meu início na imprensa foi a parte da faculdade de comunicação social. Meu ingresso foi através de uma cooperativa de jornalistas, formada por estudantes e profissionais da área, em São Bernardo do Campo, SP, fazendo assessoria para alguns sindicatos. Fiz um estágio na Rádio Cacique, num programa que existia. E no jornal estágio da própria faculdade. Atuei na área até 1992, com assessoria de imprensa na superintendência do Ibama, em Goiás. Trabalhei no *Jornal Boa Vista*, *Folha de Boa Vista*. Fiz alguns *freelancer* para jornais de fora de Roraima.

As funções que desempenhei foram: editora-chefe no jornal *Folha de Vista*, fazia reportagem, pauta. Eu tinha que acompanhar todo o processo no jornal Boa Vista. Na *Folha de Boa Vista* foi um pouco mais fácil, eu acompanhava parte do processo. Eu era redatora-chefe, mas também era repórter, editora.

Em geral, trabalhava nas redações, a não ser nos *freela*, que eu trabalhava em casa. Os textos eram datilografados. Não conseguia escrever a mão e redigia direto na máquina de escrever.

3.1 - Vou aproveitar que você foi editora do *Jornal Boa Vista*, do Governo do Território, para saber qual a diferença das funções: fotocomposição e composição de textos; e o que diferenciava a “composição de texto” da “diagramação” no *Jornal Boa Vista*?

RESPOSTA - Naquela época era tudo muito artesanal, apesar de que o JBV tinha uns equipamentos bastantes avançados para a época. Nós tínhamos uma fotocompositora. O que que é isso? Nós primeiros compúnhamos o texto, tipo numa máquina de escrever elétrica, de onde saíam fitinhas perfuradas, tipo fitas de telex. Essas fitas então eram levadas para uma máquina chamada de fotocomposição. Ali elas eram decodificadas e os textos apareciam num papel fotográfico e depois, era relevado. E aí então era levado para a diagramação. O que era a diagramação? Era onde esses textos junto com as fotos eram dispostos nas páginas do jornal. Isso era feito pelo diagramador ou alguém ligado a área.

4 – Quais eram dificuldades e os desafios enfrentados por uma mulher para exercer a profissão de jornalista no período de território federal? E em especial, no período que você atuou, tinha alguma mudança na inserção dessa mulher?

RESPOSTA - Na realidade eu não tinha dificuldade por ser mulher para exercer a profissão de jornalismo. Na realidade foi tudo muito natural. Não houve nenhum problema enquanto eu exercia a profissão de jornalismo.

5 - Como era essa participação das mulheres, quais funções desempenhavam nas redações, quais cargos ocupavam, quais editorias estavam vinculadas? Elas cobriam pautas de polícia, política e de esporte, por exemplo?

RESPOSTA - Posso dizer que era bastante grande. A gente tinha mulher... eu era redatora-chefe. A Consuelo Oliveira além da fazer reportagem na TV, ela ainda fazia assessoria de imprensa no gabinete do governador e colaborava com o JBV. Na redação eu ainda tinha aprendizes, mulheres, que trabalhavam fazendo alguma reportagem aqui e ali. A função de diagramação no começo, no JBV, era ocupada pelo Anísio, depois passou para ser pela Lúcia Lee. E na parte de composição e fotocomposição nós tínhamos 3 mulheres e 2 homens trabalhando. A coisa só mudava mesmo quando era na gráfica em si, mesmo porque, que era quando era feito o fotolito, a impressão das chapas e rodagem do jornal. Aí era majoritariamente homens e o trabalho era feito muitas vezes, à noite.

As pautas de polícia, eu muitas vezes cobri. Esporte não, porque tinha uma pessoa que fazia de forma colaborativa para o JBV. E política era eu e o Estrella, na verdade, que a gente dividia as coberturas de Polícia e Política. Porque na época, no *Jornal Boa Vista*, embora ele fosse semanal, nós também não tínhamos mais repórteres trabalhando. Eu tinha alguns colaboradores. Eu tinha um colaborador na área de Esporte, eu tinha um colaborador da área de coluna social, que é uma menina que eu treinei, e tinha o Fernando Estrella e eu. Então a gente tinha que se virar e fazer tudo, desde a pauta até a definição da pauta, a reportagem, a redação e também depois eu tinha que fazer, muitas vezes, a redação dos textos, revisar a redação dos textos. E a dona Nenê Macaggi, que fazia a revisão geral do jornal. A dona nenê foi uma pessoa extremamente importante em todo o processo do JBV.

6 – Em decorrência do exercício profissional à época, você sofreu ou presenciou alguma colega sua de profissão (mulher) enfrentando uma situação que hoje classificaria como preconceituosa, machista ou mesmo de assédio? Tipo, piadas ofensivas, intimidadoras ou incômodas, como “lugar de mulher é em casa!” “Se fosse minha irmã não deixaria trabalhar no jornal”, “Coisa linda, coisa fofa, mas essa não é profissão de mulher”.

RESPOSTA - Eu não vi, não sofri e nem vi ninguém tendo algum tipo de assédio por exercer a profissão na época em Roraima. Eu sofri um assédio, sim, mas foi em um local que em que eu prestava assessoria de imprensa, e naquela época era bem complicado você denunciar essas coisas. Então eu simplesmente pedi demissão e sai. Não vale a pena dizer onde foi e com quem foi. Na verdade, a sociedade roraimense à época era bastante tranquila com a questão de gênero.

7 – Segundo a história da imprensa, os jornais eram espaços tradicionalmente ocupados por homens. No seu tempo, como era a política de contratação dos profissionais para atuarem nos jornais? Exigia-se formação ou experiência do profissional ou apenas saber escrever bem era um requisito?

RESPOSTA - No meu tempo, não tinham muitos profissionais ligados a imprensa em Roraima. Havia, acho que, pouquíssimos. Então não havia esse problema de gênero. Eu mesma fui contratada, entreguei meu currículo no gabinete do governador. Todos passavam pelo gabinete do governador para serem contratados. Eu entreguei meu currículo e na época eu concorri com mais uma pessoa, com a Izaíra, que acabou indo para a Educação. E acabei sendo contratada. Só entreguei meu currículo

e fui aceita. Pediam que fosse alguém que tivesse o diploma de jornalista. Porque na época, existia uma inspeção grande... era importante que todos tivessem... todos fossem profissionais mesmos formados da imprensa. Havia uma legislação recém feita, acho que em 1979, que exigia que todo profissional da área de jornalismo tivesse o curso de comunicação social ou tivesse o registro profissional anterior a essa data.

8 – Como editora e diretora do JBV (a primeira a ocupar cargo de chefia de redação e de um jornal no TFRR), existia alguma orientação/política na hora da contratação dos profissionais mulheres para compor as equipes da redação?

RESPOSTA - A resposta foi praticamente respondida na pergunta anterior. Eu fui contratada a partir do currículo que eu entreguei. Na verdade, eu entreguei o currículo e fui contratada como repórter. O diretor do jornal na época era o Péricles. Acontece que eu estava trabalhando a apenas uma semana e ele teve um desentendimento com o governador e pediu demissão. E aí o Ottomar me convidou para ser a editora-chefe do jornal. Eu pensei em recusar, mas a Consuelo Oliveira e o pai dela, o Laucides, acabaram me convencendo a aceitar, porque eles diziam que se eu não aceitasse, eu ia acabar fazendo o serviço do mesmo jeito e outra pessoa provavelmente de Brasília, acabaria assinando o jornal, dada a falta de profissionais que haviam em Roraima na época.

9 - Não era comum encontrar mulheres nas redações desses jornais do território até meados dos anos de 1970, quando, a partir daí começamos encontrar nomes no expediente como Lucrécia Alves Guimarães, Valderleide Baraúna, Maria Macaggi, Sirlei Galupo, Maria Aparecida Gomes, Consuelo Oliveira, Sandra Regina Tarcitano (vc), Cosette Spíndola. Ao que você atribui essa pouca participação de mulheres nas redações?

RESPOSTA – Não sei como responder, nunca pensei sobre o assunto.

10 – Mesmo com pouca participação das mulheres nas redações dos impressos e no comando das redações nos tempos de Território Federal, como você analisa essa ocupação/inserção feminina?

RESPOSTA - Bom, os jornais, no meu tempo, que trabalhei no JBV e na *Folha de Boa Vista*, haviam poucos veículos de comunicação. Os próprios donos é que cuidavam. Depois começou a aparecer outros jornais de fora. Aí apareceram A Crítica, um outro jornal que eu não lembro o nome agora. E aí, com esse pessoal vindo de fora, me parece que houve uma certa diminuição no número de mulheres nessas redações. Eu não sei te explicar o motivo, porque nesse momento eu estava fora das redações de Boa Vista.

11 - Sobre o período da ditadura, como era a forma de expressão e manifestação na e da imprensa no TFRR nesse tempo? Tinha algum controle/censura? O que mudou na produção dos jornais após 1985?

RESPOSTA - Primeiro, no JBV, como ele era um jornal do Governo do Território, eu tinha que seguir as instruções do Gabinete do Governador. Não havia muita pressão. O importante ali era divulgar os atos do governo e isso a gente fazia. Fora isso, tinha liberdade de falar de outras coisas, se aparecessem.

Já no jornal *Folha de Boa Vista*, eu tive problema sim, com a censura. Eu fui chamada para uma conversa, certa ocasião no 2º BEF, ou 6 BEC, no gabinete do comandante, onde algumas pessoas de fora, acho que era 1984, começo de 1985, não lembro ao certo, e ali me entregaram alguns textos, algumas tiras de desenho, alguns artigos, que eles diziam que eu deveria publicar. Eram artigos com conteúdo de extrema direita, extremamente ruins, e que eu deveria publicar de qualquer forma. Esse pessoal tinha vindo de Brasília. Eu fui embora, ler o material, fiquei horrorizada com o que estava ali e não publiquei nada. Aí recebi uma ligação de Brasília dizendo que estavam me monitorando, e como eu não tinha publicado, que era melhor eu começar publicar, caso contrário eu iria sofrer alguma reação. Eles disseram textualmente: “nós não podemos mais jogar bomba, mas podemos fazer pressão e fechar teu jornal”. A partir daí eu publiquei uma tirinha, que eu considerava um pouco menos pior, vamos dizer assim. Por sorte, eu não sei se por sorte, pouco tempo depois, um grupo, intitulado Comando de Caça aos Comunistas, foi pego em Brasília, pixando muros. Eu vi pela imprensa nacional. A partir desse acontecimento a pressão acabou.

Fora isso, numa segunda ocasião, ainda na *Folha de Boa Vista*, nós publicamos uma charge a respeito do governador em relação ao um prefeito numa das cidades de Roraima. Era uma charge em que o governador estava vestido de São Pedro, com a farda pendurada no cabide e expulsando a ovelhinha negra. Ou seja, o desentendimento com um dos prefeitos de uma das cidades em Roraima. Então, com essa charge, eu fui chamada no gabinete do governador, eu ainda prestava assessoria de

imprensa no gabinete, e eu fui chamada ali, e um integrante do governo disse para mim, textualmente: “segura o seu jornal porque não queremos deixar outro Alencar aqui”. Não sei se você sabe, mas o Alencar foi um jornalista assassinado em Roraima. Foi isso que aconteceu. E em outra ocasião, ainda nesse mesmo governo de Vicente Magalhães, não foi ele, mas um integrante do seu governo... houve o vazamento de uma informação tida como confidencial e a gente acabou publicando e eles queriam saber se tinha saído de mim essa informação. Não tinha saído. Mas mesmo assim, eles achavam que sim. Isso foi logo no final do governo deles... eu passava por interrogatório praticamente diário. Daí acabei tirando férias, me ausentei de Roraima e quando eu voltei eles não estavam mais no governo.

12 – Pelo nosso levantamento até o momento, em jornais e nas entrevistas, a primeira mulher jornalista exercendo a profissão foi Maria Macaggi, a dona Nenê, que veio para Roraima ainda na década de 1940. A história diz que ela chegou sozinha, de calças comprida no porto de cimento (onde hoje é a Orla). Certamente esse fato chamou a atenção da pequenina cidade. Você conhece essa história ou outra que envolva a chegada da dona Nenê a Roraima?

RESPOSTA - Sim, conheço a história da chegada da dona Nenê Macaggi. E outras histórias dela era que ela acabou se casando em Boa Vista, que acabou tendo filho. Ela falava muito do período anterior da chegada dela em Boa Vista, que ela percorreu todo o sertão nordestino, nos locais onde Lampião passou, ele e Maria Bonita, antes de chegar em Boa Vista. Ela não era muito de falar muito do passado não. Dona Nenê era bastante do presente, muito ligada a vida, ela gostava muito de escrever, de conversar, de trabalhar. Era uma pessoa de uma energia fora do comum. Ela fazia a revisão do JBV, ela virava a noite trabalhando comigo. Ela era fantástica. Depois ela foi para o Conselho de Cultura, onde ela ficou durante muito tempo. Ali ela analisava novos autores literários, era uma pessoa com uma idade com mais de 70 anos, mas extremamente ativa.

13 - Nenê acabou trabalhando por um longo tempo no jornal do Governo dos Territórios Federais do Rio Branco (1943-1962) e de Roraima (1962-1988) na função de “redator”, e algumas poucas vezes na de “redator-chefe” no Jornal Boa Vista. Você saberia nos explicar o que fazia um redator à época (escrevia, arruma os textos dos jornalistas, pautava repórteres, etc.) no JBV?

RESPOSTA - Sim, ele fazia isso tudo. Ele escrevia, arrumava textos, basicamente redigia e arrumava os textos. A pauta dos repórteres, em geral, era feita pelo editor-chefe.

14 – Você chegou a trabalhar com dona Nenê na década de 1980. Lembra-se dela contribuindo como jornalista em outros jornais no tempo do território federal, além do jornal do governo do território? O que a senhora lembra dela como jornalista nesse período de território federal?

RESPOSTA - Trabalhei com dona Nenê, era uma pessoa fantástica, extremamente ativa. Eu só conheci ela no *Jornal Boa Vista*, do governo, e depois no Conselho de Cultura de Roraima. Foram os contatos dos quais eu mais tive com ela.

SOBRE A FOLHA

1 - Você, Fernando Estrella e a Cosette Spíndola trabalharam no *Jornal Boa Vista* antes de fundarem a *Folha de Boa Vista*. Como surgiu a ideia de fundar a *Folha*? Qual o tempo entre a ideia e a impressão da 1ª edição (Out /1983)?

RESPOSTA - Eu e o Fernando Estrella trabalhamos no *Jornal Boa Vista*. A Cosette não. Ela era assessora de imprensa da Câmara Municipal de Boa Vista.

A ideia de fundar o jornal *Folha de Boa Vista*, eu e o Fernando já tínhamos a ideia de fazer alguma coisa. Mas a partir do fechamento do *Jornal Boa Vista*, então a gente resolveu concretizar esse interesse em fundar o jornal. Foi rápido. O jornal fechou no primeiro semestre, e no segundo a gente já inaugurou o jornal.

2 - No editorial da 1ª edição da *FOLHA*, vocês escreveram que a ideia de montar o jornal independente fazia parte conversas e discussões de jornalistas, dado as dificuldades, a frustração profissional e a impotência diante da situação apresentada à época. E que uns dos sinais de mudança eram o encerramento das atividades do *Jornal Boa Vista*. Teve algum acordo entre os idealizadores da *Folha* e o governo da época (quem era: Ottomar (abril de 1979 a março 1983 (MAGALHÃES, 1997); Brigadeiro Vicente de Magalhaes Moraes (março a dez/1983 (MAGALHÃES, 1997)) para que o jornal do GTFRR encerrasse as atividades?

RESPOSTA - O JBV encerrou logo depois da morte do Alencar. A gente recebeu uma delegação da Fenaj de Brasília e os jornalistas da época questionaram a existência de circulação de

banca, ligado ao governo de Roraima. E a partir daí o jornal foi fechado. Foi só por isso que o governo da época resolveu que deveria fechar. E aí fechou.

3 - Quais eram essas dificuldades/desafios apresentadas à época para produzir o jornal? Você permaneceu na Folha até quando? E em Roraima?

RESPOSTA - A primeira dificuldade era a gráfica. A gente não tinha. Então, as primeiras edições eram feitas... a gente produzia as matérias, conseguimos fazer um contrato com A Crítica, de Manaus, mandávamos às matérias e os textos por telex. As fotos por fax símile ou via aérea, e depois eles nos enviavam via aérea os jornais impressos e a gente distribuía. As dificuldades eram grandes, os desafios eram grandes, mas a gente fazia.

4 – Dos jornais pesquisados/mapeados até o momento, o *Jornal Boa Vista*, incluindo a década de 1950, e de 1973 a 1983, foi o primeiro a trazer nomes de mulheres no expediente em várias funções. A *Folha* também veio forte com essa pegada e podemos dizer que foi o segundo jornal com forte participação feminina. Tinha a ver com o fato de duas das quatro pessoas que se juntaram para fundar o jornal serem mulheres? Como era a política de contratação para compor a redação da *Folha*?

RESPOSTA - A *Folha* foi fundada por mulher, tudo bem, mas não havia necessariamente a indicação de gênero na contratação. A gente contratava as pessoas que se apresentavam e tinham condições de trabalhar. Por exemplo, uma das situações. A gente solicitou, na época, um estagiário de jornalismo para o *campus* da universidade de Santa Maria, que tinha em Boa Vista, através do Projeto Rondon, e recebemos a Luiza. A época a gente não definiu se queria homem ou mulher. A gente só pediu jornalista. E acabou sendo uma pessoa maravilhosa que acabou vindo para trabalhar e acabou ficando em Roraima. E as pessoas que trabalhavam com a gente na *Folha de Boa Vista* eram as pessoas com as quais eu já tinha trabalhado no *Jornal Boa Vista* e outras pessoas que a gente acaba conhecendo, que tinham interesse em participar, não importando a questão de gênero, se era homem ou mulher.

5 – Nos jornais impressos que tivemos acesso, não me recordo de ter encontrado mulheres jornalistas cobrindo esporte ou polícia (período de 1943 a 1987/8). Como foi essa participação feminina na produção da *Folha*, quais as editorias e cargos elas ocupavam?

RESPOSTA - É, tanto no *JBV* quanto na *FBV* não havia mulheres cobrindo esporte, porque não tinham grandes competições em Roraima. Tinham alguns clubes de futebol e pouca coisa sobre isso. E, no *JBV* quem cobria era um apaixonado por futebol que colaborava com o jornal. Na *folha*, o Plínio, também apaixonado por futebol e que também era correspondente de *O Estado de São Paulo*, em Roraima. Agora com relação a polícia, eu mesma cobri várias vezes as pautas policiais. A gente não tinha muito isso. Se houvesse interesse e tivesse algum jornalista disponível na hora, o repórter que tivesse disponível na hora, ele iria cobrir. Nós não tínhamos editoriais predefinidos. Não tinha profissional suficiente para ter editoriais predefinidos. Então, com exceção de Esporte e Coluna Social, o restante era feito por todo mundo.

6 – Depois da redemocratização do país (março de 1985), mudaram as dificuldades e desafios enfrentados por elas para exercer a profissão de jornalista? O que mudou daquela época para os tempos atuais?

RESPOSTA - Com a redemocratização do país ficou mais fácil de trabalhar com a área de comunicação, com o jornalismo, independente de ser homem ou mulher. O que me parece, não posso falar, porque eu não estava dentro das redações de jornais, é que, a partir da vinda de outros jornais para Roraima, da venda do jornal *Folha de Boa Vista* para um grupo empresarial e tal, me parece que houve uma menor participação das mulheres. Agora o por que isso aconteceu fica difícil eu dizer por que aconteceu, porque, como eu disse, eu não estava mais nas redações dos jornais, eu já tinha parado. Eu saí das redações dos jornais, daí fui trabalhar no Centro de Documentação Indígena da Diocese de Roraima, e no Conselho de Cultura. Até pedi a remoção para o Ibama, onde eu fiz assessoria de imprensa na Superintendência de Goiás, até fazer a especialização em educação ambiental e aí mudar de área.

Entretanto, no período em que atuei em Boa Vista, foi durante o governo do General Arídio Martins de Magalhaes, que senti uma maior liberdade para exercer a profissão em Boa Vista. Muito mais até do que em governos de civis. Ele era um legalista e muito acessível.

APÊNDICE H

Entrevistada: Shirley Rodrigues
Local da entrevista: Ligação telefônica
Dia: 14/12/2022 - Duração: 30min20seg

ENTREVISTA COM SHIRLEY RODRIGUES

Integrante das primeiras turmas do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo - da Universidade Federal de Roraima, Shyrlayne de Fátima Rodrigues Santos, a Shirley Rodrigues, é roraimense e há 35 anos atua, ininterruptamente, como colunista da **Folha de Boa Vista** assinando a coluna “Social com Shirley Rodrigues”.

Pelos jornais disponíveis para consulta na Hemeroteca Nacional, assinou a primeira página social na **Folha**, “By special Shirley”, na edição 506, de 26 de março de 1989, um domingo. Shirley substituiu a colunista Mabel Trajano, que assinou sua última coluna na **Folha de Boa Vista** na Edição 482, dia 30 de outubro de 1988. Mas antes de assumir, ela contribuía com a Mabel escrevendo notas e dando informações sobre eventos e os colunáveis.

Shirley iniciou a carreira profissional no jornal **Folha de Boa Vista**, e depois trabalhou na Rádio Tropical 94.1, da empresa Rede Tropical de Comunicação, como apresentadora do programa “Chá das Cinco” durante quatro anos. Atuou como repórter, apresentadora e âncora na extinta TV Caburaí, afiliada à Rede Bandeirantes de Televisão.

Também foi assessora de Imprensa do antigo Banco do Estado de Roraima S/A (Baner), assessora na OAB/RR, assessora política, conselheira estadual de cultura eleita pela comunidade (durante dois mandatos), é membro da Academia Roraimense de Letras. Empossada em agosto de 2022 como membro vitalício da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia (Alaca), com sede no Amazonas, inaugurada em agosto de 2022. Também teve o nome aprovado para Cátedra Indígena de Roraima, onde tomará posse até março de 2023.

PERGUNTAS

1 – Você entrou na *Folha* como colunista ou entrou antes em outra função?

RESPOSTA – A Mabel Trajano, que era colunista da *Folha*, era minha vizinha, morava na frente da casa da minha mãe. Aliás, nossos pais moram lá até hoje, tanto a minha família, a minha mãe, quanto a família dela, no mesmo lugar, ali na Getúlio Vargas, no bairro São Pedro.

E a Mabel era minha amiga de infância, de vizinha e ela era colunista da *Folha*. Ela trabalhava muito em outras atividades, e eu circulava muito com o pessoal, Dezinha, e tal, Lily Tiam-Fook, e ela queria saber das notícias. Eu trazia as notícias para ela. Eu já escrevia, ela só ajeitava, durante muito tempo foi assim. Eu não trabalhava na *Folha*, eu até ia lá com ela, mas não trabalhava. Quando ela quis sair para *Gazeta*, que era um jornal que estava bombando na época, ela chegou para o Carlos Simões, que era o editor-chefe, e com o seu Galvão (Soares), que ela não queria sair brigada, e ela disse que iria se afastar, mas eu iria ficar fazendo a coluna. Ela tirou o nome dela e eu fiquei escrevendo a coluna, que era uma vez por semana. Quando foi um dia, o seu Galvão disse que eu iria assumir e eu não queria de jeito nenhum. Eu fazia Economia na Federal (UFRR), eu não queria saber de ser jornalista, não. Depois que fui fazer comunicação. Então, eu comecei assim, com a Mabel. Aí entrou a chefe de redação, que era a Mara Luquet, e disse para o editor-chefe, que era o Carlos Simões, que até é falecido, que tinha que ter colunista, que não podia ser um jornal só escrito social. E foi assim que eu entrei e estou lá até hoje.

Inclusive, a jornalista Darlene Perdiz, que não atua na área, fez o trabalho de conclusão de curso dela sobre a coluna da Shirley. Então, meu início foi com a Mabel, dada a amizade com a Mabel. Eu não pensava em ser jornalista, nunca pensei, mas eu ia trabalhar como economista, já estava na faculdade, aí depois que eu fui fazer comunicação. Mas eu nunca pensei em trabalhar com comunicação, mas hoje eu digo uma coisa, eu não sei fazer outra coisa se não, escrever.

2 - Com mais de 34 anos de trabalho ininterrupto como colunista, você pensa em se aposentar, parar, descansar?

RESPOSTA – Eu não tenho dinheiro para isso, não. Porque eu não sou funcionária da *Folha*, sou colaboradora, e colaborador não se aposenta. Então, espero continuar, assim espero (risos). Por

enquanto a aposentadoria não está nos meus planos, até porque sou cheia de saúde, comecei muito nova.

3 – Bem, a última coluna que a Mabel assina é de outubro de 1988, e em dezembro, ela aparece assinando a coluna do jornal do Péricles, que é a *Tribuna*, e avisa que quem vai assumir a coluna da *Folha* é Shirley. E essa nota sai dia 30 de dezembro de 1988. Só que na Hemeroteca Nacional, não tem edições da *Folha* de janeiro até 25 de março de 1989. Foi quando eu achei teu nome na primeira edição de março disponível.

RESPOSTA – Eu já escrevia a coluna para ela. Teve um tempo que ela não se preocupava mais, porque ela tinha programa de rádio, trabalhava na saúde, ela era muito dinâmica. E ela não se preocupava mais, do jeito que eu escrevia a coluna, ela mandava. Então, antes de sair oficialmente, eu já escrevia a coluna pra Mabel. Mas exatamente não lembro de data (risos), faz muito tempo.

2 - Sua família e amigos apoiavam seu trabalho/sua escolha em ser jornalista?

RESPOSTA – Amiga, acho que a gente nem falou muito sobre isso. A minha mãe era professora, eu também fiz magistério. Todas as pessoas na minha família fizeram o magistério. A Lenir é professora, a Ray é professora, a Éli-san Paula é professora, a minha mãe é professora, mas eu nunca quis dar aula, acho muito difícil dar aula, sabe. Eu poderia ter ido, né, porque agora estaria ganhando bem (risos).

Minha mãe é uma pessoa muito sensata, muito coerente, ela disse que a gente tem que seguir o que a gente quiser, ver o que é bom para a gente, sem afetar os outros. Então, é isso. Agora, eu, não sei como parei nisso daí, mas eu sei que deu certo.

Mas de modo geral você teve apoio, porque de modo geral ninguém nunca falou “desista disso”, “saia disso”, isso não é vida para mulher...

RESPOSTA – Deixa eu te dizer uma coisa. Não sei se é porque eu tenho comportamento de homem. Mulher é assim. Tá namorando com um cara, o cara liga: “oi, meu bem, a gente vai jantar hoje, às oito horas? Tá. Tchau”. A mulher fala: “amor, tu esqueceu alguma coisa”. Aí o cara fala: “meu Deus do céu, o que foi amor?”. Não, me diga você!!! Aí fica aquele nhe nhe nhém. Daí é porque o cara não disse “beijos, te amo!”. Poxa, entendeu? Eu te amo é lá na cama! Então, eu penso como homem, não penso como mulher. Esse nhe nhe nhém, eu não gosto. Então, eu não sei se é porque eu nunca tive esse comportamento. E assim, as pessoas não tinham muita coragem de falar para mim, não. Porque também eu não permito. Eu não me meto na vida alheia. Se você quer ser jornalista, vai. Se você quiser ser o que quiser ser, vai. Contando que não afete a vida dos outros, é problema seu e não meu. Eu não estou ganhando para te dar consultoria. Se for uma pessoa muito íntima minha, eu dou um toque, mas se eu notar que a pessoa quer. Se não, me contrata para gerenciamento de crise que eu resolvo. Olha, nunca se justifique, porque as pessoas que te conhecem já te aceitam do jeito que você é. Para quem não te conhece, embora você esteja falando a verdade, eles não vão acreditar, então, não adianta. Você não pode dominar. Então, não se justifique.

3 – Quais eram dificuldades e os desafios enfrentados por uma mulher para exercer a profissão de jornalista no período de Território Federal? Existia ou não?

RESPOSTA - Existe até hoje, existe até hoje. Naquele tempo era pior, porque eram governos autoritários. Mas a tinha jogo de cintura, vai levando. Na verdade, quem manda no mundo é a mulher, a mulher manda no homem, mas é no talento, na sabedoria. Se eu pegar uma briga com o homem, eu vou apanhar. Concorde? Tem que ser na sabedoria. São mais, não sei quantos mil anos de machismo, que ninguém vai resolver com mi mi mi, com vitimismo. Esse negócio de mulher apanhar de homem, eu, Shirley, acho, que com raríssimas exceções, só antigamente a mulher apanhava do homem sem querer, porque ela era dependente financeiramente. Hoje em dia fica protelando, querendo dar uma justificada de que ele vai mudar. Falou alto, meu bem, desculpa. O problema não é com você, é comigo. O homem não bate na mulher no primeiro dia que encontra ela. Ele vai fazendo, fazendo, fazendo e ela vai deixando. Ah, porque é uma dependência emocional! Então, vai te tratar, querida. Porque se você permite que o cafuçu te bata, porque a pessoa que bate é uma cafuçu. A não ser que a pessoa esteja bêbada e for instigada, porque até eu, se estiver bêbada e for instigada, eu te bato. Então, com raras exceções, a mulher fica nesse papo de querer ajeitar as coisas, por dependência emocional. Tem dependência emocional? Vai para o analista, amor, porque o problema é com você. Porque se você vive com um cafuçu que te bate, esperando que vai melhorar, você já está sequelada. Essa é minha opinião. Então, é assim, eu penso como homem, sabe, amiga.

4 - E dificuldades no exercício da profissão, Shirley, o que você poderia apontar?

RESPOSTA – Eu não queria nem falar nisso.

5 - Ou desafio para a mulher?

RESPOSTA – (17:26) O desafio é o mesmo de hoje, é o mesmo de sempre. Por exemplo, um veículo de comunicação que ficou, às vezes, só ele, e os patrões, e os diretores sofrem pressão dos poderosos para não escrever isso, para não escrever aquilo, está entendendo? Não tinha rede social, que as pessoas acham que elas podem, né. A liberdade de expressão dela é a liberdade de ofensa das pessoas. É porque não estudaram legislação e ética e não sabem nada de comunicação. Então, tinha que ter ordenamento, jurídico, inclusive, em relação a isso. Porque as pessoas danam o pau em espalhar Fake News, e os idiotas, uns fazem por maldade, por interesse próprio, e outros por idiotice. As dificuldades são as mesmas, praticamente.

6 – Eu não encontrei muito, principalmente nesse período que eu pesquisei, mulheres em política, polícia e esporte. Tu lembra se elas estavam mais vinculadas a editoria de cidades.

RESPOSTA - Eram mais na editoria de cidade, mas teve mulheres que fizeram polícia. Esporte eu nunca vi. Mas polícia teve a Valdeiza Gomes, que hoje ela é professora concursada do Estado. E teve a Tiana Brazão, que hoje é advogada e é assessora da Caer, e ela fez polícia na *Folha*.

7 – A Tiana foi na década de 1990. Queria saber se tu lembra de 80?

RESPOSTA – Só a Valdeiza. Depois tiveram outras que fizeram polícia, que foi a Daniela Meller, mas muito mais recente.

8 – Shirley, a dona Nenê virou minha personagem por ter sido a primeira mulher a participar da produção de jornal. A encontramos em 1954, no *Jornal Boa Vista*, porque foi o único que encontramos. Tu te recordas de outras mulheres em jornal, além de dona Nenê, nesse período?

RESPOSTA – Olha, a Lily Tiam Fook foi colunista, mas por curto espaço de tempo. Na época que eu entrei na *Folha*, a chefe de redação era a Mara Luquet, essa que foi da Globo. Depois foi editora-chefe, a Fátima de Jesus, que saiu da área. Ela foi editora lá no “pratrasmente” (antigamente) (risos).

9 – Mas nesse período de 70 para trás, tu te lembra de ter ouvido falar?

RESPOSTA – Em 60, eu era criança, e não me recordo de ouvir falar, porque nós chegamos do interior, aqui, já era quase 80. Nós somos do interior. Nós chegamos aqui na cidade na década de 70, mas eu era novinha.

10 – Shirley, vocês são do Mucajaí?

RESPOSTA – Primeiro foi do Mucajaí, mas eu e minha mãe e meu pai, morávamos no Tepequém.

11 – Olha que legal. Tu nasceste onde?

RESPOSTA – Eu nasci em Boa Vista.

12 – Sobre o exercício profissional, você se recordar de sofrer ou ter visto alguma mulher ter sido vítima de machismo, assédio em função da profissão? Tu chegaste a ver no exercício profissional (22:18)?

RSPOSTA – Não me recordo, só se eu me lembrar depois.

13 – Quanto a pouca participação de mulheres, ao que você atribui? A época mesmo, às mulheres não tinham interesse (22:49)?

RESPOSTA – Eu acho que as mulheres não tinham... A comunicação aqui não era muito ativa. E na verdade, a *Folha de Boa Vista* surgiu com duas mulheres na direção. Era a Cosette e a Sandra Tarcitano. E a Luiza Dutra trabalhou por muitos anos.

Eu atribuo essa pouca participação às mulheres que não tinham muito interesse. A comunicação era muito precária, ainda. A *Folha* foi marco nesta inserção e aí, eu acredito que as mulheres não tinham muito interesse. Eu acho que as mulheres que se destacaram, mesmo, foram porque começaram como colunista, que era algo que homens não faziam, né. Homem não fazia colunismo, né. Eu acho que foi por isso que a gente ainda se deu bem. Fomos criando essa cultura, inspirando outras mulheres, né.

14 – Sobre a dona Nenê Macaggi, você chegou a trabalhar com ela no Conselho de Cultura, né?

RESPOSTA – Não. Eu cheguei a trabalhar com ela na Academia Roraimense de Letras. Ela foi do Conselho de Cultura, mas quando eu entrei no Conselho ela não estava mais, e eu entrei representando a Academia Roraimense de Letras, que o Dorval pediu, e ela fazia parte (Academia). Então, a gente fazia reuniões da Academia. Inclusive, o doutor Dorval contava uma história, de que a dona Nenê já estava numa cadeira de rodas, e ele foi leva-la. Ele buscava muito ela, ele dirigia o fusquinha dele, e ele foi buscá-la para um evento no Palácio da Cultura. E sobe escada, desce escada, aquela confusão, e ele também já era idoso, mas era duro. E, quando ele deixou ela em casa, ela disse assim: “ah, Dorval, eu não sei o que será de mim quando tu morrer”, porque era ele que levava ela para os cantos. E ele: “Eu te desconjuro, Nenê” (risos).

15 – Inclusive, no livro de Dorval de Magalhães, de 1997, ele fala que ela chegou em Roraima em 1941, e algumas pessoas falam que ela chegou no porto de cimento, onde hoje é a Orla, de calças compridas (28:06). Tu ouviste alguma coisa da chegada dela aqui?

RESPOSTA – Deixa eu te falar, ela tem parentes aqui, tá?!!! O filho dela ainda é vivo?

16 – Não. Ele faleceu. Ela tem netos, eu estou falando com a neta dela.

RESPOSTA – A filha da Neyle é neta dela. Porque o Zé Augusto, o filho dela, tinha um grande acervo dela.

17 – Eu imagino, porque a Elena Fioretti falou que quando fizeram a exposição dela, ainda ali, na Jayme Brasil, a dona Nenê tinha aqueles álbuns de fotografia com recortes de jornais. E eu não acredito que deram fim nisso. Alguém deve estar com isso...

RESPOSTA – O Zé Augusto tinha tudo isso.

18 – Ele era casado à época com a Neyle, ainda?

RESPOSTA – Não, ele era casado com a Vavá, e ele não teve filhos com a Vavá. Ele separou da Vavá, teve um namoro e teve essa filha, e depois voltou com a Vavá.

19 – Então, tu não conheces nenhuma história dessa chegada da dona Nenê?

RESPOSTA – Não, só se eu perguntar para a minha mãe.

ANEXOS

ANEXO A - PARECER FAVORÁVEL DO CEP/UFRR PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

ANEXO B - ATA DE INSTALAÇÃO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DA VILLA DA BÔA VISTA DO RIO BRANCO

ANEXO C – CURRÍCULO MARIA MACAGGI ENCONTRADO NO CONSELHO CULTURA

ANEXO D - JORNAL DO RIO BRANCO, Nº 2 - ENCONTRADO DIOCESE DE RORAIMA

ANEXO E – REGISTRO GERAL Nº 65.890, DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ, DE MARIA DE PAIVA MACAGGI, ARQUIVO FOI ENCONTRADO NO FUNDO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MANTIDO SOB A GUARDA E CONSERVAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ.

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TERRITORIALIDADES DO FEMININO NOS JORNAIS IMPRESSOS DE RORAIMA: UMA CARTOGRAFIA DA INVISIBILIDADE DAS JORNALISTAS NO TERRITÓRIO

Pesquisador: REBECA LOPES SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57940422.2.0000.5302

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.435.914

Apresentação do Projeto:

TERRITORIALIDADES DO FEMININO NOS JORNAIS IMPRESSOS DE RORAIMA: UMA CARTOGRAFIA DA INVISIBILIDADE DAS JORNALISTAS NO TERRITÓRIO FEDERAL

Apresentação do Projeto:

Este trabalho procura analisar a presença de jornalistas mulheres nos jornais de Roraima no recorte que vai da época dos ex-territórios (1943) até a transformação de Roraima em Estado (1988). Para entender o panorama da participação das mulheres na produção de conteúdos publicados nos jornais que tivemos acesso foi usada a cartografia como perspectiva teórico-metodológica. O objetivo é cartografar a participação delas na cobertura, produção de conteúdo e como colaboradoras nos jornais impressos da época. A problemática da pesquisa envolve o questionamento de como era exercer a profissão de jornalista na Amazônia em um ambiente histórico e tradicionalmente ocupado por homens. A pesquisa aponta para um forte domínio masculino e para uma invisibilidade de mulheres jornalistas na produção do jornal.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos da Pesquisa:

Objetivo Primário

Endereço: Av. Cap. Elise Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricorima, Bloco PRPPGAUFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto CEP: 69.310-000
UF: RR Município: BOA VISTA
Telefone: (95)3521-3112 Fax: (95)3521-3112 E-mail: ceop@ufrr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Continuação do Parecer 5.435.914

pesquisar as diferentes territorialidades da imprensa sobre a presença e a invisibilidade das mulheres nos jornais impressos dos Territórios Federais do Rio Branco e de Roraima (1943-1988).

Objetivo Secundário

- a) pesquisar qual era a participação dessas mulheres nesses periódicos, a divisão hierárquica do trabalho nas redações e em quais editoriais elas estavam inseridas;
- b) analisar quais posicionamentos os jornais tinham em relação às mulheres no jornalismo desse período, identificando quais as dificuldades encontradas na profissão;
- c) investigar qual o cenário político, econômico e/ou social do estado refletido na imprensa roraimense nos períodos investigados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos:

Possibilidade de desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento ao responder alguma pergunta; possibilidade de cansaço durante as entrevistas. Caso ocorra algo nesse sentido, solicitaremos ao entrevistado que se manifeste, uma vez que estaremos atentos à sua participação e vamos verificar como amenizar tais desconfortos. O entrevistado poderá desistir da pesquisa ou retirar seu consentimento, se perceber qualquer um desses inconvenientes ou a qualquer momento, se assim o desejar.

Avaliação dos Benefícios:

Para a universidade, contribuir com o ensino e a pesquisa dentro do novo programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, fazendo o resgate da produção jornalística feminina da época e contribuindo com estudos sobre a questão de gênero. Para a sociedade, oferecer a oportunidade de propiciar informações sobre a participação feminina na história da imprensa em Roraima, e que se tem pouco registro oficial, bem como resgatar fatos e nomes de mulheres que participaram da construção da história da comunicação roraimense. Não menos importante, instigar novas pesquisas sobre a temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa de Mestrado PPGCOM/UFRR

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória constam no projeto de pesquisa.

Endereço: Av. Cap. Elise Góes, nº 2413, UFRR, Campus Paracaná, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto CEP: 69.310-000
UF: RR Município: BOA VISTA
Telefone: (68)3521-3112 Fax: (68)3521-3112 E-mail: coep@ufrr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR**



Continuação do Parecer: 5.435.914

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram solucionadas. Portanto, recomenda-se a sua aprovação pelo colegiado deste Comitê de Ética em Pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1918046.pdf	05/05/2022 12:08:21		Acelto
Outros	Carta_pendencias_solucoes.pdf	05/05/2022 12:07:29	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_alterado_CEP.pdf	05/05/2022 12:06:48	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Outros	Anuencia_instituicoes.pdf	17/04/2022 13:40:28	REBECA LOPES SILVA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_atualizado.pdf	17/04/2022 13:39:10	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Outros	QUESTIONARIO.pdf	29/03/2022 18:37:00	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	29/03/2022 18:36:08	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Outros	ANUENCIA.pdf	29/03/2022 16:32:51	REBECA LOPES SILVA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/03/2022 16:29:42	REBECA LOPES SILVA	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	29/03/2022 16:29:04	REBECA LOPES SILVA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paracuruá, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto CEP: 69.310-000
UF: RR Município: BOA VISTA
Telefone: (06)3521-3112 Fax: (06)3521-3112 E-mail: coep@ufrr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR



Continuação do Parecer S-435.814

BOA VISTA, 27 de Maio de 2022

Assinado por:
Fernanda Ax Wilhelm
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cap. Ene Góes, nº 2413, UFRR, Campus Paracuruna, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto CEP: 69.310-000
UF: RR Município: BOA VISTA
Telefone: (68)3621-3112 Fax: (68)3621-3112 E-mail: coep@ufrr.br

ANEXO B



*Acta da Instalação da
Intendência Municipal da Villa
da Boa Vista do Rio Branco*

Aos vinte e cinco dias do mez de julho do anno de mil oitocentos e noventa, segundo da República Federal, nesta Freguezia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, a Praça Barreto Leite, (Nota: A Praça Barreto Leite, foi pela primeira vez assim denominada depois da instalação.) Em uma das salas do prédio pertencente ao cidadão José Francisco Coêlho, presente grande número de moradores da mesma freguezia, às nove horas da manhã compareceram e tomaram acento o capitão doutor Fábio Barreto Leite, pelo governador do Estado do Amazonas, commissionado para instalar a intendência d'esta villa, e os cidadãos João Capristano da Silva Motta, José Francisco Coêlho, e José Joaquim de Souza Júnior, nomeados pelo mesmo governador, o primeiro Superintendente, e os outros dois intendentes, occupando o cidadão Eduardo Alvares da Silva o lugar de Secretário, para o qual fôra Ad Hoc nomeado pelo cidadão capitão Fábio Barreto Leite.

- Em seguida o mesmo cidadão capitão Fábio Barreto Leite, mandou fazer a leitura do Decreto abaixo transcripto que eleva esta Freguezia a categoria de villa: Das instrucções e dos officios do cidadão governador do Estado do Amazonas que os acompanhou. - Decreto N° 49 de 09 de julho de 1890. Eleva à categoria de villa, a Freguezia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco. - O Governador do Estado do Amazonas decreta. Artigo 1° É elevada à categoria de villa, a Freguezia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, com a denominação de Villa de Boa Vista do Rio Branco. - Artigo 2° O novo Município conservará os mesmos limites da antiga freguezia. - Artigo 3° Ficão revogadas as disposições em contrario. - Palácio do Governador do Estado do Amazonas, 09 de julho de 1890. - Assignado Augusto Ximenes de Villerroy. Conferido Antonio Clemente Bittencourt - F. M. Rocha. - Finda a leitura, o cidadão capitão Fábio Barreto Leite, com as formalidades do estylo passou a juramentar aos membros da intendência, promettendo cada sob palavra de honra de desempenhar as obrigações



inherentes aos cargos por elles occupados na intendência da Villa da Boa Vista, e de promoverem os meios de sustentarem a felicidade pública. – Depois os intendentes, tomando posse dos lugares que lhes competião, o cidadão capitão Fábio Barreto Leite declarou que estão juramentados e empossados os intendentes nomeados para a Villa de Boa Vista que fôra creada pelo citado decreto N° 49 de 09 de julho do corrente anno, e que o novo Município da Boa Vista teria os limites da antiga Freguezia, isto é, que se limitaria ao Sul pelo lago Seuarany (Nota: – Em vez de lago Seuarany, leia-se: Barranca de Santa Maria), com a Villa de Moura (no baixo rio Branco) a Leste e Norte com a República da Venezuela pela Serra Turima, e a Este com os campos que se dirigem à Guyana Inglesa, e finalmente recommendou ao povo de prestar obediência às decisões dos intendentes juramentados e empossados, e que contribuissem para o engrandecimento da Villa do Rio Branco. – E para que a notícia da presente installação possa chegar ao conhecimento de todas as autoridades, e dos jurisdicionados da nova intendência da Boa Vista, o



cidadão capitão Fábio Barreto Leite mandou laurar esta Acta que constará por Editais publicados na imprensa e affixados na nova Villa nos lugares de costume, extrahindo-se uma cópia para ser remettida ao cidadão Governador do Estado do Amazonas, do que para constar, eu Eduardo Alvares da Silva, Secretário Ad Hoc nomeado laurei a presente que vae assignada pelo referido capitão Fábio Barreto Leite, os intendentess juramentados, e por mim que a escrevi, Eduardo Alvares da Silva.

Fábio Barreto Leite

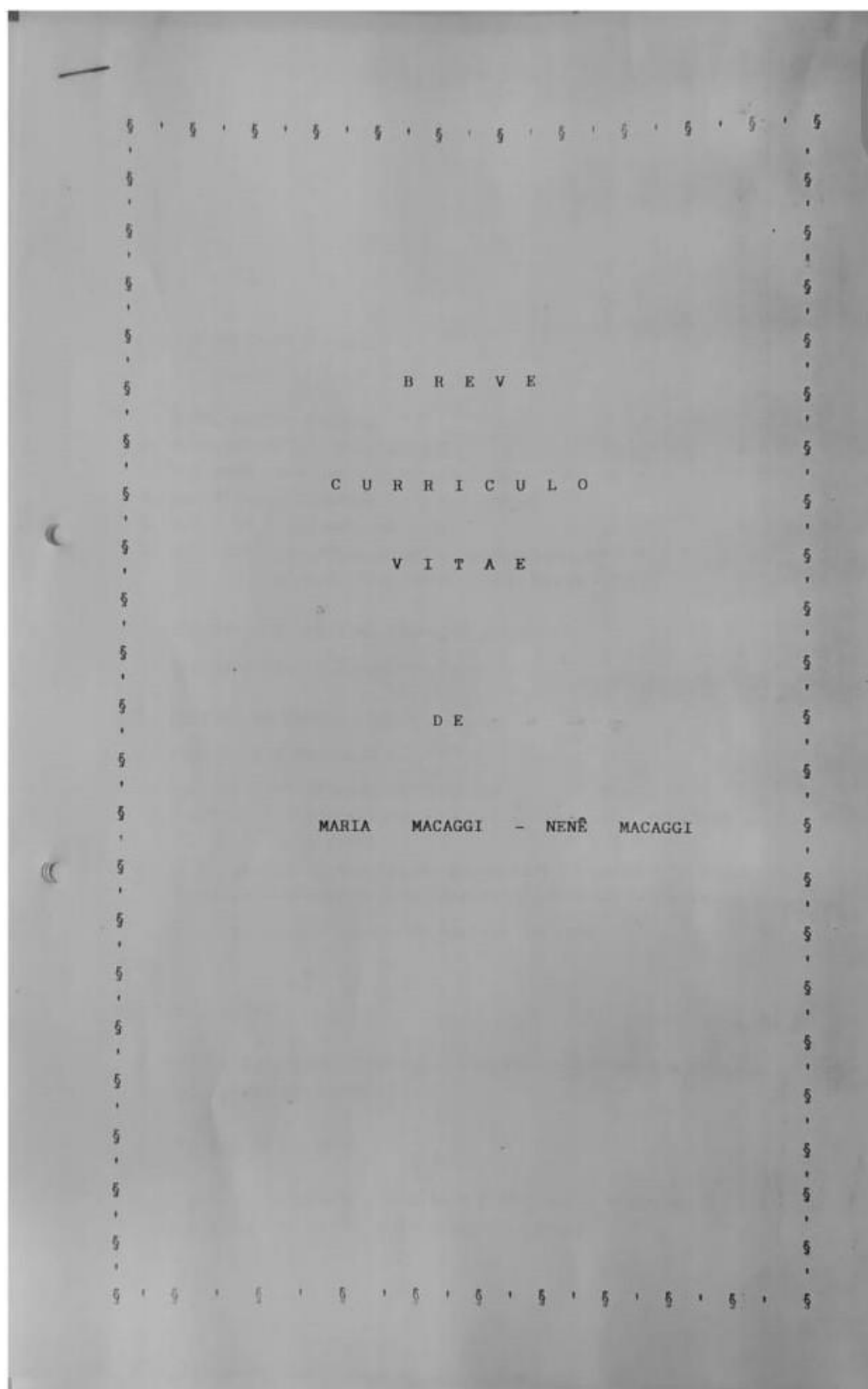
Cap. Instalação

João C. da Silva Motta

José Francisco Coêlho

José Joaquim de Souza Júnior

ANEXO C



CURRUCULO VITAE

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. NOME: MARIA MACAGGI
2. NOME ARTÍSTICO: NENÊ MACAGGI
3. FILIAÇÃO: Narciso Lourenço Macaggi e Maria de Paiva Macaggi.
4. Carteira de Identidade: 3.551 SSP/RR
5. C.P.F.nº : 001.064.102 - 53
6. ENDEREÇO: Av. Nossa Senhora da Consolata nº 924 - E
Bairro: São Pedro - Boa Vista - RR.

II. ESCOLARIDADE - ÚLTIMA FORMAÇÃO ACADÊMICA

7. Escola Normal - Curitiba- Paraná

III. ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

8. Escritora e Redatora
 - 8.1 - Imprensa Oficial de Roraima
 - 8.2 - Redação, Jornalismo do S.P.I - Serviço de Proteção ao Índio - Hoje FUNAI
 - 8.3- Viagens a vários Estado brasileiros acompanhando as atividades dos Governadores executando uma série de reportagens
 - 8.4 -Delegada dos Índios do Nortede Roraima

IV. PUBLICAÇÕES :

9. 200 artigos para Revistas e Jornais -resultadodas viagens realizadas pelo Brasil
10. No Rio de Janeiro:
 - 10.1 - Chica Banana - Contra o Comunismo - Romance
 - 10.2 - Contos de Dor e de Sangue - Contos

11. Em Roraima:

- 11.1 - Mulher de Garimpo - romance
- 11.2 - Contos de Dor, Contos de Amor - Contos
- 11.3 - Dadá Gemada, Doçura, Amargura - romance

V. ATIVIDADE DE RELEVÂNCIA SOCIAL:

- 12.1 - Membro da Academia Roraimense de Letras - Presidente de Honra.
- 12.2 - Membro do Conselho Territorial de Cultura de Roraima 1986 a 1990
- 12.3 - Membro da Sociedade de Preservação dos recursos naturais e Culturais da Amazônia
- 12.4 - Cidadã Roraimense - Reconhecimento da Prefeitura de Boa Vista
- 12.5 - Condecorada com a Medalha do Forte de São Joaquim do Rio Branco - Comenda concedida às Personalidades do Estado de Roraima por relevantes ações.

O presente Currículo demonstra, de maneira sintetizada, as principais atividades desenvolvidas ao longo dos 83 anos de vida de trabalho abnegado em prol da Cultura, cujos comprovantes poderão ser solicitados.

Boa Vista, 20 de maio de 1996.



ANEXO D

Requiro A
72%

JORNAL DO RIO BRANCO

ORGÃO MENSAL DOS INTERESSES DOS MORADORES DO RIO BRANCO

Fundo: 8.000
Cota: 28
Pasta: 3

ANNO 1

Estado de Amazonas — Boa Vista do Rio Branco — Dezembro de 1915

NUM. 2

Jornal do Rio Branco

Redação e officinas

S. Bonifacio
Rua do Rio Branco

Assinaturas.

Um Anno	5.000 reis
Sexto mezes	3.000 reis
Trimestre avulso	600 reis

(Pagamento adiantado)

Informações e Anúncios

Os preços de anúncios, artigos e informações de primeira página pagam-se 500 reis por linha cada vez. Os anúncios de 2.ª página pagam-se 300 reis por linha cada vez. Os anúncios de 3.ª página pagam-se 200 reis por linha cada vez.

Agentes.

Para assinaturas e anúncios, testar, no direcionamento da redação do jornal, em nome dos seguintes agentes na villa do Rio Branco: **M. S. V. de M. S. V.**

Dias Medeiros & C.
Mizael Guerreiro (Casa Sempre Serve)

Lamentamos profundamente esta situação, e sofremos com este pobre povo que vemos sofrer e morrer ao redor de nós. Aproveitando a ocasião sentimentalmente as famílias que perderam um ou mais de seus queridos membros, e a Deus pedimos que as console e ajude.

Lamentamos também a ausência do illustre Dr. Deynard, medico, residente em New York, E. E. U. da America do Norte. O illustre clinico havia prometido ao Ex.^{ma} Sr. Bispo Prelado, estabelecer-se nesta villa e dedicar o restante de sua vida, cheia de experiencia, ao bem do nosso povo.

Infelizmente, cruel molestia sujeitou o Dr. Deynard a melindrosa intervenção cirurgica e nos privou dos seus serviços valiosos e carinhosos, neste momento afflicto em que nos achamos.

Resta nos, porem, a esperança de que, perfeitamente restabelecido, o distincto clinico, virá, conforme promettera, fixar residência em Boa Vista.

Ouvimos com prazer que as autoridades municipais pediram ao governo, medico e remedios para acudir ás necessidades do momento. Damos-lhes nossos parabens por esta feliz lembrança; se tivessemos que censurar alguma coisa, seria unicamente o atraso com que se fez este pedido.

Nada é mais importante no Município, depois da ordem, da paz e da moralidade, do que a saúde publica; d'isto, pois, dependem o bem estar geral, o progresso da lavoura, a alegria e a prosperidade. Achamos, então, muito razoavel e acertado que as autoridades municipais tratassem de possuir aqui, um medico residente e remedios em quantidade sufficiente; não haveria melhor emprego dos dinheiros publicos.

Não duvidamos que a futura administração municipal, herd' este assumpto um cuidado especial, pois, deve-se prever infelizmente, que estas febres, uma vez entradas aqui, não largarão assim, de boa vontade, sem serem combatidas energeticamente. Cidadãos isolados não podem fazer isto com successo, d'un modo geral; podem apenas, diminuir o perigo do contagio. As medidas geraes são das Autoridades competentes.

O que cada um de nos pode e deve fazer para afastar o perigo, é o seguinte: perseguir e destruir os mosquitos (carapanãs) por todos os modos, pois, são elles os transmissores do mal; cuidar da limpeza em casa e ao redor d'ella; se abster de bebidas alcoholicas, pois, um homem alcoolizado não pode resistir a um forte ataque da febre que reinha; não comer frutas verdes; e acima de tudo, não beber nem deixar beber, agua dos rios, sem que seja fervida, pelo menos, e filtrada se possivel, pois, está provado que nellos microbios que carregam, a febre são os principaes propagadores das epidemias.

Uma vez que fallamos da futura administração municipal do Rio Branco, é natural tratarmos das eleições, que já se terão realisado, quando estas linhas chegarem ás mãos de nossos leitores. As eleições são um acontecimento importante no municipio, pois, do resultado d'ellas depende, durante alguns annos, a boa administração do lugar. Antes de se realizar a eleição, cada eleitor tem, não só o direito mas até o dever, de examinar em consciencia, quaes são os can-

PARTE EDITORIAL

Nota.—Neste material tipo typographico sendo de proveniencia italiana, nell quali completamento: d'impresto de ag. nel 12. nullo, sendo em parte pago.

Podemos que annos anteriores de este tipo a lalla, ali por demora consideravel.

Artes

O "Jornal do Rio Branco", não dispõe ainda de um tal typographico para a impressão de lalla, ali se pode ainda completamento a lalla e a impressão de lalla. Podem ser impressos em parte pago.

Podemos que annos anteriores de este tipo a lalla, ali por demora consideravel.

PARTE DIOCESANA


PORTARIA
D. Gerardo de Caloen, por Mero de Deus e da Santa Sé Apostolica.
Bispo de Phoece e Prelado do Rio Branco.

Pela presente fazemos saber ao clero e aos fiéis de nossa Prelazia, que, tendo o approvado, no anno passado, a transacção da Novena de N. Sra. do Carmo para os dias que procedem a festa da Immaculada Conceição de N. Sra., visto que o mez de Dezembro é mais conveniente ao povo do que o mez de julho, para a celebração de festas religiosas, resolvemos manter esta determinação também para este anno e para os annos futuros. Em consequência d'isto:

Manjamos 1.º: Que se dê inicio a Novena de N. Sra. do Carmo, na Capella que faz as vezes de matriz de Boa Vista, no dia 30 de Novembro, as 5 horas da tarde, com o canto das Ladainhas e outros cantos religiosos, sendo a cerimonia presidida por um sacerdote de nossa Prelazia.

Manjamos 2.º: Que to los os dias seguintes, ate o dia 7 de Dezembro, inclusive, a mesma hora da tarde, se repita a mesma cerimonia, sempre em presença de um de nossos sacerdotes.

Manjamos 3.º: Que, no dia 8 de Dezembro, festa da Immaculada Conceição de N. Sra., haja, na mesma Capella, uma Missa solemne com canto gregoriano, as 7 horas da manhã.

Logo depois da Missa, mandamos que se faça a Procissão solemne de costume, pelas ruas principaes da Villa de Boa Vista, para pedir a protecção de Maria Santissima sobre toda a população. Nesta Procissão, Nos mesmo pretendemos intervir, em habito pontifical.

Convidamos pois o povo da Villa e de todo o Municipio, para intervir a estas devoções e a esta festa religiosa, em honra da excelssima Padroeira de Boa Vista, pedindo aos fiéis que se aproveitem do ensejo para contribuir com uma esmola para a reedificação da Igreja Matriz.

Convidamos, em particular, as Senhoras e moças de Boa Vista para organizarem entre ellas o canto religioso nos dias da Novena, assim como durante a Procissão do dia 8. O canto da Missa solemne será executado pelos alumnos

ACTUALIDADES

Dous assumptos principaes preoccupam, neste momento, o povo do Rio Branco: a epidemia que está flagellando esta terra, e as eleições municipais de 1.º de Dezembro.

De facto, não se pde negar que o Alto Rio Branco está perdendo, por enquanto, sua antiga reputação de salubridade. Desde Maio, cahiu sobre nós uma epidemia espanthosa que está dizimando a população, trazendo luto e grandes cuidados de saúde a todas as famílias.

Não são febres ordinarias, azedas, como as chamam; são febres de má caracter, muito variadas nas suas manifestações, quasi sempre de caracter bilioso, e que, ás vezes, acabam com os seus victimas em dous ou tres dias.

Esta peste nos vem do Norte. Ha annos, começou a apparecer entre os indios do Alto Surumú, fazendo muitas victimas entre elles. Mistifrou-se, depois, ha tres annos, entre os brancos do Amajari e do Alto Uricaceres, não se mostrando menos mortifera; e ainda hoje, continúa reinando n'aquellas paragens, e felizmente, com caracter menos virulento do que ao começo.

Chegou até nós, agora, com o grande inverno d'este anno, ferindo especialmente o povo que mora desde Capella até a villa de Boa Vista, que, diga-se a verdade, não foi a menos flagellada.

didatos que apresentam maiores garantias de boa administração, de sincera dedicação ao bem geral, e de não só interesses particulares; de paz civil e religiosa, etc. — Feita regularmente a eleição, todos tem o dever de reconhecer e acatar os eleitos, sejam seus proprios candidatos, sejam outros. Só assim é que se pde manter o respeito ás leis e ás instituições civis, e garantir a ordem e a paz publica. Se cada um de nos tem seus direitos, que devem ser respeitados, devemos também reconhecer e respeitar os mesmos direitos nos outros cidadãos, e especialmente na maioria; em materia eleitoral, é a maioria que manda.

Usar de fraude na eleição, e brigar depois da eleição feita, são dous vícios que hao de desaparecer de nosso Brasil, só pena de tornarmos um país atrasado e pouco respeitado no estrangeiro. Olhemos para os Estados Unidos do Norte e para a pequena Belgica; nestes dous países, a liberdade do voto é garantida ao eleitor, e o resultado da eleição é escrupulosamente respeitado. Estas nações progredem porque consideram a justiça como uma base indispensavel a autoridade.

ESTAÇÃO RADIOGRAPHICA EM BOA VISTA

Estamos informados que o Governo Federal resolveu estabelecer uma estação radiographica em Boa Vista; os jornaes de Manjões já publicaram telegrammas do Rio a este respeito. Folgamos em communicar esta boa noticia ás nossos leitores, pois, é um começo de execução dado pelo Governo aos actos de justiça distributiva, que os cidadãos do Rio Branco têm o direito de reclamar e de esperar. Como qualquer outro brasileiro, pagamos os impostos, e por essa razão, fazemos jus á civilização. Agora, executada esta resolução, estaremos em communicação de pensamento com os nossos irmãos do resto do mundo, nao nos achando mais como até hoje, no condão das ferres que vivem isoladas nas matias virgens.

Falta-nos somente que o Governo dê tanta satisfação ao nosso justo desejo de estar em communicação moral com nossos nstros de Manjões, estabelecendo uma estrada de rodagem contornando as cachoeiras, e um servico de navegação fluvial, nelo menos mensal, entre Manjões e o Alto Rio Branco.

Como o leitor pode verificar em nra secção d'este jornal, os estudos na melhoramentos que pedimos ao Governo Federal, em nossa representação ao Ex.^{ma} Sr. Ministro da Agricultura. Tendo alcançado uma coisa, temos a firme esperança de obter também as outras: e o povo do Rio Branco, então, não irá só, cantará os louvores do Governo do Presidente Wenceslão Braz, auxiliado em particular, por um de seus dignos Ministros, o Dr. José Bezerra.

ANEXO E

Presp^{te} RE087691

N. _____ Registo Geral N. 65890

POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ


ESTADO DO PARANÁ

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PRONTUARIO N. 23781

Nome MARIA DE PAIVA MACAGGI

Tip. Penitenciária

5

REGISTO GERAL N.



Fotografia tirada no mês de Agosto de 19 37

Fotografia tirada no mês de de 19

Fotografia tirada no mês de de 19



6

65.890-1

NOME MARIA DE PAIVA MACAGGI.

FOTOGRAFIA NÚMERO
8-002323-1769

Qualificação

Filho de Narcizo Macaggi
e de De. Marie Dias de Paiva Macaggi

Nacionalidade Brasileira

Naturalidade Paraná

Local Paranaguá

Idade 29 anos

Nascido em 24 de Abril de 1908

Estado Civil Solteira

Profissão Jornalista

Sabe ler e escrever? Sim

Caractéres cromáticos etc.

Côr Branca

Olhos Cinzentos

Cabelos Louros

Bigode --

Barba --

Sobrancelha Obliquas

Estatura 1m61, 5 cmts.

Corpo Médio

Instrução Secundária

Aspecto social na vida ordinaria Alta

Residência declarada Rio de Janeiro (rua
Paysandú nº.30.

Firma da pessoa identificada

MARCAS PARTICULARES, CICATRISES E TATUAGENS

ROSTO: Nevo pardo na região malar direita; pequena cic. na região maxilar su-
perior esquerda

MÃO DIREITA: --

MÃO ESQUERDA: --

OUTRAS:

3

DATAS			FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES																					
Dia	Mês	Ano																						
31	Agosto	1937	foi prontuariada e obteve passaporte e folha corrida para viajar a França, Hespanha, Inglaterra, Italia, Alemanha, Yugo-Slavia, Rumania, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Uruguay e Chile.																					
Polícia Civil do Estado do Paraná - Curitiba INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO SISTEMA VUCETICH <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%; text-align: center;">SÉRIE</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">MÃO DIREITA</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">POLEGARES</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">INDICADORES</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">MEDIOS</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">ANULARES</th> <th style="width: 10%; text-align: center;">MINIMOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">SEÇÃO</td> <td style="text-align: center;">MÃO ESQUERDA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				SÉRIE	MÃO DIREITA	POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS	SEÇÃO	MÃO ESQUERDA												
SÉRIE	MÃO DIREITA	POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS																		
SEÇÃO	MÃO ESQUERDA																							
																								



Instituto de Identificação do Estado do Paraná

Sr. Diretor do Instituto de Identificação

INFORME-SE

(Nome por extenso) Maria de Paiva Macaggi
 , estado civil, solteira com 29 anos de idade,
 de nacionalidade Brasileira natural
 de Paranaguá nascida em 24 de Abril de 1908, filha de
Ricardo Macaggi e de D. Maria Dias de Paiva
 com a profissão de jornalista
 , residente em Rio de Janeiro à rua
Paysandu, n.º 30, desejando obter passaporte
para viajar para a França, Espanha, Inglaterra, Itália, para
Alemanha, Grécia, Rumania, Estados Unidos, Panamá, Argentina,
Uruguai, Chile as formalidades exigidas por Lei.
 Do que espera deferimento.

Curitiba, 31 de Agosto de 1937

Maria de Paiva Macaggi



Fig. 115 5

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
 DO
 ESTADO DO PARANÁ

Registrado
 Curitiba 31 de 8 de 1937
 O Porteiro José T. Paulo